



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS 1
MESTRADO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

PATRÍCIA ROSA DA SILVA

O ESPELHO TEM DUAS FACES: QUEM É O “OUTRO”?
As percepções identitárias de ex-detentos que encontraram como
caminho de reinserção social a conversão evangélica.

Salvador
2007

PATRÍCIA ROSA DA SILVA

O ESPELHO TEM DUAS FACES: QUEM É O “OUTRO”?
As percepções identitárias de ex-detentos que encontraram como
caminho de reinserção social a conversão evangélica.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em
Educação e Contemporaneidade da Universidade do
Estado da Bahia, como requisito parcial à obtenção de
título de mestre em Educação.

Orientadora: Professora Doutora Jaci Maria Ferraz de
Menezes

Co-orientadora: Professora Livia Fialho

Salvador

2007

S586e

Silva, Patrícia Rosa da
O espelho tem duas faces: Quem é o “outro”? :as percepções identitárias
de ex-detentos que encontraram como caminho de reinserção social a conversão
evangélica/Patrícia Rosa da Silva. – Salvador, 2007.

299 f. : il.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Jaci Maria Ferraz de Menezes

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia. Faculdade de Educação.
Programa de Pós Graduação em Educação e Contemporaneidade

Inclui Bibliografia e anexos

1 Identidade 2 Institucionalização. 3. Presídios 4. Conversão
5. Reinserção social. 6. Reabilitação I. Título.

CDD 301.119

PATRÍCIA ROSA DA SILVA

O ESPELHO TEM DUAS FACES: QUEM É O “OUTRO”?

As percepções identitárias de ex-detentos que encontraram como caminho de reinserção social a conversão evangélica.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia, sob orientação da Professora Doutora Jaci Maria Ferraz de Menezes, como requisito parcial à obtenção de título de mestre em Educação e aprovada por unanimidade perante a seguinte Banca Examinadora:

Dra. Jaci Maria Ferraz de Menezes – Orientadora
Universidade do Estado da Bahia - Uneb

Dr. Pedro Benjamin de Carvalho e Silva Garcia
Universidade Católica de Petrópolis - UCP

Dra. Lívia Alessandra Fialho da Costa
Universidade do Estado da Bahia - Uneb

Aos meninos, meninas, homens e mulheres que, neste momento, se encontram reclusos em instituições de privação de liberdade.

Aos voluntários e profissionais que trabalham no campo e que afirmam a condição humana mesmo daqueles que, equivocadamente, acreditam ter se dissociado dela.

Ao Pedro, nossa pedra fundamental, que sobreviveu a infância abandonada, ao abuso de toda sorte, a corrupção, a vida criminoso, a institucionalização, a reintegração social mas que não resistiu à violência, que no início da vida ajudou a propagar, e que no final, lutou intensivamente para combater.

Aos meninos em condição de risco, na esperança de que não se transformem em estatística e que possam narrar belas histórias e que essas não sejam histórias de exceção.

AGRADECIMENTOS

À minha família (Jair, Ivanilde, Isis, Glória, Gilson, Brenno) elemento fundamental da minha existência, da minha formação, da minha vida, pelo apoio incondicional, crença inabalável e ajuda indescritível. Obrigada.

À minha orientadora, Jaci Menezes, pelo carinho, apoio, confiança e paciência. Esta dissertação não existiria sem o seu estímulo e o seu olhar atento a questões teóricas axiais. A fusão entre humanidade e competência nem sempre é comum, e por isso marcante. Obrigada.

À minha co-orientadora, Livia Fialho, pela generosidade em se colocar sempre a disposição, pelas críticas necessárias e indicações bibliográficas imprescindíveis. Obrigada.

Ao Pedro Garcia por ser meu companheiro de estrada em mais um percurso e me servir sempre de referência humana, intelectual e poética. Obrigada.

Ao Márcio Costa pela confiança, carinho e abertura de portas intelectuais, geográficas e humanas. Obrigada.

À Maria Máxima, mulher corajosa e inquieta. Obrigada.

Aos amigos Roberto Melo, irmã Jocinete e irmã Anita, pela ajuda e generosidade em me inserir no campo para elaboração das entrevistas. Obrigada.

Ao Paulo, querido incentivador e amigo, que também está tentando desvendar os meninos, as instituições e vislumbrar outros caminhos.

Aos amigos e colegas do mestrado, que me presentearam, ao longo desse período, com carinho, discussões, reflexões, apoio e companheirismo. Em especial à Marcela, debatedora voraz com um profundo compromisso político; Alfredo, crítico por natureza e feito de uma massa verdadeiramente humana, aprendi muito com você amigo; Carlos, comprometido e diplomático, sempre, necessário; Tadeu, que é dessas raras pessoas que unem qualidades geralmente distantes e nos apaixonam; Isabel, fé e coração; Flávia, que foi ao

longo desse percurso um exemplo de disciplina, esforço e carinho para todos nós; Sandra, guerreira e comprometida com a verdade; Terciana, que venceu muitas guerras durante o curso e permaneceu doce; e Bolinha, por estar presente de forma integral e pela generosidade do carinho, ao seu lado ninguém se sente só.

Aos professores e aos técnicos administrativos, atores fundamentais em meu processo de formação. Obrigada pelos debates em sala, pelas conversas nos corredores, pelas críticas, pelas dúvidas, pelas perguntas, pelas respostas, pelas discussões, pelas vivências... Daniela e Gina, valeu pela ajuda e torcida.

Ao professor Antônio Dias pela apresentação de referenciais teóricos e de engajamento social fundamentais. Obrigada.

À professora Narcimária Luz por me apresentar a Bahia mágica, imaginária e concreta. Aprendi muito em suas aulas. Obrigada.

Às amigas Saara, Fernanda e Mísia. Obrigada pelo apoio, solidariedade e torcida meninas. É bom saber que vocês estão por perto.

Às equipes do PRADEM e do PROGED pelo companheirismo, apoio e fé. Conviver com vocês é um presente. Obrigada.

A todos do ISP pela compreensão e apoio.

Ao Ricardo Martins e Adélia Portela pela apresentação de uma idéia de política pública vinculada à alteridade e por tantos outros aprendizados. Aprendi muito com vocês.

A Ana Luz, pelo carinho, iluminação de idéias, por me ajudar a escrever de forma mais clara e pela generosidade de destacar o pouco que aprendia comigo em detrimento do muito que ensinava.

Ao Tércio Rios companheiro de pressa, de produção, de risadas... Estávamos em barcos diferentes seguindo para mesma ilha e foi maravilhoso poder contar com você como companheiro de viagem. Até a próxima querido.

Ao amigo e anjo da guarda de sempre, Anso, pela compreensão, paciência, ajuda (essencial), desprendimento, carinho e esforço em se fazer presente mesmo estando em outro estado. Obrigada.

E, finalmente, às pessoas que narraram e compartilharam sem pudores as suas histórias, seus conhecimentos e percepções, sem esse diálogo este estudo não existiria. Muito obrigada.

Eu,
o outro

Aqui
acionado por um outro olhar
um território de múltiplas faces
se apresenta

te olha
te interroga e sussurra:
foge da mídia que espetaculariza a morte
escondendo que nela te extingues

aqui é o outro lado –
é a parte que apresenta
a vítima é o algoz
mas não aponta
o papel que deves assumir

aqui se instaurou
a violência da fome e das fezes
que afluem a céu aberto
e no correr do tempo
- se não correres antes –
atingirá teu preservado reservatório
de águas não poluídas

mas não virá a página precipitadamente:
olha: rostos magros misturam-se
a explosões de alegria

repara o olhar desta criança emitindo
- como estrelas anos-luz –
Um brilho que já se foi

olha a graça que se desdobra
neste pé que alcança a leveza:
porque o balé seria só teu?
mas o fosso se abriu
e os prisioneiros se multiplicam
refletidos no vidro da janela do teu carro
refrigerado aquário frágil
por onde olhas quem te vê
nas grades que fecham tua casa
e te aprisionam para te proteger
aqui habita a morte precoce
que anuncia a desesperança
dos que vingaram nascer

aprisionados pela mídia
usufruíram o sonho fátuo de um tênis de marca
em uma exposição vazia de olhares cúmplices que
compartilharam comandados
pela fria voz de quem anunciou
a felicidade em impagáveis

dez módicas prestações

armas matam proliferando os que eliminam
em um processo tanto inútil quanto contínuo

balas perdidas
abrem espaço
no vazio
ao encontro
do endereço aleatório
onde habitas sem seres convidado

convidado és das balas alvo:
sem tua equiescência
chegam antes do amanhecer
olho no olho
buscas fugir
mas o norte não surge
no horizonte perplexo de interrogação
rotas de fuga escassas
becos bloqueados
casas assinaladas
territórios divididos
ausência de vida
eliminando o que se planta
e o plantador
contas a pagar
sonhos caros a saudar

olho por olho
dente por dente
morte por morte

por isso taxistas empregadas domésticas prostitutas
traficantes cabeleireiros vendedores de tudo um
pouco navegam prisioneiros
estampando rostos impotentes

aqui
o território plano ocupado
clama babel
para cima
laje sobre laje

remam sem nenhum aparato de heroísmo
os portadores de esperança –
anônimos que apostaram no improvável

é neste minúsculo território
do pouco que a solidariedade se distribui
porque o pouco como os peixes se multiplicam
no pouco que me deste um pouco te darei
na reciprocidade do pouco no quase ínfimo no ainda
no insuficiente reside uma ciranda que converge no
apoio mútuo:

uma tênue luz (apaga acende) nos diz:
ainda é possível

ainda é possível
alquimistas que transformem o improvável
em preciosidades imprevistas
anuncia o profeta embriagado:
este barco pode nos levar ao profundo poço
liquifeito da indiferença se não dermos piruetas
se não acreditarmos no improvável
se não quebrarmos desesperanças
se não utilizarmos velocípedes
para atravessar precipícios
se não usarmos a imaginação
para consumir o mundo
em outro espaço
ao invés de consumi-lo como objeto que esgota
e nos esgota porque poço sem fundo:
no mais se somando ao sonho impossível
de um absoluto insano
em que a própria acumulação
nunca acumula o suficiente para saciar
o perverso possuir e possuir

eu vejo o que vejo:
o que não quero e o que quero ver:
navegando em imagens
afirmo quem sou
proponho o que vejo
transformo o que vejo
conformando o ângulo do meu olho
ao olho da minha câmera
te proponho mudares o olhar enviesado
que quer me endemoniar
me transformando em objeto a consumir
olha como me multiplico
ao me olhar no espelho
não
não me vejo como quem me vê:
mas sonho os mesmos sonhos – repara:
mais me afastas mais me aproximo
cuidado:
estamos atravessando
o nebuloso universo do simbólico
- nele nos apoiamos:
se o prostituímos afundamos

tudo isto é surdo e se constrói surdamente
tudo isto é plantado no cotidiano

impotente quero potência –
e a arma se apresenta
ao preço da vida breve

o mal se torna moeda de troca

o bem também – façam suas apostas
e divirtam-se
nos diz o Destino silencioso e irônico

o jogo da vida criança
pinta o menino carvoeiro tingindo seu corpo
evolui na pipa livre dançando no espaço
corre atrás de búblicas bolas de vidro

a vida – como num jogo
- também é jogada fora
Inútil indesejável
mera fuga
negação de si mesma

a vida é um jogo de alegria
um jogo amoroso
um jogo de busca
podemos jogá-la juntos
se quiseres:
passa lá em casa

Pedro Garcia (Observatório de Favelas, 2005)

RESUMO

Trata-se de um estudo sobre as percepções identitárias que emergiram ao longo das trajetórias de ex-internos de *instituições totais* (especificamente os que passaram por instituições de aplicação de medidas sócio-educativas de privação de liberdade, na adolescência; e por penitenciárias, na idade adulta) que encontraram como um possível caminho de reinserção social a conversão evangélica. Para efeito deste estudo, trabalhamos com os egressos do Sistema Penal baiano, mais especificamente, da Penitenciária Lemos de Brito, localizada no município de Salvador – BA e com missionárias que atuam no presídio. Utilizamos como pano de fundo para as análises dados macros que ilustrem as percepções da sociedade e o encaminhamento de soluções tentadas ao longo da História, considerando que as formas como esses sujeitos são visualizados interferem diretamente em sua trajetória e na composição de sua identidade. O que nos interessa, portanto, nesse estudo, não é um mergulho nos pressupostos religiosos, mas as implicações dessa adesão no diálogo com as percepções dos sujeitos em relação a sua própria identidade. A dimensão da conversão, enquanto elemento teórico, que trabalhamos trata exclusivamente das potencialidades e possibilidades de auxílio no processo de reinserção social e de redefinição da auto-imagem desses sujeitos. Entre as principais categorias teóricas utilizadas estão identidade, institucionalização, fronteira, reinserção social e conversão. A metodologia baseada na linha da história de vida parte do pressuposto de que a visualização das narrativas individuais como elementos que dizem de uma coletividade e se articulam, apesar de suas singularidades, na compreensão das interlocuções entre as esferas micro e macro pode nos auxiliar na compreensão das estratégias de reinserção social e de retomada da alteridade no campo reeducacional. A partir do estudo, considerando-se a abrangência ao grupo estudado, podemos afirmar que: 1 - A falta de perspectiva social, balizada pela descrença nos mecanismos de ascensão social por meio do estado; a assimilação de uma auto-imagem estigmatizada; a marginalização social que, por vezes, antecede a prática de delitos; a baixa expectativa dos grupos próximos em relação à trajetória dos sujeitos; as práticas de exclusão presentes em instituições pseudo-receptivas como a escola; a necessidade de pertença e de aceitação a um determinado grupo; e a descrença dos educadores que atuam nas instituições sócio-educativas na ressocialização dos adolescentes atendidos; a desestruturação dos mecanismos punitivos; além da crise de valores concorrem para a entrada e permanência dos adolescentes na criminalidade. 2 - A experiência de institucionalização pode ser mais preponderante para a manutenção do círculo de delinquência do que a situação sócio-econômica dos indivíduos. 3 - A comunidade religiosa evangélica resgata uma dimensão de alteridade radical na qual a trajetória individual implica menos sobre a visualização e o julgamento do *outro* do que a sua disposição em modificá-la. 4 - A idéia de arrependimento e de redenção, mas, sobretudo, a possibilidade de igualdade, “somos todos filhos de Deus” parece funcionar como um resgate do auto-valor, a partir do valor de cada indivíduo perante Deus. 4 - A substituição da identidade e do papel social de estigmatizado para a de membro da comunidade, *irmão*, também, traz implicações positivas para o processo de retomada do indivíduo já que na reeducação, bem como na educação, o respeito é um pilar central para a prática de qualquer processo significativo.

Palavras-chaves: Identidade. Institucionalização. Presídios. Conversão. Reinserção social.

ABSTRACT

One is about a study on the identities perceptions that had emerged to the long one of the trajectories of former-interns of *total institutions* (specifically the ones that had passed for institutions of application of partner-educative measures of freedom privation, in the adolescence; e for prisons, in the adult age) that they had found as a possible way of social reinsurers the evangelical conversion. For effect of this study, we work with the egresses of the bahian Criminal System, more specifically, of the Prison We read of Brito, located in the city of Salvador - BA and with missionaries who act in the penitentiary. We use as deep cloth of for the given analyses macros that illustrate the perceptions of the society and the guiding of attempted solutions throughout History, considering that the forms as these citizens are visualized intervene directly with its trajectory and the composition of its identity. What in it interests them, therefore, in this study, is not a diving in the religious estimated ones, but the implications of this adherence in the dialogue with the perceptions of the citizens in relation its proper identity. The dimension of the conversion, while theoretical element, that we work exclusively deals with the potentialities and possibilities of aid in the process of social reinserção and redefinition of the auto-image of these citizens. Between the main used theoretical categories they are identity, institutionalization, border, social reinserção and conversion. The methodology based on the line of the life history has left of the estimated one of that the visualization of the individual narratives as elements that say of a collective and if they articulate, although its singularities, in the understanding of the interlocutions between the spheres micron and macro can in assisting them in the understanding of the strategies of retaken social reinserção and of the alterative in the reeducacional field. From the study, considering itself it arrangery to the studied group, we can affirm that: 1 - The lack of social perspective, marked out with buoys for the incredulity in the mechanisms of social ascension by means of the state; the assimilation of a estigmatizada auto-image; the social marginalized that, for times, precedes the practical one of delicts; low the expectation of the groups next in relation to the trajectory to the citizens; practical of exclusion the gifts in pseudo-receptive institutions as the school; the necessity of belongs and acceptance to one determined group; e the incredulity of the educators who act in the partner-educative institutions in the ressocialização of the taken care of adolescents; the re-structured of the punitive mechanisms; beyond the crisis of values the entrance and permanence of the adolescents in crime concur for. 2 - The institutionalization experience can be more preponderant for the maintenance of the circle of delinquency of what the partner-economic situation of the individuals. 3 - The evangelical religious community rescues a dimension of radical alterative in which the individual trajectory implies little on the visualization and the judgment of *another one* of what its disposal in modifying it. 4 - The redemption and repentance idea, but, over all, the equality possibility, “we are all children of God” seems to function as a rescue of the auto-value, to leave of the value of each individual before God. 4 - The substitution of the identity and the stigmatized social paper of for the one of member of the community, *brother*, also, it brings positive implications for the retaken process of the individual already that in the re-education, as well as in the education, the respect is a central pillar for the practical one of any significant process.

keywords: Identity. Institutionalization. Penitentiaries. Conversion. Social reinsurers.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Percentual de adolescentes de 12 a 17 anos não alfabetizados, por nível de riqueza, Brasil, 2000	30
Figura 2 - Escolaridade de jovens (18 a 24 anos) fora da escola Brasil – 2003	31
Figura 3 - Percentual de crianças e adolescentes sobre o total da população, por grandes regiões, Brasil – 2000	70
Figura 4 – Estrutura do Ministério da Justiça – Brasil	96
Figura 5 - Índices de encarceramento em relação à população brasileira - Brasil. Fonte: DEPEN (2005)	101
Figura 6 - População Prisional - Média de Inclusões e Liberações Mensais no Sistema Penitenciário Brasil – 2004	102
Figura 7 – Acompanhamento por regime – Brasil - dezembro 2003/2005	102
Figura 8 – Distribuição da população prisional – Brasil - dezembro 2003/2005	103
Figura 9 – Brasil: distribuição dos abrigos da Rede SAC, segundo a natureza institucional	149
Figura 10 - Brasil: distribuição dos abrigos da Rede SAC que possuem vinculação/orientação religiosa, segundo a crença	150
Figura 11 - Brasil/grandes regiões: proporção de abrigos que contam com trabalho voluntário	151
Figura 12 – Taxa de Atendimento. Bahia, NE e Brasil, 1991 – 2000	182
Figura 13 – Taxa de reprovação na Rede Municipal. Salvador, Bahia, NE e Brasil, 2000-2004	183
Figura 14 – Taxa de abandono na Rede Municipal. Salvador, Bahia, NE e Brasil, 2000-2004	184
Figura 15 – Taxa de Distorção Idade-Série na Rede Municipal. Salvador, Bahia, NE e Brasil, 2000-2005	185

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Escolaridade de jovens (18 a 24 anos) fora da escola Brasil – 2003	31
Quadro 2 – Distribuição percentual da população no Brasil por representação religiosa	41
Quadro 3 – Caracterização geral dos ex-internos entrevistados do sistema penitenciário	50
Quadro 4 – Caracterização geral das missionárias entrevistadas	51
Quadro 5 - Percentual de crianças e adolescentes pobres (vivendo em famílias com renda per capita de até ½ salário mínimo) por estado, Brasil - 2000	71
Quadro 6 - Classificação dos sistemas penitenciários modernos	92
Quadro 7 - Estrutura do Ministério da Justiça do Brasil	95
Quadro 8 - Conceituação e Classificação de Estabelecimentos Penais	98
Quadro 9 - Conceituação e Classificação de Penitenciárias	99
Quadro 10 – Coordenações da SAP e finalidades	113

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Brasil – Distribuição relativa da população por grandes grupos religiosos, 1940 – 1991 (%)	43
Tabela 2 – Quadro geral de estabelecimentos por estado – Brasil	100
Tabela 3 - População prisional masculina e feminina Brasil – 2004	104
Tabela 4 - Reclusos por unidades prisionais do estado da Bahia	114
Tabela 5 – Ações de ressocialização desenvolvidas pela SJDH da BA	122
Tabela 6 – Empresas parcerias da SJDH/BA e tipo de atividade	124
Tabela 7 – Dimensão dos eixos priorizados pelo DEPEN nos projetos de reinserção social	128

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASA	Ação Social Arquidiocesana
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FEBEM	Fundação Estadual do Bem Estar do Menor
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem Estar do Menor
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
NDC	Departamento Nacional da Criança
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
ProJovem	Programa Nacional de Inclusão de Jovens da Secretaria Nacional da Juventude
SPDCA	Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente
UDN	União Democrática Nacional
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para Infância
CNPCP	Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária
Conasp	Conselho Nacional de Segurança Pública
CFDD	Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos

InfoPen	Sistema Integrado de Informações Penitenciárias
SJDH	A Secretaria da Justiça e Direitos Humanos da Bahia
CAF	Coordenação Administrativa Financeira
COGIAP	Coordenação de Gestão Integrada da Ação Penal
CEDEGEP	Coordenação de Estudo e Desenvolvimento da Gestão Penal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	22
PONTO DE PARTIDA	22
INCURSÃO ANTERIOR	24
ALGUMAS HIPÓTESES	29
RE-ENCONTRO COM O <i>OUTRO</i> : DEFININDO O RECORTE DO ESTUDO	37
RECORTE E JUSTIFICATIVA	40
OBJETIVO E QUESTÕES DE ESTUDO	45
ASPECTOS METODOLÓGICOS	46
ESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO	54
1. PERCEPÇÕES IDENTITÁRIAS E IMPLICAÇÕES NAS TRAJETÓRIAS INDIVIDUAIS	58
1.1. O NÓS, OS OUTROS E OS ESTRANHOS	60
1.2. ESTRANHOS EM CONFLITO COM A LEI E ESTIGMAS ASSOCIADOS	65
1.2.1. Menor infrator	65
1.2.2. Criminoso e condenado	80
1.2.3. Ex-detento	86
2. FÔRMAS: OS PROCESSOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO	88
2.1. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	89
2.1.1. Contexto brasileiro	93
2.1.2. Contexto baiano	110
2.2. OS MECANISMOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO	115
3. CONVERSÃO - UM DOS CAMINHOS POSSÍVEIS PARA REINSERÇÃO SOCIAL?	119
3.1. REEDUCAÇÃO, REINTEGRAÇÃO SOCIAL E RESSOCIALIZAÇÃO	120
3.2. RELIGIÃO E REINSERÇÃO SOCIAL	129
3.3. CARACTERIZAÇÃO DAS DENOMINAÇÕES RELIGIOSAS: IDENTIDADE GRUPAL E INDIVIDUAL	134
4. OUVINDO E COMPARTILHANDO HISTÓRIAS	140
4.1. AS MARIAS: o trabalho de missionárias no processo de ressocialização	142
4.1.1. O encontro com a <i>máxima maria</i>	144
4.1.2. Contextualização dos grupos focais	146
4.1.3. Motivações	152
4.1.4. Percepções sobre a instituição	158

4.1.5. Visualização dos detentos e ex-detentos	160
4.1.6. Estratégias	163
4.2. OS EX-DETENTOS E SUAS HISTÓRIAS: NARRATIVAS QUE SE INTERCRUZAM	170
4.2.1. Vida familiar: caracterização geral e tipo de vínculo	174
4.2.2. Escolarização	178
4.2.3. Vivendo o crime	187
4.2.4. Lembranças da institucionalização	193
4.2.5. Encontro com Deus: rupturas e significados	200
4.2.6. Reinserção: o difícil recomeço	208
CONCLUSÕES	214
REFERÊNCIAS	224

APÊNDICES

- APÊNDICE 1 - Roteiro - Grupo focal com missionárias
- APÊNDICE 2 - Grupos focais com missionárias
- APÊNDICE 3 – Roteiro para entrevistas com ex-detentos
- APÊNDICE 4 – Entrevistas com ex-detentos
- APÊNDICE 5 – Manual síntese Nvivo

ANEXOS

- ANEXO 1 – Instituições da Bahia cadastradas no Sistema Integrado de Informações penitenciárias

INTRODUÇÃO

PONTO DE PARTIDA

Narciso

Dentro de mim me quis eu ver. Tremia,
Dobrado em dois sobre o meu próprio poço...
Ah, que terrível face e que arcabouço
Este meu corpo lânguido escondia!

Ó boca tumular, cerrada e fria,
Cujo silêncio esfíngico bem ouço!
Ó lindos olhos sôfregos, de moço,
Numa frente a suar melancolia!

Assim me desejei nestas imagens.
Meus poemas requintados e selvagens,
O meu Desejo os sulca de vermelho:

Que eu vivo à espera dessa noite estranha,
Noite de amor em que me goze e tenha,
...Lá no fundo do poço em que me espelho!

José Régio¹

¹ José Régio, pseudônimo de José Maria dos Reis Pereira (1901-1969), nasceu em Vila do Conde, licenciou-se em Letras na Universidade de Coimbra. Atuou como professor do ensino secundário em Portalegre, cidade do norte alentejano Português, aliando o trabalho pedagógico à criação literária. Em Coimbra, foi um dos fundadores da revista *Presença*, com Adolfo Casais Monteiro, João Gaspar Simões, entre outros. Destaca-se como um dos mais importantes poetas do chamado Segundo Modernismo português. Seus poemas estão perpassados por conflitos existencialistas e provocativos.

Segundo a mitologia, Narciso era filho do deus-rio Céfiso e da ninfa Liríope. Condenado a morrer no dia em que se visse, Narciso acabou sucumbindo a sua própria imagem. A auto-paixão despertada por seu reflexo o arrebatou, de forma irremediável, para dentro si mesmo. Às vezes me pergunto o que Narciso teria visto no fundo do lago. Que *outro* visualizou através de sua imagem e que armadilhas aguardam aos que não desviam o olhar de si mesmos, silenciando o *outro* que existe em nós e para além de nós. Afinal, se o espelho tem duas faces: quem é o *outro*?

Ao longo dos últimos anos, fiz algumas incursões em *instituições totais*² tentando compreender melhor o terreno inseguro no qual se processam as relações de alteridade. Como campo físico, com o objetivo de compreender esse movimento metafísico, elegi instituições de privação de liberdade.

Nesse campo, o estabelecimento da alteridade consistia em um desafio, mediado por percepções do *outro* restritivas e estigmatizadoras. Essas percepções pareciam orientar as linhas divisórias fortalecidas pelos preconceitos e pré-conceitos em relação ao *outro*. Desse modo, a *identidade* emergiu como uma categoria chave. As percepções identitárias pareciam tecer um sistema de significados que não só mediava condutas como também influenciava as trajetórias individuais dos envolvidos.

Esta dissertação aparece como uma síntese dessas experiências. Trata-se de um estudo sobre as percepções identitárias que emergiram ao longo das trajetórias de ex-internos de *instituições totais* (especificamente os que passaram por instituições de aplicação de medidas sócio-educativas de privação de liberdade, na adolescência; e por penitenciárias, na idade adulta) que encontraram como um possível caminho de reinserção social a conversão evangélica. Para efeito deste estudo, trabalhei com os egressos do Sistema Penal baiano, mais

² Durante a monografia apresentada ao Curso de Pedagogia na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro: *As Percepções do "Outro" em Instituições para Menores Infratores*, sob orientação do Professor Pedro Benjamin Garcia e co-orientação da Professora Ana Canen. Devo ao leitor uma explicação pela escolha do termo "menor infrator", uma vez que o Estatuto da Criança e do Adolescente aponta para a superação dessa designação, ao menos teoricamente, ao focar o menor autor de infração como crianças e adolescentes que passam a ser visualizados como sujeitos em "estado de risco". A responsabilidade social aparece como um núcleo chave e clarifica-se a idéia de que o problema com menores perpassa questões mais amplas no que tange à cidadania, aos direitos sociais e à própria estrutura social. Contudo, utilizo o termo porque ainda está presente, no universo trabalhado, seja na visualização dos profissionais que atuam no campo, seja como elemento componente das identidades dos meninos. Acredito que se tratam de instituições que, apesar do avanço legislativo, ainda estão voltadas para o atendimento ao menor infrator e perpassadas por todos os estigmas associados a essa expressão.

especificamente, da Penitenciária Lemos de Brito, localizada no município de Salvador – BA e com missionárias que atuam no presídio.

Acredito que a ressocialização e as estratégias educacionais de reeducação só se tornam significativas quando oferecem ao *outro*, não só uma oportunidade de ocupar um lugar diferenciado na relação com os demais, mas de se ressignificar. Parece-me que a crença nessa inconclusão humana, nessa mutação interminável, como diz Guimarães Rosa, redimensiona a implicação dos processos educacionais, ampliando possibilidades, expectativas, esperança.

A seguir, com o objetivo de elucidar a problemática deste trabalho e de aproximar o leitor dos parâmetros que balizam essa nova incursão, construo um panorama do itinerário que percorri para elaboração deste estudo.

INCURSÃO ANTERIOR

O presente estudo se trata de um desdobramento da monografia apresentada ao Curso de Pedagogia na Faculdade de Educação da UFRJ: *As Percepções do “Outro” em Instituições para Menores Infratores*. Nesse trabalho monográfico, busquei analisar, sob um enfoque antropológico, as percepções do *outro* em instituições de aplicação de privação de liberdade como medida sócio-educativa para adolescentes infratores e de que forma essas percepções interferiam na construção da *identidade* dos sujeitos. Utilizei como fontes, principalmente, os discursos de funcionários, internos de instituições públicas do Rio de Janeiro (voltadas para adolescentes com alto grau de periculosidade) e membros da comunidade que abrigam essas instituições, priorizando as percepções que emergiam nas falas.

Nas visões expressas nos discursos e em entrevistas, bem como no material coletado na imprensa, procurei, no trabalho monográfico, identificar as percepções do *outro* que orientavam o processo de *alteridade problemático*, alimentando o contexto de *fronteira* (MARTINS, 1997). Nessa perspectiva, a *instituição total* se tratava de um território no qual poderia visualizar melhor o objeto do estudo.

As *Instituições totais* são estabelecimentos com maior grau de fechamento, marcados pela minimização de convívio com pessoas diversificadas, pela restrição da socialização a um

grupo específico e pela limitação de práticas sociais diferenciadas a um mesmo espaço. Como exemplos explícitos dessas instituições, estão os manicômios e as prisões.

Ao estudar a *instituição total* (GOFFMAN, 2001), identifiquei, nas narrativas sobre o cotidiano institucional, mecanismos que contribuam para a *formatação da subjetividade*. Esse processo se estabelecia dentro de um cotidiano de relações de sociabilidade engessadas e comunicabilidade restrita como mecanismos de violência e coerção que fragilizavam a subjetividade, fundindo-a com a da própria instituição. Resultando no que Foucault (2000) aponta como *educação totalizante*, a que trata não só do “adestramento”, mas do domínio total do homem, que influencia e potencializa o processo de *alteridade problemático*.

A imposição de uma exclusividade social (restrição do convívio do indivíduo com um determinado grupo); a tentativa de burocratização das relações sociais, com horários fechados e planejamento vertical de atividades; o controle da comunicação, uma vez que a informação é entendida como poder; contribuem e alimentam a *fronteira*, onde *cada grupamento tende a conceber o outro através de estereótipos limitados e hostis* (GOFFMAN, 2001, p.19), acirrando o processo de *alteridade problemático*.

A *fronteira* está sendo compreendida, segundo Martins (1997), como o espaço físico ou simbólico no qual o processo de *alteridade problemático*, tende a se manifestar de forma mais explícita. Acredito que as penitenciárias e as instituições de aplicação de medidas sócio-educativas de privação de liberdade para adolescentes infratores se caracterizam como espaços que alimentam o processo de *alteridade problemático*, a negação do *outro*, e por vezes de si mesmo, se configurando em um território de *fronteira*.

Nesse território de *fronteira* (entidades sócio-educativas de privação de liberdade), no entanto, é que, de acordo com o UNICEF (2000), passam, anualmente, 30 mil adolescentes. Entre eles cerca de 60% são privados de liberdade por excesso de rigor na definição da pena ou por ineficácia na aplicação da medida sócio-educativa. Apenas 50% dos municípios criaram Conselhos Tutelares. E em apenas um terço desses os conselhos funcionam de forma satisfatória.

Quando penso em instituições sócio-educativas, ocorrem-me variados espaços de socialização como família, comunidade, equipes esportivas, associações... Em termos legais essa expressão está associada, também, a instituições de privação de liberdade, que devido as suas características, podem ser classificadas como *instituições totais* (GOFFMAN, 2001). Totais, entre outros motivos, por subordinarem toda uma gama de experiências e possibilidades a um universo restrito, de convivência burocrática, marcado mais pela tentativa de conter do que de transformar, potencializar, descobrir.

Entre os anos de 1998 e 2001, em ocasião da escrita do trabalho monográfico na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), ouvi muitas histórias. Histórias de meninos que nunca puderam ser em sua inteireza meninos. Homens meninos um pouco sem expectativa, um pouco sem fôlego, um pouco sem vida, um pouco sem esperança. Tudo pouco. Vi meninos velhos, que pararam de buscar. Meninos violentados continuamente e também autores de violências extremas.

Ouvi educadores, que atuam em institutos de privação de liberdade para adolescentes infratores situados no Rio de Janeiro, em um país onde a expectativa de vida supera os 65 anos de idade, que não acreditavam na possibilidade de reeducar meninos de treze anos.

Eu cresci em instituições, eu sei do que eu estou falando. Ouvi teóricos como você antes e ouço hoje. Eu apanhei muito e hoje agradeço. Não são crianças, precisam disso... Não é possível mudar eles, mas dá para conter. Y. (Agente educacional de um instituto masculino - professor de História - ex-interno da Febem – Fonte: SILVA, 2001).

Educadores que tinham medo e que possuíam motivos para ter medo.

A rotina, os horários são cumpridos à risca. Quem está fora pode achar que é exagero, mas se a gente deixar que eles cometam uma falha sem punição, você perde o respeito e aí a unidade vira. W. (Agente de disciplina de um instituto masculino. Fonte: SILVA, 2001).

Você fica chocada quando eu falo da revista das meninas. Mas tem que mandar abrir mesmo, enfiar a mão e ver se não tem nada. Teve uma rebelião que começou por causa de um canivete dentro de uma menina menstruado. Você não faz idéia do que eles são capazes. W. (Agente de disciplina de um instituto masculino. Fonte: SILVA, 2001).

Dei três machadadas nele. Arranquei a cabeça dele e joguei para o outro lado. Ele pediu pelo amor de Deus. E eu: não fala em Deus nessas horas porque já era... - Descrição de um interno sobre a forma como assassinou um companheiro durante rebelião (AS CIDADES ... 1999, p.21)

Independente das condições físicas, que variam de instituição para instituição, apresentando, na maioria das vezes, um nível de higiene impróprio, há um ponto convergente na descrição dos educadores: a tensão, o medo. *A violência é uma tônica no nosso trabalho. A física às vezes, a psicológica, sempre, é preciso se proteger, e é isso que tentamos utilizando todas as formas de controle...* (Fonte: entrevista - Agente de disciplina de um instituto feminino – Pedagoga - Fonte: SILVA, 2001).

Foucault (2001) fala que a organização rígida dos horários em instituições voltadas para a aplicação de medida sócio-educativa de privação da liberdade, o excesso de controle, é uma herança das comunidades monásticas, que sofre nova influência com o desenvolvimento do capitalismo, principalmente na utilização de sistemas organizacionais rígidos nas fábricas, que ditava o que o autor identifica como "ritmo coletivo". É necessário lembrar também que a própria organização da escola do séc. XIX estava submetida a esses padrões de controle. Os sistemas de reeducação acabam resgatando estratégias superadas pelos sistemas educacionais formais. Nos relatos, há, no entanto, uma extrapolação desse conceito:

Cheguei a ver meu filho quebrado. Ele me disse: - Mãe não fala nada, senão eu vou apanhar mais. Mãe de interno (FEBEM ..., 1999, p. 23)

Lá você tem que ser firme: - Sua porra anda logo! ... A gente ameaça o tempo todo, é o único jeito de ficar seguro. Y. (Agente educacional de um instituto masculino - professor de História - ex-interno da Febem. Fonte: SILVA, 2001).

Chama um menino e fala: - Ô Devair, vem cá, por favor. Ele vem cheio de má vontade. Aí você diz: - Ô ladrão, chega aqui. Ele corre todo orgulho. Antônio Gilberto da Silva - Presidente do Sindicato dos Monitores da Febem (AQUILO..., 1999, p. 22).

Há um adestramento presente que, aliado a um tratamento massificado e generalizado, impõe ao indivíduo uma ditadura da construção da *identidade*, uma adequação e domínio de

instrumentalização para sobrevivência no campo, o que compromete a própria subjetividade, formatando-a dentro dos moldes institucionais. Uma formatação que não atinge somente os meninos, mas os demais atores institucionais, como agentes educacionais e de disciplina que travam contato direto com os adolescentes infratores.

Outros estudos, a exemplo de Silva (1997), demonstram que o sistema institucional afeta também negativamente os profissionais que atuam no campo, fazendo com que entrem em sintonia com critérios e práticas que deveriam modificar. Os inspetores passam a compartilhar as visões de mundo que os meninos trazem, desenvolvem a desconfiança e a agressividade como estratégias de sobrevivência.

São locais onde se mata por cigarros. Cigarros? Podemos nos perguntar, só isso? Por tão pouco? Eles não têm mais nomes, não têm mais privacidade, não têm casa... são quotidianamente privados de coisas simples. Nesse contexto, objetos, gestos que externamente podem parecer pequenos, ganham uma dimensão esmagadora. A possibilidade de mais uma perda pode funcionar como um estopim. São locais onde o *outro* e a vida, valem pouco:

Uma menina estava dentro do alojamento lavando o chinelo, ela não podia estar ali dentro naquela hora. Pedimos para que ela se retirasse, ela não quis se retirar e começou a bater boca com um funcionário. Então se achou que ela merecia um castigo, qual foi o castigo? Cubículo, sozinha. E ela passou o período da tarde ali. Uma das meninas tentou fazer contato com ela pelo furo do cubículo e ela viu um lençol e começou a gritar: - Fulana está se enforcando! As pessoas correram para lá. Quando abrimos tentamos levantar ela e desamarrar o nó. Começamos a fazer massagem, ela estava quente mas não respondia. Fizemos respiração boca-boca. Corri para chamar a enfermeira e a ambulância. Quando a ambulância chegou no hospital ela já estava morta. Foi aberto inquérito administrativo. Ela tinha 15 anos. Pela situação toda, nós acreditamos que foi uma tentativa de chamar a atenção, pode ser que não. X. (Agente de disciplina de um instituto feminino – Pedagoga - Fonte: SILVA, 2001)

Nessas circunstâncias, vive hoje um número expressivo de adolescentes, meninos e meninas, que têm suas vidas imersas num ciclo de violência contínua. Em meio a tantas tensões, hoje, se discute a diminuição da idade para a imputabilidade penal. O Paraguai fixou em 14 anos a idade em que o adolescente passa a responder criminalmente. Hoje, nesse país, discute-se a idade de 12 anos. A discussão sobre a menoridade reflete a irresponsabilidade social e, mais do que isso, a percepção de instituições correcionais, cadeias e prisões como órgãos

meramente punitivos e sem qualquer compromisso com a ressocialização. Expressam nosso descompromisso com humanos que consideramos muito diferentes de nós. Contudo, ignorar o que nos incomoda não faz com que deixe de existir, principalmente quando compomos parte do "incômodo".

Até recentemente, antes do Estatuto da Criança e do Adolescente, essas crianças e adolescentes eram designados como *menores infratores*. *Menores infratores*, um rótulo pesado, uma designação abrangente, que conglomerava uma heterogeneidade de meninos e meninas, que se diferenciam não só pela razão da internação, mas, pelo que pensam, pelo que vêm, pelas preferências, pelo que esperam, pelos sonhos, pelo que não esperam.

A coleta dos relatos, as histórias, as experiências, os silêncios dos entrevistados e do próprio campo, durante a construção do estudo monográfico, conduzem a uma reflexão que vai além do próprio funcionamento das instituições para adolescentes autores de infração. O que me leva a questionar a utilização e a validade da privação de liberdade, dentro desses moldes, como parte do instrumentário de reeducação. Acredito que para pensarmos em estratégias educacionais eficientes para esse público é preciso, entre outras ações, que ampliemos nossa percepção de aprisionamento.

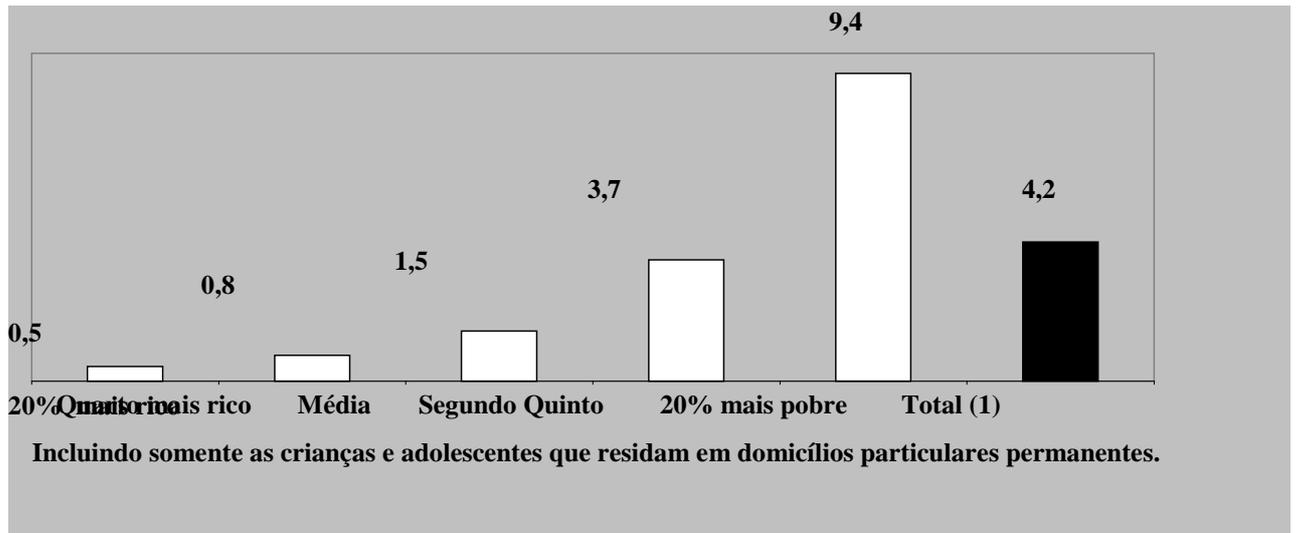
ALGUMAS HIPÓTESES

Parece-me que os adolescentes ao darem entrada por infração nesses tipos de estabelecimento intensificam um aprisionamento anterior a esse. O aprisionamento começa, suspeito, na *formatação da subjetividade*. Na ausência de livros, de arte, da comunicação com o outro, na ausência e negação da expressão, na exclusão além muros, na miserabilidade, na rede de violência que, por vezes, começa em casa. Os adolescentes constituem um segmento populacional que vem sendo, crescentemente, vitimado pela violência.

Dados recentes sobre a situação de crianças e adolescentes no Brasil revelam um panorama excludente. Embora tenhamos avançado em alguns índices, sobretudo, os vinculados ao acesso à educação, os níveis de iniquidade no Brasil e no mundo apresentaram crescimento nos últimos anos (UNICEF, 2003). Vale ressaltar que, mesmo entre os indicadores nos quais apresentamos algum avanço, as taxas permanecem inaceitáveis do ponto de vista da proteção não só à infância e à adolescência, mas a pessoa. É preciso que estejamos atentos ao círculo

vicioso de auto-reprodução da miserabilidade, que parece contribuir com mecanismos de violência e criminalidade, em uma equação na qual, embora não ocupe um papel determinante, se apresenta como um dos principais fatores associados. Os níveis de miserabilidade têm efeito expressivo, inclusive, no acesso à escolarização.

Figura 1 - Percentual de adolescentes de 12 a 17 anos não alfabetizados, por nível de riqueza, Brasil, 2000.



Fonte: UNICEF, 2003.

Esses dados podem sofrer, ainda, variações, principalmente do ponto de vista regional. Na região Nordeste, por exemplo, de acordo com a mesma fonte, o percentual de adolescentes não alfabetizados, entre os 20% mais pobres, chega a 15,1%. O interessante, é que, ao mapearmos o nível de escolarização dos ingressos por infração, fica explícito a baixa escolarização como parte do perfil do adolescente infrator e do presidiário em nosso país. Na década de 90, 51,57% dos que davam entrada nos conselhos tutelares por infração não havia concluído o ensino fundamental, 44,43% eram analfabetos e apenas 4% havia concluído o ensino médio (FERREIRA, 1997).

Outros fatores, como a concentração de renda, podem ser acrescentados a esse panorama excludente. No Brasil, segundo o IBGE (Censo, 2000), 68,7% dos jovens brasileiros vivia em famílias com renda per capita menor do que 1 salário mínimo e dentre esses 12,2% (4,2 milhões) estava inserido em famílias com renda per capita menor do que 1 salário mínimo. O que significa que apenas 41,3% viviam em famílias com renda per capita acima de um salário mínimo.

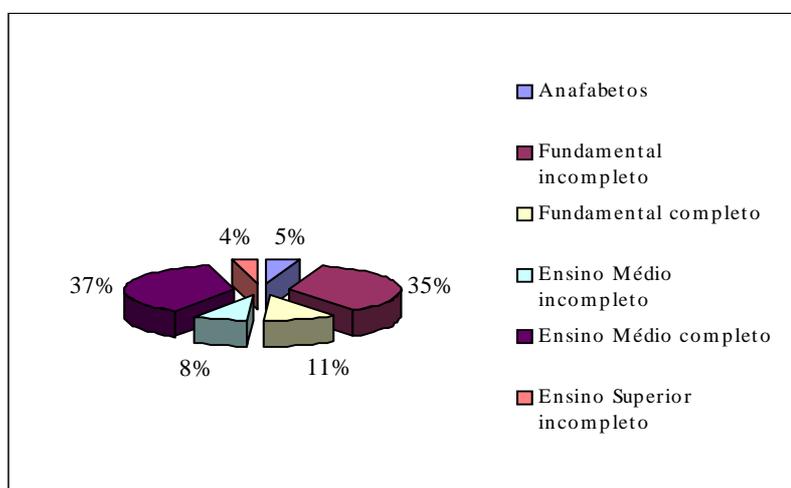
Esse círculo de exclusão de crianças e adolescentes pertencentes às classes populares se intensifica quando atingem a maioridade. De acordo com o mapeamento feito pelo Programa Nacional de Inclusão de Jovens da Secretaria Nacional da Juventude (Projeto do Programa ProJovem, 2004), com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), dos 23,4 milhões de jovens, apenas 7,9 milhões (34%) estavam freqüentando a escola no ano de 2003. Entre os que estavam fora da escola, 15,4 milhões de jovens, de 18 a 24 anos, apresentavam o seguinte grau de escolarização:

**Quadro 1 - Escolaridade de jovens (18 a 24 anos) fora da escola
Brasil – 2003.**

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	NÚMERO DE JOVENS
Analfabetos	753,4 mil
Fundamental incompleto	5,4 milhões
Fundamental completo	1,7 milhões
Ensino Médio incompleto	1,2 milhões
Ensino Médio completo	5,8 milhões
Ensino Superior incompleto	547 mil

Fonte: PNAD, 2003.

**Figura 2 - Escolaridade de jovens (18 a 24 anos) fora da escola
Brasil – 2003.**



Fonte: PNAD, 2003.

As associações entre pobreza e criminalidade, no entanto, não são novas. As pesquisas desenvolvidas, no Brasil, pela FUNABEM (FUNABEM ano 20, 1984) já associavam o aumento da criminalidade entre jovens, prioritariamente, aos baixos níveis de renda; à habitação subumana; à subalimentação; ao analfabetismo e baixo nível de escolaridade; aos baixos níveis sanitários e de higiene; à falta de qualificação profissional e à insegurança

social. De acordo com essas pesquisas, esses fatores concorriam para uma desestruturação do grupo familiar, manifesta através: de migrações internas de população de baixa renda; da ocupação informal adulta e de crianças e adolescentes; da favelização e desabrigo; de doenças; do abandono e orfandade de menores; da mendicância e vadiagem; da criminalidade e prostituição; do alcoolismo; de doenças mentais; e da conduta anti-social de menores.

As explicações encontradas para a entrada de jovens no crime em mapeamentos quantitativos mais recentes sobre a violência continuam associando violência com miserabilidade, embora já apresentem outras variantes. Nesse contexto, não surpreende que teses positivistas sobre a violência ganhem fôlego em determinados momentos.

Na perspectiva positivista, a violência é visualizada como um resultado linear da falta de progresso, uma consequência direta da pobreza, numa relação de causa (pobreza) e efeito (violência), que acaba por simplificar a questão, minimizando a força de outros fatores que concorrem para essa prática. Não objetivo negar a importante contribuição dessa ótica para compreensão do fenômeno, mas salientar, que as causas da violência transbordam a esfera econômica, alcançando níveis diferenciados da sociedade, embora os aspectos sócio-econômicos sejam igualmente importantes.

A criminologia positivista torna-se insustentável, como alerta Zaluar (1994), sobretudo, ao considerarmos que nos EUA apenas 10% dos jovens pertencentes às camadas populares estão envolvidos no crime e que houve um aumento significativo na taxa de crimes violentos nos grandes centros urbanos de países desenvolvidos. O quadro torna-se mais assustador ao considerar que a participação de crianças e adolescentes em delitos e crimes tem apresentado um crescimento constante e semelhante, não só no Brasil, mas, também, em países como a Inglaterra (ZALUAR, 1994).

As percepções que emergiram no material coletado por meio de entrevistas com os sujeitos selecionados no estudo monográfico ampliaram o leque de elementos que são comumente associados à prática da violência na perspectiva positivista. Entre as principais percepções vinculadas às trajetórias que emergiram do trabalho monográfico e orientaram a construção desse estudo dissertativo aponto duas:

- 1 A de que a falta de perspectiva social, balizada pela descrença nos mecanismos de ascensão social por meio do estado; a assimilação de uma auto-imagem estigmatizada; a marginalização social que, por vezes, antecede a prática de delitos; a baixa expectativa dos grupos próximos em relação à trajetória dos sujeitos; as práticas de exclusão presentes em instituições pseudo-receptivas como a escola; a necessidade de pertença e de aceitação a um determinado grupo; e a descrença dos educadores que atuam nas instituições sócio-educativas na ressocialização dos adolescentes atendidos; concorrem para a entrada e permanência dos adolescentes na criminalidade.
- 2 A de que a experiência de institucionalização pode ser mais preponderante para a manutenção do círculo de delinqüência do que a situação sócio-econômica dos indivíduos.

A primeira percepção, embora restrita ao campo estudado, fortaleceu minha crença de que a prática da violência está diretamente ligada a um processo de *alteridade problemático*, no qual tornamo-nos incapazes de reconhecer no *outro* nossa humanidade.

Desse modo, a relação entre exclusão e violência não pode ser visualizada apenas dentro de uma perspectiva economicista, é preciso estar atento às conseqüências dessa lógica perversa para os processos de *alteridade*. A conseqüência da queda da empregabilidade e tantos outros fatores conjunturais não se situam apenas na estrutura social, mas, também, na forma como lidamos e valoramos o *outro*, subdividindo-o, hierarquizando-o a partir de critérios equivocados, com base em estereótipos e preconceitos. Os indivíduos pertencentes a grupamentos que não se encaixam em nossa visão de sociedade “democrática”, “iluminista”, se tornam aos olhos de alguns, como bem afirma ESPINHEIRA (2001), “lixo”.

Essa situação amplia a complexidade da compreensão da violência e de seus significados, e nos leva à hipótese de um processo corrosivo de desvalorização da vida do *tipo comum*, de um ser desvalorizado que forma um contingente numeroso e “inútil”. É preciso observar com cuidado e sem preconceito, que a pobreza na sociedade contemporânea não é mais “virtude” e “virtuosa”, como a reconhecia a ética cristã do catolicismo tradicional, da piedade e da caridade, cuja ideologia era a de fazer do sofrimento uma virtude, o que assegurava aos sofredores a bênção divina. Concordamos plenamente com a idéia de que essa “inutilidade” e essa *excessiva presença* levam à desvalorização completa dessa gente como “inútil” ou como “sujeira”. (ESPINHEIRA, 2001, p. 4).

Portanto, na trajetória de delinqüência ou de reinserção social após a trajetória criminosa, além da influência dos aspectos sócio-econômicos, outras motivações derivadas, por vezes, dele, mas que alcançam à formação de valores e as perspectivas individuais se encontram presentes. Acredito que a superação da ideologia positivista passa pela dilatação das implicações dos aspectos sócio-econômicos em outras esferas.

Nesse caso, a lógica da violência, como decorrência dos fatores sócio-econômicos e de outros, não alcançaria apenas os pobres, os marginais, mas toda a sociedade e nossa compreensão de mundo. Essa equação revela como resultado uma pobreza tão severa quanto à ocasionada pela privação de elementos essenciais à vida. A pobreza do preconceito, da intolerância, da falta de compaixão, do entendimento de que alguns são mais humanos que outros, da compreensão de que a gravidade do ato violento varia de acordo com autor e vítima.

Acredito que, mais do que a situação sócio-econômica, é o que deriva, não necessariamente apenas dessa condição – por vezes, estigmas, marginalização, discriminação, percepção identitária individual excludente, baixa expectativa dos grupos de pertencimento em relação à trajetória social desses indivíduos, ausência de acompanhamento familiar, baixa escolarização, descrença nos mecanismos estatais, exploração e violência - que pode assumir um papel preponderante no envolvimento do adolescente com o crime. Para ampliar essa percepção, precisaríamos, como alerta ESPINHEIRA (2001, p. 10), pensar, também, que *pobreza é violência em si mesma, e aí deslocaríamos a causa primeira para outros fatores, mais precisamente para aqueles que fazem à pobreza*. Segundo ESPINHEIRA (2001), ainda:

A observação dos “tempos e lugares do crime” dá-nos a certeza da correlação entre pobreza e violência e isso nos leva à noção sociológica de desigualdade socioeconômica e de diferenças sociais; enquanto que a primeira noção nos situa no plano econômico da capacidade de consumo e de capital social, sobretudo o educacional, a segunda nos conduz à percepção do campo da cultura e da etnia, que em Salvador tem uma relevância extraordinária por se tratar de uma cidade com população predominantemente afro-descendente. (ESPINHEIRA, 2001, p. 11).

Vale ressaltar, ainda, que apesar da relevância da condição econômica, outras variantes devem ser consideradas na exclusão do sujeito, que podem vir a ampliar a probabilidade de envolvimento do adolescente com o crime.

Comparativamente a crianças e adolescentes ricos, os pobres têm: 2 vezes mais possibilidade de trabalhar (10 a 15 anos); 3 vezes mais possibilidade de morrer antes de completar 5 anos de idade; 8 vezes mais possibilidade de não freqüentar a escola (7 a 14 anos); 21 vezes mais possibilidade de não ser alfabetizados (12 a 17 anos); 30 vezes mais possibilidade de morar em domicílio sem abastecimento de água; e 68 vezes mais possibilidade de morar em domicílio sem geladeira ou freezer. (UNICEF, 2003, p.130).

Entre essas variantes estão: a natureza da localidade de residência (urbana ou rural), a pertença étnica, a região de residência e o grau de escolaridade da mãe, conforme indicado abaixo:

Comparativamente a crianças e adolescentes da área urbana os que moram na área rural têm: 2 vezes mais possibilidade de ser pobres; 3 vezes mais possibilidade de não freqüentar a escola (7 -14 anos); 3 vezes mais possibilidade de trabalhar (10 – 15 anos); 4 vezes mais possibilidade de não ser alfabetizados (12-17 anos); 8 vezes mais possibilidade de morar em domicílio sem abastecimento de água. (UNICEF, 2003, p.129).

Comparativamente a crianças e adolescentes brancos os negros têm: 2 vezes mais possibilidade de morar em domicílio sem abastecimento de água; 2 vezes mais possibilidade de ser pobres; 2 vezes mais possibilidade de não freqüentar a escola (7-14 anos); 3 vezes mais possibilidade de não ser alfabetizados (1-14 e 12-17 anos). (UNICEF, 2003, p.130).

Comparativamente aos demais crianças e adolescentes do país, aqueles que moram em Estados da Região Norte ou Nordeste têm: 4 vezes mais possibilidades de morrer antes de completar 1 ano de idade; 8 vezes mais possibilidade de não ter registro de nascimento; 16 vezes mais possibilidade de não ser alfabetizados (12-17 anos); 55 vezes mais possibilidade de morar em domicílio sem esgotamento sanitário. (UNICEF, 2003, p.130).

Comparativamente a crianças e adolescentes com mães com alta escolaridade, aqueles com mães com baixa escolaridade têm: 4 vezes mais possibilidade de trabalhar (10-15 anos); 7 vezes mais possibilidade de ser pobres; 11 vezes mais possibilidade de não freqüentar a escola (7-14 anos); 16 vezes mais possibilidade de morar em domicílio sem abastecimento de água; 23 vezes mais possibilidade de não ser alfabetizados (12-17 anos). (UNICEF, 2003, p.129).

Já minha segunda percepção estava ancorada não só no campo estudado, mas, também, em diferentes trabalhos, realizados no Brasil, que reafirmavam essa hipótese. De acordo com

pesquisa desenvolvida, entre 1979 a 1982, pelo Grupo de Trabalho do Menor, ligado a PUC/SP, a trajetória social do adolescente infrator é marcada pela FEBEM, acabando, na maior parte das vezes, na idade adulta, na cadeia ou em morte precoce (PASSETTI, 1987).

A transformação do adolescente autor de infração em delinqüente ocorre com a cumplicidade da instituição que se propõe a reeducá-lo. Essa não é, no entanto, uma característica que se restringe ao Estado de São Paulo. A Divisão de Estudos Penais, subordinada a Secretaria de Justiça do Estado da Bahia, verificou que 85% a 90% da população carcerária da Casa de Detenção de Salvador provêm de egressos do sistema de assistência ao menor (ALMEIDA, 1982).

Almeida (1982), sobre a Fundação de Assistência ao Menor da Bahia (FAMEB), ressalta, ainda: a falta de qualificação do corpo técnico da instituição, que apresenta tendência ao nepotismo; a ausência de uma eficaz assistência médica, odontológica, psicológica, nutricional, pedagógica e de assistência social; a inexistência do acompanhamento ao egresso; o afastamento do adolescente de sua família; a inculca de estigmas; e o freqüente apelo à prática da violência no trato com os adolescentes.

Esses e outros dados podem ser utilizados na constatação de que é, sobretudo, na experiência de privação de liberdade, entendida pela legislação como instrumento "sócio-educativo", que o adolescente dá continuidade a sua deformação social. Como aponta Foucault (2001), a prisão favorece a organização de um meio de delinqüentes, solidários entre si, hierarquizados, possibilitando que aprendam formas para driblar as leis. A experiência de cárcere na adolescência inaugura uma trajetória marcada pela institucionalização do sujeito e pelos mecanismos de coerção e de violência que vão aos poucos moldando parâmetros sociais, percepções, valores e subjetividades.

Dos meninos com os quais conversei nessa primeira aproximação com o campo (instituições de aplicação de medidas sócio-educativas de privação de liberdade destinada a adolescentes infratores), em ocasião da escrita do trabalho monográfico, alguns estão mortos. Invariavelmente me pergunto o que poderia ter sido feito, que estratégias educacionais poderiam ter sido utilizadas. Que contribuições a família, a escola, o estado... poderiam ter dado. Que outros caminhos poderiam ter percorrido.

As estradas são infinitas, mas os índices apontados por estudos sobre trajetórias de adolescentes que passaram por instituições de privação de liberdade conduzem, em sua maioria, a morte precoce ou a condenações judiciais. Em certa medida, ao reincidirem na idade adulta, reencontram instrumentos de reeducação e de punição próximos dos quais conviveram nos institutos voltados para adolescentes autores de infração. Infelizmente, a semelhança entre as instituições sócio-educativas e o sistema penitenciário brasileiro são maiores do que gostaria.

Outro dado que me chamou particularmente a atenção foi o perfil da população carcerária no Brasil e a diminuição da faixa etária dos criminosos condenados a cumprimento de pena em regime fechado:

A população carcerária no Brasil, como no resto do mundo, é formada basicamente por jovens, pobres, homens com baixo nível de escolaridade. Pesquisas sobre o sistema prisional indicam que mais da metade dos presos tem menos de trinta anos; 95% são pobres, 95% são do sexo masculino e dois terços não completaram o primeiro grau (12% são analfabetos). (HUMAN RIGHTS WATCH, 1998)

Trata-se de uma população jovem, que vem sendo, em sua maioria, sistematicamente excluída e que tem apresentado alto índice de reincidência (HUMAN RIGHTS WATCH, 1998) As estratégias de ressocialização, mesmo as utilizadas por entidades sérias e profissionais comprometidos, revelam que vencer a reincidência não é fácil.

Nesse contexto, a avaliação dos dados, que indicam pequenas vitórias, deve ser redimensionada. O desalento frente a esses dados e paradoxalmente a pequena esperança que apontavam fizeram com que elaborasse este trabalho dissertativo. Uma experiência, ainda, foi decisiva para o recorte deste estudo, que começou a se consubstanciar em um possível trabalho de dissertação no início de 2003.

RE-ENCONTRO COM O *OUTRO*: DEFININDO O RECORTE DO ESTUDO

Neste período, já me encontrava na Bahia, lecionando na Universidade Federal da Bahia (UFBA) para turmas de Licenciatura e Pedagogia. O reencontro com o campo ocorreu

quando um dos melhores alunos do grupo, depois de ter esperado que todos os outros saíssem da sala, sentou diante de minha mesa e disse que não poderia fazer as avaliações finais nas datas especificadas. À medida que falava, ia sendo tomado por um grande constrangimento. Pedi que se acalmasse e apresentasse algum tipo de justificativa. Nesse momento ele não me olhou mais. Abaixou os olhos e disse:

Sou detento e estou na universidade por uma concessão do Estado. Na próxima semana terei de estar dentro do presídio por conta de uma inspetoria técnica. Gostaria que a senhora não precisasse saber disso. Aqui, ninguém sabe, aqui eu posso ser eu mesmo, posso ser acolhido pelo que faço e não apenas julgado pelo que fiz. Sinto muito. (Informação oral)

Naquele instante, fui surpreendida por dois sentimentos: o primeiro de surpresa absoluta e o segundo de admiração. A raiz do primeiro era nitidamente preconceituosa, se qualquer outro aluno tivesse feito essa confidência, a surpresa não seria tão grande. Foi difícil agregar esse novo elemento à identidade que construí na relação com esse aluno inteligente, participativo, atencioso, solidário com os colegas, educado.

No segundo sentimento a admiração foi potencializada, pois não decorria apenas da identificação das características positivas individuais, mas da admiração/espanto pela sobrevivência/desenvolvimento delas mesmo diante de experiências institucionais de *castração do eu*. No segundo sentimento, estava embutida uma descrença nos mecanismos de ressocialização das *instituições totais* e uma confiança no processo de *mortificação do eu* promovido por esses estabelecimentos. Essas “pré-conclusões” não eram de todo levianas considerando a aproximação com o campo em trabalhos anteriores e o contato com outras produções acadêmicas e estatísticas que conformavam essa hipótese.

No entanto, em meio à *instituição total*, diferentes grupos têm tentado auxiliar no processo de ressocialização, alguns, inclusive, obtendo amplo apoio institucional. As redes de solidariedade estabelecidas principalmente por movimentos religiosos vêm contribuindo para a supressão do fenômeno da reincidência, que parece apontar para um movimento cíclico de violência, que fragiliza possíveis intervenções e possibilidades de retomada. Meu aluno havia encontrado essa rede, se converteu no presídio, ampliou sua escolarização durante o período de cumprimento da pena e hoje está re-inserido na sociedade.

É exatamente na superação desses mecanismos, nos caminhos que podem levar à transposição das marcas imprimidas pela *instituição total* que esta dissertação se esboça. Trata-se, como disse anteriormente, de um estudo sobre as percepções identitárias que emergiram ao longo das trajetórias de ex-internos de *instituições totais* (especificamente os que passaram por instituições de aplicação de medidas sócio-educativas de privação de liberdade, na adolescência; e por penitenciárias, na idade adulta) que se adaptaram dentro de moldes sociais previstos. Digo se adaptaram a um determinado parâmetro de vida social.

A definição de socialmente adaptados diz respeito à superação das marcas impressas pela *instituição total*, à readaptação e ao aprendizado de relações que extrapolam as regras e ideologias que permeiam o cotidiano desses institutos. Trata-se da capacidade de vencer a linha de *fronteira*, de estabelecer um processo de alteridade, de perceber-se como sujeito em um contexto social mais amplo.

A detecção das redes sociais presentes na trajetória dos egressos que se adaptaram – família, Igreja, partido, instituições assistenciais, associações de movimento de defesa dos direitos dos afro-descendentes... - pode funcionar como uma pista para o mapeamento do esvaziamento simbólico do valor de algumas instituições sociais e da ascensão de outras, além de apontar caminhos de formulação de compreensões que ofereçam subsídios para o improvável no universo das trajetórias.

A hipótese que se apresenta é a de que as redes de relações e de solidariedade estabelecidas pós-processo de institucionalização interferem diretamente na forma como esses sujeitos se percebem e tornam-se elementos centrais na definição de suas trajetórias, já que dados e estudos apontam para a ineficácia dessas instituições como espaços ressocializadores e educativos. O estudo se centra, especificamente, em uma rede: a rede religiosa evangélica.

O objeto que se apresenta é, portanto, as percepções identitárias que emergem ao longo das trajetórias de um grupo de ex-internos da Penitenciária Lemos de Brito, localizada no município de Salvador – BA, que encontraram como um possível caminho de reinserção social a conversão evangélica. Esse objeto me parece bastante provocador, considerando, sobretudo, o território do estudo, a “Bahia de todos os Santos”.

Como explicar que onde várias instituições falharam, o sentimento de religiosidade possa se configurar em um instrumento moralizante e disciplinador, capaz de imprimir a esses sujeitos um percurso improvável, e uma outra forma de se perceberem no mundo? Que percepções identitárias individuais emergem ao longo da trajetória desses sujeitos? Como se vêem? Quais os principais desafios encontrados ao longo de sua trajetória? Como percebem o processo de institucionalização e as estratégias reeducacionais utilizadas nas unidades penais? Que valores e circunstâncias são agregados a partir da adesão religiosa que funcionam como importantes instrumentos no processo de reinserção social e de reelaboração *identitária*? Que papel os missionários ocupam nesse processo?

Foram essas questões que fui maturando após a instigação do episódio com meu aluno, também convertido ao evangelismo e em processo de ressocialização. Esse aluno foi meu primeiro contato com essa rede, mas, por diversos motivos, sua história não está narrada aqui.

A história que deveria abrir este trabalho seria a de Pedro – a pedra fundamental, indicado por meu ex-aluno. Pedro seria nosso narrador introdutório. Ele foi assassinado dias antes de nosso encontro. Pedro procurou um de meus contatos de campo e disparou: “Sua amiga desistiu da entrevista? Diga a ela para vir logo. Quero poder contar minha história”. Isso não foi possível. Lembro-me da fala da minha orientadora que destacava a urgência no trato com os informantes, “porque sendo pessoas são fugazes, passam... Papéis e outros elementos, menos voláteis, também são destruídos, mas as pessoas...”.

A seguir, apresento uma caracterização do estudo.

RECORTE E JUSTIFICATIVA

É importante justificar a opção por eleger a religião, especificamente a rede evangélica, em meio a tantas outras redes de solidariedade e apoio que se constituem no interior dos presídios. Como afirma a pesquisadora Regina Novaes, “Às prisões cabe punir e criar condições para recuperar os cidadãos. Às religiões cabe acolher, perdoar, redimir, converter para recuperar os espíritos” (ISER, 2006 p.7). O crescimento da presença de religiosos em presídios vem instigando algumas questões entre os pesquisadores que atuam na área: Que relações estão sendo estabelecidas entre essas esferas? Como interpretá-las? Que contribuições esse diálogo poderá trazer? Ou ainda pode vir a trazer alguma contribuição?

Primeiramente, é importante observar o contexto no qual essa aproximação está se dando. A aproximação com compreensões do que concebemos por território religioso, bem como, suas interseções com instituições laicas, pareceu-me, na elaboração desse projeto de pesquisa, oportuna.

Em 31 de maio de 2004, o desfecho da rebelião na Casa de Custódia no Rio de Janeiro, após mais de 60 horas de motim, projetou nacionalmente a discussão sobre a inserção e a influência do movimento evangélico dentro de instituições de aprisionamento no Brasil. O governador, atendendo a exigência dos presos, solicitou que um pastor fosse chamado para negociar o fim da rebelião. A negociação culminou na liberação de todos os reféns e na desistência pacífica dos prisioneiros.

Foi um pleito dos presos, mas foi a última instância que a secretaria utilizou, porque, se não houvesse sucesso, a PM iria entrar, o que seria lamentável, porque nós teríamos aí um número maior de vítimas. Secretário de Administração Penitenciária do Rio, Astério Pereira dos Santos. (Informação oral)

Nesse contexto, no qual a estrutura laica parece estar sendo invadida pela religião, a problematização de algumas categorias e a suspeita da difusão e da homogeneidade desse movimento me parece relevantes.

Na última década, a mudança do perfil religioso no Brasil, caracterizada por uma maior pluralidade e pelo avanço de outras denominações religiosas, tem colocado em destaque, sobretudo, o crescimento dos evangélicos no país. A seguir, apresento a distribuição percentual da população no Brasil por representação religiosa.

Quadro 2 – Distribuição percentual da população no Brasil por representação religiosa

TIPO	PERCENTUAL %
Sem religião	7,35
Católica	73,89
Evangélica	16,19
Espiritualista	1,35
Afro-brasileira	0,31
Orientais	0,29
Outras	0,62

Fonte: CPS/FGV através do processamento dos microdados do Censo Demográfico 2000/IBGE

Mais expressivo do que o percentual de representação dos evangélicos na população é o crescimento desse grupo na última década. Durante o simpósio *Brasil Passa por Mutação Religiosa*, parte da programação da 54ª reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a doutora Nilza Martins Pereira apresentou dados do Censo 2000 (IBGE), que apontavam para uma diminuição expressiva da população católica no Brasil e um aumento ainda mais expressivo do número de protestantes e de indivíduos sem religião. A representação dos evangélicos em 2000, se comparada à representação da última década (9,1%, em 1991), indica um crescimento expressivo. Em números absolutos, o aumento foi próximo de 100%.

Parece que o erro intelectual – a religião - apontado por Comte atravessou a sociedade primitiva antiga, a sociedade medieval, adentrou a modernidade, coexiste com o pós-modernismo ou alta modernidade e alimenta parâmetros de alteridade e de direito. Para alguns autores, a exemplo de Berman (1986), o processo de secularização, embutido no projeto da modernidade, não foi capaz de dar conta do sentimento de religiosidade frente a uma multiplicidade de caminhos, marcados por mais dúvidas do que certezas.

A moderna humanidade se vê em meio a uma enorme ausência e vazio de valores, mas, ao mesmo tempo, em meio a uma desconcertante abundância de possibilidades (BERMAN, 1986, p.21).

A expansão dos movimentos religiosos e o aparente renascimento da religiosidade, nas últimas décadas, têm sido objetos de inúmeras análises. A contemporaneidade aparece, dentro dessa ótica, como um terreno fértil para a afirmação de *identidades*. Segundo os dados, não se pode afirmar que houve um crescimento expressivo na adesão religiosa e sim uma migração de fiéis entre grupos religiosos. Parece ter havido um aumento da adesão religiosa aos grupos explicitamente marcados pelo proselitismo. Embora a pertença ao catolicismo continue sendo a de maior representatividade entre a população brasileira, a diminuição desse percentual tem sido expressivo, ocorrendo, em paralelo, ao crescimento evangélico.

Tabela 1 – Brasil – Distribuição relativa da população por grandes grupos religiosos, 1940 – 1991 (%)

	1940	1950	1960	1970	1980	1991
Católicos	95,2	93,7	93,1	91,8	89,2	83,3
Evangélicos	2,6	3,4	4,0	5,8	6,6	9,0
Sem religião	0,2	0,5	0,5	0,8	1,6	4,8
Outros	1,9	2,4	2,4	2,3	2,5	2,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Em relação ao movimento religioso no interior das prisões, houve, também, uma representativa diversificação religiosa, marcada pela maior representação dos evangélicos e pelo aparecimento de outros grupos como budistas e kardecistas (ISER, 2006). Vale considerar que, quando todos os outros valores sociais parecem nebulosos e a descrença nos mecanismos de regulação social excludente, quando a própria subjetividade parece perdida em meio às “fôrmas”, a re-ligação, que implica também na elaboração concreta de redes sociais de solidariedade e apoio que caracterizam o movimento religioso, pode apresentar-se como alternativa viável.

Em meio a tantos outros grupos, como a pastoral carcerária, optei por trabalhar com o grupo evangélico considerando alguns aspectos. A escolha desse recorte se justifica primeiramente pelos pressupostos da orientação religiosa evangélica caracterizada por: disciplina, socialização na medida do possível restrita a comunidade e expansão marcante em áreas populares, que acreditamos serem elementos facilitadores do processo de reinserção. E em segundo lugar, o espaço que os evangélicos vêm conquistando em toda sociedade, sobretudo, os Pentecostais e os Neo-pentecostais.

Há, ainda, um aspecto que se vincula a uma das categorias centrais desse trabalho, à *percepção identitária*. Acompanha a conversão evangélica a idéia de ruptura com a vida anterior e nascimento de um novo homem. Esses pressupostos têm levado, inclusive, a elaboração de teses que apontam para o utilitarismo desse pressuposto, ou seja, para utilização da conversão como estratégia consciente de reinserção social e de ganho de vantagens junto à instituição total. Contudo, embora acredite que a conversão é sempre uma estratégia, não

pretendo discutir a dimensão consciente ou inconsciente desse processo, já que o estudo se centra nas percepções intra e extra-institucionais sobre os internos e ex-internos convertidos; e na percepção que esses indivíduos possuem sobre si mesmos.

Ao estabelecer o recorte desse trabalho, no que tange a seleção de entrevistados e a identidade da igreja evangélica, optei por trabalhar com os Pentecostais e Neo-Pentecostais. Já que dados apontam que esses grupos, entre os evangélicos, têm sido os principais responsáveis pela expansão protestante.

O movimento evangélico me interessa na medida em que dialoga com as *instituições totais* e consegue imprimir em determinados indivíduos, condutas e trajetórias improváveis, configurando-se em um relevante instrumento de reinserção. O que me interessa, portanto, nesse estudo, não é fundamentalmente um mergulho nos pressupostos religiosos, mas as implicações dessa adesão no diálogo com as percepções dos sujeitos em relação a sua própria trajetória. A dimensão da conversão enquanto elemento teórico, que trabalhei aqui, trata exclusivamente das potencialidades e possibilidades de auxílio no processo de reinserção social.

O mapeamento das percepções *identitárias* dos sujeitos, ao longo de suas trajetórias, nessa pesquisa, traça não só um panorama dos desafios e estigmas enfrentados. Pode ser também utilizado como mais um instrumento no redimensionamento de estratégias educacionais e na construção de políticas públicas direcionadas a adolescentes e adultos que passaram pela experiência de privação de liberdade. Permite assim que possamos refletir sobre os potenciais educativos, ressocializadores e castradores das *instituições totais* a partir das leituras individuais dos atores que vivenciaram essas experiências.

Ainda devemos considerar, nessa perspectiva, uma preocupação que me parece ser essencialmente educativa: o olhar e avaliação dos internos sobre as estradas que percorreram, sobre as instituições e projetos pelos quais passaram. É importante destacar que, em maior ou menor grau, a legislação referente às *instituições totais* no Brasil esteve, nas últimas décadas, voltada para a formatação de condutas e ações, com base em propostas de reeducação.

Estudos que busquem contribuir para a compreensão e superação desse problema se mostram relevantes, seja pela perspectiva macro, considerando a violência cíclica que atinge os

diversos segmentos sociais; pelo aumento da criminalidade entre adolescentes; pela visualização do menor como algoz, mas dubiamente vítima das engrenagens sociais; ou pela perspectiva "micro" em termos da responsabilidade humana, A forma como lidamos e percebemos os prisioneiros pode funcionar como um importante termômetro das relações de alteridade desenvolvidas entre os sujeitos de uma maneira mais ampla.

OBJETIVO E QUESTÕES DE ESTUDO

Este estudo busca identificar os desafios encontrados e as estratégias de superação dos mecanismos institucionais e da própria *fronteira* (MARTINS, 1996) através das percepções *identitárias* que emergiram ao longo das trajetórias de ex-internos de instituições de privação de liberdade que encontraram como caminho de reinserção social a conversão evangélica. Considerarei neste trabalho também as falas dos missionários que atuam dentro das instituições, que nos ajudaram a compreender melhor a rede evangélica e os trabalhos desenvolvidos no processo. É importante destacar que o processo de ressocialização se inicia dentro do presídio, por meio de intervenções educativas que vão tecendo uma rede de apoio que, posteriormente, se estende após o cumprimento da pena.

Utilizei como pano de fundo para as análises dados macros que ilustram as percepções da sociedade e o encaminhamento de soluções tentadas ao longo da História, considerando que as formas como esses sujeitos são visualizados e as políticas públicas implementadas interferem diretamente em sua trajetória e na composição de sua identidade.

Considerarei neste trabalho as seguintes questões:

- 1 Que percepções identitárias individuais emergem ao longo da trajetória desses sujeitos? Como se vêm?
- 2 Quais os principais desafios encontrados ao longo de sua trajetória?
- 3 Como percebem o processo de institucionalização e as estratégias reeducacionais utilizadas nas unidades penais?

- 4 Que valores e circunstâncias são agregados a partir da adesão religiosa que funcionam como importantes instrumentos no processo de reinserção social e de reelaboração *identitária*?
- 5 Que papel os missionários ocupam nesse processo?

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Devido às próprias questões priorizadas no trabalho, optei por um estudo qualitativo, conforme definido por Goldenberg (2001), com base no método biográfico em Ciências Sociais, uma vez que priorizei os olhares e as percepções dos sujeitos investigados, ao longo de suas trajetórias.

Metodologicamente me aproximei, portanto, de uma perspectiva *sociológica compreensiva*³ (GOLDENBERG, 2001), que se opõe à visão positivista de objetividade e de separação radical entre sujeito e objeto de suas pesquisas, dando lugar no campo das ciências sociais a compreensão de valores, crenças, motivações e percepções. Assim, pela escolha metodológica, pelo caráter multidisciplinar e pela grande quantidade de trabalhos desenvolvidos sobre delinquência e criminalidade, tive como ponto de partida a metodologia utilizada em alguns trabalhos de caráter biográfico desenvolvidos pela Escola de Chicago⁴, a exemplo de *The Jack Roller: A delinquent boy's own story*, publicada em 1930, por Clifford Shaw. Entre as correntes desenvolvidas pela Escola de Chicago, como aponta Goldenberg (2001), estão as teorias do rótulo e do desvio, que têm como um dos principais representantes, Erving Goffman, um dos autores de base desse estudo.

Casos particulares, mas não exemplares, como indica Lahire (1997), podem oferecer elos de articulação entre a macrossociologia e a descrição etnográfica, uma das abordagens microssociológicas. Não se trata de compreender o todo através das partes, mas de reconhecer a relevância das partes para a compreensão dos fenômenos macro. O esquema que

³ ...tem suas raízes no historicismo alemão, distinguindo natureza de cultura, considera necessário, para estudar os fenômenos sociais, um procedimento metodológico diferente daquele utilizado nas ciências físicas e matemáticas. O filósofo alemão Wilhelm Dilthey (1833-1911) foi um dos primeiros a criticar o uso da metodologia das ciências naturais pelas ciências sociais, em função da diferença fundamental entre os objetos de estudos das mesmas. Nas primeiras, os cientistas lidam com objetos externos passíveis de serem conhecidos de forma objetiva, enquanto nas ciências sociais lidam com emoções, valores, subjetividades. Esta diferença se traduz em diferenças nos objetivos e nos métodos de pesquisa. (GOLDENBERG, 2001, p.19).

⁴ Conjunto de pesquisas realizadas a partir de 1915 em Chicago, embora tenham sido batizadas com essa expressão apenas em 1930 por Luther Bernanrd.

se apresenta sugere mais do que uma hierarquia, uma interdependência. A escolha pela priorização da microssociologia, representa neste trabalho, uma adequação ao problema pesquisado e não uma ruptura, descrença ou desvalor em relação à macrossociologia ou macroantropologia.

As razões dessas escolhas metodológicas se clarificam, ao se considerar que o campo exposto nesse estudo se configura em discursos, lembranças, memórias, trajetórias contínuas de vida. O que se busca é o entendimento das experiências a partir das visões dos sujeitos que as vivenciaram, já que é “[...] matéria essencial da História oral a humanização das percepções que até então têm sido, geralmente, vistas como expressões institucionais, de macroestruturas” (MEIHY, 1996, p.11).

O mergulho nas histórias dos sujeitos investigados neste estudo, nas vidas das pessoas que compartilharam suas lembranças e trajetórias, está balizado por alguns eixos, com o objetivo de entrecruzar as narrativas: família (moral doméstica, formas de autoridade familiar, laços de afetividade), condições e disposições econômicas, escolarização, institucionalização e reinserção. Esses eixos foram definidos a partir da consulta a pesquisas quantitativas desenvolvidas sobre o tema, a exemplo dos relatórios da FUNABEM anos 20. Esse procedimento não me parece contraditório, já que E Burgess (GOLDENBERG, 2001), um dos principais representantes da Escola de Chicago, desde 1927 já defendia que os métodos quantitativos e qualitativos não são conflitantes, mas complementares.

O trabalho está marcado pela influência da história de vida como estratégia de produção de dados, na qual a interferência do pesquisador, de acordo com Queiroz (1987) seria preferencialmente mínima. Isso não significa a ausência de diálogo entre narrador e pesquisador, mas o cuidado de não conduzir a narrativa, o que possibilita a visualização das idas e vindas, do dito, dos significados do não dito, das pausas, dos silêncios. Apesar das limitações que possam ser apontadas sobre a estratégia, cabe ressaltar que trata não só do individual. O objetivo se centra no estabelecimento de enlaces entre a individualidade e a coletividade.

Essa visualização das narrativas individuais como elementos que dizem de uma coletividade e se articulam, apesar de suas singularidades, na compreensão das interlocuções entre as esferas micro e macro converge para a decisão de não ignorar o contexto macro e as estruturas que o

cercam. Esse pressuposto, obviamente, redimensiona a abrangência e as implicações da utilização da história de vida e de referências biográficas.

A triangulação (LUDKE & ANDRÉ, 1986) se deu através da utilização dos seguintes instrumentos: entrevistas semi-estruturadas (com influência da história de vida), entrevistas coletivas com influência da técnica de grupos focais, observação de campo e análise de documentos.

Desse modo, considerando as questões de estudo, trabalhei com dois grupos de sujeitos: um grupo de ex-internos de penitenciárias e outro de missionárias.

1º. Grupo – ex-internos de penitenciárias

O grupo de entrevistados é composto por egressos da Penitenciária Lemos de Brito, localizada no município de Salvador - BA. Algumas características da unidade me levaram a essa escolha.

O Complexo Penitenciário do Estado da Bahia é formado por 7 unidades: **Presídio de Salvador**, onde ficam os presos que aguardam julgamento; **Presídio Feminino**, onde ficam reclusos do sexo feminino com sentença definitiva; **Centro de Observação Penal**, onde são realizados exames criminológicos para providenciar a progressão (ou a regressão) do regime de execução da pena; **Hospital de Custódia e Tratamento**, destinado à internação dos apenados com medida de Segurança; **Colônia Penal Laffayette Coutinho**, recebe os que cumprem pena em regime semi-aberto; **Casa do Albergado**, destinada àqueles que cumprem pena em regime aberto; e a **Penitenciária Lemos Brito**, voltada para o atendimento de sentenciados. A Lemos de Brito é a maior estrutura do complexo penitenciário é composta por quatro pavilhões, que se diferenciam não só pela arquitetura (retangular ou circular) como também pelo perfil dos internos.

Considerando as dificuldades e as implicações metodológicas que poderiam ser acarretadas a partir da constituição de um grupo demasiadamente heterogêneo, optei pelo estabelecimento de um perfil balizador para seleção dos sujeitos. Esse perfil, obviamente, não buscou a homogeneização do grupo, uma vez que tratei de sujeitos e histórias, que apesar das proximidades, estão revestidas de elementos singulares. Contudo, essa estratégia possibilitou

que estivessem asseguradas, minimamente, características comuns no processo de institucionalização.

Os sujeitos, ex-internos entrevistados (5), portanto:

- a) na adolescência passaram por instituições de aplicação de medidas sócio-educativas;
- b) na idade adulta deram entrada em penitenciárias, cumprindo pena por um período superior a 3 anos;
- c) estão em liberdade há pelo menos 5 anos;
- d) mantiveram-se distantes da prática de crimes e delitos;
- e) sua reinserção social se deu por meio da adesão à comunidade evangélica.

Tive acesso aos entrevistados por diferentes fontes (igrejas, associações, missionários...) o que, apesar do perfil, permitiu ao estudo um grau de aleatoriedade. Junto a fontes, cheguei a 24 ex-detentos inicialmente dispostos a narrarem suas histórias desde que asseguradas condições totais de sigilo. No entanto, desses, apenas 8 atendiam ao perfil preliminar.

Nesse grupo, selecionamos apenas 5 sujeitos. Duas justificativas podem ser apontadas sobre esse recorte: não tinha uma preocupação quantitativa e precisava mergulhar nas histórias, esse número tornou o estudo possível de ser concretizado no tempo destinado ao mestrado. Como meu objeto são as percepções identitárias, utilizei como critério para recorte o crime cometido.

Os sujeitos que passaram pela experiência da detenção foram selecionados também por gênero e crime cometido. O primeiro recorte decorreu da opção de não agregar a este trabalho mais uma categoria, a de gênero. Optei, portanto, por trabalhar apenas com egressos do sexo masculino. Já que estudos revelam que a população masculina representa a maior parte do contingente populacional penitenciário. As mulheres correspondem a apenas 4% do contingente populacional prisional (DEPEN, 2004).

No segundo recorte, crime cometido, busquei o estabelecimento de um controle mínimo em relação ao véis decorrente do tipo de crime. As percepções de um grupo homogêneo, em que todos os sujeitos tivessem sido condenados pelo mesmo tipo de crime, poderiam traduzir marcas muito específicas voltadas apenas para um determinado grupo. Nesse caso, correria o

risco das respostas estarem vinculadas mais ao tipo de crime do que a situação de aprisionamento e posterior conversão.

É preciso destacar que, o tipo de crime tem uma influência preponderante no tratamento dado ao interno e na percepção social sobre o sujeito após o cumprimento da pena. O tipo de crime pode incidir diretamente sobre o aumento ou a diminuição das possibilidades de reinserção social do ex-interno.

A partir dessas considerações optei por eleger um grupo intencionalmente heterogêneo em relação a esse aspecto. Selecionei, desse modo, 5 sujeitos sentenciados por diferentes crimes: estupro, tráfico de drogas, pedofilia, assalto a mão armada e estelionato, que atendiam ao perfil previamente apontado.

Quadro 3 – Caracterização geral dos ex-internos entrevistados do sistema penitenciário

Sujeito	Motivo da internação na adolescência em instituições de privação de liberdade	Tipo de crime cometido na maioridade	Tempo total de cumprimento da pena em penitenciária em regime fechado	Tempo de conversão	Tempo em que está em liberdade	Idade
Paulo	Furto	Estelionato	4 anos	11 anos	6 anos	35
	Roubo	Tráfico de drogas	5 anos	10 anos	8 anos	41
Tomé	Agressão física	Estupro	4 anos	8 anos	5 anos	38
Caim Abel	Assassinato	Assalto à mão armada	5 anos	9 anos	7 anos	30
José	Atentado violento ao pudor	Pedofilia	6 anos	7 anos	5 anos	39

Fonte: Entrevistas com ex-internos do sistema penitenciário baiano

2º. Grupo – Missionárias

Realizei também entrevistas coletivas com missionários que trabalham em presídios e desenvolvem projetos de apoio a reinserção de detentos e ex-detentos no contexto social. Para tanto, selecionamos 5 missionárias, tendo como critério uma atuação mínima de três anos em missões voltadas para presídios.

Quadro 4 – Caracterização geral das missionárias entrevistadas

Sujeito	Tempo de conversão	Gênero	Estado Civil	Escolarização	Idade
1	20 anos	feminino	casada	Ensino fundamental incompleto	48
2	15 anos	feminino	casada	Ensino Médio	39
3	23 anos	feminino	casada	Ensino fundamental incompleto	42
4	18 anos	feminino	viúva	Ensino fundamental incompleto	66
5	10 anos	feminino	casada	Ensino fundamental incompleto	58

Fonte: Grupo focal com missionárias que atuam no sistema penitenciário baiano

Coleta de dados

Realizei, com o grupo de ex-detentos, entrevistas individuais e com o grupo de missionárias duas entrevistas coletivas utilizando algumas técnicas de grupo focal. As entrevistas coletivas foram, portanto, conversas semi-estruturadas, com um roteiro pré-estabelecido, dirigidas por um moderador, em pequenos grupos e gravadas para posterior análise. Tive o cuidado de compor grupos relativamente homogêneos e não hierarquizados.

A duração máxima de cada entrevista coletiva foi de uma hora e meia. A pequena duração dos encontros visou diminuir a possibilidade de dispersão dos componentes. A dinâmica do grupo permite uma maior interação social entre os sujeitos, possibilitando a construção de um discurso coletivo nem sempre consensual. A possibilidade de um panorama sobre consensos, dissensos, pontos de convergência, discrepâncias e argumentos diferentes, parece um ganho valioso, em detrimento da imprecisão da mensuração oferecida pela técnica.

É necessário esclarecer porque optei pela utilização da expressão *entrevista coletiva com utilização de técnicas de grupo focal* e não pela utilização do termo *grupo focal*. O não cumprimento de duas condições, apontadas por alguns autores como necessárias e por outros não imprescindíveis, fez com que não definisse o trabalho realizado como *grupo focal*.

A primeira condição diz respeito ao fato das pessoas que compõem o grupo não se conhecerem. Isso não foi possível, considerando, sobretudo, o grupo pesquisado, ex-detentos e missionárias que, em alguns casos, conheciam seus pares. A segunda condição seria a presença de um moderador visualmente mais neutro. Essa “neutralidade estética”, ou melhor, estética próxima ao dos entrevistados, é geralmente construída a partir da escolha de um moderador de uma faixa etária próxima ao grupo e do mesmo gênero dos entrevistados. A falta de recursos externos vinculados à pesquisa, me levou a realizar pessoalmente as moderações.

Obviamente, de certa forma, o não cumprimento dessas duas condições pode ter gerado perdas na exposição dos indivíduos e na coleta de dados. No entanto, a consciência dessa possível influência se reverteu em um cuidado adicional na condução dos grupos e na análise de dados coletados. Acredito, portanto, que os dados coletados, apesar das condições, foram extremamente relevantes e confiáveis considerando-se o cuidado com o viés e o cumprimento de todos os outros procedimentos da técnica de grupo focal.

As entrevistas, individuais e coletivas, foram fundamentais para a compreensão do contexto institucional, dos desafios enfrentados por esses grupos e das estratégias de reeducação utilizadas. O levantamento desse material me permitiu ter acesso à visualização de sujeitos (os missionários) que estão mais próximos do cotidiano da *instituição total* do que a maior parte da sociedade, mas que não fazem parte de modo efetivo dessas instituições. Acredito que as percepções desse grupo me ajudaram a estabelecer um diálogo mais próximo com os caminhos trilhados pelos ex-internos.

Para análise das entrevistas utilizei como suporte o programa Nvivo. Trata-se de um programa voltado para categorização de textos, que atualmente está mais popularizado entre os cientistas sociais. O Nvivo permite que o pesquisador trate os textos estabelecendo categorias de análise a partir de uma árvore conceitual criada pelo pesquisador. Cada trecho das entrevistas pode ser classificado dentro deste desenho, posteriormente, os dados podem

ser cruzados dentro de relatórios específicos das categorias estabelecidas. O programa, portanto, não analisa os dados, mas oferece ferramentas que o pesquisador pode utilizar para organização do processo de análise.

Na análise de documentos foram selecionados:

- 1) Legislação e documentos que tratam da política educacional para adolescentes autores de infração.
- 2) Relatório final da pesquisa, desenvolvida pelo IPEA/CONANDA e coordenada por Enid Rocha Andrade da Silva, sobre o direito à convivência familiar e comunitária nos abrigos para crianças e adolescentes no Brasil (IPEA/CONANDA, 2004).
- 3) Relatórios oficiais sobre a situação dos presídios no Brasil, com destaque para os elaborados pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) como o *Sistema Penitenciário no Brasil – Diagnósticos e Propostas* (DEPEN/2005) e o *Manual de Convênios e Projetos de Reintegração Nacional* (DEPEN/2005).
- 4) Entre os relatórios extra-oficiais organizados por fundações e outras organizações selecionamos o *Brasil atrás das grades*, produzido pela Human Rights Watch (1998). Os pesquisadores da organização visitaram cerca de quarenta presídios, cadeias e delegacias de polícia, entrevistando presos, ex-detentos, autoridades, agentes penitenciários, membros da Pastoral Carcerária, juizes, advogados, promotores, deputados, estudiosos e representantes de organizações não-governamentais, compondo um panorama do sistema penitenciário brasileiro. Utilizaram a metodologia indicada pelo Comitê Permanente de Prevenção do Crime e Justiça Penal das Nações Unidas para a verificação da situação dos direitos humanos no mundo. Apesar de se tratar de um documento extra-oficial, o resultado deste trabalho vem sendo considerado na maioria dos fóruns de debate para a promoção de políticas públicas voltadas para o campo, inclusive no Brasil.
- 5) Alguns discursos proferidos ao longo das últimas décadas sobre o adolescente infrator e /ou abandonado presentes no material recente coletado na imprensa sobre o tema. Procuramos, por meio dos discursos, ilustrar o imaginário social sobre esses sujeitos (*Jornal do Brasil e Folha de São Paulo*, por terem dedicado um espaço significativo ao assunto nos últimos dois anos);
- 6) Testemunhos gravados em fita cassete de ex-detentos convertidos ao protestantismo.

ESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO

Os primeiros capítulos, de caráter mais teórico, estão marcados pela tentativa de contextualizar os subsídios utilizados na construção e na reconstrução dos estigmas e dos espaços pelos quais estes sujeitos transitaram. Tratam-se, portanto, das *vozes externas* que formulam, para além dos espaços prisionais, o imaginário acerca desses sujeitos. Esse panorama constitui um pano de fundo que complementa os relatos de história de vida dos sujeitos que encontraram instrumentos de reinserção social, de retomada.

Considerando esses aspectos, procurei, ao longo deste estudo, detectar essas percepções sem abdicar de um diálogo com as engrenagens que geram e/ou influenciam essas visões. As referências teóricas escolhidas refletem essa perspectiva dual, sendo compostas por autores com olhares nem sempre homogêneos, mas que contribuem, em certa medida, para a compreensão do problema estudado.

Fiz referências há alguns trabalhos, que considero relevantes, desenvolvidos por diversos autores sobre o campo, que cito na expectativa de melhor configurar um panorama do objeto. Entre esses autores saliento, sobretudo, a importância dos dados estatísticos e históricos, a exemplo do estudo desenvolvido por Foucault, sobre os mecanismos de vigilância e punição implementados ao longo dos séculos e da sua desconfiança sobre o acolhimento das instituições modernas. Com formação em Filosofia e Psicopatologia, a partir de uma abordagem epistemológica, o autor se debruçou, em algumas de suas obras, sobre a estrutura das instituições judiciárias e penitenciárias. Desde a publicação da *História da Loucura* (1961), o autor já revelava a riqueza de suas fontes documentais, que utilizo como preciosas contribuições para a aproximação com a historicidade das *instituições totais*.

Do ponto de vista conceitual três autores foram utilizados em destaque no trabalho: Erving Goffman, Zygmunt Bauman e José de Souza Martins.

O primeiro, Goffman, com publicações que têm trânsito entre a sociologia e a psiquiatria, auxiliou-me amplamente na compreensão dos processos de institucionalização e de categorias centrais para o estudo como estigma, instituição total e mortificação do eu. O autor mergulha

na compreensão do cotidiano das instituições e em suas implicações na constituição do indivíduo. O indivíduo o interessa dentro de um contexto institucional específico.

A busca por uma contextualização do indivíduo além muros, considerando não só sua condição frente à instituição, mas, também, sua identidade social mais ampla e seu pertencimento a outras coletividades, aproximou-me dos textos de Zygmunt Bauman. Senti necessidade de uma discussão que contextualizasse as críticas às instituições totais nas estruturas que as geraram, já que nosso estudo nos coloca diante das estruturas intra e extra-institucionais pelas quais os indivíduos transitaram em suas trajetórias. As reflexões de Bauman sobre modernidade e pós-modernidade, a partir dessa perspectiva, foram importantíssimas.

Acredito que o estudo sobre as trajetórias de sujeitos egressos de *instituições totais* (instituições de aplicação de medida sócio-educativa de privação de liberdade e penitenciárias), que encontraram formas de reinserção a partir da conversão, perpassa questões que tangem a percepção sobre a infância, o indivíduo, o marginal, o direito e a criação de modelos de institucionalização. Essas percepções e esquadrinhamentos encontram como tela a própria modernidade e suas fôrmas. A opção arriscada de perpassar a modernidade sustenta-se, sobretudo, na percepção de que apesar das singularidades das dinâmicas sociais desenvolvidas nos territórios escolhidos, os parâmetros fundados por esse movimento alimentaram arquétipos das sociedades ocidentais.

Ao discutir a construção dos estranhos e a carência do indivíduo frente à fragilidade dos vínculos comunitários na modernidade o autor complementa, a partir de um outro prisma, as reflexões de Goffman sobre *estigma*. As leituras de Bauman possibilitaram agregar ao estudo sobre os processos de alteridade problemáticos consubstanciados no conceito de *fronteira*, desenvolvido por Martins, o sonho de pureza, fonte de formulação de linhas divisórias estabelecidas entre o *nós* e os *outros*.

Esse casamento de autores contempla diferentes aspectos do objeto, conduzindo-me a uma abordagem arriscada, de algum modo, mas que, simultaneamente me possibilita colaborar com uma compreensão que não fique reduzida por uma análise teórica unidimensional. Concordo com Goffman que:

... atualmente, para que os conceitos sociológicos sejam tratados adequadamente, cada um deles deve ser ligado ao aspecto a que melhor se aplica, e seguido a partir daí até onde pareça levar, e obrigado a revelar o resto de sua “família”. Talvez seja melhor usar diferentes cobertores para abrigar bem as crianças do que utilizar uma coberta única e esplêndida, mas onde todas fiquem tremendo de frio. (GOFFMAN, 2001, p.12).

Desse modo, no primeiro capítulo, trato das percepções identitárias e das implicações nas trajetórias individuais, apresentando as bases teóricas que nortearam nossa percepção de identidade e de sujeito. Para efeito didático, dividi esse capítulo em dois momentos.

No primeiro momento, discuto as linhas divisórias historicamente construídas que perpassam as relações entre os sujeitos e alimentam o processo de *alteridade problemático*. Essa discussão foi elaborada a partir da compreensão de que o terreno da *identidade* e da percepção do *eu* está balizado pela relação que estabelecemos entre o *nós* e os *outros*. Nesse trecho do trabalho me aproximo de alguns elementos do pensamento moderno como a instauração da pseudo-igualdade entre os homens que alimentou fronteiras de diferenciação, demarcando o nascimento do indivíduo, socialmente adaptado, cúmplice dos valores que consubstanciam os contratos sociais, e paradoxalmente a composição mais clara de seu oposto: o que ou aquele que está à margem, segundo Bauman (1998), o *estranho*.

No segundo momento desse primeiro capítulo, inicio uma discussão que toca mais diretamente o objeto, centrada em um tipo específico de estranho, o *estranho* em conflito com a lei e os estigmas associados a essa condição. Considerando o objeto de estudo, estabeleci um paralelo entre os estigmas e o itinerário das vivências dos sujeitos. Dessa forma, trabalho com três condições: a do menor infrator, a do condenado e a do ex-detento, explicitando estigmas e estereótipos decorrentes. Nesse desenho, apresento alguns dados históricos e estatísticos que corroboram algumas das categorias teóricas trabalhadas e nos ajudam a visualizar o perfil dos sujeitos investigados nesse trabalho.

Após a apresentação dos *estranhos*, dos indivíduos em conflito com a lei, mergulhei, no segundo capítulo, nas fôrmas institucionais criadas para atendê-los. O principal objetivo desse capítulo é apresentar uma caracterização panorâmica das condições de aprisionamento e dos processos de institucionalização, aproximando o leitor do contexto em que esses indivíduos passaram grande parte da vida. Nesse capítulo, portanto, apresento as principais

características do sistema penitenciário brasileiro e baiano e os mecanismos de institucionalização.

Já no terceiro capítulo, me ative à compreensão de reinserção social por parte do sistema penal e aos mecanismos religiosos, especificamente, os vinculados à rede evangélica.

No quarto capítulo, analiso os dados levantados. No primeiro sub-capítulo trabalho com os dados levantados a partir das entrevistas realizadas com missionários que trabalham com evangelização em presídios, destacando as motivações individuais, as percepções sobre o sistema penitenciário, a visualização dos detentos e as estratégias de prosélito. A compreensão desse universo me parece fundamental para compreender o objeto de estudo já que o trabalho das missionárias aparece, segundo os ex-detentos, como ponto de partida para o encontro com Deus e também para o encontro com uma nova faceta *identitária*.

Já no segundo sub-capítulo, apresento as histórias dos ex-detentos e as percepções *identitárias* que mapeei a partir da narrativa de suas trajetórias individuais. Para efeito de análise, entrecruzo essas narrativas na tentativa de estabelecer um sistema de significados que expresse, por meio das percepções individuais, elementos que possam ser utilizados na compreensão das coletividades da quais esses sujeitos participaram. Como diz Queiroz (1987), a respeito do aspecto individual da narrativa: “Não se trata de considerá-lo isoladamente, nem de compreendê-lo em sua unicidade; o que se quer é captar, através de seus comportamentos, o que se passa no interior das coletividades de que participa”(p. 277). É nessa perspectiva, que as histórias assumem para mim um significado especial.

Nas conclusões, procuro sistematizar as principais reflexões advindas deste trabalho com ênfase às formulações que atendam às questões de estudo.

História vem do grego *istor* e significa aprender ou saber. As histórias que convido vocês a percorrerem ao longo deste trabalho são histórias de exceção, histórias de esperança. Talvez sejamos todos contadores de histórias, usuários de formas comunicativas que aprendemos e sabemos e pelas quais fazemos com que os outros saibam e aprendam sobre nós. Saber mais do *outro*, pelo *outro* parece uma forma de sabermos mais sobre nós mesmos.

1. PERCEPÇÕES IDENTITÁRIAS E IMPLICAÇÕES AS TRAJETÓRIAS INDIVIDUAIS

Que estranha cena descreves e que estranhos prisioneiros. São iguais a nós.
Platão, República, Livro VII.

Ao tratar das percepções identitárias de ex-internos de *instituições totais* que encontraram como forma de reinserção a conversão evangélica estou percebendo os estigmas agregados, a visualização social do menor infrator, criminoso e ex-detento e auto-visualização que o acompanham após o cumprimento da pena – como um elemento axial nas trajetórias desses sujeitos.

O ex-detendo é um portador de um determinado *estigma*, ou seja, de uma “degenerescência”, que pressupõe que deve ser diferenciado, por consequência, por vezes, evitado. O ex-detento e, sobretudo, o grupo que pesquisei – pessoas que iniciaram sua trajetória de delinquência na adolescência - agrega os *estigmas* dos diversos papéis que representou ao longo de sua trajetória. O *estigma* é, portanto, mais uma diferenciação pejorativa, que interfere no alinhamento grupal e na identidade individual.

O terreno da identidade e da percepção do *eu* está balizado pela relação que estabelecemos entre o *nós* e os *outros*. Concordo com Bauman (2003), que em certa medida, a *identidade* tem sido utilizada de modo a substituir a percepção de comunidade. A demarcação da

identidade, por vezes, acirra fronteiras e torna-se um elemento comumente utilizado para justificar distanciamentos grupais.

Estou visualizando a *identidade* como um elemento vivo, mutante, passível de análise naturalmente, mas que não se esgota na teorização. A *identidade* não está, portanto, dissociada das redes de relações e engrenagens que compõem o universo micro e macro do indivíduo, representando um núcleo instável do *eu*.

A partir dessa abordagem de *identidade*, a importância da dimensão histórica se explicita. A historicidade que perpassa a discussão teórica a seguir visa situar o problema no âmbito de sua construção, reafirmando a idéia de que a *fronteira* não se configura em um espaço datado, determinado historicamente; também esta área de conflitos da percepção humana não é um mero produto sócio histórico, mas uma dimensão da humanidade que emerge ao longo da História. Como explica Martins (1997), ao discutir a *Fronteira*:

Refiro-me à alteridade e à particular visibilidade do outro, daquele que ainda não se confunde conosco nem é reconhecido pelos diferentes grupos sociais como constitutivo do Nós. Refiro-me, também, a liminaridade própria dessa situação, a um modo de viver no limite, na fronteira, e às ambigüidades que dela decorrem. (MARTINS, 1997, p.12)

Considerando isto, discutirei, também, algumas das ideologias que permearam estratégias de institucionalização, concebendo-as como instrumentos relevantes para formatação do *eu* e a agressão à condição de *indivíduo*.

Vale lembrar, contudo, que ao mergulhar nas identidades e visualizações que foram construídas ao longo do tempo sobre os criminosos não estou propondo um esquema no qual a fronteira seria produto do estabelecimento de padrões de identificação. Acredito em um processo de interdependência entre estes elementos, como afirma Bauman:

A despeito do que dizem os guardas de fronteira, as fronteiras que eles protegem não foram traçadas para defender a singularidade das identidades já existentes. Como explicou o grande antropólogo norueguês Frederick Barth, o oposto é a regra: as identidades “comunitárias” ostensivamente

compartilhadas são produtos ou conseqüências do infundável (por essa razão tanto mais febril e feroz) processo de estabelecimentos de fronteira. Só depois que os marcos de fronteiras são cravados e as armas estão apontadas contra os intrusos é que os mitos sobre a antiguidade das fronteiras são inventados e as recentes origens culturais e políticas da identidade são cuidadosamente encobertas por “narrativas da gênese”. (BAUMAN, 2003, p.21).

As fronteiras físicas decorrem invariavelmente de processos de alteridade problemáticos que consubstanciam as fronteiras simbólicas. A negação, e por vezes, o aniquilamento, do *outro* está balizada por mecanismos de auto-proteção e barganhas que extrapolam o universo micro do sujeito.

1.1. O NÓS, OS OUTROS E OS ESTRANHOS

Nenhum de nós pode construir o mundo das significações e sentidos a partir do nada: cada um ingressa num mundo pré-fabricado, em que certas coisas são importantes e outras não são; em que as conveniências estabelecidas trazem certas coisas para a luz e deixam outras na sombra. (BAUMAN, 1998, p.17)

Luzes e sombras. Talvez seja esse nosso ponto de partida: o que iluminamos e o que ocultamos, o que valorizamos e o que desmerecemos, o que incluímos e o que deixamos à margem. Não somos todos iguais e não somos todos iluminados da mesma forma. As estratégias que encontramos para conviver com essas diferenças nos apontam caminhos que vão da *alteridade a fronteira*.

Esses espaços, bem como a própria construção do que se entende por alteridade, direito e socialmente adaptados são esquadrihados pelas delimitações da modernidade. A própria percepção de marginal aparece em oposição ao indivíduo que se insere no mundo moderno e em suas *fôrm*as.

Não faltam alertas que nos levem a refletir melhor sobre a necessidade de aproximação com os elementos constituintes desse movimento. A modernidade, apesar dos riscos, interessa-me na medida em que auxilia na compreensão dos olhares que consubstanciam as relações de alteridade na contemporaneidade. Acredito que a visualização e os estereótipos sociais acerca dos egressos de instituições de privação de liberdade incidem diretamente em suas trajetórias

e delimitam, de forma clara, linhas divisórias pelas quais transitamos e o espaço de fronteira no qual coexistimos. As luzes e sombras não atingiram a todos indistintamente.

A defesa de preceitos, como a liberdade, igualdade e fraternidade, deve ser contextualizada no ponto da História em que vivemos, já que os mecanismos de mediação desses preceitos se sofisticaram ao longo do tempo. O significado da liberdade no século XVIII não foi transportado para a nossa era dos extremos, mas aclimatado. Essa aclimação, no entanto, preservou a matriz da fronteira, da diferenciação, o que fortaleceu a ideologização de pilares modernos que foram concebidos e significados num dado espaço, tempo e em determinadas dinâmicas sociais.

Rouanet (1993) em *Iluminismos e contra iluminismos* ao passear pela diversidade de filósofos que participaram e alimentaram o iluminismo se arrisca a explicar paradoxos fundantes do movimento como o nascimento da individualidade em paralelo a defesa do universal, em um contexto histórico enfatizado, sobretudo, pela percepção das diferenças. A inauguração de um *reino da natureza* simultâneo ao do *costume* já diz da força homogeneizadora destinada a cada indivíduo e da possibilidade de se pensar a universalidade apesar das diferenças. A visão cosmopolita da natureza humana impõe princípios universais de moralidade que dizem de um lugar, de um interlocutor, que dizem do *mesmo*, ensimesmado no ocidente. Para Bauman (1998) um outro nome para o cosmopolitismo ocidental poderia ser a elite.

A ruptura com as amarras da religião e da autoridade secular em nome de uma nova roupagem de racionalidade liberta o indivíduo enquanto destinatário, mas deixa silenciada ainda a subjetividade, inaugurando novos cárceres. O desencantamento do mundo dentro de um movimento de emancipação também no plano político aponta caminhos que vão de Rousseau a Voltaire, da possibilidade de democracia a perspectiva liberal. As necessidades materiais de sobrevivência, as incertezas e contingências da natureza são alvos de preocupação e de leituras emancipatórias no plano econômico, como as vertentes liberal e coletivista.

Atento a possibilidade de arbitrariedade em um mapeamento sobre o pensar iluminista, Rouanet arrisca-se e avança para as concretizações históricas do movimento. “Aproxima” eixos extremos como o liberal capitalismo e o socialismo real, situando-os como representantes da modernidade e do projeto iluminista. Para o autor, a divergência se coloca

nas leituras elaboradas sobre o individualismo e o universalismo a partir dessas formas de organização social. Denuncia a redução da liberdade política, no capitalismo, a uma ritualização formalizada por mecanismos artificiais de indução do consenso e reforçada pelo fracasso da razão coletiva proposta pelo socialismo.

De fato, pode-se definir a modernidade como a época, ou o estilo de vida, em que a colocação em ordem depende do dismantelamento da ordem tradicional, herdada e recebida; em que ser significa um novo começo permanente. (BAUMAN,1998, p.20)

A vitória da modernidade liberal se traduz em um contra iluminismo, desdobrando-se no surgimento de um anti-iluminismo de esquerda, por conseguinte, em uma crise da modernidade. Essa reação se traduziria em um grito do indivíduo na tentativa de se retomar como elemento de uma coletividade, o que direciona as contestações sobre a modernidade e o iluminismo do plano das idéias para o das vivências.

Essa transposição explicitou a noção de igualdade, sua defesa e a posterior certeza de sua inconclusão no projeto moderno como um importante debate de cunho humanista. Vemos em autores como Hobbes, Montesquieu, Rousseau... tentativas de formulação de modelos explicativos que dêem conta de compreender as fronteiras que nos separam ou aproximam. O civilizado, o bárbaro, o selvagem... em suas diferentes acepções indicam pistas que levam a um mosaico de dúvidas sobre o que seria o próprio humano e os limites e possibilidades de sua adequação a um dado estado social.

Em oposição a Hobbes, Rousseau desconstrói a idéia de homem naturalmente belicoso, apontando a desigualdade como produto da evolução social e da corrupção da natureza humana. Defende, portanto, a acepção de bom selvagem. Revela dois fundamentos centrais do direito social: o instinto de conservação (auto-preservação) e a piedade (solidariedade), que vincula prioritariamente ao estado natural. A conclusão a priori da existência de um fundamento natural primitivo leva o autor a distinguir duas espécies de desigualdade: a natural e a moral e política. Essa distinção é uma das influências do estudo sobre trajetória humana ao estado social. Apesar dos limites impostos pela metodologia utilizada e pelo próprio conhecimento do séc. XVIII, as reflexões de Rousseau oferecem contribuições para o entendimento da condição humana na modernidade e sua adequação a contratos sociais mais

sofisticados nos séculos seguintes, que nos oferecem padrões de julgamento. Não surpreende, portanto, que sejam o direito e as leis elementos iluminados em destaque no projeto moderno. Como alerta Freud (1997), um outro autor referencial que se debruçou sobre a modernidade, constantemente, empregamos falsos padrões de avaliação, que explicitam a inadequação das regras que procuram ajustar os relacionamentos mútuos dos seres humanos na família, no Estado e na sociedade. Essas particularmente geram um profundo conflito e incompreensão frente a regulamentos que não representam benefícios individuais. A transposição das organizações comunitárias para organização do projeto moderno em Estados nações já explicitava a necessidade de maior liberdade individual e a crença de que os instrumentos criados pelo estado garantiriam a segurança anteriormente encontrada na comunidade. Esse processo, no entanto, não foi concretizado e a liberdade individual prometida acabou regulada pelos mecanismos de controle do Estado.

O que ocorre quando o “poder da comunidade é então estabelecido como direito, em oposição ao poder do indivíduo, condenado como força bruta...” (FREUD,1997, p.49) e esse indivíduo é excluído das redes de benefícios e ganhos utilizados como barganha em nome do projeto moderno? Como afirma Bauman (1998), esse mal estar, gerado pela perda de parte da liberdade individual em nome de um projeto moderno, que não alcançou a todos, alimentou os componentes da própria pós-modernidade marcada pela busca do prazer.

Os mal-estares da modernidade provinham de uma espécie de segurança que tolerava uma liberdade pequena demais na busca da felicidade individual. Os mal-estares da pós-modernidade provêm de uma espécie de liberdade de procura do prazer que tolera uma segurança individual pequena demais. (BAUMAN,1998, p.10)

Um ponto que particularmente me interessa na discussão sobre modernidade e pós-modernidade é a expressão da pureza, resgatada por Bauman (1998), que enquanto ideal, existe apenas a partir da possibilidade de comparação.

A busca da pureza moderna expressou-se diariamente com a ação punitiva contra as classes perigosas; a busca da pureza pós moderna expressa-se diariamente com a ação punitiva contra os moradores das ruas pobres e das áreas urbanas proibidas, os vagabundos e os indolentes. Em ambos os casos, a impureza no centro da ação punitiva é a extremidade da forma incentivada como cura a extensão até os limites do que devia ter sido, mas não podia ser, conservou-se em região fronteiriça; o produto-refugio não mais do que uma

mutação desqualificada do produto, passou como se fosse ao encontro dos modelos. (BAUMAN, 1998, p.26).

O conceito de marginal, ou de estranho, como quer Bauman, pode ou não estar associado à criminologia, embora, em certa medida, o marginalizado seja, a partir de determinados julgamentos e ideologias, um potencial transgressor das regras sociais. Podemos considerar, portanto, que a modernidade, bem como a pós-modernidade, construiu seus próprios marginais, inadequados e tentou criar formas de eliminá-los, atendê-los ou excluí-los do convívio social mais amplo. A idéia de pureza está, portanto, diretamente associada à idéia de ordem. Os estranhos não são apenas produtos da vida social que construímos e da ordem que tentamos implementar, eles estão lá, sempre estiveram e sempre estarão. A vida é heterogênea e a utopia da homogeneidade, presente no projeto de pureza, não é capaz de contê-la.

A idéia de estranho e em paralelo a própria idéia de pureza não é um mero produto sócio histórico, mas uma dimensão da humanidade que emerge ao longo da História, de formas diferenciadas. A necessidade da existência dessas concepções nos acompanha, embora suas definições sofram mutações ao longo do tempo. A noção de pureza é importante porque permite que vislumbremos com mais clareza as *fronteiras* nas quais os processos de alteridade problemática se desenvolvem e os argumentos, por vezes, equivocados que os sustentam.

O louco, o ateu, a mulher independente e o menor abandonado podem se constituir em alguns exemplos de estranhos que conhecemos ao longo da História. E se hoje nossos padrões de exigência podem parecer mais flexíveis, vale lembrar, como afirma Bauman, (1998) que:

No mundo pós-moderno de estilos e padrões de vida livremente concorrente, há ainda um severo teste de pureza que se requer seja transposto por todo aquele que solicite ser ali admitido: tende mostrar-se capaz de ser seduzido pela infinita possibilidade e constante renovação promovida pelo mercado consumidor, de se regozijar com a sorte de vestir e despir identidades, de passar a vida na caça interminável de cada vez mais intensas sensações e cada vez mais inebriante experiência. Nem todos podem passar nessa prova. Aqueles que não podem são a “sujeira” da pureza pós-moderna. (BAUMAN, 1998, p.23)

Há diversos tipos de *estranhos*, embora sua condição de status social se aproxime de algum modo, as crenças formuladas a partir dos motivos reais ou imaginários (nem por isso menos

reais) de inadequação social balizam os níveis de tolerância na convivência entre o *nós* e os *outros*. Para efeito deste trabalho discutirei a identidade de um tipo específico de estranho: a do estranho em conflito com a lei.

1.2. ESTRANHOS EM CONFLITO COM A LEI E ESTIGMAS ASSOCIADOS

Ao tratar do estranho em conflito com a lei, deliberadamente, agrupei nesse debate tanto os indivíduos internos de instituições sócio-educativas, como os de penitenciárias. Essa escolha se deve a três fatores.

O primeiro diz respeito à proximidade conceitual, em certa medida, em relação às características desses espaços, definidos, devido ao alto grau de fechamento, cotidiano burocratizado e estigmatizador, como *instituições totais*.

O segundo fator se baseia no público-alvo desses estabelecimentos. Apesar das especificidades desses grupamentos, sobretudo, as individuais, cronológicas e legislativas, esses sujeitos ocupam um lugar similar no imaginário social.

O terceiro está estritamente vinculado ao objeto desse trabalho. A infância e sua perda serão os pontos de partida das trajetórias dos sujeitos contemplados nesse estudo. A compreensão dos significados que se esboçam a partir da marginalização da infância, da negação dessa condição baseada na não correspondência de padrões comportamentais esperados, auxilia na aproximação da formulação do descreditado social, da identidade pessoal e da articulação biográfica com parâmetros macro. A experiência da privação de liberdade na adolescência inaugurou, para o grupo pesquisado, um processo cíclico de institucionalização e estigmatização.

1.2.1. Menor infrator: A infância

Ao optar por escrever sobre as percepções que perpassam a construção identitária de meninos e meninas autores de infração reli e retornei ao primeiro contato com os capitães baianos, com

a Bahia imaginária de Jorge Amado, a que criamos e recriamos a partir de leituras, olhares e vivências. Com os capitães que hoje se espalham pelas grandes capitais do Brasil e explicitam o longo caminho a ser trilhado na garantia dos direitos desses sujeitos.

...Aconteceu que no jardim **a linda criança que é Raul Ferreira de onze anos, neto do comendador**, que se achava de visita aos avós, conversava com o chefe dos Capitães da Areia, que é reconhecível devido a um talho que tem no rosto. **Na sua inocência Raul ria para o malvado**, que sem dúvida pensava em furtá-lo. O jardineiro se atirou em cima do **ladrão**, não esperava, porém, pela reação do **moleque**, que se revelou um mestre nestas brigas. E o resultado é que, quando pensava ter seguro o **chefe da malta**, o jardineiro recebeu uma punhalada no ombro, e logo em seguida outra no braço, sendo obrigado a largar o **criminoso**, que fugiu... (AMADO,1991, p. 12)

O muro que separa Raul de Pedro Bala é também uma fronteira simbólica que diferencia papéis, representações, sujeitos, territorialidades. *A linda criança* e o *malvado*, entre eles mais do que cronologia há uma extensa gama de experiências, percepções, valores. A negação da infância e da adolescência desses meninos está pautada não em critérios cronológicos, mas de comportamento. De um determinado comportamento que esperamos de uma determinada faixa etária. A inconclusão desse prognóstico concede uma permissividade de ação e de julgamento, que por vezes, viola as fronteiras da alteridade.

- **São crianças**, senhora.

A velha olhou superior e fez um gesto de desprezo com a boca. O padre continuou:

- Cristo disse: “Deixai vir a mim as criancinhas”...

- Criancinhas...criancinhas... – cuspiu a velha.

- Ai de quem faça mal a uma criança”, falou o senhor – e o padre José Pedro elevou a voz acima do desprezo da velha.

- Isso **não são crianças, são ladrões, velhacos, ladrões**. Isso não são crianças. São capazes até de ser dos Capitães da Areia... Ladrões – repetiu com nojo. (AMADO,1991, p.73, grifo nosso)

O termo desvalido, amplamente propagado no Brasil em 1874, por ocasião da fundação do abrigo dos meninos desvalidos, vem do latim "valere" (valor), significando desvalor, o que ou aquele que não tem valor. A expressão já revelava a percepção de que nem todos os meninos têm o mesmo valor e que os critérios para o estabelecimento de hierarquias valorativas

dependem, sobretudo, da subordinação dos sujeitos a parâmetros sociais pré-estabelecidos de identidade.

A idéia de que a formatação a esse ideal de infância se reverteria, necessariamente, em uma aura de proteção social também é falsa. A pedofilia, a exploração da infância nos morros, canaviais, carvoarias e a violência silenciosa praticada contra crianças por familiares e pessoas próximas revelam uma idéia de proteção à infância ainda inconclusa.

É preciso lembrar que a criação da infância é algo relativamente recente do ponto de vista histórico. Infância (in-fans) significa “não fala”. Essa tradução vai ao encontro de algumas percepções como a da educação grega do período clássico, na qual a condição de infância referia-se a seres com tendências selvagens a serem dominadas pela razão e pelo bem ético e político. No pensamento medieval, ainda, a infância era vista como evidência da natureza pecadora do homem, pois nas crianças, a razão, reflexo da luz divina, não se manifestaria. A marca do regime escravista que contava com significativa participação de crianças (como senhores ou escravos), as violências praticadas contra as crianças indígenas, os grumetes que cruzavam o Atlântico submetidos a todo tipo de maus tratos (em meados do século XVIII a presença de crianças nos navios chegou a ser superior ao de adultos), o aparecimento das ações dos pivetes em índices estatísticos a partir de 1900, a entrada maciça dos pequenos emigrantes nas fábricas no final do séc. XIX, dizem de uma História da infância marcada por grandes violências (PRIORE, 2000).

A idéia de infância associada à pureza se estabelece em paralelo à hipótese de que a corrupção humana se dava ao longo da socialização. A substituição da idéia de criança como ser incompleto e seu reconhecimento como indivíduo, deve-se, em parte, as pesquisas sobre desenvolvimento e aprendizagem. Indicativos, em estudos médicos e psicológicos, da possibilidade de desenvolvimento infantil desde o nascimento, com ênfase a criatividade e a sociabilidade, bem como a perspectiva humanista, serviram para reforçar a idéia contemporânea de infância e auxiliaram na formulação de legislações específicas voltadas para a proteção desses sujeitos. Hoje, a legislação brasileira considera crianças as pessoas com até 12 anos incompletos e adolescentes as pessoas entre 12 e 18 anos incompletos.

Para se ter uma idéia mais clara desse percurso no Brasil, no período dos governos militares pós 1964, as políticas adotadas em nível federal, por intermédio de órgãos como o

Departamento Nacional da Criança - NDC, a Legião Brasileira de Assistência – LBA - e a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor – FUNABEM, divulgavam a idéia de creche e mesmo de pré-escola como equipamentos sociais de assistência à criança carente. As marcas da filantropia e do assistencialismo caracterizaram fortemente esse período, que divulgou o atendimento pré-escolar como instrumento de compensação de carências de ordem orgânica e cultural e prevenção do fracasso escolar e da criminalidade (OLIVEIRA, 2002).

Somente na Lei 5692/71 há menção a responsabilidade dos sistemas em velarem para que as crianças em idade inferior a 7 anos recebessem educação em escolas maternais, jardins de infância ou instituições equivalentes. Embora esse seja um marco importante, as motivações desse movimento não estavam restritas a preocupação com a infância, mas, sobretudo com as mudanças estruturais oriundas do processo de urbanização, que geraram a adesão de alguns segmentos sociais. A entrada de mulheres das camadas médias da população no mercado de trabalho pode ser apontada como um dos elementos impulsionadores (OLIVEIRA, 2002).

A expansão das creches se daria com mais visibilidade somente na década de 80. Nesse período foi denunciada a utilização de programas compensatórios e de abordagem de privação cultural na pré-escola como instrumentos de discriminação e marginalização.

O avanço legislativo viria, a partir de meados da década de 90, com a inclusão de novas políticas para as crianças: no Plano Nacional de Desenvolvimento – PND - (1986); no reconhecimento da educação em creches e pré-escolas como um direito da criança e um dever do Estado a ser cumprido nos sistemas de ensino (CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA, artigo 208, 1988); na promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA - (1990); na Declaração de Jomtien, resultado da Conferência Mundial de Educação para Todos (realizada em Jomtien/Tailândia- 1990), que reconheceu que a aprendizagem inicia com o nascimento; e na aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB - Lei 9394/96, que estabelece a Educação Infantil como etapa inicial da Educação Básica.

Até 1999, foram criados o Conselho Nacional, 27 Conselhos Estaduais, 3.948 Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente, correspondente a 72% das cidades brasileiras. Mas, “A falta de infraestrutura, ao longo destes anos, tem dificultado a implantação de Conselhos Municipais e contribuído para a falta de entendimento do

significado e da importância destes órgãos para a infância e adolescência” (Fonte: www.presidencia.gov.br/sedh acesso: 21/11/2006).

Apesar da diminuição da taxa de mortalidade infantil, 40% entre 1990 e 2000, e da expansão do Sistema de Ensino, o número de homicídios aumentou de 1.018 para 6.373, entre os meninos, e de 212 para 678, entre as meninas, no período compreendido entre 1979 a 1999 (Fonte: www.presidencia.gov.br/sedh Acesso:21/11/2006). Estes dados corroboram a existência de um desrespeito contínuo a infância apesar da proteção a esse grupo já se constituir em um valor, que gera comoção e adesão em nossa sociedade.

O mais grave, do ponto de vista valorativo, ocorre quando a condição de infância e adolescência é negada. Especificamente para os adolescentes em conflito com a lei o estigma de *menor infrator* os coloca, no imaginário, na categoria de criminosos. A expressão *menor* está, invariavelmente, ligada a uma condição estigmatizadora. O *menor* não é criança, adolescente, ator ou sujeito... Esse termo diz, sobretudo, da negação do ser, do estar, do pertencer.

Essa negação vem carregada, ainda, de um constrangimento, típico da patologia social. O autor de infração coloca em cheque o esquadramento de um ideal de infância pautada em características como a pureza, a inocência, a obediência, a concretização de todas as virtudes, tornando-se, portanto, um *estranho*. A reação da sociedade perante a essa ameaça se evidencia na criação de instituições correccionais voltadas para a formatação daqueles que fugiam a esse modelo e, por vezes, em um julgamento mais rigoroso do adolescente em conflito com a lei do que do criminoso adulto.

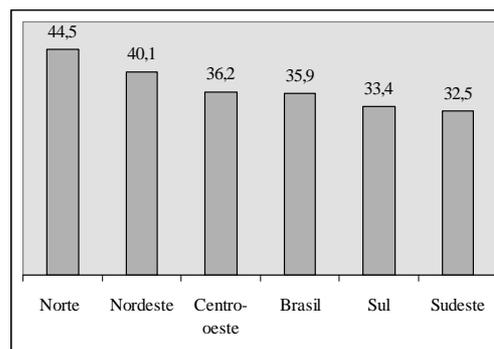
A criminologia positivista torna-se insustentável, como alerta Zaluar (1994), já que a prática da violência não se restringe às camadas sociais desfavorecidas: a violência é praticada por meninos pobres, de classe média e de classe média alta. As fronteiras das classes sociais, não esgotam a questão, embora tenhamos uma concentração punitiva nas parcelas menos favorecidas.

A participação de adolescentes e crianças em delitos e crimes tem apresentado um crescimento constante, não só no Brasil, mas, também, em países desenvolvidos (ZALUAR, 1994). No Brasil, casos emblemáticos de crimes, com alto grau de periculosidade, praticados

por adolescentes de classe média alta vêm agregando novos elementos, como valores, consumismo e práticas educativas à discussão. Essas aparentes contradições no perfil do adolescente autor de infração revelam um universo complexo, onde, obviamente, devemos estabelecer prioridades de análise, sem desconsiderar, contudo, os diferentes fatores que influenciam a prática da violência. Para exemplificar a capacidade dessa análise, a seguir mostraremos alguns dados.

No Brasil, 45% dos adolescentes e crianças vivem em famílias com uma renda per capita de até um salário mínimo. Quando falamos em crianças e adolescentes, vale salientar, que representam 35,9% da população brasileira.

Figura 3 - Percentual de crianças e adolescentes sobre o total da população, por grandes regiões, Brasil – 2000



Fonte: Amostra do Censo Demográfico 2000 (IBGE)

O percentual de adolescentes que integram famílias que ganham até um salário pode chegar, como aponta o gráfico a seguir, a percentuais mais elevados se considerarmos as variações entre os estados.

Quadro 5 - Percentual de crianças e adolescentes pobres (vivendo em famílias com renda per capita de até ½ salário mínimo) por estado, Brasil - 2000

Maranhão	75,2
Alagoas	72,7
Piauí	72
Ceará	68,4
Bahia	67,6
Paraíba	67,1
Sergipe	65,9
Pernambuco	63,9
Amazonas	63,8
Rio Grande do Norte	62,6
Pará	62,6
Tocantis	59,9
Acre	58,7
Amapá	52,9
Roraima	46,6
Brasil	45
Rondônia	43,5
Minas Gerais	41,9
Mato Grosso do Sul	38,7
Espírito Santo	38,6
Goiás	35,7
Mato Grosso	35,6
Paraná	33,3
Rio de Janeiro	29,7
Rio Grande do Sul	29,6
Distrito Federal	24,4
Santa Catarina	23,8
São Paulo	22,4

Fonte: Tabulação especial sobre equidade -Amostra do Censo Demográfico 2000 (IBGE)

Nesse contexto, surpreende o fato de São Paulo aparecer com o menor percentual de adolescentes e crianças pobres e ao mesmo tempo estar entre os estados com maior criminalidade praticada por essa faixa etária. É preciso, portanto, que nos esforcemos para visualizar essa temática por outros prismas.

A FUNABEM, criada em 1964, pela Lei 4.513, com o objetivo de “*formular e implantar a Política Nacional do Bem Estar do menor, estudando o problema, planejando soluções e coordenando a fiscalização das entidades executoras dessa política*” (FUNABEM ano 20, 1984, p.6), invariavelmente associada à reeducação de autores de infração, atendia, em sua maioria, a carentes e órfãos sem nenhum histórico criminal. Além da violência dessa

estigmatização que atinge, em sua maioria crianças pobres, há, ainda, a exploração do trabalho infantil, a violência sexual e psicológica.

A interrupção dos estudos ou o não acesso à escolarização nesse contexto é inevitável para as crianças e adolescentes que trabalham não amparados pela legislação: cerca de 60% dos pequenos trabalhadores do Nordeste são analfabetos (PRIORE, 2000). Essas condições não apenas potencializam as ações de violência como geram uma percepção deturpada de trabalho, onde as vantagens e/ou probabilidade de ascensão por meio do estudo e do trabalho são encaradas com certa descrença. O não reconhecimento desses mecanismos sociais como meios de inserção tem, ainda, origens que podem ser vinculadas à alta concentração de renda.

Há inúmeras formas de se produzir estranhos. No caminho dessa produção, destacaremos a seguir alguns marcos históricos que considero relevantes para compreensão dos elementos formuladores do estigma da infração.

Silva (1997) ao estudar o histórico do pensamento assistencial brasileiro o sistematizou em cinco fases distintas: a filantrópica (1500 - 1874), a filantrópica-higienista (1874 – 1922), a assistencial (1924 – 1964), a institucional pós 64 (1964 – 1990) e a desinstitucionalização (1990 - ...). Mais do que uma divisão didática, o autor destaca, através dos títulos eleitos, as principais características que orientaram o percurso do problema do *menor* no Brasil.

A primeira fase se caracteriza pela utilização de um modelo centralizado nas Santas Casas de Misericórdia, que funcionavam mais como abrigos de passagem para crianças que, posteriormente, na condição de agregados, eram encaminhadas para famílias beneméritas. Embora a condição da infância ainda estivesse longe de se constituir em um interesse estatal, foi nesse período que detectamos a primeira referência “governamental” sobre o assunto, no Brasil. Em 1693, foi enviada uma carta régia a Antônio Paes de Sede, Governador da Capitania do Rio de Janeiro, determinando que os expostos fossem criados e sustentados pelos cofres públicos. A câmara, alegando falta de verbas, nada fez. A ajuda pública viria no século seguinte.

Para se ter uma idéia, somente em 1830, no Código Criminal do Império, o termo *menor* surge pela primeira vez, atribuindo responsabilidade penal para os maiores de 14 anos. A imputabilidade penal para esse grupo, não deteve, no entanto, o aumento no número de crimes

praticados por menores, que cresceram em 60%, entre os anos de 1894 e 1895. É preciso considerar as mudanças ocorridas na passagem do século 19 para o 20, como a urbanização e a diferenciação nas relações trabalhistas, como fator balizador que levou a uma exposição social do problema, mas, sobretudo, a inexistência de políticas públicas que zelassem pela infância, no período.

Encontramos outro marco em 1798, quando teve início o que seria, anos depois, o *Seminário de São Joaquim*; primeiro abrigo de cunho profissionalizante (FUNABEM ano 20, 1984). Há, nessa iniciativa, claramente a preocupação de integrar o menor à sociedade, assim como as raízes de uma crença, ainda contemporânea, de que a profissionalização apenas equacionaria o problema. É preciso lembrar, como aponta Zaluar (1994), que na discussão relativa à profissionalização o que está em jogo, por vezes, são os valores que os indivíduos atribuem a própria idéia de trabalho, interpretado de acordo com a autora como um instrumento escravista e de pouca valoração positiva.

Podemos perceber, desse modo, que o distanciamento existente entre o adolescente e o mercado de trabalho, passa não só pelas oportunidades desiguais de escolarização e de acesso, mas, também pela percepção de que o trabalho acabaria não por se configurar num instrumento de ascensão social, mas de solidificador de um papel social do qual o indivíduo procura desvincular-se: o de dominado. Essa lógica parece explicar o porquê da profissionalização como processo reeducacional não bastar para um determinado grupo de adolescentes autores de infração, particularmente os oriundos de classes populares e moradores de periferias. Trata-se de um equívoco: a desvalorização do trabalho como um meio de ganho de status não perpassa classes específicas, mas a sociedade como um todo, atingindo não apenas grupos, mas uma geração de adolescentes que tem sido impulsionada ao consumo e ao pragmatismo. Talvez, essa lógica, sirva como elemento de compreensão no aumento da participação de menores oriundos de classe média em delitos e crimes.

A visualização do problema do *menor abandonado* e carente ganha um novo prisma, com a criação da *Roda de Enjeitados*, em 1738, que recebia inclusive filhos de escravos.

Além do abandono à porta de caridosos particulares ou nas naves das igrejas, muitas crianças eram deixadas na rua, à mercê das intempéries e dos animais, por mães desesperadas ou parteiras irresponsáveis. O terrível espetáculo de crianças mortas de frio e de fome, ou devoradas por cães ou

porcos, inspirou aos governos das cidades a idéia de criação da Roda. (SILVA, 1997, p.38)

O programa de cunho religioso recebeu durante os séculos XVIII e XIX um total de 42.000 enjeitados, devendo-se considerar, no entanto, que o índice de mortalidade transitava entre 50 a 70% (MARQUES, 1996). De acordo com Silva (1997) houve momentos nos quais o índice de mortalidade atingiu o alarmante pico de 90%. É preciso lembrar, o caráter estigmatizador da Roda, mas também seu cunho libertário.

Aos internos negros da *Roda de Enjeitados*, através do alvará de 1775 do Ministro Sebastião Salgado José de Carvalho e Mello, era concedida alforria. Mães escravas, por vezes, recorriam a roda com o objetivo de libertar seus filhos. Nesse ponto, o sistema funcionava como um canal de *emancipação* para um determinado grupo, embora tenha auxiliado na estigmatização dos *menores abandonados* (por razões diversas) como enjeitados socialmente. Hoje, as instituições destinadas a crianças e adolescentes em estado de risco parecem refletir essa dualidade: o viés emancipatório, visto como um caminho para a cidadania, que perpassa as atuais diretrizes legislativas sobre a infância e a adolescência; e o processo de alteridade problemático estabelecido no campo institucional e extra-institucional.

No bojo da reordenação da visualização da infância ocorrida no século XIX, no Brasil, em 1874, surge o abrigo dos meninos desvalidos (os que ou aqueles que não tem valor). Interessante, pois o valor social da criança, enquanto indivíduo diferenciado, estava se esboçando, embora ainda estivesse, como aponta Marques (1996, p.12), à sombra dos adultos, numa trajetória marcada “pela violência, repressão, abandono e por passagens em instituições que, por vezes, contribuía para o sepultamento da própria infância”. Vale destacar que, embora as estratégias educacionais utilizadas com menores marginalizados se sustentassem em pilares diferenciados ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX, de cunho, respectivamente, moralista, higienista e judiciário, objetivavam, com certa clareza, tornar estas crianças "dóceis e amáveis" (MARQUES, 1996, p.9). Ou seja, maleáveis no contexto social.

As crianças e adolescentes carentes e/ou autores de infração parecem seguir uma trajetória de problema humano a problema social reconhecido, a partir do século XVIII. Apesar de encontrarmos no séc. XVII medidas destinadas à criação dos expostos pelo poder público, foi

apenas no século XVIII com iniciativas em Salvador e Rio de Janeiro, que o processo foi, de fato, legalizado. Até então, era visto como ato de caridade do poder público.

O Asilo dos Meninos Desvalidos se insere na estrutura social, através de uma "concessão ideológico-moral" da prática do favor" (MARQUES, 1996, p.42)

O atendimento e as condições dos abrigos, considerando-se os índices demonstrados na tese de medicina de Lazaro (1855), eram muito abaixo do esperado, inclusive em relação à sobrevivência, com índices de mortalidade de até 82%.

A reeducação de adolescentes e o atendimento a crianças em estado de risco passam, necessariamente, pela eficácia das diretrizes educacionais, tanto macro, visualizadas através das políticas nacionais; mas, sobretudo, no universo micro, nas instituições onde vivem essas crianças e adolescentes. Em 8 de maio de 1965, Mário Altenfelder, primeiro presidente da FUNABEM, na cerimônia de instalação do Conselho Nacional, afirmava:

Segregar não é educar. Educar não é prender. Menores abandonados ou infratores também necessitam de família, da sociedade e de amor. É tarefa difícil reeducá-los. Mas as coisas difíceis não podem ser entregues a incapazes. (FUNABEM ano 20, 1984, p.40).

Vale lembrar, no entanto, que a "incapacidade" de reeducar esses jovens nem sempre está ligada à falta de capacitação profissional, mas as ideologias que orientam a visão desses "educadores".

Durante longo tempo, entidades de defesa dos direitos humanos e pessoas envolvidas com a causa lutaram, e ainda lutam, para que os reformatórios ou instituições de aplicação de medida sócio-educativa de privação de liberdade não fossem reflexos da desorganização presidiária, de nosso país. Silva (1999) esboça o quadro da reeducação presidiária alertando para as circunstâncias desumanas de cárcere, que levam ao confinamento de 100 presos em celas com capacidade apenas para 28. Infelizmente, os números de menores internos na

FEBEM de São Paulo revelam uma semelhança assustadora: a instituição com capacidade para abrigar 360 menores tinha, em 1999, 1500 internos (Informação oral)⁵.

Nas instituições destinadas a atender adolescentes infratores, o início das denúncias de maus tratos são anteriores à criação da FUNABEM, já que, até 1963, o SAM era o órgão responsável pelos internamentos (FUNABEM ano 20, 1984). Entre 1924 e 1964 o Estado abraça significativamente a responsabilidade pelas crianças órfãs e abandonadas, mas prioriza a oportunidade para o trabalho em detrimento de outros aspectos educativos. Nesse período, o tempo de internação também é ampliado, estendendo-se, na maioria das vezes, até os 18 anos.

Mas é, sobretudo, no regime militar que o caráter institucional se intensifica. A FUNABEM nasce do “casamento” de forças, iniciado em 1949, entre a União Democrática Nacional - UDN; e a Ação Social Arquidiocesana - ASA. O objetivo, segundo a própria Maria Cunha, era o de gerar um projeto de benefício ao menor eficaz, e extinguir, definitivamente, o SAM. Sobre o órgão uma futura conselheira da FUNABEM falou:

Muitos encaminhei para lá antes de visitá-lo. Depois que lá estive (1949) nunca mais senti coragem de fazê-lo! Era preferível deixá-los de qualquer jeito junto à sua gente, do que serem maltratados, atirados ao crime, sentirem fome também e sede, quando em Quintino faltava água. - Maria Celeste Flores da Cunha (FUNABEM ano 20, 1984, p.14).

A FUNABEM foi criada em 1964, pela Lei 4.513, substituindo o SAM. O objetivo era: “formular e implantar a Política Nacional do Bem Estar do menor, estudando o problema, planejando soluções e coordenando a fiscalização das entidades executoras dessa política” (FUNABEM ano 20, 1984, p.6). Seu atendimento não se restringiu aos autores de infração, abarcando carentes e órfãos. Do ponto de vista político, a FUNABEM se insere estrategicamente como um conjunto de programas com caráter, sobretudo, preventivo.

As famílias de classes populares, com uma constituição “atípica”, diferente do que o Estado pensava como padrão, perdiam, por vezes, a tutela de suas crianças. Há na FUNABEM, poderíamos dizer, uma finalidade de higienização social, por meio da ordem e da tentativa de

⁵ Jornal Nacional em 11/9/1999.

assegurar um padrão educacional a uma geração potencialmente perigosa. O processo de institucionalização nesse modelo estava marcado pela desvinculação familiar, e por conseqüência, pelo assassinato da História desses sujeitos. A trajetória de Roberto da Silva, como tantas outras, nesse ponto nos parece exemplar:

Um dia perguntei a um ex-menor, que já havia sido efetivado como funcionário, se eu, que provavelmente passara pelas mesmas situações daquelas crianças que estavam dando entrada no Juizado de Menores, não teria também uma ficha ou um processo que relatasse a minha história. Com muito receio, ele localizou uma ficha e, por meio dela, o meu Processo de Abandono. Aos 15 anos de idade, no sombrio e úmido porão do arquivo do Juizado de Menores, eu Roberto da Silva, pude pela primeira vez ver uma fotografia minha, aos cinco anos de idade, e vim a saber que tinha mãe, pai e irmãos. Descobri, ainda que eles também estavam internados em unidades da Febem. Esse passaria a ser o meu maior e único segredo. Eu nada poderia falar aos demais funcionários ou ao juiz, pois certamente a pessoa que me ajudara seria punida e eu também. (SILVA, 1997, p.19)

Os dois irmãos mais novos foram mantidos juntos, ainda que não soubessem que eram irmãos, até que Reis completou dois anos e foi transferido para Santa Isabel. Os dados de seus prontuários indicam que, em Santa Isabel, Reis e Flávio também ficaram internados na mesma instituição até completar 18 anos, mas nunca foram apresentados como irmãos. Até encontrar Reis e Maria Aparecida, em janeiro de 1996, eles não sabiam da minha existência nem que Flávio também era nosso irmão. (SILVA, 1997, p.18)

As denúncias não foram poucas nem estiveram restritas apenas ao âmbito psicológico. Os relatórios de comissões sobre a presença de abuso e tortura, entre os pares e funcionários, dentro dessas instituições e nas seguintes que as substituíram depois do ECA, já dizem da ameaça da perda da identidade do indivíduo em nome de uma institucionalização violentamente homogênea.

A pesquisa desenvolvida pelo Grupo de Trabalho do Menor, entre 1979 a 1982, ligada a PUC/SP, não só denunciou os esquemas de violência dessas instituições, como procurou, também, compreender os choques existentes entre a o menor e a instituição, num mergulho no mundo do menor infrator (QUEIROZ, 1987). De acordo com a pesquisa, a trajetória social do menor infrator é marcada pela FEBEM, acabando, na maior parte das vezes, na idade adulta, na cadeia ou em morte precoce. A transformação do menor infrator em delinqüente, segundo esse trabalho, ocorre com a cumplicidade da instituição que se propõe a reeducá-lo.

Preso e condenado pela primeira vez em fevereiro de 1979, saí em liberdade condicional depois de 1 mês. Por reincidência, voltei à prisão em outubro do mesmo ano e lá fiquei até setembro de 1981. Retornei em abril de 1982 e permaneci até fevereiro de 1984, perfazendo um total de 5 anos e 6 meses de cumprimento de penas. Já na primeira passagem, surpreendi-me desagradavelmente, por encontrar no pavilhão 9 diversos ex-menores que foram criados comigo desde a infância. Na segunda passagem, encontrei outros no pavilhão 8 e comecei a dar-me conta de que parte dos meus companheiros de infância também estava na prisão. (SILVA, 1997, p.21).

Em sua tese, Roberto da Silva reitera esse alerta. O pesquisador analisou um grupo de 370 meninos que cresceu em internatos já sob o regime da Fundação nacional do Bem Estar ao Menor. Desses, 135 viraram criminosos, cerca de 36,5%. Ao compor o perfil desses jovens salienta o fato de : terem sido abandonados jovens, terem ficado mais de 10 anos sob tutela da FUNABEM; não possuírem histórico de criminalidade ao ingressar na instituição. Aponta, entre outros, o fato da FUNABEM ter se caracterizado por grandes instituições, que abrigam mais de 500 jovens, concorrendo para a formação de um ambiente de difícil controle, demasiadamente “institucionalizado”, distante dos pequenos orfanatos, que tentavam resgatar um caráter familiar (SILVA,1997).

Na trajetória histórica do *menor* no Brasil o ECA foi, sem dúvida, um importante passo rumo a um processo de redimensionamento do problema da infância e da adolescência para uma esfera de responsabilidade social e humana.

Essa perspectiva fica evidente na responsabilidade da coordenação das políticas públicas para crianças e adolescentes, bem como a execução de parte dessas políticas, que, atualmente, cabe à Secretaria Especial dos Direitos Humanos, órgão diretamente ligado à Presidência da República. A Secretaria Especial possui uma Subsecretaria com atribuição específica, a Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente⁶. Vale destacar, o papel articulador do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA).

⁶ Com estrutura regimental aprovada pelo Decreto N.º 4.671, de 10 de abril de 2003, surge no contexto do processo de reorganização administrativa iniciado com a publicação da Medida Provisória N.º 103, de 1º de janeiro de 2003 que, dentre outras alterações, incorpora à estrutura da Presidência da República a então Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, sob a nova designação de **Secretaria Especial dos Direitos Humanos**. (Fonte: www.presidencia.gov.br/sedh acesso em 12/06/06)

A melhoria do atendimento socioeducativo dos adolescentes em conflito com a lei tem sido amplamente discutida com o objetivo de formular estratégias eficazes de ressocialização. Apesar das diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente o internamento tem sido a forma mais usual de atendimento ao adolescente em conflito com a lei.

Um amplo movimento dos órgãos estaduais responsáveis pelo atendimento socioeducativo dos adolescentes em conflito com a lei, do Poder Judiciário, do Ministério Público, instituições da Sociedade Civil e do Governo federal em parceria com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, vem elaborando um sistema nacional de atendimento socioeducativo em consonância com o ECA. Os objetivos são priorizar a aplicação de medidas de meio aberto, descentralizar a aplicação destas medidas, promover a atuação integrada dos órgãos responsáveis pela apuração dos atos e pela aplicação das medidas e a adaptar os modelos arquitetônicos das unidades de internação aos planos de atendimento socioeducativos, bem como a garantir os direitos ao lazer, à saúde, à educação e à profissionalização durante o período de internação.

Entre os principais desafios para a construção de políticas públicas para a área estão: o preconceito social que estigmatiza o adolescente em conflito com a lei e/ou que passaram pela FEBEM; a rejeição de alguns municípios, comunidades, órgãos públicos e equipamentos de serviço em atender o adolescente autor de ato infracional; a ausência de retaguarda de serviços e instituições públicas e privadas no atendimento ao adolescente que comete delito; a ausência de estudos e pesquisas antropológicas, psicológicas sobre o adolescente autor de ato infracional; o desconhecimento e/ou a compreensão equivocada do ECA por parte do poder público, judiciário e setores da opinião pública; a falta de uma rede de atendimento que garanta a promoção e proteção dos jovens (Fonte: www.presidencia.gov.br/sedh). Em meio a tantos desafios como o infrator torna-se criminoso sem que tenha havido, de fato, uma diferenciação real do ponto de vista do imaginário.

1.2.2. Criminoso e condenado

Os condenados são... outro povo num mesmo povo: que tem seus hábitos, seus instintos, seus costumes à parte.

Marquet-Wasselat (1841, p.9. apud FOUCAULT, 2001, p.212)

A visualização dos sujeitos que compõe os segmentos socialmente excluídos como potenciais agressores reforça a estigmatização, a baixa perspectiva de mobilidade social e o território de *fronteira* entre grupos com origens culturais diferenciadas. Em suma, reforça a criação de guetos e suas conseqüências.

O “bairro seguro”, como quer Bauman (2003), conseqüência direta do fracasso da idéia de sociedade como porto seguro e instrumento de amparo, se consubstancia, no processo de negação do *outro*, em gueto voluntário. Esse, por sua vez, auxilia na construção de outros guetos, as comunidades periféricas, os bairros sem condições mínimas de higiene e acesso a transportes, as favelas, as invasões... A definição, no entanto, de gueto voluntário, como aponta Bauman (2003), esbarra em um problema conceitual grave: o adjetivo voluntário acrescenta ao gueto uma dimensão que o nega, a dimensão da liberdade. Os guetos reais implicam na negação da liberdade.

[...] existe um mundo de diferenças entre envergar o *leve manto* e achar-se trancado na *gaiola de ferro* (para usar a célebre metáfora de Max Weber). As pessoas que vestem o manto podem achá-lo bonito, aconchegante e confortável, podem nunca sair sem ele e recusar-se a trocá-lo por qualquer outra coisa, mas a crença de que podem despir o manto é o que faz ser percebido como leve, nunca irritante ou opressivo. É a situação *sem alternativas*, o destino sem saída do morador do gueto que faz com que a *segurança da mesmice* seja sentida como uma gaiola de ferro – apertada, incômoda, incapacitante e à prova de fuga. É essa falta de escolha num mundo de livre-escolha que é muitas vezes mais detestada que o desmazelo e a sordidez da moradia não escolhida. Os que optam pelas comunidades cercadas tipo gueto podem experimentar sua segurança da mesmice como um lar; as pessoas confinadas no verdadeiro gueto vivem em prisões. (BAUMAN, 2003, p.107)

As fronteiras simbólicas podem ser mediadas por aspectos múltiplos como renda, fenótipo e nível de escolarização. Esses elementos podem ser tão aprisionadores quanto os muros. A vigilância e o preconceito são potencializados por um sentimento de inadequação social presentes em sujeitos que circulam além de seus guetos.

As providências para se proteger desses *estranhos* extrapolaram a criação de códigos penais e estruturas punitivas, manifestando-se, também, no esquadramento de um tipo criminoso ideal. Certamente, essa tipificação, baseada em preconceitos e intolerâncias construídas em séculos de História, era pouco mais do que um exercício de “futurolgia preventiva” sem nenhuma base científica. No entanto, os desdobramentos dessas crenças, ao mesmo tempo, que, explicitavam processos de alteridade problemáticos, buscavam justificar posturas de discriminação e de preconceito como estratégia de defesa contra um *outro naturalmente* mal e belicoso. Essas crenças, infelizmente, encontraram espaço em todas as esferas de produção social, da literatura à pseudociência.

Lemos de Brito, ex-professor da Faculdade de Direito da Bahia, talvez tenha sido um dos pioneiros na utilização da literatura como fonte para mapeamento do “tipo criminoso” no Brasil. No livro *O crime e os criminosos na literatura brasileira* lançado em 1946, o acadêmico acabou explicitando as crenças preconceituosas disseminadas, também, em romances, novelas, contos e poesias. Campos (2003) ressalta que, Lemos de Brito, no capítulo *Os criminosos e seus estigmas*, ao interpretar o poema *O Assassino*, de Gonçalves Dias, apresenta o criminoso a partir de noções antropológicas, identificando possíveis sinais reveladores de sua anomalia moral como: mãos grandes, implantação anormal das orelhas, escassez de barba e pelos, fronte fugidia, desmedido desenvolvimento das mandíbulas, entre outros. Abaixo um trecho do poema:

...Ei-lo, seu rosto pálido se encova,/ Incerto, mais que os vôos de um morcego,/ Seu andar, ora lento, ora apressado,/ Profunda agitação revela aos olhos./ Crespos os cenhos, enrugada a fronte,/ Semelha a luz de uma tocha mortuária,/.... (BRITTO, 1946, p. 17)

No conto *Noivados Trágicos*, de Medeiros e Albuquerque, Britto destaca, ainda, a propensão dos negros aos abusos sexuais, estupros e etc...

Dados alguns passos, a moça avistou um vulto que se dirigia para a fazenda. Mais perto, pôde ver que se tratava de um negro. Era um antigo escravo, já velho, mas ainda robusto. “Louvado seja o Nosso Senhor Jesus Cristo! Leonor teve uma resolução louca. Sem uma palavra, decidida e brusca, avançou para o negro, fê-lo parar e com movimento frenético abriu, desabotoando, desatando, rasgando, as roupas de que estava vestida (...) Com o mesmo frenesi atirou-se a despir o preto. Era já agora um furor alucinado: puxava, rasgava as calças dele... O negro, um momento espantado, sentiu diante daquele corpo nu despertarem-lhe inconsciente, involuntariamente, energias lúbricas de sátiro, todo o calor sensual de sua raça... Num momento o corpo divino de Leonor tinha sôbre si aquêlo mono asqueroso, mais asqueroso ainda pelo furor de lubricidade bestial que o animava... (BRITTO, 1946, p. 35)

Cada trecho selecionado por Lemos de Brito desenham uma imagem do criminoso associado ao fenótipo negro, descrito como indivíduo traiçoeiro, irracional e violento:

Rodolpho Theophilo punha-nos em contato com Punaré, o negro cearense que matou uma criança para comer tendo a mão caça abundante (...) um jovem escritor paraense nos pinta o quadro de outro prêto que assassina o patrão paralítico arremessando-o a uma fogueira em tôrno da qual momentos antes desfilara um cortejo festivo. Neles, e sem o pretender, a literatura desenvolve o tema da sobrevivência atávica dos instintos inferiores da raça negra... (BRITTO, 1946, p. 40)

Vale lembrar que, Lemos Britto foi Presidente do Conselho Penitenciário do Distrito Federal, Presidente da Sociedade Brasileira de Criminologia, Professor nas Faculdades Nacional de Direito e Politécnica da Bahia e membro da Academia Carioca de Letras. Nos anos 50, as obras do acadêmico consistiam em leituras obrigatórias dos alunos das escolas de polícia e dos os “homens de bem” preocupados com a segurança nacional.

Criminosos são exemplos do que na sociologia se definiu como problema social. Segundo Raab e Selznick (1964 apud BOTTOMORE, 1973): “Um problema social existe quando a capacidade de uma sociedade organizada para ordenar as relações entre pessoas parece estar falhando” (p.307). Não surpreende, portanto, que a grande questão sociológica que se colocou diante dos pesquisadores que se debruçaram sobre o crime e a delinqüência estivesse mais voltada para aspectos causais do que para os processuais.

A tentativa do estabelecimento de relações causais que mascarassem a participação das estruturas sociais na potencialização e motivação de crimes encontrou terreno fértil junto a

afirmações pseudo científicas baseadas em pressupostos darwinistas. Esses pressupostos estavam ancorados na idéia equivocada de que algumas pessoas teriam uma tendência natural e hereditária ao crime. Como exemplo disso, podemos citar: Franz-Joseph Gall, austríaco criador da frenologia (técnica de mapeamento da personalidade de acordo com assimetrias no crânio); Francis Galton, antropólogo inglês inventor da Eugenia; Cesare Lombroso, criminologista italiano, com grande influência no início do século XX, que associava a tendência ao crime ao fenótipo, e seu seguidor, o Brasileiro Nina Rodrigues, a quem Lombroso se referiu certa vez como *apóstolo da Anthropologia Criminal no Novo-Mundo* (RODRIGUES, 1938).

Um rápido passeio apenas pelos títulos de algumas das produções de Nina Rodrigues já dão um panorama de suas crenças e do perigo da influência deste pensamento na criminologia brasileira: “Os mestiços brasileiros”, “Negros criminosos no Brasil”, “Animismo fetichista dos negros bahianos”, “Illusões da cattequese no Brasil”, “Epidemia de loucura religiosa em Canudos”, “Paranóia dos negros”, “Mestiçagem, degeneração e crime”, “A solução do problema medico-judiciario no Brasil”, “O problema negro na America Porgueza”, entre outros. Segundo Rodrigues (1934):

A concepção espiritualista de uma alma da mesma natureza em todos os povos, tendo como conseqüência uma inteligência da mesma natureza em todos os povos, tendo como conseqüência uma inteligência da mesma capacidade em todas as raças, apenas variável no grau de cultura e passível, portanto, de atingir mesmo num representante das raças inferiores o elevado grau a que chegaram as raças superiores, é uma concepção irremissivelmente condenada em face dos conhecimentos científicos modernos. ...Não soa tão simples e contingentes as causas do pé de desigualdade em que se apresentam na superfície do globo as diversas raças ou espécies humanas, que discutam a sua posse. Ao contrário, elas reproduzem um espaço, com mais ou menos fidelidade, os estágios ou fases, porque no tempo e sob a pressão de causas inexoráveis e poderosas, passou o aperfeiçoamento evolutivo daqueles grupos antropológicos que conseguiram triunfar pela adaptação e ocupar a vanguarda da revolução social. (RODRIGUES, 1938, p.44)

Nesse ponto devemos muito a sociologia aplicada cujos resultados serviram, em certa medida, como instrumentos de refutação a essas crenças. Um bom exemplo disso é dado por Bottomore (1973) ao citar um trabalho publicado em 1954 por Hermann Manheim:

Não foi apenas laborioso, foi também corajoso e impopular , provar que não foi na verdade o imigrante, mas o branco nascido na América, o principal responsável pela taxa de crime; que a sociedade americana, e não o negro, tinha a responsabilidade por grande parte do crime dos negros... E por fim, talvez exigisse mais do que a coragem normal para mostrar, como fez Edwin H. Sutherland, que algumas das mais poderosas empresas comerciais americanas eram, na verdade, criminosas habituais... (MANHEIM, 1954 apud BOTTOMORE, 1973, p.309)

Os apontamentos recorrentes sobre a inconsistência metodológica e científica do estabelecimento de relação entre fenótipo e criminalidade, no entanto, não impediu que alguns trabalhos voltados para o campo reforçassem uma espécie de perfil de criminoso no imaginário social. Aos poucos, no discurso teórico, acompanhamos a transposição da questão racial para a social. Essa nova interpretação centra-se, sobretudo, na má distribuição de renda e na desigualdade de oportunidades como fatores que contribuem para o aumento da criminalidade em determinados grupos.

No Brasil, no entanto, as iniquidades entre brancos e negros em diversas esferas - acesso ao mercado de trabalho, distribuição de renda, visibilidade social ... - acabam por associar a pobreza ao ser negro.

A educação acaba aparecendo como um fator preponderante da desigualdade racial no Brasil. O acesso desigual ao processo de escolarização e a lenta absorção dos segmentos negros e mestiços pelo sistema escolar, revela parte de um mecanismo de exclusão, que, ainda hoje, pode ser visualizado (MENEZES, 2002). Essas desigualdades tornam-se mais preponderantes na associação do negro à criminalidade, sobretudo, quando consideramos que:

A população carcerária no Brasil, como no resto do mundo, é formada basicamente por jovens, pobres, homens com baixo nível de escolaridade. Nem todos os estados possuem informação sobre a cor da pele dos detentos, mas nos quais esta informação está disponível, a distribuição por raça não difere significativamente da distribuição do país como um todo, exceto pelo fato de estarem os pretos super-representados: aproximadamente metade dos presos é de brancos enquanto 17% são pretos e 30% são pardos ou mulatos. (HUMAN RIGHTS WATCH, 1998, p.12).

O respeito às normas legais passa também por um sentimento mínimo de pertencimento do indivíduo a sociedade que as formula. O tratamento diferenciado de indivíduos culturalmente

apontados como perigosos tende a alimentar o processo de alteridade problemático. O receio em relação aos mecanismos coercitivos está centrado na idéia de que a transgressão implica em alguma perda individual, o que só se concretiza como mecanismo inibidor em indivíduos que acreditem que têm algo a perder.

Este dado torna-se mais significativo quando consideramos o aumento de detentos na última década (DEPEN, 2005). Entre outros fatores que poderíamos mencionar está o apoio público na aprovação de uma legislação criminal mais severa, a exemplo da Lei de Crimes Hediondos, aprovada em 25 de julho de 1990, em resposta ao aumento de seqüestros. Esta nova lei aumentou as penas para vários crimes, inclusive seqüestro e tráfico de drogas, e tornou-os inafiançáveis. Apesar dessa singularidade, é preciso considerar, também, que o aumento da população carcerária não é um fenômeno somente brasileiro.

Em 1981 registraram-se 2,9 milhões de delitos penais na Inglaterra e no País de Gales. Em 1993, 5,5 milhões. Nos últimos três anos, a população carcerária subiu de 40.606 pra 51.243. Entre 1971 e 1993, os gastos públicos com a polícia subiram de 2,8 bilhões de libras para 7,7 bilhões de libras. De 1984 a 1994, o total de advogados elevou-se de 44.837 para 63.628 e o de advogados forenses de 5.203 para 8.093. (BAUMAN, 1998, p.49).

A negação do *outro* e a confusão estabelecida na equação que sugere dependência entre a alteridade e o consumismo agregam a discussão sobre criminalidade a crise de valores.

Se o consumo é a medida de uma vida bem-sucedida, da felicidade e mesmo da decência humana, então foi retirada a tampa dos desejos humanos: nenhuma quantidade de aquisições e sensações emocionantes tem qualquer probabilidade de trazer satisfação da maneira como o manter-se ao nível dos padrões outrora prometeu: não há padrões a cujo nível se manter – a linha de chegada avança junto com o corredor, e as metas permanecem continuamente distantes, enquanto se tenta alcança-las. (BAUMAN, 1998, p.56).

É preciso lembrar, também, que a crise de valores é intrínseca a própria estrutura judicial e que a inconclusão da igualdade moderna frente às leis, ainda alimenta a idéia de que os segmentos populares são mais propensos ao crime. Como conta Bauman (1998, p.94): “No início de sua vida, o Wilhelm Meister de Goethe descobriu que somente os jovens aristocratas podem confiar em ser tomados pelo que são; todos os outros seriam avaliados ou condenados pelo que fizessem”.

1.2.3. Ex-detento

Eu me consideraria o mais ditoso dos mortais se pudesse fazer com que os homens se curassem dos seus preconceitos. Chamo de preconceitos não o que nos faz ignorar certas coisas, mas o que nos leva à ignorância de nós mesmos. - Montesquieu - L'esprit des lois, prefácio

Como afirmei anteriormente, o ex-detento é um portador de um determinado *estigma*, ou seja, de uma degenerescência, que pressupõe que deve ser diferenciado, por conseqüência, por vezes, evitado.

Goffman (1988), em uma primeira divisão, trabalha com a noção de *desacreditado* e de *desacreditável*, que atravessam três tipos de estigma: 1 – As deformidades físicas, 2 – As culpas de caráter individual e 3 – Os tribais de raça, nação e religião. Para efeito desse estudo me proponho a trabalhar com uma combinação dos três uma vez que não são excludentes.

O autor define como *desacreditado* o portador de um estigma visível, publicizado. Apesar de, em uma primeira aproximação, tendermos a acreditar que se trata de uma condição estritamente vinculada ao primeiro tipo de estigma – o das deformidades físicas -, devemos considerar outros aspectos que tornam essa uma condição transversal. Um ex-detento experimenta em diferentes circunstâncias tanto o papel de *desacreditado* quanto de *desacreditável*. Nas relações pessoais os egressos de penitenciárias podem conseguir ocultar seu estigma, experimentando a condição de *desacreditável*. No entanto, essa opção se torna remota no campo profissional, tornando-os *desacreditados*.

Essas duas condições são fundamentais para compreender as implicações do estigma para o processo de alteridade e suas intersecções com a *fronteira* – processo de alteridade problemático – trabalhado por Martins (1997). Já que:

As atitudes que nós, normais, temos com uma pessoa com um estigma, e os atos que empreendemos em relação a ela são bem conhecidos na medida em que são as respostas que a ação social benevolente tenta suavizar e melhorar. Por definição, é claro, acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de

discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida.

Ao tornarmos o processo de alteridade nebuloso com esse *outro*, formulamos, como alerta Goffman (1988), uma espécie de teoria do estigma, calcada em uma ideologia de inferiorização, na qual, a partir de uma característica individual desfavorável, desdobramos uma infinidade de outros “defeitos”. *Tendemos a inferir uma série de imperfeições a partir da imperfeição original* (GOFFMAN, 1988, p. 15).

A consciência dessa tensão, presente, em grande parte, nos estigmatizados, gera um clima angustiante para identidade individual, podendo vir a se estabelecer como um instrumento limitante no convívio social mais amplo. A respeito disso, trago alguns exemplos citados por Goffman (1988):

E eu sempre sinto isso em relação a pessoas direitas: embora elas sejam boas e gentis, para mim, realmente no íntimo, o tempo todo, estão apenas me vendo como um criminoso e nada mais. Agora é muito tarde para que eu seja diferente do que sou, mas ainda sinto isso profundamente: que esse é o seu único modo de se aproximar de mim e que eles são absolutamente incapazes de me aceitar como qualquer outra coisa. (PARKER & ALLERTON, 1962, p. 111 apud GOFFMAN, 1988, p.23).

“Sabe, é realmente impressionante que você leia livros como este, estou surpreso. Pensei que você lesse novelas em brochura, coisas com capas sensacionalistas, livros assim. E aí está você com Claude Cockburn, Hugh Klare, Simone de Beauvoir e Lawrence Durrell!”. Ele não achava que esta observação era um insulto: na verdade, acho que pensava que estava sendo honesto ao me dizer o quanto ele estava enganado. E é exatamente esse tipo de condescendência que se recebe de pessoas honestas quando se é um criminoso. “Imagine só!”, dizem elas. “Em certos aspectos você é igual a um ser humano!” Não estou brincando, me dá vontade de acabar com elas. (PARKER & ALLERTON, 1962, p. 111 apud GOFFMAN, 1988, p.24).

Para os condenados foram criados diversos mecanismos de contenção que no discurso legal aparecem como estratégias de reeducação, mas que em várias experiências se concretizam como instrumentos de potencialização da violência e estigmatização do sujeito. *...Os condenados são um outro povo dentro do mesmo povo...* (FOUCAULT, 2001, p.212) e que, cada vez mais, tornam-se invisíveis por trás dos muros.

2. FÔRMAS: OS PROCESSOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO

Se a praia está contaminada, a gente molha só os pés e sua no resto do corpo. Se o cinema está cheio, a gente senta na primeira fila e torce um pouco o pescoço. Se o trabalho está duro a gente se consola pensando no fim de semana. E se no fim de semana não há muito o que fazer, a gente vai dormir cedo e ainda fica satisfeito porque tem sempre sono atrasado. A gente se acostuma para não se ralar na aspereza, para preservar a pele. Se acostuma para evitar feridas, sangramentos, para poupar o peito. A gente se acostuma para poupar a vida. Que aos poucos se gasta, e que gasta de tanto se acostumar, e se perde de si mesma.

Marina Colasanti⁷

A aproximação com os mecanismos de contenção, que no discurso legal aparecem como estratégias de reeducação, me parece um passo inicial para dar visibilidade aos indivíduos que passaram pela experiência da institucionalização. Embora a experiência possa apresentar múltiplos significados com implicações individuais singulares, a compreensão do funcionamento dos sistemas a que esses indivíduos foram expostos, torna-se relevante.

Desse modo, o principal objetivo desse capítulo é apresentar uma caracterização panorâmica das condições de aprisionamento e dos processos de institucionalização, aproximando o leitor da organização dos sistemas em que esses indivíduos passaram grande parte da vida. Nos sistemas nos quais “se acostumaram”, se institucionalizaram, para evitar feridas, sangramentos, para poupar o peito e nos quais, muitos, se perderam de si mesmos.

⁷ **Marina Colasanti** nasceu em Asmara, Etiópia, morou 11 anos na Itália e mudou-se para o Brasil. Publicou vários livros de contos, crônicas, poemas e histórias infantis. Recebeu o Prêmio Jabuti com *Eu sei mas não devia* e também por *Rota de Colisão*. Dentre outros escreveu *E por falar em Amor*; *Contos de Amor Rasgados*; *Aqui entre nós*, *Intimidade Pública*, *Eu Sozinha*, *Zoológico*, *A Morada do Ser*, *A nova Mulher*, *Mulher daqui pra Frente* e *O leopardo é um animal delicado*.

2.1. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

Nascemos, assim, divididos entre propósitos reais e propósitos proclamados. A essa duplicidade dos conquistadores seguiu-se a duplicidade da própria sociedade nascente, dividida entre senhores e escravos, dando assim ao contexto social do continente recém descoberto o caráter de um anacronismo mesmo em relação à Europa, na época em plena renovação social e espiritual (...) A realidade, porém, é que nos acostumamos a viver em dois planos, o real com suas particularidades e originalidades e o social com seus reconhecimentos convencionais de padrões inexistentes. Continuamos a ser, com a autonomia, a nação de dupla personalidade, a oficial e a real. Anísio Teixeira (apud BRZEZINSKI, 1998, p.147)

A organização das *instituições totais* voltadas para o atendimento de indivíduos em conflito com a lei, aliadas aos mecanismos de detenção penal com base jurídica, vão se tornar visíveis somente no início do século XIX, no contexto da modernização. Trata-se de algo, historicamente recente, que teve desdobramentos diferentes nos diversos contextos.

A privação de liberdade, em oposição aos suplícios públicos, aparece como condição para imprimir ao indivíduo sanções técnico-disciplinares com maior eficácia e como resultado da percepção da punição como algo pouco glorioso, que deve ser, definitivamente retirado do espaço público:

A punição vai se tornando, pois, a parte mais velada do processo penal, provocando várias conseqüências: deixa o campo da percepção quase diária e entra no da consciência abstrata; sua eficácia é atribuída à sua fatalidade não à sua intensidade visível; a certeza de ser punido é que deve desviar o homem do crime e não mais o abominável teatro; a mecânica exemplar da punição muda as engrenagens. Por essa razão, a justiça assume publicamente a parte da violência que está ligada a seu exercício. O fato de ela matar ou ferir já não é mais a glorificação de sua força, mas um elemento intrínseco a ela que ela é obrigada a tolerar e muito lhe custa ter que impor. As caracterizações da infâmia são redistribuídas: no castigo-espetáculo um horror confuso nascia no patíbulo; ele envolvia ao mesmo tempo o carrasco e o condenado: e se por um lado sempre estava a ponto de transformar em piedade ou em glória a vergonha infringida ao sentenciado, por outro lado, ele fazia redundar geralmente em infâmia a violência legal do executor. Desde então, o escândalo e a luz serão partilhados de outra forma; é a própria condenação que marcará o delinqüente com um sinal negativo e unívoco: publicidade, portanto, dos debates e da sentença; quanto à execução, ela é como uma vergonha suplementar que justiça tem vergonha de impor ao condenado; ela guarda distância, tendendo sempre a confia-la a outros e sobre a marca do sigilo. É indecoroso ser passível de punição, mas pouco glorioso punir. Daí esse duplo sistema de proteção que

a justiça estabeleceu entre ela e o castigo que ela impõe. A execução da pena vai-se tornando um setor autônomo, em que o mecanismo administrativo desonera a justiça, que se livra desse secreto mal-estar por um enterramento burocrático da pena. (FOUCAULT, 2000, p.13).

Nessa perspectiva, a privação de liberdade torna-se um meio, não um fim. O objetivo fim é a manipulação do eu, a formatação da conduta individual inadequada, na qual o objeto da ação deixa de ser o corpo e passa a ser a conduta.

O sofrimento físico, a dor do corpo não são mais os elementos constitutivos da pena. O castigo passou de uma arte das sensações insuportáveis a uma economia dos direitos suspensos. Se a justiça ainda tiver que manipular e tocar o corpo dos justicáveis, tal se fará à distância, propriamente, segundo regras rígidas e visando a um objetivo bem mais elevado. Por efeito dessa nova retenção, um exército inteiro de técnicos veio substituir o carrasco, anatomista imediato do sofrimento: os guardas, os médicos, os capelães, os psiquiatras, os psicólogos, os educadores; por sua simples presença ao lado do condenado, eles cantam à justiça o louvor de que ela precisa: eles garantem que o corpo e a dor não são os objetos últimos de sua ação punitiva. É preciso refletir no seguinte: um médico hoje deve cuidar dos condenados à morte até ao último instante – justapondo-se destarte como chefe do bem-estar, como agente de não-sofrimento, aos funcionários que, por sua vez, estão encarregados de eliminar a vida. Ao se aproximar o momento da execução, aplicam-se aos pacientes injeções de tranqüilizantes. Utopia do pudor judiciário: tirar a vida evitando de deixar que o condenado sinta o mal, privar de todos os direitos sem fazer sofrer, impor penas isentas de dor. O emprego da psicofarmacologia e de diversos “desligadores” fisiológicos, ainda que provisório, corresponde perfeitamente ao sentido dessa penalidade incorpórea. (FOUCAULT, 2000, p.14).

Por esse prisma, a prisão com base no aparato jurídico não pode ser visualizada apenas como uma estratégia civilizada de lidar com o criminoso, que ao não compartilhar as aspirações modernas é alijado do direito individual mais expressivo da Modernidade: a liberdade. A prisão é, antes tudo, um aparelho disciplinar.

É compreensível, portanto, que a prisão, como destaca Foucault (2000), seja anterior ao sistema prisional e as leis penais:

A prisão é menos recente do que se diz quando se faz datar seu nascimento dos novos códigos. A forma-prisão preexiste a sua utilização sistemática nas leis penais. Ela se constitui fora do aparelho judiciário, quando se

elaboraram, por todo corpo social os processos para repartir os indivíduos, fixá-los e distribuí-los espacialmente, classifica-los, tirar deles o máximo de tempo e o máximo de forças, treinar seus corpos, codificar seu comportamento contínuo, mantê-los numa visibilidade sem lacuna, formar em torno deles um aparelho completo de observação, registro e anotações, constituir sobre eles um saber que se acumula e se centraliza. A forma geral de uma aparelhagem para tornar os indivíduos dóceis e úteis, através de um trabalho preciso sobre o seu corpo, criou a instituição-prisão. Antes que a lei a definisse como uma pena por excelência. No fim do século XVIII e princípio do século XX, se dá a passagem a uma penalidade de detenção, é verdade; e era coisa nova. Mas era na verdade, abertura da penalidade a mecanismos de coerção já elaborados em outros lugares. Os modelos da detenção penal – Gand, Gloucester, Walnut Street - marcam os primeiros pontos visíveis dessa transição, mas que inovações ou pontos de partida. A prisão, peça essencial no conjunto das punições, marca, certamente, um momento importante na história da justiça penal: seu acesso à humanidade. (FOUCAULT, 2000, p.195).

O esforço para utilização da prisão como parte da reeducação do prisioneiro foi o de garantir que esse espaço fosse subordinado, também, a legislação penal. Com base nesse pressuposto, a moderna sociedade criou diferentes tipos de sistemas com características próprias, sendo o sistema progressivo o mais usual atualmente:

Quadro 6 - Classificação dos sistemas penitenciários modernos

SISTEMAS PENITENCIÁRIOS	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS	PRINCIPAIS CONSEQUÊNCIAS
Sistema solitário, celular ou pensilvânico (1776)	<ul style="list-style-type: none"> • Confinamento individual com ausência de comunicação com qualquer outro indivíduo. • Leitura da bíblia e meditação como atividades únicas durante o período de cumprimento da pena. • Modelo arquitetônico com influência panóptica. • Ausência de privacidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Garantia da disciplina. • Diminuição sensível de fugas. • Ausência da prática de violência entre os prisioneiros. • Desenvolvimento de problemas físicos e mentais nos reclusos. • Desinstrumentalização do indivíduo para o convívio social.
Sistema do silêncio ou Auburniano (1816)	<ul style="list-style-type: none"> • Isolamento celular durante a noite • Trabalho em comum em total silêncio • Punição física como resultado do desrespeito às normas estabelecidas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Instituição do salário para o apenado como forma de estímulo. • Criação de oficinas e mini-unidades fabris na prisões. • Tensão entre os prisioneiros e revoltas.
Sistema Progressivo (1825)	<ul style="list-style-type: none"> • Gradação dos mecanismos de disciplina em função da avaliação do comportamento do detento. • Organização em etapas que, a depender do efeito do encarceramento sobre o indivíduo, podem se desdobrar em agravações temporárias ou atenuações sucessivas. • Relativa autonomia da unidade penal para avaliar o detento. 	<ul style="list-style-type: none"> • Fomento da discussão sobre reforma do sistema prisional. • Possibilidade de liberdade condicional. • Criação de penas alternativas. • Relativa autonomia da unidade penal para aplicação de mecanismos punitivos.

Fonte: Elaboração própria com base em Foucault (2000)

A prisão-moderna não é a pena, como se poderia afirmar em relação à prisão-castigo. A prisão-moderna é condição para o cumprimento da pena, que tem como objetivo central, ao menos teoricamente, a ressocialização do indivíduo. Como afirma Foucault (2000, p.195), a prisão é a *uma garantia sobre a pessoa e sobre o seu corpo*, o que, obviamente, já acarreta uma série de desafios para concretização de qualquer pressuposto homogêneo nas unidades

prisionais. A seguir, considerando o recorte, apresento as principais características do sistema penitenciário brasileiro e baiano, e as contradições presentes nas tentativas de aproximar o *oficial do real*.

2.1.1 Contexto brasileiro

Nosso tempo

Este é tempo de partido,
tempo de homens partidos.

Em vão percorremos volumes,
viajamos e nos colorimos.
A hora pressentida esmigalha-se em pó na rua.
Os homens pedem carne. Fogo. Sapatos.
As leis não bastam. Os lírios não nascem
da lei.

Carlos Drummond de Andrade⁸. *Nosso tempo. A
rosa do povo* (1945)

Do ponto de vista legal, o Brasil possui, hoje, uma das mais modernas legislações em relação aos direitos humanos das pessoas em situação de privação de liberdade, em sintonia com diretrizes internacionais explicitadas em documentos como: O Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, a Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Garantias mínimas legais tentam ser asseguradas, principalmente, pela *Lei de execução Penal (LEP/1984)* e pelo documento *As regras mínimas para o tratamento de presos no Brasil*, de 1994.

⁸ Carlos Drummond de Andrade (1902-1987) nasceu em Itabira (MG). Produziu uma das obras poéticas mais importantes da literatura brasileira do século XX, que focaliza o indivíduo, a terra natal, a família, os amigos, os embates sociais, o questionamento da existência, e a própria poesia. Seus temas vão do individual, particular e cotidiano, ao social e ao universal, numa linguagem elegante, correta, de grande precisão vocabular e com um humor refinado. Entre suas principais obras poéticas estão os livros *Alguma Poesia* (1930), *Sentimento do Mundo* (1940), *A Rosa do Povo* (1945), *Claro Enigma* (1951), *Poemas* (1959), *Lição de Coisas* (1962), *Boitempo* (1968), *Corpo* (1984), além dos póstumos *Poesia Errante* (1988), *Poesia e Prosa* (1992) e *Farewell* (1996).

Adotada em 1984, a LEP é uma obra extremamente moderna de legislação; reconhece um respeito saudável aos direitos humanos dos presos e contém várias provisões ordenando tratamento individualizado, protegendo os direitos substantivos e processuais dos presos e garantindo assistência médica, jurídica, educacional, social, religiosa e material. Vista como um todo, o foco dessa lei não é a punição mas, ao invés disso, a "ressocialização das pessoas condenadas". Além de sua preocupação com a humanização do sistema prisional, também incita juizes a fazerem uso de penas alternativas como fianças, serviços comunitários e suspensão condicional. As Regras Mínimas para o Tratamento do Preso no Brasil, que data de 1994, é um documento, ainda mais obviamente, de aspirações. Consistindo-se de sessenta e cinco artigos, as regras abrangem tópicos tais como classificação, alimentação, assistência médica, disciplina, contato dos presos com o mundo exterior, educação, trabalho e direito ao voto. As regras basearam-se amplamente no modelo nas Regras Mínimas para o Tratamento de Prisioneiros das Nações Unidas e foram oficialmente descritas como um "guia essencial para aqueles que militam na administração de prisões". (HUMAN RIGHTS WATCH, 1998)

Apesar dos avanços no campo legislativo, vários desafios se apresentam para a implementação dessas diretrizes. O Brasil administra hoje um dos dez maiores sistemas penitenciários do mundo, com alta concentração de estabelecimentos em bairros populares de áreas urbanas. Essa dimensão faz com que, do ponto de vista administrativo, não tenhamos um sistema penitenciário nacional e sim micro-sistemas estaduais, o que, apesar do esforço na criação de um sistema e de diretrizes nacionais, contribui para uma atmosfera de difícil controle nessas instituições. A excessiva subdivisão de funções e grande quantidade de órgãos ligados à justiça ficam explícitas na estrutura do Ministério da Justiça, conforme quadro a seguir:

Quadro 7 - Estrutura do Ministério da Justiça do Brasil

ESPECIFICAÇÃO DA NATUREZA DOS ÓRGÃOS	COMPOSIÇÃO
I - Órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado	<ul style="list-style-type: none"> • Chefia de Gabinete do Ministro • Secretaria Executiva • Consultoria Jurídica • Comissão de Anistia
II - Órgãos específicos singulares	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria Nacional de Justiça • Secretaria Nacional de Segurança Pública • Secretaria de Direito Econômico • Secretaria de Assuntos Legislativos • Secretaria de Reforma do Judiciário • Departamento Penitenciário Nacional • Departamento de Polícia Federal • Departamento de Polícia Rodoviária Federal • Defensoria Pública da União
III - Órgãos colegiados	<ul style="list-style-type: none"> • Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP • Conselho Nacional de Segurança Pública - Conasp • Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos - CFDD • Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual
IV - Entidades vinculadas	<ul style="list-style-type: none"> • Autarquia: Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade • Fundação Pública: Fundação Nacional do Índio - Funai

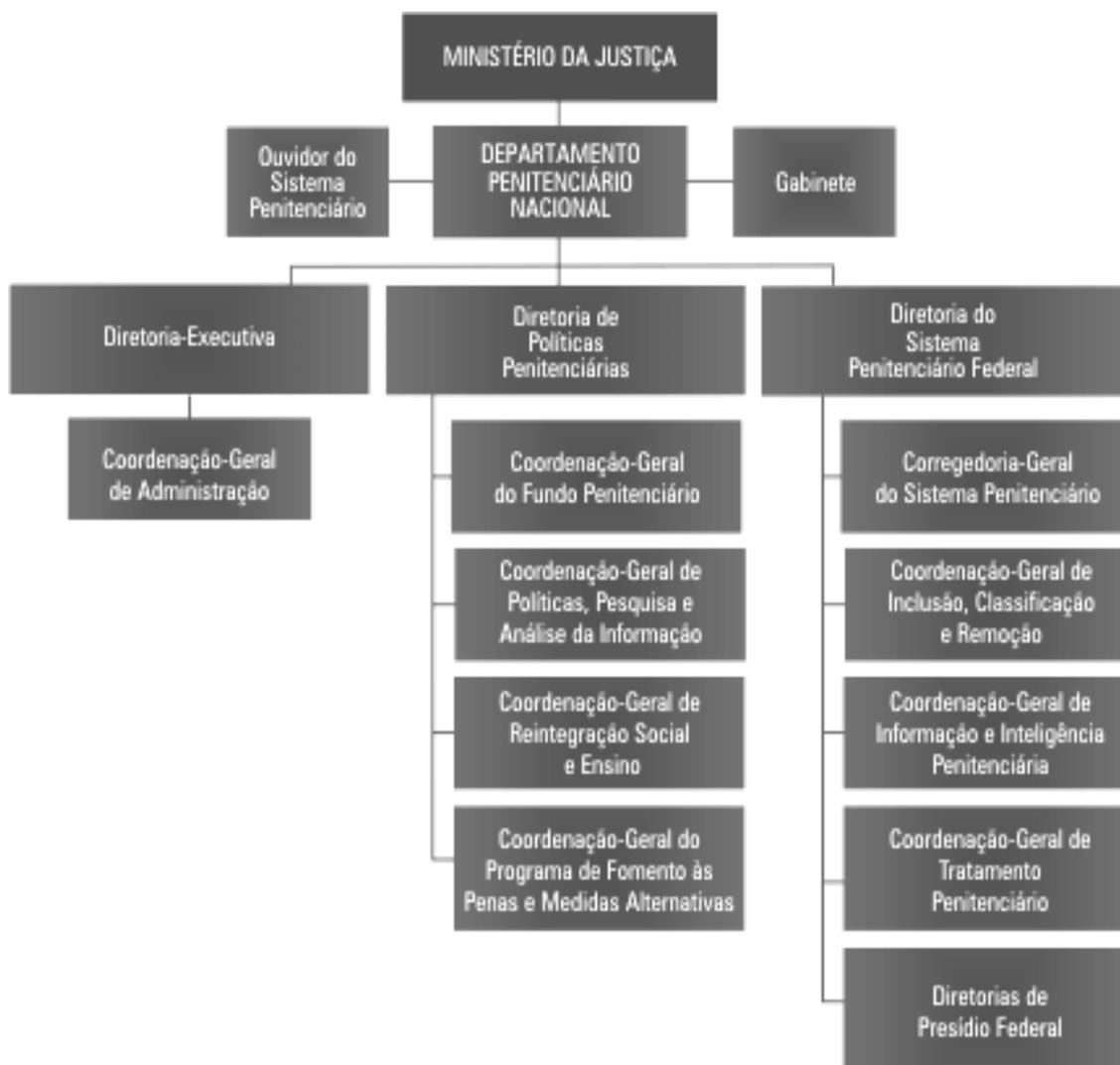
Fonte: Elaboração própria com base nas informações disponíveis no site <http://www.mj.gov.br> acesso em 05/06/2006

Nessa estrutura, o Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN - é o principal órgão responsável pelo acompanhamento da aplicação das normas da execução penal em todo o território Nacional, se configurando em um órgão superior de controle. Entre suas funções, estão o acompanhamento e avaliação da aplicação da LEP e das diretrizes da política criminal

elaboradas pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP – e implementação do programa de reestruturação do sistema penitenciário.

É necessário destacar que foi a urgência dessa última função que impulsionou a desvinculação do DEPEN, em setembro de 2005, de acordo com o Decreto nº 5.535, da Secretaria Nacional de Justiça, tornando-o órgão singular da estrutura do Ministério da Justiça e passando a ter, uma estrutura própria:

Figura 4 – Estrutura do Ministério da Justiça – Brasil.



Fonte: <http://www.mj.gov.br> acesso em 05/06/2006

Desse modo, a responsabilidade da Secretaria Nacional de Justiça fica restrita a:

I - coordenar a política de justiça, por intermédio da articulação com os demais órgãos federais, Poder Judiciário, Poder Legislativo, Ministério Público, Governos Estaduais, agências internacionais e organizações da sociedade civil;]

II - tratar dos assuntos relacionados à escala de classificação indicativa de jogos eletrônicos, das diversões públicas e dos programas de rádio e televisão e recomendar a correspondência com as faixas etárias e os horários de funcionamento e veiculação permitidos;

III - tratar dos assuntos relacionados à nacionalidade e naturalização e ao regime jurídico dos estrangeiros;

IV - instruir cartas rogatórias;

V - opinar sobre a solicitação, cassação e concessão de títulos de utilidade pública, medalhas e sobre a instalação de associações, sociedades e fundações no território nacional, na área de sua competência;

VI - registrar e fiscalizar as entidades que executam serviços de microfilmagem;

VII - qualificar as pessoas de direito privado sem fins lucrativos como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público;

VIII - dirigir, negociar e coordenar os estudos relativos ao direito da integração e as atividades de cooperação jurisdicional, nos acordos internacionais em que o Brasil seja parte;

IX - coordenar a política nacional sobre refugiados;

X - representar o Ministério no Conselho Nacional de Imigração; e

XI - orientar e coordenar as ações com vistas ao combate à lavagem de dinheiro e à recuperação de ativos. (Decreto n.º 5.535, de 13 de setembro de 2005).

Enquanto que o DEPEN, com base no art. 71 da Lei n.º 7.210 - LEP, de 11 de julho de 1984, passa a exercer a função executiva na Política Penitenciária Nacional, apoiando administrativamente e financeiramente o CNPCP. O apoio de natureza financeira se dá por meio da gestão do Fundo Penitenciário Nacional - Funpen, criado pela Lei Complementar n.º 079, de 07 de janeiro de 1994, e regulamentado pelo Decreto n.º 1.093, de 23 de março de 1994.

Pode-se destacar, ainda, entre as suas principais responsabilidades: a inspeção e fiscalização periódica dos estabelecimentos e serviços penais; assistência técnica as unidades federativas na implantação dos princípios e regras estabelecidas na Lei; colaboração com as unidades federativas, mediante convênios, na implantação de estabelecimentos e serviços penais; colaboração com as unidades federativas para a realização de cursos de formação de pessoal

penitenciário e de ensino profissionalizante do condenado e do internado; e coordenação e supervisão dos estabelecimentos penais e de internamento federais.

Vale ressaltar que, estabelecimentos penais são todos aqueles utilizados pela Justiça com a finalidade de alojar pessoas presas, quer provisórios, quer condenados, ou ainda aqueles que estejam submetidos à medida de segurança. Considerando a pluralidade de estabelecimentos penais, vale esclarecer, segundo a LEP, a classificação e conceituação dessas instituições. A seguir sistematizei um quadro conceitual dos diferentes estabelecimentos penais:

Quadro 8 - Conceituação e Classificação de Estabelecimentos Penais

TIPOS DE ESTABELECIMENTO	CONCEITUAÇÃO
Estabelecimentos para Idosos	Estabelecimentos penais próprios, ou seções ou módulos autônomos, incorporados ou anexos a estabelecimentos para adultos, destinados a abrigar pessoas presas que tenham no mínimo 60 anos de idade ao ingressarem ou os que completem essa idade durante o tempo de privação de liberdade;
Cadeias Públicas	Estabelecimentos penais destinados ao recolhimento de pessoas presas em caráter provisório, sempre de segurança máxima;
Penitenciárias:	Estabelecimentos penais destinados ao recolhimento de pessoas presas com condenação à pena privativa de liberdade em regime fechado;
Colônias Agrícolas, Industriais ou Similares	Estabelecimentos penais destinados a abrigar pessoas presas que cumprem pena em regime semi-aberto;
Casas do Albergado	Estabelecimentos penais destinados a abrigar pessoas presas que cumprem pena privativa de liberdade em regime aberto, ou pena de limitação de fins de semana;
Centros de Observação Criminológica	Estabelecimentos penais de regime fechado e de segurança máxima onde devem ser realizados os exames gerais e criminológico, cujos resultados serão encaminhados às Comissões Técnicas de Classificação, as quais indicarão o tipo de estabelecimento e o tratamento adequado para cada pessoa presa;
Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico	Estabelecimentos penais destinados a abrigar pessoas submetidas a medida de segurança.

Fonte: Elaboração própria com base nas informações disponíveis no site <http://www.mj.gov.br> e na Lei n° 7.210 - LEP acesso em 05/06/2006

As penitenciárias podem ser agrupadas, ainda, por subtipos:

Quadro 9 - Conceituação e Classificação de Penitenciárias

TIPOS DE PENITENCIÁRIA	CONCEITUAÇÃO
Penitenciárias de Segurança Máxima Especial	Estabelecimentos penais destinados a abrigar pessoas presas com condenação em regime fechado, dotados exclusivamente de celas individuais.
Penitenciárias de Segurança Média ou Máxima	Estabelecimentos penais destinados a abrigar pessoas presas com condenação em regime fechado, dotados de celas individuais e coletivas.

Fonte: Elaboração própria com base nas informações disponíveis no site <http://www.mj.gov.br> e na Lei n° 7.210 - LEP acesso em 05/06/2006

As penitenciárias são, basicamente, administradas pelos estados, já que, por enquanto, dos quatro presídios federais previstos para serem inaugurados esse ano⁹, apenas o presídio de Catanduvas (PR) foi finalizado.

A estrutura estadual dos sistemas penais não segue um modelo rígido. Mais freqüentemente, o poder executivo estadual, que é liderado pelo governador, administra o sistema prisional através de sua Secretaria de Justiça, enquanto sua Secretaria de Segurança Pública, órgão encarregado das polícias, geralmente gerencia as delegacias de polícia. Estabelecimentos denominados de cadeias públicas ou cadeiões podem recair sobre qualquer uma das secretarias, no entanto, são muitas as exceções a esse modelo. (HUMAN RIGHTS WATCH, 1998).

⁹ A construção de presídios federais obedece a uma determinação da Lei de Execução Penal, de 1984. Para a criação do Sistema Penitenciário Federal, se prevê a construção de Penitenciárias de Segurança Máxima Especial em Campo Grande (MS), Catanduvas (PR), Mossoró (RN) e Porto Velho (RO). Cada unidade terá capacidade para abrigar 208 presos em celas individuais. As penitenciárias federais vão abrigar criminosos de alta periculosidade, que comprometam a segurança do presídio ou possam ser vítimas de atentados dentro dos presídios. O objetivo, segundo o governo, é, ao mesmo tempo, garantir um isolamento maior dos chefes do crime organizado e aliviar a tensão no sistema carcerário estadual.

Ao todo, o Brasil possui 1020 estabelecimentos penais sob a administração direta dos estados. Abaixo, a distribuição desses estabelecimentos pelas unidades federativas:

Tabela 2 – Quadro geral de estabelecimentos por estado - Brasil

Estado	Penitenciária	Presídio	Cadeia Pública	Casa do Albergado	Colônia Agrícola, Industrial ou Similar	Hospital de Custódia e Tratamento	Centro de Observação	Patronato
AC	6	0	0	0	0	0	0	0
AL	5	0	0	0	1	1	0	0
AM	2	9	2	1	1	1	0	0
AP	1	0	0	0	0	0	0	0
BA	4	8	0	1	1	1	1	0
CE	4	2	156	1	2	2	0	0
DF	5	0	0	0	1	0	0	0
ES	14	0	0	0	0	1	0	0
GO	2	5	34	1	0	0	0	0
MA	4	2	4	1	0	0	0	0
MG	15	8	0	2	0	0	0	0
MS	19	4	0	11	1	0	0	0
MT	3	0	48	1	1	1	0	0
PA	18	3	5	1	2	1	0	0
PB	9	5	58	0	1	1	0	0
PE	6	8	74	1	1	1	1	0
PI	10	0	0	2	1	1	0	0
PR	13	0	0	0	3	1	1	2
RJ	18	4	9	2	1	7	1	1
RN	4	1	3	0	1	1	0	0
RO	20	0	7	3	1	0	0	0
RR	1	0	2	1	0	0	0	0
RS	11	66	0	10	3	1	0	1
SC	5	28	0	1	0	1	0	0
SE	6	0	1	0	0	1	0	0
SP	122	0	20	0	2	2	0	0
TO	1	0	18	0	1	0	0	0
Total	328	153	441	40	25	25	4	4

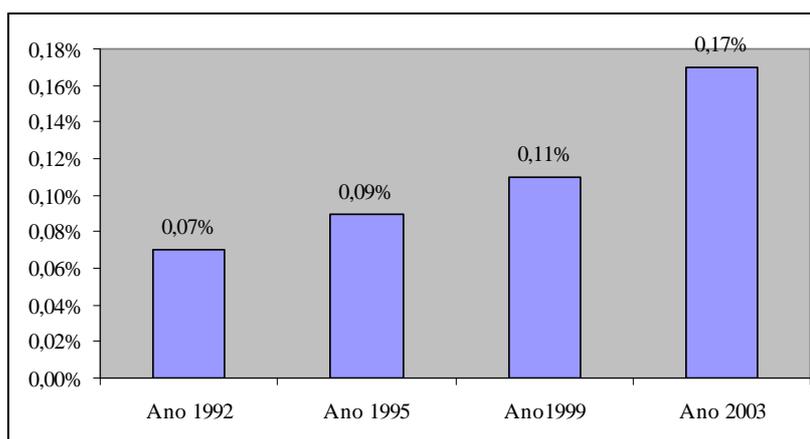
Total de Estabelecimentos Penais:	1.020
-----------------------------------	-------

Fonte: Sistema Integrado de Informações Penitenciárias - InfoPen

Trata-se, portanto, de um sistema amplo e diverso, que, infelizmente, apresenta características negativas comuns. A ampla autonomia dos estados na administração dos órgãos de justiça e o próprio ambiente da *instituição total* somado à dificuldade de implementação de políticas eficazes em penitenciárias superlotadas contribuem para o agravamento do quadro penitenciário no Brasil.

Em 1992, a população prisional no Brasil era de 114.337. Já em 2003, possuíamos 308.304 reclusos. O aumento no índice de encarceramento na última década, como explicitado na figura abaixo, surpreende.

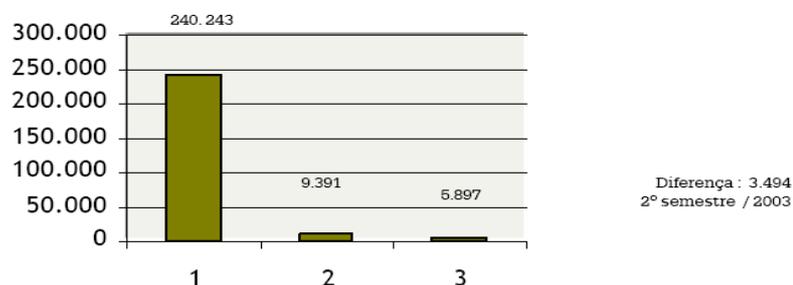
Figura 5 - Índices de encarceramento em relação à população brasileira - Brasil.



Fonte: DEPEN (2005)

Há, ainda, uma incompatibilidade entre o número de egressos e ingressos no sistema prisional. A média mensal de inclusões e liberações, no 2º semestre de 2003, revela um saldo de 3.494 presos a mais por mês, o que se traduz em 41.928 presos a mais por ano, que se somam ao efetivo já acumulado nos estabelecimentos penais do país. A projeção é que, no ano de 2007, o Sistema Penitenciário no Brasil já tenha um total de 476.000 presos e internados.

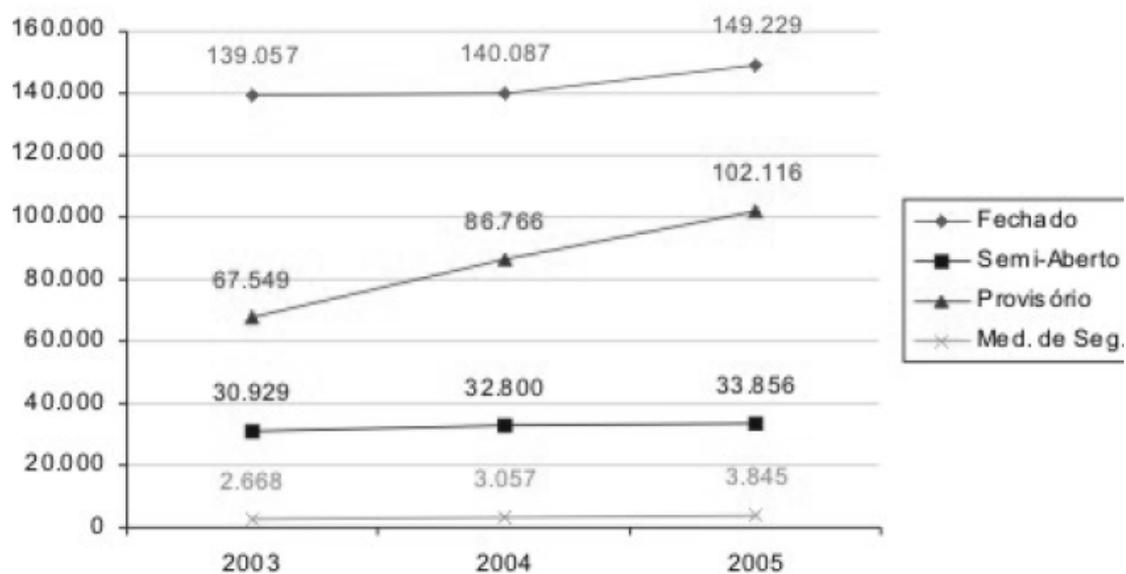
Figura 6 - População Prisional - Média de Inclusões e Liberações Mensais no Sistema Penitenciário Brasil – 2004



Fonte: DEPEN (2004)

Apesar da abertura e do estímulo legislativo na aplicação de penas alternativas, o acompanhamento por regime realizado pelo DEPEN, entre dezembro de 2003 e dezembro de 2005, revelou uma concentração dos apenados no regime fechado:

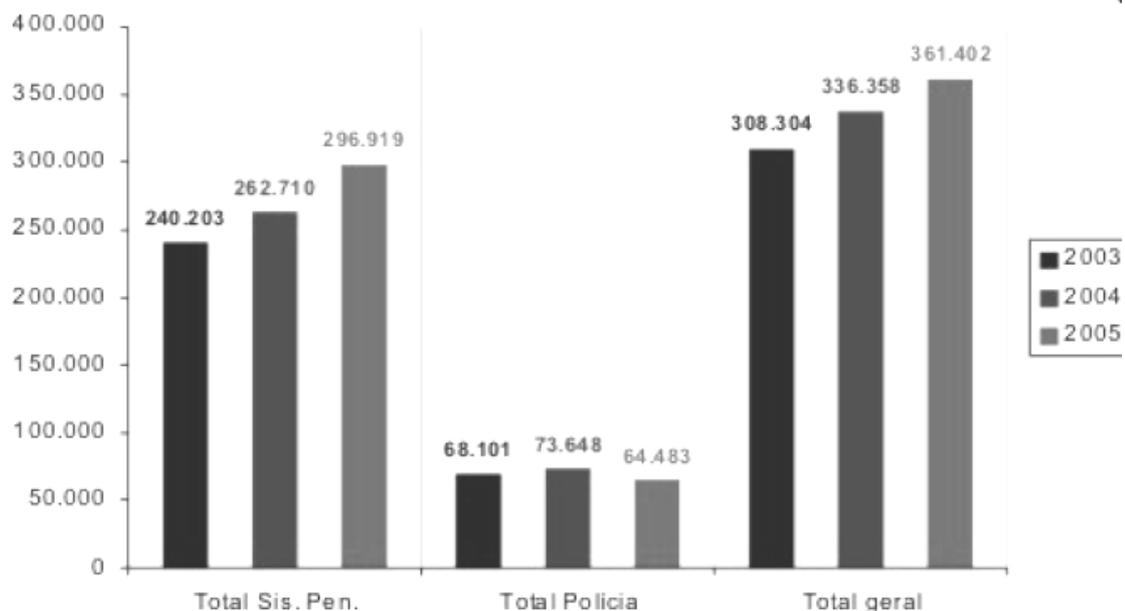
Figura 7 – Acompanhamento por regime – Brasil - dezembro 2003/2005



Fonte: DEPEN (2006)

Como resultado dessa concentração, temos 361.402 detentos no sistema.

Figura 8 – Distribuição da população prisional – Brasil - dezembro 2003/2005



Fonte: DEPEN (2006)

Desse número, conforme a figura 8, 296.919 detentos estão no sistema penitenciário. Isso nos coloca diante de uma equação delicada: com 206.347 vagas o sistema penitenciário abriga 90.572 detentos além de sua capacidade.

Deve-se considerar, ainda, o perfil dessa população. Segundo o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), referência junho de 2004, o sistema penitenciário brasileiro possui um total de 328.776 presos e internados. Do total mencionado, 249.124 estão propriamente no sistema, enquanto que 79.652 encontram-se na segurança pública. Percentualmente 96% são homens e 4% mulheres.

Tabela 3 - População prisional masculina e feminina Brasil – 2004

	Fechado	Semi-aberto	Provisório	Medida de segurança	Total	%
Masculino	127.533	31.399	76.005	3.452	238.389	96%
Feminino	6.733	1.109	2.518	375	10.735	4%

Fonte: DEPEN (2004)

Entre as principais características nacionais pode-se apontar o predomínio da população masculina, concentração em regime fechado e superlotação. Relatórios oficiais e extra-oficiais revelam outras características mais difíceis de serem sistematizadas em dados, como: abuso de autoridade, violência entre os presos com permissão do sistema, tortura de detentos, condições insalubres de higiene, negação dos direitos humanos e uma série de outras formas de ilegalidade.

Entre os relatórios extra-oficiais organizados por fundações e outras organizações destaca-se *O Brasil atrás das grades*, produzido pela Human Rights Watch (1998). Os pesquisadores da organização visitaram cerca de quarenta presídios, cadeias e delegacias de polícia, entrevistando presos, ex-detentos, autoridades, agentes penitenciários, membros da Pastoral Carcerária, juizes, advogados, promotores, deputados, estudiosos e representantes de organizações não-governamentais, compondo um panorama do sistema penitenciário brasileiro. Utilizaram a metodologia indicada pelo Comitê Permanente de Prevenção do Crime e Justiça Penal das Nações Unidas para a verificação da situação dos direitos humanos no mundo. Apesar de se tratar de um documento extra-oficial, o resultado desse trabalho vem sendo considerado na maioria dos fóruns de debate para a promoção de políticas públicas voltadas para o campo, inclusive no Brasil, tendo amplo reconhecimento por parte do governo brasileiro.

Como resultado desse estudo, com base nos principais problemas detectados, a Human Rights Watch sugeriu como objetivos emergenciais no âmbito da organização do sistema penitenciário brasileiro: 1. Controlar a brutalidade dos agentes penitenciários e policiais; 2. Reduzir os níveis

de superlotação; 3. Limitar as delegacias de polícia à detenção de curto prazo de suspeitos criminosos; 4. Melhorar as terríveis condições gerais e o provisionamento de assistência; 5. Prevenir abusos entre os presos; 6. Facilitar o contato com a família e amigos dos presos; 7. Encorajar a reabilitação e fornecer atividades produtivas aos detentos; 8. Facilitar a fiscalização do tratamento e das condições carcerárias.

Para o alcance de cada um dos objetivos, a organização recomendou a promoção de estratégias específicas. Em relação ao controle da brutalidade dos agentes penitenciários e policiais as estratégias indicadas foram:

Promotores públicos devem pronta e vigorosamente investigar denúncias de abusos dos presos cometidos pelas forças policiais militares ou civis. Nos casos em que abusos forem deflagrados, processos criminais devem ser instituídos e vigorosamente trabalhados. A impunidade vigente nos casos de abusos cometidos contra presos deve acabar. Enquanto as investigações estiverem em andamento, os policiais ou agentes penitenciários acusados de homicídio ou outros sérios abusos devem, no mínimo, ser designados para trabalhos administrativos.

Autoridades estaduais devem reformar os procedimentos usados para investigar abusos contra presos, permitindo, assim, que as autoridades investigativas e periciais (como as do IMLs) tenham maior independência.

Apenas agentes penitenciários civis, devidamente qualificados devem ser empregados nas prisões. Estados que dependem das polícias civil e militar para cumprirem funções dentro das prisões devem contratar e treinar contingentes de guardas profissionais. Em geral, o treinamento dos guardas deve ser estendido e cursos de reciclagem também devem ser oferecidos periodicamente.

Autoridades policiais e prisionais devem treinar policiais e guardas com relação às normas brasileiras e internacionais, obrigando a um tratamento humano dos presos, e devem adverti-los de que os policiais enquadrados em sanções disciplinares não-autorizadas, práticas corruptas ou outros abusos serão punidos de forma correspondente. (HUMAN RIGHTS WATCH, 1998).

Em relação à redução dos níveis de superlotação as estratégias indicadas foram:

O Congresso Nacional deve expandir as possibilidades de livramento sob pagamento de fiança, modificando as leis e emendas existentes que impedem essa possibilidade.

Cada estado deve criar um programa completo de estabelecimentos penais de regimes aberto e semi-aberto previstos na LEP. Juizes da Vara de Execução Penal, incumbidos de supervisionar os termos de encarceramento dos detentos, devem fiscalizar a progressão para os regimes menos restritivos, garantindo que os presos sob sua jurisdição sejam transferidos para os regimes apropriados dentro de um prazo razoável.

Juizes devem superar suas relutâncias ao sentenciar criminosos a penas alternativas, tais como serviços comunitários. Aqueles réus que constituem um risco limitado para a sociedade--inclusive e, em particular, presos condenados por crimes não-violentos--devem ser considerados candidatos à aplicação de sanções alternativas. (Human Rights Watch, 1998).

Em relação à manutenção somente de suspeitos criminosos às Delegacias de Polícia as estratégias indicadas foram:

Como é a prática no estado do Rio Grande do Sul, delegacias de polícia devem ser usadas apenas para detenções de curto prazo de suspeitos de crimes recém detidos. Tão logo seja possível, mas no máximo dentro de alguns dias, os presos devem ser transferidos da custódia dos policiais para cadeias públicas sob a autoridade das secretarias estaduais de justiça. A polícia e as autoridades prisionais dos estados onde as delegacias são, de forma não apropriada, utilizadas como estabelecimentos de detenção de médio e longo prazos devem elaborar um plano de como esse objetivo pode ser alcançado, ressaltando as soluções possíveis que podem ser plenamente implementadas dentro de um período inferior a dois anos. Autoridades governamentais em Minas Gerais e São Paulo devem adotar e implementar tais planos como medidas de prioridade máxima. (Human Rights Watch, 1998).

Em relação à melhoria das Condições Gerais e o provisionamento de assistência as recomendações foram que:

Autoridades prisionais e policiais devem renovar a estrutura física dos estabelecimentos prisionais em mal estado. Particularmente, o Presídio Central de Porto Alegre, a Penitenciária Central João Chaves em Natal e a Penitenciária Raimundo Vidal Pessoa em Manaus, devem ser renovados ou demolidos. Em São Paulo, a Secretaria da Administração Penitenciária deve prosseguir com os planos estabelecidos de fechar a Casa de Detenção e mudá-la para vários estabelecimentos menores. O governo federal deve fornecer assistência financeira aos estados para que estes possam financiar esses esforços.

Autoridades prisionais e policiais devem garantir que todos os presos sejam supridos nas suas necessidades básicas, incluindo colchões e camas, comida suficiente e água potável, além dos artigos mínimos de higiene pessoal.

Autoridades prisionais e policiais devem tomar medidas imediatas para corrigir as graves deficiências na assistência médica oferecida aos presos, contratando mais médicos e garantindo a cada estabelecimento prisional estoque médico básico necessário. Atenção particular deve ser dada ao tratamento de doenças epidêmicas como a Aids entre a população carcerária.

Presos com doenças contagiosas devem ser separados dos presos saudáveis e receber o tratamento médico apropriado.

Autoridades prisionais e policiais devem considerar seriamente a garantia do livramento por compaixão dos presos em estágios avançados de Aids e outras doenças terminais. Métodos rápidos de identificação de tais presos devem ser estabelecidos para que eles não morram na prisão.

Autoridades prisionais e policiais devem aumentar assistência jurídica para os presos. (Human Rights Watch, 1998).

Em relação à prevenção de abusos entre os presos:

Autoridades prisionais estaduais devem estabelecer sistemas racionais de classificação nas prisões, de forma que, o mais rápido possível, presos não-violentos sejam separados dos mais violentos e alocados em estabelecimentos apropriados de segurança mínima.

Autoridades prisionais e policiais devem contratar números suficientes de guardas para garantir a supervisão eficaz dos detentos sob suas custódias. Para ajudar na manutenção de pessoal qualificado e evitar corrupção, esses guardas devem receber salários compatíveis com os riscos e as responsabilidades de supervisionar presos.

Presos não devem nunca ser designados para cargos de segurança interna ou colocados em posições de poder sobre outros presos, nem mesmo informalmente.

Autoridades prisionais e policiais devem separar presos condenados dos presos não-condenados (provisórios). De fato, presos provisórios devem ser mantidos em estabelecimentos de detenção provisória, e não em delegacias policiais. (HUMAN RIGHTS WATCH, 1998).

No que diz respeito à facilitação do contato dos presidiários com a Família e Amigos dos Presos:

O Congresso Nacional deve aprovar emenda ao Lei de Execução Penal para instituir uma política nacional sobre vistorias intrusivas (como, por exemplo, a revista íntima) nos visitantes. Tais políticas devem cuidadosamente equilibrar a necessidade de segurança com os direitos dos visitantes à privacidade e tratamento humano, contendo assim proteção contra vistorias arbitrárias, desnecessárias ou discriminatórias. Sempre que possível, métodos menos intrusivos de vistoria nos visitantes tais como detetores de metais devem ser utilizados.

Autoridades estaduais devem formular e aplicar políticas uniformes de visita conjugal não discriminando as presas, tanto nas normas escritas quanto na prática. (Human Rights Watch, 1998).

Com intuito de ampliar as possibilidades de reabilitação dos presidiários a organização sugeriu que:

Autoridades penitenciárias estaduais devem expandir as oportunidades de trabalho disponíveis nas prisões. Em particular, elas devem batalhar a criação de trabalhos e programas de treinamento que ensinem aos presos atividades produtivas para facilitar seus empregos uma vez libertados e uma reintegração de sucesso à sociedade.

As oportunidades educacionais nas prisões também devem ser ampliadas.

Autoridades prisionais e policiais devem garantir que todos os presos tenham, pelo menos, uma hora diária de exercícios fora das celas. Os presos mantidos em celas de isolamento devem ter garantidas oportunidades suficientes de lazer. Embora medidas devam ser tomadas para limitar a estada de presos em todas as delegacias de polícia, atenção especial deve ser dada para garantir que os presos sejam rapidamente transferidos das delegacias que não possuam espaço físico para exercícios ao ar livre. (HUMAN RIGHTS WATCH, 1998).

No sentido de facilitar a fiscalização do tratamento e das condições carcerárias, a organização recomenda que:

Dever-se-ia criar mais varas de execução penal. Além disso, estas varas devem aumentar o número de juizes em função, além de preencher as vagas já existentes. Reuniões em nível nacional e regional de juizes das varas de execução penal devem ser realizadas periodicamente para facilitar a troca de informações relativas ao tratamento e às condições carcerárias. Representantes

do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPC) também devem fazer parte dessas reuniões.

Juizes devem seguir os requerimentos da Lei de Execução Penal que prevê que eles inspecionem mensalmente os estabelecimentos penais de suas jurisdições. Por ocasião de tais visitas, eles deveriam falar em particular com presos, agentes penitenciários e demais funcionários, sem a presença dos diretores das prisões. Eles devem cuidar particularmente de entrevistar aqueles presos em celas de castigo ou outras áreas de isolamento. Outros mecanismos de monitoramento descritos pela LEP, tais como o CNPCP, devem também expandir seus programas de inspeção às prisões.

As Assembléias Legislativas estaduais devem estabelecer ouvidorias de polícia, tais como a que existe em São Paulo, para fiscalizar o trabalho policial e investigar denúncias de abusos cometidos por policiais. Essas instituições devem contar com recursos humanos e materiais suficientes para permitir que cumpram com suas atribuições de forma eficaz. Devem também poder requerer o depoimento de testemunhas e acusados, sob pena de desacato, assim como pleno acesso aos estabelecimentos penais e departamentos de polícia, possibilitando investigações exaustivas sobre as denúncias de abusos. Órgãos semelhantes devem ser estabelecidos para fiscalizar e denunciar abusos nas prisões.

Para facilitar um maior entendimento da situação das presas e suas necessidades o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária deve garantir que o próximo censo penitenciário desmembre as informações pelo gênero dos presos. Por exemplo, estatística sobre os tipos de crimes cometidos deve ser fornecida separadamente com relação a presos homens e presas mulheres.

O censo penitenciário nacional deve incluir informações sobre o número de presos mortos em confinamento, como fez em 1994 mas deixou de fazer em 1995. Esses números devem ser mais desagregados para indicar quantos detentos foram mortos por agentes penitenciários e quantos foram mortos por outros presos.

Autoridades estaduais e federais devem cooperar plenamente com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, assumindo, particularmente, plena responsabilidade na remediação das violações dos direitos humanos denunciadas pelo órgão internacional.

Autoridades prisionais e policiais devem garantir aos representantes de direitos humanos e outras organizações não- governamentais acesso regular a todos os estabelecimentos penais e permitir que eles falem em particular com os presos. O trabalho da Pastoral Carcerária deve ser encorajado. Prisões estaduais e autoridades de polícia, assim como autoridades federais do departamento Penitenciário do CNCP, devem reunir-se de forma regular com os representantes desses grupos para ouvir suas opiniões sobre as deficiências no sistema penitenciário. (HUMAN RIGHTS WATCH, 1998).

As limitações na concretização dos dispositivos legais voltados para a área e as manchetes de rebeliões estampadas nos jornais têm, de certa forma, informado a população que os muros não são mais capazes de conter a violência e a desigualdade instaladas em nossa sociedade. Ignorar o *outro* tem se tornado cada vez mais difícil. Considerar propostas de estratégias para mudança desse cenário tem sido cada vez mais urgente.

A seguir, me aproximo, sucintamente, da forma como esse panorama nacional se manifesta no contexto baiano.

2.1.2. Contexto baiano

Somente em 1966, a função judiciária, que desde 1895, estava alocada na Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública ganhou uma secretaria própria, a Secretaria da Justiça (Lei nº2321/11 abr.). O que se seguiu à reorganização do Conselho Penitenciário (1969), com o objetivo de auxiliar o controle e a fiscalização da execução do sistema penitenciário, dos egressos, liberados condicionais ou não, e dos processados.

Nos anos seguintes, sobretudo na década de 80, novos órgãos seriam instalados a exemplo da Defensoria Pública do Estado (Lei nº4.658/26 dez.) e do Sistema Estadual de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes (Lei nº4.684/28 nov.).

No contexto da ampliação do sistema penitenciário e das reflexões sobre o tratamento dado aos internos, em 1987(Lei nº4.697/15 jul.), a Secretaria de Justiça foi rebatizada com o nome de Secretaria da Justiça e Direitos Humanos. Além do nome, a secretaria sofreu alterações estruturais como a adição do Conselho de Defesa dos Direitos da Mulher, Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra e Conselho de Proteção dos Direitos Humanos.

No fluxo dessas mudanças, em 1997, foi criado o Presídio Regional de Jequié (Lei nº 7.144) com o objetivo de custodiar presos provisórios e dar cumprimento às penas privativas de liberdade, nos vários regimes aplicados em sentença criminal condenatória, em conformidade com a legislação federal.

Na estrutura organizacional da Superintendência de Assuntos Penais - SAP, antigo Departamento de Assuntos Penais – DAP, em 2000, foi criado o Presídio Penal de Teixeira de Freitas.

Outros avanços na área dimensão legal dos direitos humanos se seguiram, como a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado (Lei nº 8.253, de 02.05.2002), a criação do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Lei nº 8.268, de 04.07.2002) e o Conselho Estadual de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.353, de 05.09.02).

Mas, somente em 2003 (Lei nº 8.595), foi criada, na estrutura da Secretaria da Justiça e Direitos Humanos, a Superintendência de Apoio e Defesa aos Direitos Humanos. Com caráter também fiscalizador, a Superintendência tinha como principal objetivo garantir a promoção e proteção dos direitos humanos, além de executar as deliberações emanadas dos Conselhos Estaduais vinculados à referida Secretaria.

É nessa nova configuração, que a Secretaria da Justiça e Direitos Humanos da Bahia – SJDH - (Lei nº4.697/15 jul.) passa a exercer como competências:

Promover e fiscalizar a aplicação dos princípios éticos, da lei e da justiça;
Representar o Poder Executivo nas suas relações com o Legislativo e o Judiciário no âmbito estadual e federal;
Administrar o Sistema Penitenciário do Estado;
prestar assistência jurídica gratuita aos que dela necessitarem;
Relacionar-se com as representações consulares com jurisdição no Estado;
Articular-se, sistematicamente, com vistas ao cumprimento da sua finalidade com a Procuradoria Geral da Justiça;
Formular e coordenar a execução da política estadual de proteção ao consumidor;
Promover a defesa dos direitos e das garantias fundamentais da cidadania.
(Regimento da Secretaria da Justiça e Direitos Humanos - DECRETO Nº 9.161 DE 16 DE AGOSTO DE 2004)

Entre os órgãos colegiados que a compõem estão: o Conselho Estadual de Proteção aos Direitos Humanos, Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher, Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra, Conselho Estadual de Entorpecentes, Conselho Penitenciário, Conselho Gestor do Fundo Estadual de Proteção ao Consumidor,

Conselho Estadual do Idoso, Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência e o Conselho Estadual de Defesa do Consumidor.

A Superintendência de Assuntos Penais – SAP (Lei nº 7.435, de 30.12.98) é o principal órgão integrante da estrutura da Secretaria da Justiça e Direitos Humanos - SJDH, no que diz respeito ao planejamento, coordenação, execução, supervisão, controle e avaliação, juntamente com o Poder Judiciário, dos serviços penais do Estado.

Art. 2º - Compete à Superintendência de Assuntos Penais:

I - planejar, executar, coordenar, supervisionar, controlar e avaliar as atividades relacionadas à custódia e ressocialização de internos do Sistema Prisional do Estado e o acompanhamento de egressos;

II - formular políticas e diretrizes para a administração do Sistema Prisional, mantendo permanentes

atividades de otimização dos serviços prestados;

III - realizar estudos e pesquisas nas áreas criminal e penitenciária, com o objetivo de subsidiar a formulação

de políticas de prevenção à criminalidade e de execução penal;

IV - programar, efetivar e incentivar eventos de cunho científico em sua área de atuação;

V - promover programas de formação e aperfeiçoamento dos servidores do respectivo quadro;

VI - garantir o respeito à integridade física e moral dos custodiados;

VII - assegurar, aos internos, assistência à saúde, material, social, psicológica, educacional, jurídica, bem

assim condições de qualificação profissional e desenvolvimento de atividades laborativas, em consonância

com o disposto na Lei de Execução Penal – LEP;

VIII - promover, observando as normas de segurança das unidades, os meios necessários à fomentação e

manutenção dos vínculos familiares, religiosos e comunitários dos custodiados;

IX - articular-se com organismos estaduais, federais, internacionais e estrangeiros, visando o

aprimoramento do Sistema Prisional;

X - promover, em compatibilidade com a natureza e com as normas de segurança das unidades, atividades

relativas às práticas culturais, socializadoras, recreativas e esportivas.

Fonte: DECRETO Nº 9.665 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2005

De acordo com o Decreto nº 9.665 de 21 de novembro de 2005, que aprovou a Organização Estrutural e Funcional da SAP, a superintendência é composta pela: Coordenação Administrativa e Financeira, Coordenação de Gestão Integrada da Ação Penal, Coordenação de Estudo e Desenvolvimento da Gestão Penal e pelo Sistema Prisional. Cada uma das coordenações possui finalidades específicas como explicitado no quadro abaixo:

Quadro 10 – Coordenações da SAP e finalidades.

COORDENAÇÃO	FINALIDADE
Coordenação Administrativa Financeira - CAF	Tem por finalidade executar as atividades de administração geral, contábil e financeira, em articulação com a Diretoria Geral da Secretaria da Justiça e Direitos Humanos.
Coordenação de Gestão Integrada da Ação Penal - COGIAP	Tem por finalidade proceder ao planejamento, coordenação, supervisão e avaliação das atividades alusivas a execução penal, de cunho técnico e ressocializador, direcionadas a internos e egressos.
Coordenação de Estudo e Desenvolvimento da Gestão Penal - CEDEGEP	tem por finalidade promover ações focadas no desenvolvimento das atividades realizadas pela Superintendência.

Fonte: Elaboração própria com base no DECRETO Nº 9.665 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2005

As principais características do sistema prisional brasileiro parecem estar refletidas no sistema prisional baiano, entre as quais pode-se apontar: a super representação masculina, a concentração dos presos e de unidades prisionais na capital do estado, a concentração dos apenados em regime fechado e a superlotação dos estabelecimentos. Abaixo, apresento a distribuição de reclusos segundo gênero e nacionalidade nos estabelecimentos penais baianos, com discriminação das unidades prisionais localizadas na capital e no interior do estado.

Tabela 4 - Reclusos por unidades prisionais do estado da Bahia.

UNIDADES PRISIONAIS	POPULAÇÃO				Total
	MASC.		FEM.		
	Bras.	Estrang.	Bras.	Estrang.	
CAPITAL					
CASA DO ALBERGADO E EGRESSOS	58				58
COLÔNIA LAFAYETE COUTINHO	326				326
CENTRO DE OBSERVAÇÃO PENAL	100				100
HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO	219		14		233
PENITENCIÁRIA FEMININA			196	3	199
PENITENCIÁRIA LEMOS BRITO	2176	7		0	2183
PRESÍDIO DE SALVADOR	1336	9			1345
UNIDADE ESPECIAL DISCIPLINAR	318	1			319
TOTAL CAPITAL	4533	17	210	3	4763
INTERIOR					
CONJUNTO PENAL DE FEIRA DE SANTANA	537		24		561
CONJUNTO PENAL DE JEQUIÉ	538		11		549
PRESÍDIO ADV. NILTON GONÇALVES (VIT.CONQUISTA)	212				212
PRESÍDIO ADV. ARISTON CARDOSO (ILHÉUS)	241		6		247
PRESÍDIO ADV. RUY PENALVA (ESPLANADA)	77				77
PRESÍDIO REGIONAL DE PAULO AFONSO	169		6		175
CONJUNTO PENAL DE TEIXEIRA DE FREITAS	324	2	18		344
CONJUNTO PENAL DE VALENÇA	348	1			349
CONJUNTO PENAL DE JUAZEIRO	226		7		233
TOTAL INTERIOR	2672	3	72		2747
TOTAL GERAL	7205	20	282	3	7510

OBS: A população da Central Médica é de 10(dez) pacientes, já computados na unidade de origem.

Fonte: Sistema de Controle de Reclusos – BA (2006).

Como pudemos ver após esse rápido panorama legislativo e organizacional, as demandas são variadas e a inflação de leis já apontam para inconcretude do respeito aos direitos humanos dos detentos. Como fala Dummond *as leis não bastam, os lírios não nascem das leis*. Os lírios, a vida, nascem das vivências e da difícil equação entre o que pensamos, sonhamos, sentimos, acreditamos e o que realizamos.

É nesse cenário legal, fictício de certa forma, que em paralelo ao contraditório cenário concreto se desenvolvem os processos de institucionalização, que trato a seguir.

2.2. OS MECANISMOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO

Na prisão o governo pode dispor da liberdade da pessoa e do tempo do detento; a partir daí, concebe-se a potência da educação que, não em só um dia, mas na sucessão dos dias e mesmo dos anos pode regular para o homem o tempo de vigília e do sono, da atividade e do repouso, o número e a duração das refeições, a qualidade e a ração dos alimentos, a natureza e o produto do trabalho, o tempo da oração, o uso da palavra e, por assim dizer, até o do pensamento, aquela educação que, nos simples e curtos trajetos do refeitório à oficina, da oficina à cela, regula os movimentos do corpo e até nos momentos de repouso determina o horário, aquela educação, em uma palavra, que se apodera do homem inteiro, de todas as faculdades físicas e morais que estão nele e do tempo em que ele mesmo está. (FOUCAULT, 2000, p.199)

Esse pertencimento individual a uma estrutura coercitiva e seu efeito para *identidade individual* me parece central. O entendimento do processo de institucionalização do indivíduo como um elemento chave nesta investigação, me aproxima de Goffman (2001), mais especificamente de seu estudo sobre as *instituições totais*. O autor parte de uma definição de *instituições totais*, caracterizadas, sobretudo, por um maior grau de fechamento. Seu objeto oferece, portanto, o contexto imediato que abarca, interage e influencia as percepções dos "atores" priorizados neste trabalho.

Goffman (2001) classifica as *instituições totais* em 5, diferenciando-as, principalmente, pela clientela de atendimento: 1 - as que cuidam de pessoas incapazes e inofensivas; 2 - as que tratam de pessoas incapazes que representam ameaça ao grupo de forma não intencional; 3 - as destinadas às pessoas que representam ameaça de forma intencional; 4 - as que objetivam fundamentos instrumentais e cumprimento sistemático de tarefas; 5 - e as que se configuram num refúgio da sociedade, apresentando invariavelmente caráter religioso.

Nesse trabalho, não é apenas essa tipologia, no entanto, que aparece em destaque na abordagem teórica. Embora, a *instituição total* investigada atenda a pessoas que representam ameaça de forma intencional, o que, nesse caso, agrega ao sujeito uma série de estigmas, interessa a esse

estudo, também, as características axiais e as implicações da *instituição total* na constituição da *identidade*.

Como alerta Goffman (2001), as fronteiras entre esses cinco grupos de instituições são tênues. Estamos centrados, portanto, nas particularidades do termo e não em suas subdivisões. A minimização de convívio com pessoas diversificadas, com a restrição de socialização a um grupo específico, e a limitação de práticas sociais diferenciadas a um mesmo espaço aparecem como características determinantes desse objeto.

Cabe uma ressalva importante no que se refere aos grupamentos: é importante perceber que não devem ser generalizados. Numa primeira divisão grosseira encontra-se os internos, os que são impedidos de sair, e o corpo funcional da instituição. O primeiro grupo está preso às teias institucionais, mergulhado em seu sistema, tendo contato com o mundo externo somente através de visitas de familiares e raras saídas em datas festivas, para alguns que "conquistaram" esse direito. O segundo grupo convive entre dois mundos diferenciados: o institucional e o que está além de seus muros.

Mas por que a preocupação em demarcar essa diferença? Trabalho com a hipótese de que o campo institucional total não só pode gerar uma espécie de desculturação, como alerta Goffman, mas também pode comprometer a subjetividade e a construção da identidade dos atores que o compõe. A organização da instituição total e sua sistemática apontam para uma desconstrução do sujeito. O tratamento massificado e generalizado acaba, acredito, forçando o indivíduo a incorporar uma instrumentalização básica para viver institucionalmente que compromete sua autonomia.

Vale destacar, ainda, como aponta Goffman (2001), que na *instituição total desenvolvem-se mundos sociais e culturais diferentes, que caminham juntos com pontos de contato oficial, mas com pouca interpenetração* (p.20). Os funcionários tendem a demarcar seu mundo externo e interno, possibilitando poucas trocas, e a manterem um certo distanciamento social dos internos, embora dividam com eles o mesmo espaço físico por um período de tempo significativo.

Os fatores acima discutidos levam o autor a afirmar que a *instituição total* pode ser um instrumento mais eficaz para minar laços familiares do que a própria solidão. É necessário refletir sobre dados essenciais que emergem nas relações travadas nesse contexto: o significado da perda do nome; da desvalorização subjetiva legitimada por um sistema de regras construído à revelia dos internos; as consequências de se viver dentro de um sistema de rotina fechado, com um grande contingente de indivíduos, que, no entanto, não se constituem num grupo que trava relações sociais comuns ao âmbito externo.

A expropriação de pertences e a necessidade de autorização para procedimentos individuais mínimos como defecar ou urinar podem ser um bom parâmetro para compreender o processo de mortificação do eu. “As instituições totais, em nossa sociedade, são estufas para mudar pessoas; cada uma é um experimento natural sobre o que se pode fazer ao eu” (GOFFMAN, 2001, p.122).

Foucault (2000), ao estudar a evolução histórica da legislação penal e seus respectivos métodos e meios coercitivos, adotados pelo poder público na repressão da delinquência, revela concepções históricas de prisões, que parecem nos acompanhar: a idéia de domínio total do homem.

Concordando com Foucault (2000), acredito que esses sujeitos, ao terem sua subjetividade ameaçada, percorram caminhos de resistência, e de degradação (GOFFMAN, 2001). Acredito que esses caminhos não se anulam, ao contrário, coexistem. A degradação, nesse contexto, pode se constituir em uma forma de resistência. Ser violento pode se configurar, dentro de um determinado contexto, como única forma de ser. Desobedecer a regras explícitas, ciente da punição, pode ser uma estratégia de resgatar uma pequena e momentânea liberdade individual. Isto traz sérias implicações para o processo de alteridade, uma vez que, a mortificação do *eu* implica, por vezes, na eliminação do *outro*.

A *instituição total*, contudo, não objetiva o desculturamento, a desinstrumentalização temporária do indivíduo no mundo externo. Na verdade, a não ruptura da ponte institucional com a sociedade é, de acordo com Goffman, um importante instrumento de controle. Há, no interno, portanto, impressões, expectativas e experiências externas que continuam a influenciar sua conduta, sem impedir, contudo, que a *instituição total* vá modificando, moldando sua personalidade,

estabelecendo o que chamaremos de uma ditadura da construção da identidade, *formatação da subjetividade*, tecida no convívio burocratizado das instituições.

Comungu, portanto, do olhar agudo que Goffman lança sobre o social e de sua descrença no sistema imprimido pelas *instituições totais* como espaços educativos. Ao forçar o indivíduo a se despir de seus papéis no mundo externo e a formatá-lo no quadro da instituição, se estabelece uma espécie de socialização perversa, que em nada, lembra ou se aproxima da reeducação.

Apesar das políticas de visitação, do amparo legal e da determinação constitucional de garantias explícitas para proteção da população encarcerada, a força da *instituição total* e, por vezes, a *privatização* desses espaços os transforma em mecanismos potencializadores da criminalidade.

Nesse contexto, no qual a reincidência se tornou um constante, a ressocialização ganha, para alguns, o status de milagre. Afinal, o que tem sido proposto para a superação da institucionalização?

3. CONVERSÃO - UM DOS CAMINHOS POSSÍVEIS PARA REINserÇÃO SOCIAL?

Os problemas na estrutura penitenciária como a superlotação do sistema, o alto índice de reincidência e os efeitos da institucionalização apontam para a urgência de se contemplar, no âmbito das políticas públicas e nas unidades penais, mecanismos de reinserção social eficazes. Em 2005, no Brasil, segundo o DEPEN (2005), mais de 60% (sessenta por cento) da população prisional era composta por reincidentes, o que já revelava, dentre outras coisas, a ineficácia das estratégias de reeducação com vistas à reinserção social aplicadas nas unidades prisionais do país.

O Relatório de Auditoria Operacional TC-010.535/2002-3, do Tribunal de Contas da União, apresentou como principais críticas ao DEPEN a limitação na elaboração de macro-políticas de suporte aos Estados e ao Distrito Federal e a ausência de fomentos a elaboração de planos operacionais para área. O relatório destacava, ainda, a urgência na elaboração de uma agenda de discussão com os estados, visando à elaboração de “planos integrados de ressocialização”; e do “desenvolvimento de instrumentos de coordenação e monitoramento das ações” (DEPEN, 2005).

A exigência da presença de projetos voltados para a reinserção social, intra e extra muros, deixou de ser apenas manifesta no clamor das diversas organizações que lutam pelos direitos das pessoas aprisionadas, se constituindo, nas últimas décadas, em determinação legal.

TÍTULO I

Do Objeto e da Aplicação da Lei de Execução Penal

Art. 1º A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado. (Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984).

Essa nova perspectiva, embora, muitas vezes, ainda distante do cotidiano institucional, vem facilitando o trabalho de missionários de diversas religiões. Neste capítulo, discuto alguns conceitos centrais do território institucional como reeducação, reintegração e ressocialização. Parece-me que a clareza dessa estrutura nos ajuda a compreender melhor o campo no qual os missionários trabalham e a influência da religião no processo de reinserção social. Posteriormente me ateno especificamente ao recorte desse estudo, discutindo algumas ligações entre identidade religiosa (grupal) e individual.

3.1. REEDUCAÇÃO, REINTEGRAÇÃO SOCIAL E RESSOCIALIZAÇÃO

Fica proibido o uso da palavra liberdade,
a qual será suprimida dos dicionários
e do pântano enganoso das bocas.
A partir deste instante
a liberdade será algo vivo e transparente
como um fogo ou um rio,
e a sua morada será sempre
o coração do homem.
Thiago de Mello¹⁰. *Estatutos do Homem*

Os problemas apontados na estrutura penitenciária como a superlotação do sistema, o alto índice de reincidência e os efeitos da institucionalização apontam para a urgência de se contemplar, no âmbito das políticas públicas e nas unidades penais, mecanismos de reinserção social eficazes.

¹⁰ Thiago de Mello nasceu em Bom-Socorro, Amazonas, em 1926. Publicou seu primeiro livro aos 25 anos: *Silêncio e Palavra*. Rapidamente reconhecido, começou a participar do círculo dos intelectuais da época. Foi Adido Cultural da Embaixada do Brasil no Chile, nos anos 60, fazendo amizade com Pablo Neruda. Foi exilado, em 1964 pelo Golpe Militar, passando por vários países: Argentina, Portugal, França e Alemanha. Só em 78 voltou ao país, tendo sua obra poética, publicada pela Civilização Brasileira e exaltada como denúncia contra a opressão, da qual se destaca o livro *Faz Escuro mas eu Canto*. Sua obra antológica e mais polêmica é *Os Estatutos do Homem*, onde registra direitos e deveres do homem com determinação lírica.

Em 2005, no Brasil, segundo o DEPEN (2005), mais de 60% (sessenta por cento) da população prisional era composta por reincidentes, o que já revelava, dentre outras coisas, a ineficácia das estratégias de reeducação com vistas à reinserção social aplicadas nas unidades prisionais do país.

O Relatório de Auditoria Operacional TC-010.535/2002-3, do Tribunal de Contas da União, apresentou como principais críticas ao DEPEN a limitação na elaboração de macro-políticas de suporte aos Estados e ao Distrito Federal e a ausência de fomentos a elaboração de planos operacionais para área. O relatório destacava, ainda, a urgência na elaboração de uma agenda de discussão com os estados, visando à elaboração de “planos integrados de ressocialização”; e do “desenvolvimento de instrumentos de coordenação e monitoramento das ações” (DEPEN, 2005).

A exigência da presença de projetos voltados para a reinserção social, intra e extra muros, deixou de ser apenas manifesta no clamor das diversas organizações que lutam pelos direitos das pessoas aprisionadas, se constituindo, nas últimas décadas, em determinação legal.

TÍTULO I

Do Objeto e da Aplicação da Lei de Execução Penal

Art. 1º A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado. (Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984).

A atual legislação penal compreende as estratégias de reinserção social como parte obrigatória da pena a ser cumprida e reconhece o acompanhamento religioso como direito do apenado:

SEÇÃO VII

Da Assistência Religiosa

Art. 24. A assistência religiosa, com liberdade de culto, será prestada aos presos e aos internados, permitindo-se-lhes a participação nos serviços organizados no estabelecimento penal, bem como a posse de livros de instrução religiosa.

§ 1º No estabelecimento haverá local apropriado para os cultos religiosos.

§ 2º Nenhum preso ou internado poderá ser obrigado a participar de atividade religiosa. (Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984).

Seis formas de assistência estão previstas na LEP/1984: material, saúde; jurídica; educacional; social e religiosa. Todas com o objetivo de contribuir para a reinserção social do recluso.

Há movimentos-chave, complementares, mas diferentes, envolvidos no processo de reinserção social: o de reeducação, o de reintegração social e o de ressocialização.

A reeducação é um processo formal desenvolvido pela unidade prisional, que visa à mudança de comportamento do detento. Esse processo se dá, prioritariamente, em regimes fechados, por meio da institucionalização.

Exemplos desse processo são as ações disponibilizadas pela SJDH do estado da Bahia no sistema prisional, conforme quadro abaixo:

Tabela 5 – Ações de ressocialização desenvolvidas pela SJDH da BA

ÁREA	CARACTERIZAÇÃO	AÇÕES DESENVOLVIDAS
Trabalho	Dentro do que estabelece a Lei de Execução Penal, são realizadas ações que motivam os presos para o trabalho, procurando minimizar os problemas dentro das penitenciárias quanto à ociosidade e a falta de perspectivas para o futuro.	Remuneração mensal de 75% do salário mínimo, para ajudar nas suas despesas pessoais, no sustento da família e na formação de um pecúlio ou poupança; Oferta de qualificação profissional para facilitar o acesso ao mercado de trabalho após o cumprimento da pena; Estímulo ao trabalho - a cada 3 dias de trabalho há remissão da pena em 1 dia.
Saúde	O Plano Operativo Estadual de Saúde no Sistema Penitenciário do Estado da Bahia está previsto na Portaria Interministerial nº1777, de 09 de setembro de 2003 que prevê a inclusão da população penitenciária no SUS. O acesso dessa população a ações e serviços de saúde é legalmente definido pela Constituição Federal de 1988, pela Lei nº 8.080, de 1990, que regulamenta o Sistema Único de Saúde, pela Lei nº 8.142, de 1990, e pela Lei de Execução Penal nº 7.210, de 1984.	Atendimento integral à saúde da população penal; Atendimento psiquiátrico.
Educação e cultura	O direito à educação nas Unidades Prisionais está previsto na Lei de Execução Penal, garantindo aos	Alfabetização; Ensino fundamental - da 1ª à 8ª série;

	<p>presos o acesso ao conhecimento, de modo a facilitar o retorno ao convívio social e o acesso ao mercado de trabalho. As ações de ressocialização seguem o princípio de que a educação é uma das bases da cidadania.</p>	<p>Ensino Profissionalizante;</p> <p>A ação de educação além de atender aos apenados através da Escola Especial da PLB – Escola de vinculação, atende também aos filhos destes através da Escola Professor Estácio de Lima com a parceria da Secretaria da Educação do Estado da Bahia.</p>
Psicosocial	<p>o programa promove a qualificação dos servidores e prepara os presos para a ressocialização, indo além dos limites das penitenciárias e chegando até as famílias dos presos, levando apoio e orientação.</p>	<p>Orientação quanto ao planejamento familiar, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e AIDS, à tuberculose e ao câncer a prevenção e redução dos danos causados pelo uso de drogas;</p> <p>Estímulo a inserção dos filhos dos presos no sistema formal de educação;</p> <p>Viabilização da regularização da documentação básica dos presos e familiares;</p> <p>Promoção de cursos profissionalizantes para ajudar na inserção no mercado de trabalho;</p> <p>Realização de ações culturais e de lazer coordenado durante a visita dos filhos e para as crianças que vivem com as mães no Presídio Feminino;</p> <p>Estímulo ao fortalecimento das relações sócio-familiares, preparando o retorno do preso ao convívio social.</p>

Fonte: Elaboração própria, com base nas ações desenvolvidas pela SJDH da BA

As ações de reeducação concentradas na área de trabalho têm sido estimuladas por meio de vantagens econômicas e sociais garantidas as empresas parceiras da SJDH. Entre os principais benefícios estão a: utilização de mão-de-obra qualificada; remuneração com piso estabelecido em 75% do salário mínimo; inexistência de encargos sociais; inexistência de vínculo empregatício; inexistência de demandas trabalhistas; utilização dos galpões/salas localizados nas unidades prisionais; inexistência de custos prediais; inexistência de aluguel; inexistência de contas de água e energia elétrica; inexistência de despesas de alimentação e vale-transporte; inexistência de

despesas de vigilância; disponibilização de um coordenador vinculado ao sistema que tem a função de supervisionar e acompanhar o desempenho do preso-trabalhador. Esses benefícios têm levado um número cada vez maior de empresas a constituir parcerias com as secretarias de justiça dos estados. A SJDH do estado da Bahia conta, atualmente, com as seguintes parcerias:

Tabela 6 – Empresas parcerias da SJDH/BA e tipo de atividade

UNIDADE DE TRABALHO	EMPRESA	TIPO DE ATIVIDADE
	Wilker Print	Fábrica de Fitas para Impressoras
Penitenciária Lemos Brito Salvador -Ba	Salomon	Decoração - Pátina em Ferro e Madeira
	Maxtranca	Reprocessamento de Resinas - Embalagens Plásticas
	Rodos e Vassouras	Fábrica de Rodos e Vassouras
	Requinte Móveis	Marcenaria - Móveis
	Cambuci S/A	Confecção de Bolas Penalty
	Fábrica de Trapos	Estopas
	Frastec	Reprocessamento de Resinas, Embalagens plásticas
	Instituto Mauá	Artesanato - Peças em Piaçava e Palha da Costa
Colônia Lafayette Coutinho Salvador - Ba	Aroma e Sabor	Cozinha - Serviços Gerais
	ECT	Serviços Postais - Triagem de Correspondências
	NMS	Carpintaria
	Premoltec	Artefatos em Cimento - Pré-moldados
Casa de Albergado e Egresso Salvador - Ba	Vinibol	Fábrica de Bolas de Futebol
	Flomad	Indústria Madeireira - Diversos
	ECT	Serviços Postais - Triagem de Correspondências
Hospital de Custódia e Tratamento Salvador - Ba	Caromile	Confecção - Produtos Ortopédicos

Centro de Observação Penal Salvador - Ba	Instituto Mauá	Artesanato - Peças em Piaçava e Palha da Costa
Conj. Penal de Jequié Jequié - Ba	CAMBUCI	Fábrica de Bolas de Futebol
Presídio Advogado Ariston Cardoso Ilhéus - Ba	CAMBUCI	Fábrica de Bolas de Futebol
Presídio Regional de Feira de Santana Feira de Santana - Ba	Cambuci S/A	Confecção de Bolas Penalty
	EBCT	Serviços Postais -Triagem de Correspondências
	FCK	Construção Civil - Diversos
Conj. Penal de Teixeira de Freitas Teixeira de Freitas - Ba	KI Gol	Confecção de Bolas
	BiscoitosI Icaios	Fabrico de Pães e Bolos
	Industria de vassouras Ribeiro	Fabrico de vassouras
	Gransul	Fábrica de Vassouras
	Padaria Milena	Padaria - Pães e Bolos
	Lavanderia Cores Vivas	Lavanderias - Diversos
Presídio Advogado Nilton Gonçalves Vitória da Conquista - Ba	Artefatos Santa Rita	Decoração - Peças em Gesso, Madeira e Resina
Penitenciária Feminina	Fábrica de Trapos nstituto Mauá Carolmile	Estopas Artesanato Confecção de produtos ortopédicos

Fonte: www.sjdh.gov.ba.br acesso: 05/06/2006

Apesar dos esforços, no entanto, relatórios de auditorias têm apontado para ineficácia da formação educacional e profissional dos detentos, tanto no estado como em âmbito nacional:

...incapazes de garantir a associação entre a experiência de trabalho e a geração de renda no ambiente intramuros, as ações financiadas manifestavam grande dificuldade de promover a posterior inserção no mercado de trabalho e se configuravam, meramente, como uma forma de “preenchimento do ócio dentro da unidade, levando à frustração da pessoa encarcerada”. (DEPEN, 2005, p.7)

Esse reducionismo do significado do trabalho nas unidades penais apresenta uma influência, ainda presente, do Sistema Auburniano (FOUCAULT, 2000). Vale lembrar que, apesar de conseqüências como a instituição do salário para o apenado e a criação de oficinas e mini-unidades fabris nas prisões, o sistema Auburniano gerou, também, tensão entre os prisioneiros e revoltas. As raízes de concepções de prisões que parecem nos acompanhar, apesar da refutação das novas redações legais, se apresentam como um desafio concreto a ser superado nos sistemas penais contemporâneos.

Um ponto que parece vital para a elaboração de estratégias educacionais é o repensar sobre o próprio papel da educação dentro de um contexto social mais amplo. Garcia (1994) propõe essa reflexão, apontando para a necessidade da desescolarização da educação. Como diz o autor, “trata-se de construir através de processos educativos, e neles mesmos, formas solidárias, igualitárias e plurais de convivência entre os homens” (GARCIA, 1994, p.64).

Ao propor essa reordenação, Garcia (1994) dialoga com o contexto e as tendências atuais, se reportando ao caldo pós-moderno onde a educação se fragiliza. Se fragiliza a tal ponto de restringir, em grande parte, seu campo de pesquisa ao universo escolar formal. A reeducação, por vezes a educação, é uma questão não só social, mas também pedagógica. Devemos e precisamos nos aventurar nesse campo, entendendo que a *desconstrução pós-moderna, que tantas vezes nos acovarda*, não elimina os caminhos, mas as certezas.

Um repensar sobre estratégias educativas formuladas no contexto institucional, implica em um redimensionamento da própria idéia de *instituição total*. As principais características que delimitam esse conceito restringem o impacto de intervenções educativas. Não pode haver educação onde não existe um *outro*. A visibilidade dos *outros* parece depender de um esforço conjunto dos segmentos que compõem o *nós* e os *outros*, da tentativa contínua de desembaçar as lentes pelas quais vemos, limpando-as dos estigmas e estereótipos que deturpam o olhar que lançamos sobre os *outros* e sobre *nós* mesmos.

Contudo, como alerta Foucault (2000), a rede social intra muros, marcada, na maior parte das vezes, por uma ética própria, pode comprometer a reinserção do indivíduo em redes mais amplas

e submetê-lo a experiências potencializadoras da prática de crimes e delitos. Nessa perspectiva, visualiza-se um contexto paradoxal, no qual a unidade prisional se apresenta como condição primeira para o desenvolvimento da reeducação do condenado e, ao mesmo tempo, como sua principal inviabilizadora. A reeducação deve englobar, portanto, além da escolarização, o acompanhamento psicossocial, que deve se estender aos familiares dos reclusos e aos funcionários que atuam na instituição, visando diminuir esse efeito institucional.

Já as ações de reintegração social podem ser definidas como um conjunto de intervenções técnicas, políticas e gerenciais ocorridas durante e após o cumprimento de penas ou medidas de segurança, tornando-se parte fundamental do tratamento penal.

...vê-se que um bom “tratamento penal” não pode residir apenas na abstenção da violência física ou na garantia de boas condições para a custódia do indivíduo, em se tratando de pena privativa de liberdade: deve, antes disso, consistir em um processo de superação de uma história de conflitos, por meio da promoção dos seus direitos e da recomposição dos seus vínculos com a sociedade, visando criar condições para a sua autodeterminação responsável. (DEPEN, 2005, p. 6)

O DEPEN distribui em três eixos básicos os projetos institucionais voltados para reintegração social do recluso:

1º. “Formação Educacional e Profissional dos Apenados, Internados e Egressos do Sistema Penitenciário Nacional” diz respeito ao processo pelo qual se procura associar a elevação da escolaridade e a educação profissional, com o acesso ao trabalho e à geração de renda, de maneira a preparar o beneficiário para ingresso no mundo do trabalho após o cumprimento da pena privativa de liberdade.

2º. “Assistência ao Preso, ao Internado, ao Egresso e aos seus Dependentes” faz referência a um movimento de promoção dos direitos dos apenados, internados, egressos, dependentes e familiares, criando condições para que estes possam exercer a sua autonomia. Não se trata, pois, de benevolência ou de assistencialismo, mas da afirmação de uma condição de cidadania. Esse processo deve ser mediado pela inclusão dos beneficiários na agenda das políticas públicas de governo e pelo apoio a ações de instituições públicas e privadas, de caráter permanente, que tenham como objetivo prestar atendimento aos beneficiários, na forma e nos limites da lei: material, à saúde, jurídica, educacional, social, religiosa e ao egresso.

3º. “Fomento a Serviços de Acompanhamento da Execução de Penas e de Medidas Alternativas”, por sua vez, inscreve-se na perspectiva de assegurar a

efetividade dessas formas de expressão do poder do Estado, a fim de que representem um espaço de recomposição de vínculos entre o autor do fato, a vítima e a comunidade e propiciem a condição de superação dos conflitos travados por parte daquele com relação à lei. (DEPEN, 2005, p.8)

A seguir, especifico a dimensão de cada um desses eixos:

Tabela 7 – Dimensão dos eixos priorizados pelo DEPEN nos projetos de reinserção social

Eixo	Finalidade	Público	
		Direto	Indireto
Formação Educacional e Profissional dos Apenados, Internados e Egressos do Sistema Penitenciário Nacional	Criar estratégias para promover a elevação da escolaridade, a profissionalização, o acesso ao trabalho e à geração de renda, de maneira a preparar o beneficiário para ingresso no mundo do trabalho durante e após o cumprimento da pena.	Pessoas presas e egressas do Sistema Penitenciário Nacional	Familiares; Profissionais do Sistema Penitenciário (agentes, técnicos, dirigentes); Profissionais do Judiciário, Executivo e ONGs; Comunidade
Assistência ao Preso, ao Internado, ao Egresso e aos seus Dependentes	Promover direitos, como estratégia para a afirmação de uma condição de cidadania dos beneficiários. Propõe a articulação para a inclusão dos beneficiários na agenda das políticas públicas de governo e o apoio a instituições públicas e privadas, de caráter permanente, que tenham como objetivo prestar atendimento, na forma e nos limites da lei.	Pessoas presas e egressas do Sistema Penitenciário, Pessoas em cumprimento de Medidas de Segurança e dependentes	Famílias; Profissionais do Sistema Penitenciário (agentes, técnicos, dirigentes); Profissionais do Judiciário, Executivo e ONGs; Comunidade
Fomento de Serviços de Acompanhamento da Execução de Penas e de Medidas Alternativas	Promover a instalação de Varas, Centrais e Núcleos de Atendimento, bem como estruturar a formação da Rede Social Local para atendimento as pessoas em cumprimento das penas restritivas de direitos.	Pessoas em cumprimento das penas restritivas de direitos	Famílias Profissionais do Judiciário, Executivo e ONGs Comunidade

Fonte: (DEPEN, 2005, p. 10)

A ineficácia apresentada por esses mecanismos, bem como, o pequeno percentual de presos contemplados por esses projetos, tem se revertido em implicações negativas no processo de ressocialização. O número de presos beneficiados é mínimo e os critérios para obtenção de determinadas oportunidades não é claro.

É preciso lembrar que a ressocialização se configura em um movimento mais complexo, um auto-processo informal do ex-detento, que não está mais sob a tutela do estado. A ressocialização implica na criação de redes sociais além muros, na não reincidência de condutas anti-sociais, na inserção no mercado de trabalho, ou seja, em uma série de comportamentos e percursos que se “espera” de um “cidadão de bem”.

A ressocialização pode ser, portanto, resultado de uma série de fatores, que podem ou não extrapolar os processos de reeducação e de reintegração social, aos quais o indivíduo foi submetido. Para efeito deste trabalho, me centrarei em um fator específico: a conversão.

3.2. RELIGIÃO E REINSERÇÃO SOCIAL

Assim que, se alguém está em Cristo nova criatura é; as coisas velhas já passaram; eis que tudo se fez novo. (II Coríntios 5:17)

O estudo religião, como meio de compreender dinâmicas sociais e processos de socialização, não é algo novo. As aproximações teóricas da religião, feitas pela sociologia em uma primeira fase, explícitas nos trabalhos de Comte, Taylor e Spencer, estavam, respectivamente, marcadas pelas lentes evolucionista, positivista e psicologista (BOTTOMORE, 1973). A busca por uma explicação racional sobre o surgimento da idéia de alma na mente do homem primitivo, presente nas obras de Taylor e Spencer, revela uma questão central nesses primeiros estudos: qual a origem da religião?

As explicações a partir desses trabalhos transitaram entre as disposições psicológicas, passando por erro intelectual, até a evolução da vida social. Nesse contexto, Marx inaugura a idéia de

religião como ferramenta de controle social, atentando para o caráter ideológico das diferentes doutrinas religiosas. O destaque dado a este aspecto na teoria marxista manteve a religião no território ilusório.

A forma, no entanto, como essa ilusão se materializa, inclusive como forma moralizante, foi abordada por Durkheim (1996). A rejeição as contribuições psicológicas teve um duplo impacto nas análises durkheimianas, servindo tanto para delimitar com mais clareza o caráter funcionalista, quanto para afastá-lo de estudos voltados para a compreensão da fé. O autor toma como ponto de partida a distinção entre o sagrado e o profano, entendendo a religião como um sistema unificado de crenças que geraria, invariavelmente, coesão social.

A idéia de função unificadora e socializadora da religião, como diz Bottomore (1973), deixa a margem uma série de fenômenos característicos das sociedades modernas, nos quais a adesão religiosa aparece, também, como divisor.

...nas sociedades civilizadas, especialmente nas sociedades modernas, as crenças e doutrinas têm mais importância do que o ritual, pois os homens tendem a se unir ou se dividir em relação a proposições mais do que a sentimentos (BOTTOMORE, 1973, p.223).

A influência de Durkheim sob os antropólogos sociais, principalmente no que diz respeito à descrição de rituais e detecção das funções subjacentes da religiosidade foi marcante. Os interesses religiosos, nessa perspectiva, são interpretados como formas simbólicas de interesses sociais e morais, já que o sentimento divino tem origem na organização da sociedade.

A ciência da religião revela a possibilidade de reconstituir as crenças necessárias ao consenso, não porque seja suficiente para fazer surgir a fé coletiva, mas porque deixa a esperança de que a sociedade do futuro ainda seja capaz de fabricar os deuses, uma vez que os deuses do passado não foram senão a transfiguração da própria sociedade (ARON, 2002, p. 498)

Na sociologia, no entanto, a influência Weberiana se tornou predominante. Weber estava centrado nas conexões existentes entre a ética religiosa e a ordem econômica. Talvez, naquilo que propriamente interessa a este estudo, a principal diferença entre Weber e Durkheim esteja na compreensão das relações entre as instâncias individual e coletiva. Para Weber, a sociedade configura-se em um território no qual os valores são produzidos, mas a produção é sempre, essencialmente humana. Os valores passam a ser resultado, nesse prisma, de uma produção tanto individual quanto coletiva. Esta co-autoria explicita duas dimensões centrais na obra do autor: a dimensão histórica e a da escolha individual.

A subjetividade e mais especificamente o impacto da adesão religiosa na composição moral do indivíduo permaneceram obscurecidos nos clássicos, embora Weber tenha considerado a trajetória econômica e inserção social a partir da adesão religiosa.

No campo teórico, a oposição estabelecida entre modernidade e religiosidade, entre o nacionalismo e o fenômeno religioso, já revelava algumas contradições. Segundo Stille, pesquisadores como Peter Sahlis¹¹, Anthony W. Marx¹² e Linda Colley¹³ já indicam algumas associações entre o movimento religioso e a construção dos Estados Modernos. Esses novos olhares centram-se, principalmente, na importância dos conflitos que antecederam a Reforma Protestante, como fatores essenciais no processo de construção dos Estados Modernos. A partir desta hipótese, o que se observa de bastante interessante, é a substituição do culto religioso, centrado em santos e imagens, pelo culto nacional, centrado em símbolos do governo. A idéia de nação sagrada.

Isso serve, entre outras utilidades, para destacar a importância da lógica religiosa e das possíveis transposições dessa lógica para outras esferas sociais, inclusive as que se auto declaram laicas. A própria escola, instrumento por excelência utilizado no projeto moderno como mecanismo de homogeneização, expandiu-se sob diferentes argumentos. Anísio Teixeira (1968), ao tratar da

¹¹ Historiador da Universidade de Berkley que associou nacionalismo e intolerância religiosa em um trabalho sobre a natureza da cidadania no começo da modernidade francesa.

¹² Ver o trabalho *Fé na Nação: Origens excluídas do nacionalismo* (2003, Universidade de Oxford).

¹³ Ver o trabalho *Inglaterra: forjando a nação, 1707-1837* (1992, Universidade de Yale).

“Lei do Velho Enganador, Satanás”, de 1647, da colônia de Massachusetts, evidencia as diferentes motivações de constituição e expansão da escolarização nos EUA. A lei determinava a fundação de escolas em vilas que possuíssem mais de cinquenta casas a partir do argumento religioso:

Sendo o projeto do velho enganador, Satã, o de manter os homens afastados do conhecimento das escrituras, conservando-as, como nos tempos antigos, em língua desconhecida, ou, nos últimos tempos, persuadindo-os a não aprenderem a língua, de modo que, pelo menos, o verdadeiro sentido e significado original (das ditas escrituras) possa ser turbado por falsas glosas de enganadores de santa aparência e para que o saber não fique enterrado no túmulo de nossos pais na igreja e na comunidade [...] (TEIXEIRA, 1968)

Para além de questões estruturais, é preciso pensar na força argumentativa presente na lógica religiosa. Uma força que não vem de um padrão racional mensurável, que não se configura em uma esfera à parte, mas em um sentimento que permeia os diversos contextos nos quais vivemos.

É fácil identificar, isolar e estudar a religião como o comportamento exótico de grupos sociais restritos e distantes. Mas é necessário reconhecê-la como presença invisível, sutil, disfarçada, que se constitui num dos fios com que se tece o acontecer do nosso cotidiano. A religião está mais próxima de nossa experiência pessoal do que desejamos admitir. (ALVES, 2002, p.13)

A pseudo ruptura com as amarras da religião e da autoridade secular em nome de uma nova roupagem de racionalidade liberta o indivíduo enquanto destinatário, mas deixa silenciada ainda a subjetividade, inaugurando novos cárceres. Durkheim já tratava do encontro entre elementos do sagrado e os elementos do chamado pensamento racional em *As formas elementares da vida religiosa*¹⁴. Ao apontar que as categorias fundamentais do pensamento, em última análise a ciência, tem origens religiosas, o autor rompe com a dicotomia existente entre razão e fé, apontando como bases centrais de constituição da racionalidade moderna pilares do animismo¹⁵.

¹⁵ Manifestação de religiosidade voltada para “... seres espirituais, os espíritos, almas, gênios, demônios, divindades propriamente ditas, agentes animados e conscientes como o homem, mas que se distinguem dele, pela natureza dos poderes que lhes são atribuídos e, sobretudo, pela característica particular de não afetarem o sentido do mesmo modo: normalmente não são perceptíveis a olhos humanos.” (Durkheim, 1996: 34)

A invenção da religião, a partir dessa perspectiva, traduz-se na busca humana de racionalização do mundo, em uma necessidade explicativa apoiada em uma razão sobrenatural.

Esse fascínio positivista, que Maffesoli (1985) define como mito, esta *fé* na possibilidade de esquadramento das relações e na segmentação de esferas que compõe o ser, afasta os primeiros estudos sobre religião e religiosidade da compreensão da fé enquanto elemento constituinte do sujeito. Só é possível saber do *outro*, pelo *outro*. O que implica, no reconhecimento de si mesmo. A construção desse conhecimento está, portanto, expressa nos projetos de futuro que aderimos mas, também, na tradição que reinventamos cotidianamente.

É possível, que a alimentação de um pensamento dicotômico sobre o que entendemos por modernidade e tradição, fragilize as percepções sobre as tensões existentes entre essas esferas. Ao pensarmos em modernidade, por vezes, estamos atentos às discontinuidades. No entanto, só somos capazes de compreender as rupturas, se pudermos identificar as tradições. Caso contrário, corremos o risco de criar conceitos novos para antigas questões que não fomos capazes de identificar e compreender. A transformação de velhos fenômenos em novos conceitos contribui para multiplicação de equívocos teóricos e para o fortalecimento da falsa impressão de avanço.

Recentemente, mais pesquisadores têm voltado seu olhar para o que vem sendo chamado de movimento de migração inter-religiosa dos católicos para protestantismo. No Brasil, esse fenômeno vem se caracterizando, sobretudo pelo avanço evangélico Pentecostal, um dos muitos desdobramentos do Protestantismo Histórico. Esse avanço vem contribuindo para o fortalecimento de estudos voltados para a sistematização das percepções dos sujeitos sobre o fenômeno da fé e da adesão religiosa, e das implicações destes elementos nas trajetórias subjetivas e objetivas. Esses estudos têm explicitado, para além das amarras dos significados academicistas, os significados para aqueles que vivenciam esses sentimentos. Apesar dos avanços, o campo ainda parece nebuloso, principalmente ao se considerar a pluralidade de segmentos religiosos e a sua rápida multiplicação.

3.3. CARACTERIZAÇÃO DAS DENOMINAÇÕES RELIGIOSAS: IDENTIDADE GRUPAL E INDIVIDUAL

O movimento protestante iniciado pelo teólogo alemão Martinho Lutero, em 1517, que apresentava como principal crítica a comercialização de indulgências, se fragmentou, ao longo da História, em diversas denominações como os luteranos, metodistas, pentecostais, neopentecostais, batistas, presbiterianos, anglicanos e congregacionistas. As diferenças entre essas correntes podem ser expressivas. A principal variação diz respeito à forma como essas diferentes denominações compreenderam o texto bíblico e as suas expectativas em relação às condutas individuais. Neste trabalho, como ressaltai anteriormente o recorte está centrado, especificamente, na denominação pentecostal.

A rapidez da adesão, sobretudo, das camadas populares ao movimento Pentecostal alimentou a formulação de teorias explicativas centradas na privação material e enfraquecimento do Estado. Com a adesão crescente da classe média ao movimento, os estudiosos se defrontaram com a insustentabilidade desse modelo explicativo, embora alguns estudos, a exemplo de Stadtler (Revista de Estudos da Religião, 2002), já afirmem que as expressões da conversão possam variar de acordo com a classe social.

Pentecostalismo gera mudanças em todos os aspectos das vidas das pessoas, e essas mudanças são consideradas positivamente tanto pelos seguidores quanto pelos outros. Existem, de acordo com os crentes duas formas de explicar as mudanças após a conversão. De acordo com os carismáticos católicos as alterações são resultado do abandono de comportamentos prévios pela intervenção do Espírito Santo. De acordo com os de Assembléia de Deus pela adoção do modelo de personalidade e comportamento do próprio Cristo. Minha observação direta, entretanto, mostra que as experiências de conversão e alterações no comportamento variam mais claramente entre os grupos de privilegiados e não-privilegiados dentro de uma mesma experiência religiosa. Cristãos que vem de experiências de baixa condição de vida e baixo background educacional precisam de experiências mais concretas como deixar de fumar, beber, e outras para transferirem a aprendizagem de conceitos complexos de mudança na vida por imagens cotidianas concretas dessas mudanças e de seus resultados. A experiência dos mais abastados é mais subjetiva e abstrata e são as imagens do que vêem que se transformam em conceitos de mudança - padrões, categorias, e modelos. Muitas delas, incluem questões de gênero e poder, e background social como um todo. (STADTLER, 2002. In: Revista de Estudos da Religião, 2002, p. 112)

Outras hipóteses como a levantada por Jacob (Religião e Sociedade, 2004) agregam outros fatores que podem ser correlacionados para o entendimento da expansão pentecostal. Segundo o autor, as transformações religiosas no Brasil são resultantes também de dinâmicas territoriais, nas quais, a população migrante e pobre, recentemente chegada as áreas urbanas, apresentaria como tendência a adesão ao pentecostalismo ou desvinculação com qualquer tipo de religião. Segundo o autor, ainda, a resistência ao catolicismo ocorreria, sobretudo, em territórios urbanos consolidados e em sociedades mais bem estruturadas.

As religiões criam tipos ideais de adeptos, no que se refere ao comportamento e a trajetória. A idéia de uma intencionalidade bondosa, que justifica quaisquer desígnios de Deus, e, portanto, deve ser consentida pelo adepto ao Cristianismo, tornando-o instrumento nas mãos de Deus, no Protestantismo assume um outro desenho. A felicidade, que para os católicos, está numa outra vida, para os Protestantes, significa a graça divina, cuja manifestação varia de acordo com o mérito individual. Com o Protestantismo, a pobreza deixa de ser uma marca de virtude, o que se traduz também na ruptura do tabu da acumulação de bens.

A lógica protestante, sobretudo, a nova roupagem Pentecostal – que afirma a função da igreja também como instituição voltada para o acúmulo de capital - tem uma importância especial para este estudo, principalmente, ao se considerar as características e desafios que acompanham o ex-detento no processo de ressocialização.

Nesse sentido, há, nitidamente, uma crise de pertencimento comunitário, apontado, inclusive por pesquisas desenvolvidas pelo DEPEN (2005), como um dos principais entraves para o desenvolvimento de processos de reintegração social de apenados:

No mesmo sentido, vale anotar que o desenvolvimento do desenho do projeto implica na criação e na articulação de redes de apoio: se o desafio maior da ação política é a criação de laços de reciprocidade entre os beneficiários, o Estado e a Comunidade, é evidente que ele não será superado sem que haja a mobilização de segmentos representativos desses atores, no sentido da configuração de uma nova relação de sociabilidade. (DEPEN, 2005, p.9)

E é nesse ponto, em especial, que a aproximação das categorias trabalhadas com a adesão religiosa parece-me instigante. Acredito que a adesão religiosa resgata a carência comunitária moderna e vai ao encontro da expectativa de conforto, acolhimento e proteção demandada pelo indivíduo:

...a comunidade é um lugar “cálido”, um lugar confortável e aconchegante. É como um teto sob o qual nos abrigamos da chuva pesada, com uma lareira diante da qual esquentamos as mãos num dia gelado. Lá fora, na rua, toda sorte de perigo está à espreita; temos que estar alertas quando saímos, prestar atenção com que falamos e a quem nos fala, estar de prontidão a cada minuto. Aqui, na comunidade, podemos relaxar – estamos seguros, não há perigos ocultos em cantos escuros (com certeza, dificilmente um “canto” aqui é “escuro”). Numa comunidade, todos nos entendemos bem, podemos confiar no que ouvimos, estamos seguros a maior parte do tempo e raramente ficamos desconcertados ou somos surpreendidos. Nunca somos estranhos entre nós.(BAUMAN, 2003, p.7)

Obviamente, nenhuma comunidade real suprirá essa alta expectativa, mas esse anseio é um norte, uma utopia do que desejamos em relação à vida coletiva. Sobretudo, para um estigmatizado a comunidade, ainda que não supra todas as fantasias de paraíso, funciona como um porto possível onde o *eu* pode manifestar-se além dos estereótipos.

Em relação a indivíduos estigmatizados é preciso lembrar, ainda, como diz Goffman (2001), que o caminho para auto-aceitação se torna doloroso, sobretudo, por uma incompatibilidade entre a visualização externa e a auto-visualização do sujeito. Como alerta Bauman (2003), no entanto, há um preço a se pagar: a adequação implica em certo grau de perda de liberdade, como a disciplina no cumprimento das leis bíblicas e socialização na medida do possível restrita a comunidade religiosa, a exemplo de alguns segmentos evangélicos.

A comunidade religiosa evangélica resgata, ainda, uma dimensão de alteridade radical na qual a trajetória individual implica menos sobre a visualização e o julgamento do *outro* do que a sua disposição em modificá-la. A idéia de arrependimento e de redenção, mas, sobretudo, a possibilidade de igualdade, “somos todos filhos de Deus”, nesse percurso, parece funcionar como um resgate do auto-valor, a partir do valor de cada indivíduo perante Deus.

Bauman (1998, p.209), ao citar a frase de Leszek Kolakowski, - *Deus, ou a insuficiência da auto-suficiência* - aproxima a percepção de religião da própria condição existencial humana, demarcando o desenho do lugar religioso na pré-modernidade:

A religião, na verdade, é a consciência da insuficiência humana, é vivida na admissão da fraqueza... A mensagem invariável do culto religioso é: “do finito ao infinito, a distância é sempre infinita...” (...) nos deparamos com dois caminhos inconciliáveis de aceitar o mundo e a nossa posição nele, nenhum dos quais pode ufanar-se de ser mais racional do que o outro... Uma vez feita, qualquer escolha impõe critérios de julgamento que, infalivelmente, a apóiam numa lógica circular: se não há Deus, só critérios empíricos não conduzem a Deus; se Deus existe, ele nos dá pistas sobre como perceber sua mão no curso dos acontecimentos, e com a ajuda dessas pistas reconhecemos a razão divina do que quer que aconteça¹⁶. Leszek Kolakowski (In: BAUMAN, 1998, p.209)

Paradoxalmente, essa aceitação da insuficiência se reverteria em um fortalecimento individual frente às instabilidades existenciais, o que ampliaria o nível de segurança e de perspectiva dos sujeitos.

É necessário compreender que, a partir da ótica protestante, sob a ação do Espírito Santo, o indivíduo transforma sua identidade e passa a compartilhar de um universo sagrado grupal, que tem repercussões no seu comportamento nos demais espaços sociais. Como destaca Stadtler (2002):

Após a conversão as pessoas percebem-se a si mesmas como mudadas em pelo menos dois diferentes aspectos: a) traços de personalidade (temperamento por exemplo), e b) identidade social (incluindo vínculos comunitários, sentimentos de pertinência, papéis desempenhados, percepções do mundo para fora do grupo religioso, etc.). Razões pessoais para a conversão podem ser consideradas como pontos de partida especiais para compreender os vínculos entre mudanças nas concepções de si mesmo e a aquisição do que Gilberto Velho (1985) descreveu como um novo "sistema cognitivo". Alterar a concepção particular de si mesmo leva a uma crescente reavaliação do "estar-no-mundo", além de uma complexa construção de explicações para os eventos que ocorrem no mundo. No caso do Pentecostalismo, a possibilidade de tornar-se um membro especial do povo de Deus - como um profeta, por exemplo - deflagra uma "revolução

¹⁶ Leszek Kolakowski. *Religion: If there is no God... O God, the Devil, Sin and other worries of the so-called Philosophy of Religion* (Londres, Fontana, 1982, p. 194, 199, 202). – Nota de Bauman (1998: 264).

simbólica" (Rolim, 1979), e um tipo específico de reestruturação cognitiva. (Revista de Estudos da Religião, 2002, p. 112)

Vale salientar, que essa mudança radical de comportamento que, por vezes, agrega alguns privilégios institucionais, tem levado a algumas desconfianças sobre a veracidade da fé, principalmente, quando este se encontra em reclusão. A conversão evangélica, no contexto prisional, vem sendo interpretada, por alguns pesquisadores, como estratégia consciente de reinserção social (SCHELIGA, 2004. In: Religião e Sociedade, 2004).

Concordo com a autora, que se trata de uma visão demasiadamente reducionista e marcada por um alto grau de preconceito. A conversão pode ter múltiplos significados para os sujeitos envolvidos. O que é inegável, é que do ponto de vista comportamental, o processo de conversão tem imprimido nos adeptos ao protestantismo um perfil comportamental que, me parece, agregar alguma vantagem ao processo de ressocialização.

As implicações afetivas também não me parecem irrelevantes. Acredito que a substituição da identidade e do papel social de estigmatizado para a de membro da comunidade, *irmão*, também, traga implicações positivas para o processo de retomada do indivíduo. Na reeducação, bem como na educação, o respeito é um pilar central para a prática de qualquer processo significativo.

Respeitar o *outro* não significa, necessariamente, o estabelecimento de uma relação antropofágica com seu arcabouço cultural de origem, o respeito não implica em ser, mas na capacidade de se descentrar, da tentativa de colocar-se no lugar do outro mesmo ciente da impossibilidade plena desse movimento. É o desejo dessa tentativa que, enquanto projeto utópico, possibilita a concretização da alteridade. Quando falo em um projeto utópico, estou atenta não só seu significado epistemológico – em lugar nenhum – mas a compreensão do potencial da utopia enquanto projeto humanístico viável ao alcance das mãos humanas. A ilha da utopia (MORE, 2003) pode estar, portanto, em todos os lugares, ou em lugar nenhum. A desumanização do prisioneiro é o primeiro desafio a ser vencido no processo de reeducação. Desse modo, talvez, tenhamos algo a descobrir nas trajetórias e histórias dos indivíduos que percorreram esses

caminhos e encontraram como uma forma de reinserção a conversão evangélica e nas experiências de missionárias que atuam no campo. Algo que possa agregar novas possibilidades de acompanhamento e apoio para os egressos de instituições totais em projetos laicos ou não laicos. Então... que venham as histórias.

4. OUVINDO E COMPARTILHANDO HISTÓRIAS

Minha história

Ele vinha sem muita conversa, sem muito explicar
Eu só sei que falava e cheirava e gostava de mar
Sei que tinha tatuagem no braço e dourado no dente
E minha mãe se entregou a esse homem perdidamente
Ele assim como veio partiu não se sabe pra onde
E deixou minha mãe com o olhar cada dia mais longe
Esperando, parada, pregada na pedra do porto
Com seu único velho vestido cada dia mais curto
Quando enfim eu nasci minha mãe embrulhou-me num manto
Me vestiu como se fosse assim uma espécie de santo
Mas por não se lembrar de acalantos, a pobre mulher
Me ninava cantando cantigas de cabaré
Minha mãe não tardou a alertar toda a vizinhança
A mostrar que ali estava bem mais que uma simples criança
E não sei bem se por ironia ou se por amor
Resolveu me chamar com o nome do Nosso Senhor
Minha história é esse nome que ainda hoje carrego comigo
Quando vou bar em bar, viro a mesa, berro, bebo e brigo
Os ladrões e as amantes, meus colegas de copo e de cruz
Me conhecem só pelo meu nome Menino Jesus

(Dalla e Pallotino, versão de Chico Buarque)

Como ressalté anteriormente, este estudo está marcado pela influência da história de vida como estratégia de produção de dados, com o objetivo de estabelecer possíveis enlaces entre a individualidade e a coletividade. Isso implica na visualização das narrativas individuais como

elementos que dizem de uma coletividade e se articulam, apesar de suas singularidades, na compreensão das interlocuções entre as esferas micro e macro.

Esse não é, no entanto, um itinerário linear. A utilização de roteiros e pré-categorias serviu não para tornar o estudo objetivo, mas para dar ao pesquisador elementos mínimos de diálogo com o imprevisto. A imprevisibilidade da narrativa está pautada no fio condutor daquilo que o entrevistado entende como significativo e no ordenamento e significados que concede a sua trajetória. Nesse ponto, acredito que mais do que o papel de ouvinte, cabe ao pesquisador procurar formas de identificar e compreender os elementos estruturantes das narrativas. Isso implica em tentar uma aproximação com a lógica do *outro* e com as percepções que acompanham essa lógica.

Na análise, os conceitos anteriormente discutidos neste trabalho parecem se articular a dois processos: o *processo identitário individual* e o processo identitário com base nos *quadros sociais da identificação*.

O primeiro processo, como alerta Dubar (1998), é, comumente, detectado a partir das construções orais e evidencia as formas heterogêneas pelas quais indivíduos narram suas trajetórias e as significam. Vale destacar que ao construir essas narrativas os indivíduos também reconstruem uma definição de si, também chamada de "identidade biográfica".

Já o segundo processo com base nos *quadros sociais da identificação* ou *quadros de socialização* abarca categorias de identificação do indivíduo num dado espaço social. Trata-se, portanto, de uma definição de si a partir do olhar do *outro*.

Obviamente, num discurso narrativo auto-biográfico as linhas divisórias entre esses processos podem ser tênues. Mas acredito que a atenção aos dois processos nos ajuda enormemente a vislumbrar as percepções identitárias que acompanham esses sujeitos e os labirintos nas quais foram construídas.

Desse modo, o objetivo deste capítulo é oferecer um panorama das histórias e apresentar as análises elaboradas a partir das narrativas dos sujeitos entrevistados - um grupo de missionárias (5) e outro de ex-internos de penitenciárias (5). Neste capítulo estão sistematizados, portanto, os

dados levantados a partir dos dois grupos focais realizados com as missionárias e de entrevistas individuais realizadas com ex-detentos egressos da Penitenciária Lemos de Brito (BA-Salvador). Se há algo que ficou, inicialmente, claro para mim na incursão no campo é que para acompanhar as histórias é preciso exercitar o desejo de ouvir tanto falas quanto silêncios.

4.1. AS MARIAS: o trabalho de missionárias no processo de ressocialização

Maria, Maria, é um dom, uma certa magia
 Uma força que nos alerta
 Uma mulher que merece viver e amar
 Como outra qualquer do planeta
 Maria, maria, é o som, é a cor, é o suor
 É a dose mais forte e lenta
 De uma gente que ri quando deve chorar
 E não vive, apenas aguenta
 Mas é preciso ter força, é preciso ter raça
 É preciso ter gana sempre
 Quem traz no corpo a marca
 Maria, Maria, mistura a dor e a alegria
 Mas é preciso ter manha, é preciso ter graça
 É preciso ter sonho sempre
 Quem traz na pele essa marca
 Possui a estranha mania de ter fé na vida

Milton Nascimento e Fernando Brant

Assim que comecei o projeto, ainda não estava clara para mim a necessidade de uma aproximação mais específica com missionárias que atuam em presídios. Inicialmente, o estudo se centraria em entrevistas apenas com ex-detentos, já que me interessavam as percepções identitárias de ex-internos de penitenciárias. As missionárias, em um desenho preliminar, representavam para mim apenas fontes para possíveis contatos com ex-detentos.

As *Marias* começaram a se desenhar como um elemento fundamental nesse estudo a partir das narrativas dos sujeitos que passaram pela experiência de privação de liberdade. Foi na narrativa deles que as *Marias* surgiram em todo o seu significado. O trabalho das missionárias apareceu como ponto de partida não só para o encontro com Deus, mas para um encontro com uma nova faceta identitária. Os olhos das *Marias* para esses sujeitos inauguravam um novo olhar dos detentos sobre si mesmos.

Moça, você sabe o que é te olharem como lixo? Você vê desprezo nos olhos das pessoas, medo? Aquela mulher (a missionária) me olhou sem medo, disse que Deus me amava, que tinha um plano na minha vida e me chamou de irmão. Irmão... é uma palavra bonita... Eu que já não era nem filho da minha mãe, agora era irmão e tinha um pai, nosso senhor. **Fonte: Entrevista, João.**

Vale a pena justificar o porquê escolhi uma expressão feminina para definir o grupo de missionários. Alguns homens atuam em missões voltadas para o interior dos presídios, mas o número de mulheres engajadas nesse trabalho voluntário é esmagadoramente maior. Geralmente, tem-se apenas um homem a cada grupo de missionárias. Em alguns casos, os grupos são compostos apenas por mulheres. Entre os poucos homens participantes, geralmente pastores, a maioria teve alguma experiência de detenção. Nos grupos focais realizados, tive, portanto, a participação somente de mulheres, considerando a homogeneidade necessária para aplicação da técnica.

O diálogo com as percepções e histórias das *Marias* se deu por meio da realização de dois grupos focais com cinco missionárias, vinculadas ao S.O.S. Presídio – grupo protestante constituído por missionários de diversas pertenças que trabalham em presídios e desenvolvem projetos de apoio a reinserção de detentos e ex-detentos no contexto social.

Acompanhei as *Marias* algumas vezes no trabalho missionário e pude ter, a partir dessas observações em campo e das narrativas individuais, um panorama do cotidiano dos trabalhos desenvolvidos.

Não é fácil se aproximar desse grupo. Tentei algumas incursões junto a algumas igrejas evangélicas de diferentes denominações e a principal dificuldade de acesso era derivada da minha ausência de vínculo religioso. Há uma espécie de laço de confiança e de solidariedade grupal não extensivo aos de fora. Como alerta Bauman (2003), comunidades com alto grau de coesão apresentam certo grau de fechamento. Esse fechamento fez com que meus contatos no campo se dessem a partir de fontes que havia conquistado a confiança do grupo e não por trâmites institucionais formais.

Para um estudo como esse, ter acesso a fontes que abram portas no campo não é apenas importante, mas decisivo para o desenvolvimento do trabalho de pesquisa. Depois de semanas tentando contato com diversas igrejas e movimentos de apoio a presidiários e ouvir, invariavelmente as perguntas: A que igreja a senhora está vinculada? A senhora tem alguma carta de apresentação de algum pastor ou carteira de identificação do ministério (religioso)? Tive acesso, por meio de um amigo próximo, a primeira Maria.

4.1.1. O encontro com a *Máxima Maria*

Recebi os contatos telefônicos de Maria por volta das 20h. Liguei para sua casa às 20h e 30 minutos e às 21h e 30 minutos, do mesmo dia, estava tendo o primeiro contato presencial em sua casa. No contato telefônico inicial, meu primeiro movimento foi o de especificar o tipo de pesquisa que estava me propondo a realizar, os objetivos do trabalho e a garantia total de sigilo em relação às fontes. Apesar da explicação panorâmica, *Maria* não me fez nenhuma pergunta adicional, disse apenas que a recomendação de meu contato já era mais do que suficiente para que me recebesse com alegria.

Marquei um encontro com Maria na entrada da comunidade onde vive. Trata-se de uma comunidade composta por casas simples, com construções irregulares, lixo espalhado pelas ruas e com grande fluxo de crianças e animais. Fiquei cerca de 10 minutos esperando por meu contato no lugar marcado. Depois desse tempo, fui inquirida por uma menina, que se apresentou como neta de *Maria* e me conduziu por alguns becos. Tenho dificuldade de me localizar espacialmente e durante o percurso fui tendo a sensação incômoda de que não conseguiria encontrar o caminho

de volta. Durante a caminhada a menina me disse que a avó não pôde me buscar pessoalmente porque estava com dificuldade de subir e descer escadas por conta de uma inflamação localizada no joelho.

Depois de algum tempo, chegamos a um portão simples que dava em uma varanda espaçosa. Havia uma grande mesa no centro da varanda, com muitas cadeiras. Crianças de diferentes idades circulavam no espaço. Por todo lado víamos brinquedos. Maria estava sentada em uma das cadeiras e nos recebeu com um sorriso.

Antes de começarmos a conversar sobre a pesquisa fez apenas uma consideração, que, inicialmente, não consegui atribuir uma dimensão significativa real:

Posso colocar você em contato com algumas irmãs que trabalham com a obra de Deus nas prisões, lá você vai ver muitos desses meninos que está procurando. O que não falta é moço que fez coisa errada e depois se arrependeu. É a mão de Deus, mais forte que o *outro* - Diabo. O *inimigo* tem muitas caras. Olha, conheço alguns filhos que mudaram de vida, que estão casados, tem filho, emprego. Que se acertaram e estão tentando viver direito. Eles não gostam de falar de prisão. É muita perseguição, acabam indo tudo para o interior, saindo da Bahia (o mesmo que sair de Salvador). **Fonte: Conversa exploratória com Máxima Maria.**

Ao final de nossa conversa, recebi um convite inusitado. Acompanhar, no dia seguinte, Máxima Maria a penitenciária Lemos de Brito. “Menina, você está disposta? Se tiver, pode encontrar comigo amanhã” (**Fonte: Conversa exploratória com Máxima Maria**).

A necessidade da narrativa desse primeiro contato se justifica principalmente porque se configura em uma postura de acolhimento emblemático que se repetiu em todos os contatos posteriores e me deu dimensão concreta de algumas das dificuldades pelas quais passam essas mulheres.

4.1.2. Contextualização dos grupos focais

Às 5h e 10 min da manhã, conforme combinado fui até o ponto de ônibus próximo ao bairro de Maria. Maria já estava lá e acenou de longe assim que me reconheceu. Passou-me uma das blusas dos missionários e disse que eu deveria vestir antes que o ônibus chegasse.

- Pode usar acho que é do seu tamanho e está limpinha.
- Preciso colocar agora? Ainda estamos longe do presídio.
- Precisa, menina. Assim o motorista já sabe quem você é. Eles não tratam muito bem mulher de presidiário. Acham que é tudo perdida. Mas as missionárias, elas eles respeitam. **(Fonte: Conversa exploratória com Máxima Maria)**

Não foi difícil perceber o porquê da insistência de *Máxima Maria*. Ela entrou pela porta da frente do coletivo e eu por traz. Assim que passei pela roleta o trocador gritou: “Tá com ajudante nova, Maria?”. Maria cumprimentou todos no ônibus, a maioria mulheres carregadas de sacolas, algumas com crianças. O ônibus estava cheio e uma das mulheres teve dificuldade de subir, pois estava carregando além das sacolas uma criança. O motorista gritou: “Anda logo mulher! Quem é mulher de bandido tem que se acostumar na dureza. Vai levar o menino para quê? Para ensinar ele a ser bandido desde pequeno?”. Houve um constrangimento quase imperceptível por conta da senhora que estava subindo, mas ninguém pareceu dar maior importância ao incidente. *Máxima Maria* me disse que era comum tratarem as mulheres que iam para o presídio de forma agressiva. Notei que todas elas se sentavam próximas, não se misturavam com o restante dos passageiros.

Em relação ao elo grupal, pude visualizar nessa e em outras experiências que a aproximação ou vínculos com presidiários, sujeitos socialmente estigmatizados, tornava aquelas mulheres, aos olhos de alguns, portadoras de um determinado estigma (GOFFMAN, 1988). Não se tratava apenas de uma extensão do “estigma de detento” para o seu grupamento próximo, mas da criação de um novo estigma a partir desse vínculo. A fala de uma das mulheres que estava no ônibus talvez elucidie melhor esse processo:

Olha menina, ser mulher de preso é pior do que ser preso. Eles estão lá dentro, protegidos. Nós estamos aqui fora, sem ninguém pela gente. É preciso ter força. Para o povo nós somos tudo piriguete, que não tem o que fazer. Mulher de bandido, sem vergonha. Eles não entendem o que é gostar. Eles acham que a

gente tem escolha. [...] O coração não escolhe de quem gosta não. [...] Eu mesma prefiro quando o meu tá preso. Eu fico sossegada. Ele não arranja mulher na rua, tá lá no canto dele, longe de encrenca. Valoriza mais a gente (rs). **(Fonte: Conversa exploratória com a mulher de um dos detentos)**

Alguns pontos à frente, entraram mais algumas missionárias. Maria me apresentou a mais duas missionárias e depois iniciou com o grupo de irmãs o atendimento às mulheres que estavam no ônibus. Dentro do ônibus, agora se ouviam claramente algumas orações, pedidos, algumas mulheres choravam baixinho. Uns quinze minutos antes de chegarmos ao presídio, uma das irmãs “puxou” um hino e todos acompanharam.

Quando chegamos a penitenciária o ônibus ficou praticamente vazio. Já havia uma longa fila para visitas na entrada. As irmãs e eu fomos direto ao portão, sem precisar entrar na fila. Algumas das pessoas na fila nos cumprimentavam. Comecei, naquele momento, a mapear o status concedido às missionárias dentro da instituição.

Caminhamos cerca de 20 min no sol até chegarmos ao primeiro pavilhão. A sensação que tive foi a de estar participando de uma procissão, uma procissão de mulheres de todas as idades, senhoras, jovens, e crianças. De vez em quando, alguma senhora com mais idade buscava apoio nas mais jovens. *Máxima Maria*, a despeito do joelho, que teimava em incomodar, era a mais disposta. Ao lado do primeiro pavilhão havia algumas casas destinadas aos grupos de apoio. Eram casas simples, de um cômodo e um banheiro externo compartilhado por todos. Entramos em uma das casas, deixamos as bolsas e fomos buscar em uma espécie de dispensa várias doações arrecadadas pelas missionárias.

Alguns rapazes de uniforme se ofereceram para nos ajudar a carregar as sacolas, *Máxima Maria* pediu-me para não me afastar do grupo de missionárias e me informou que todos os rapazes que estavam circulando na área externa eram detentos e que a maioria dos que tinham esse tipo de privilégio estava cumprindo pena por violência sexual.

Após retirarmos todas as doações da “dispensa”, sentamos no chão da casa, que não possuía nenhum móvel, para arrumarmos os “presentes” de natal – escovas de dente, pasta de dente,

sabonetes... - dos detentos. Apesar da proximidade com o pavilhão, das mãos que podíamos visualizar do lado de fora da casa pelos pequenos tubos de ventilação das celas, dos barulhos ocasionais que ouvíamos, da circulação dos detentos fazendo pequenos serviços, naquela casa era difícil ter a impressão de que estávamos em uma penitenciária. Foi naquela casa, com ampla circulação de missionários que tive acesso as minhas primeiras fontes e as *Marias*. Foi nesse ambiente também, que realizei os dois grupos focais com as missionárias.

O itinerário que percorri em nossos diálogos buscou identificar as motivações das missionárias, as percepções que tinham sobre as instituições e os detentos e as estratégias que utilizavam para sensibilizar os reclusos.

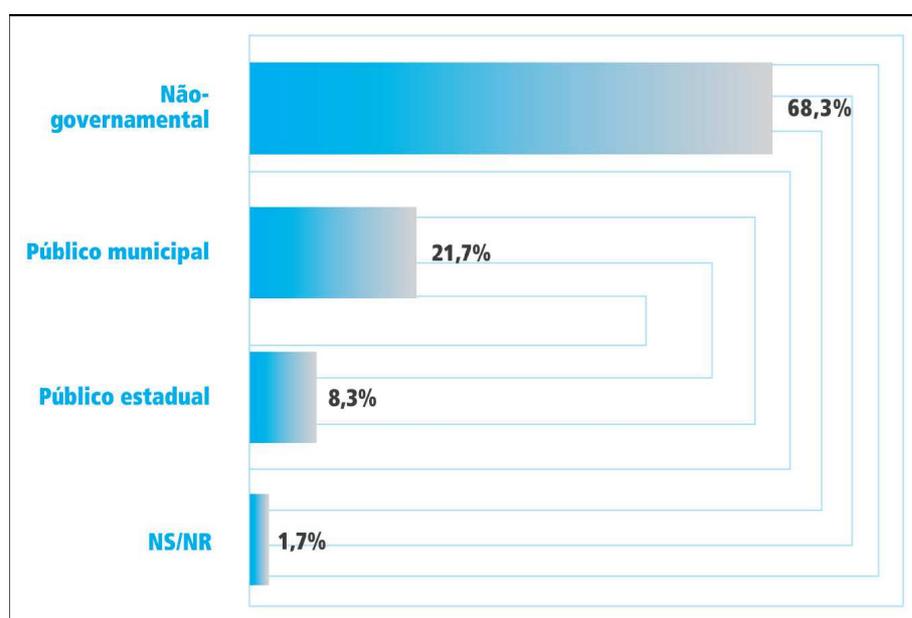
O grupo de missionárias participantes dos grupos focais, apesar da aleatoriedade da escolha dos entrevistados, possuía um perfil próximo. Apenas uma das *Marias* chegou a concluir o ensino médio, as demais não chegaram a completar a formação de nível fundamental. A média de idade é de cinquenta anos. As *Marias* são casadas, com exceção de Máxima Maria que é viúva. As *Marias* são mulheres oriundas de classes populares, residentes de comunidades carentes. Das cinco, somente Máxima Maria possui emprego – auxiliar de cozinha –, as demais exercem ocupações informais, como diaristas e costureiras. Esse perfil converge com inúmeros dados levantados sobre missionárias e evangélicas a exemplo do IBGE e ISER, no entanto, ele diz pouco sobre essas pessoas.

Essas mulheres, a despeito de sua situação sócio-econômica, atuam como voluntárias, arriscando-se no contato com criminosos dentro de penitenciárias. De acordo com dados levantados pelo IPEA, esse tipo de voluntariado é raro mesmo entre pessoas religiosas que professam a caridade. As ações desenvolvidas por grupos de caridade estão, em sua maioria, voltadas para pessoas em situação de risco e não para pessoas que cometeram crimes ou delitos. Esse panorama fica explícito, principalmente, em pesquisa recente realizada pelo IPEA sobre a natureza dos abrigos e trabalho voluntariado.

Hoje, é possível detectar na organização das instituições destinadas ao atendimento de crianças e adolescentes em estado de risco a presença das características apontadas por Silva (1997) em

diferentes períodos históricos. Para se ter uma idéia dessa herança, segundo pesquisa desenvolvida pelo IPEA (2004) em parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos e do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA – a maioria dos abrigos da rede SAC são de natureza não-governamental.

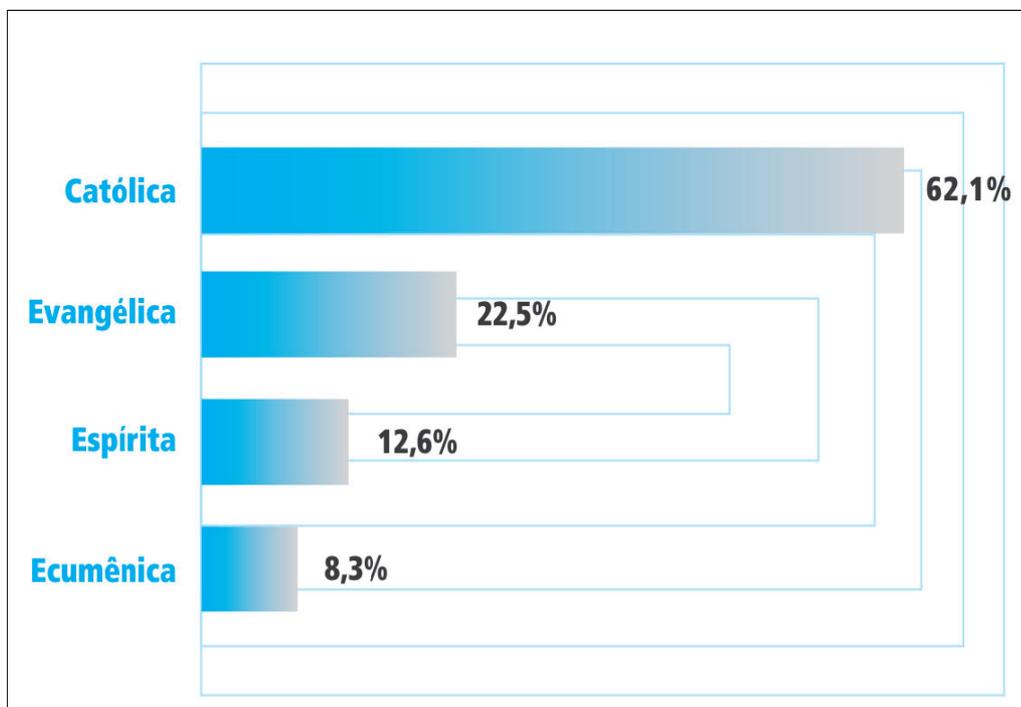
Figura 9 - Brasil: distribuição dos abrigos da Rede SAC, segundo a natureza institucional



Fonte: IPEA (2004)

De acordo com os dados levantados pela pesquisa, a grande maioria (67,2%) dos abrigos possui vínculo ou orientação religiosa, o que reafirma o envolvimento de comunidades religiosas com atividades assistenciais e a priorização do atendimento estatal sobretudo para crianças e adolescentes autores de infração, em detrimento da infância abandonada ou vítima de violência.

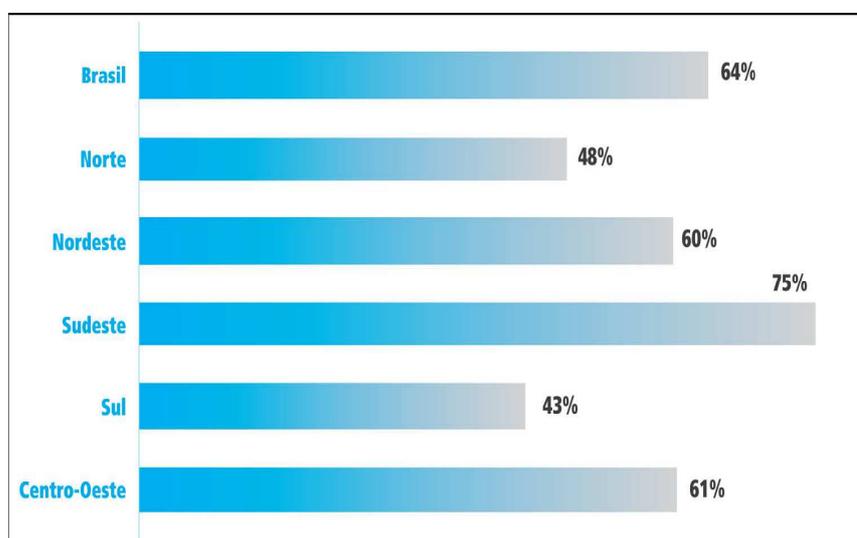
Figura 10 - Brasil: distribuição dos abrigos da Rede SAC que possuem vinculação/orientação religiosa, segundo a crença



Fonte: IPEA/DISOC (2003). Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC.

Cerca de 64% dos abrigos dependem, ainda, do trabalho voluntário para o desenvolvimento de suas atividades:

Figura 11 - Brasil/grandes regiões: proporção de abrigos que contam com trabalho voluntário



Fonte: IPEA/DISOC (2003). Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC.

Pode-se observar uma inconclusão no que diz respeito à participação Estatal na manutenção e administração de abrigos. Paralelamente a isso a quase totalidade de institutos voltados para o atendimento de adolescentes autores de infração são sustentados e administrados pelo Estado. Parece que a vinculação estabelecida entre a infância abandonada e a participação de adolescentes em delitos e crimes, segundo pesquisas desenvolvidas no campo, ainda não foram consideradas com seriedade na formulação de políticas públicas.

Há uma outra dimensão que integra o perfil identitário de ser Maria vinculada à estética e a um conjunto de atitudes que alcançam a linguagem corporal. Estas mulheres possuem uma estética recatada, não utilizam acessórios ou maquiagem. As roupas são simples e cobrem quase todo o corpo. Mas há algo além dos aparatos que parece orientar a própria postura corporal. As Marias estão sempre sorrindo, possuem um olhar tranqüilo, no gestual, as mãos estão sempre em evidência, embora os movimentos com os membros superiores não sejam amplos. As Marias parecem carregar no corpo e nas atitudes a concretização do que a denominação religiosa entende por mulher virtuosa.

Dialoguei de forma mais sistemática com 5 mulheres, que atuam como missionárias. Para efeito deste trabalho, no qual preservei a identidade dos sujeitos entrevistados, pedi para que cada uma elegeisse um nome a partir do nome Maria. Desse modo, a partir de agora, compartilharei as histórias e percepções de *Máxima Maria*, de *Maria João*, de *Maria Madalena*, de *Maria Vitória* e de *Maria das Graças*.

4.1.3. Motivações

O grupo foi unânime ao afirmar que atuavam como voluntárias nos presídios por um chamado de Deus, e que de outra forma não estariam engajadas nesse tipo de missões:

Aí é que é o grande problema. Eu creio que nenhuma de nós sabe lhe responder, nenhuma de nós sabe lhe responder, porque tenha certeza, que é Deus que manda, porque por nós, eu não estaria aqui, ela não estaria, ela não estaria. Nós estamos aqui porque Deus mandou, porque Deus nos escolheu, trouxe a gente aqui (**inaudível**) **Nós somos valentes na palavra**, valente, valente na palavra, usada na palavra, então por isso que ele nos mandou pra aqui, porque se dependesse de mim eu estaria na minha casa agora, na máquina sentada, costurando, eu estou aqui porque Deus mandou eu vir e fazer obra. **Fonte: Maria João - Grupo focal 1 – missionárias.**

Essa explicação parece secundarizar a escolha individual e submetê-la a um desejo mais forte, divino, que está além do livre arbítrio. A idéia de missão e de escolhido está presente nessa lógica. A lógica do sagrado atinge, no entanto, mesmo os que não compartilham da crença dos evangélicos, como alguns guardas e carcereiros. O que concede aos missionários um tratamento diferenciado.

O começo foi assim uma chamada. Quando aceitei Jesus tive uma chamada. Deus falou que me chamou para o trabalho nas missões, para fazer missões. Eu tive um sonho, Deus me deu esse sonho: eu pregando em cima de uma sentinela numa prisão, eu estava lá em cima com a bíblia na mão pregando. Eu queria saber como eu ia pregar dentro do presídio, como que eu ia entrar? Demorou assim uns três, quatro anos para isso acontecer, porque o meu pavor de ir para o presídio não eram os bandidos, era a revista, isso para mim me constrangia, porque eu já fui em visitas no presídio, né? É horrível, a pessoa sendo humilhada, sabe? Senhora sendo humilhada, eu já vi, eu tinha mais ou menos

quinze anos quando eu ia com a vizinha lá ver os povos dela, mas eram coisas horríveis. Então aquilo ficou tipo um trauma, e quando Deus falou que eu ia para um presídio, eu me vi pregando num presídio: “Mas como é que eu vou para um presídio passar pela revista? Não vou mesmo! Aí passou os anos, fui fazer uma visita no presídio pela minha igreja, meu pastor era Capelão, então ele convocou a igreja, fretou o ônibus, levou um grupo para cantar “todo mundo vai cantar lá no presídio”. Vamos para o presídio, só cantar né?” “E a revista pastor?” Aí ele falou assim; “Tem revista, mas a revista é diferente para os evangélicos. Quando nós chegamos no presídio eu me assustei porque é uma igreja, uma igreja de verdade, como é uma igreja aqui fora, é uma igreja lá dentro, eu falei: “Caramba quantos presos crentes! Mas nem todos eram crentes, nem todos eram evangélicos, uns iam visitar, outros iam com a família participar do culto e uns eram evangélicos. É uma igreja para os presos, entendeu? E as visitas dos presos participam. Menina olha, eu me senti tão bem, tão bem, foi um culto maravilhoso, e ali os irmãos tiveram uma visão, eu já tinha tido esse sonho, aí os irmãos tiveram uma visão comigo, os irmãos presos lá dentro, viu o anjo do Senhor me adornando com colares, botando uma vestimenta e Deus dizia que aquela era a minha obra, o presídio, eu falei: “Não é possível!” Eu não tinha contado para ninguém. É uma igreja para os presos, entendeu? E as visitas dos presos participam. Menina olha, eu me senti tão bem, tão bem, foi um culto maravilhoso, e ali os irmãos tiveram uma visão, eu já tinha tido esse sonho, aí os irmãos tiveram uma visão comigo, os irmãos presos lá dentro, viu o anjo do Senhor me adornando com colares, botando uma vestimenta e Deus dizia que aquela era a minha obra, o presídio, eu falei: “Não é possível!” Eu não tinha contado para ninguém. Tudo bem, aí passou, aquele culto ficou marcado, passou mais ou menos uns quatro anos, eu esqueci, acabou, porque a revista ficou marcada, eu falei assim: “Não, vou para presídio para ser revista.” Aí eu recebi um convite de um missionário,; “Irmã tem um trabalho numa igreja dentro de um presídio, a irmã quer ir conosco?” Eu falei assim: “Ah não para passar por revista!”. “Não, não, nós que somos evangélicos não passamos por revista” eu falei: “Ah, então eu vou”. **Fonte: Maria das Graças - Grupo focal 1 – missionárias.**

É interessante observar, contudo, que apesar do aparecimento dessa explicação como preponderante no discurso das missionárias como principal fator motivacional e de aproximação com o ambiente institucional dos presídios, outros elementos, vinculados às histórias individuais foram explicitados nas narrativas:

Você perguntou sobre por que trabalhamos aqui? Minha filha, eu acho que é um dom, porque desde menina no interior já tinha essa coisa assim de tentar, de querer ajudar, se meu pai tinha uma roça, se eu levasse alguém comigo para visitar, o que ela pegasse já levava, no que eu pudesse eu dividia. Então, chegando aqui em Salvador, perdendo meus pais, com oito meses minha mãe faleceu, eu aí comecei assim. Meu filho mais velho ele trabalhava no leprosário, me falava das dificuldades e aí eu comecei a ajudar. Depois comecei a trabalhar no apoio a criança com câncer do Gac, era no Tororó, e aí eu saía do trabalho, pegava o ônibus, as vezes subia a Lapa, tem umas ladeiras ali que

chega no Tororó, com sacola de roupa, sapato na cabeça. Começamos no Tororó, depois o Gac fez convênio com o São Rafael e conseguiu um terreno, que hoje tá a casa construída, onde tem brinquedoteca, tem todo tipo de coisa tem a cozinha, né? [...] e aí começamos nessa coisa que eu nunca mais parei. Segunda-feira mesmo vai ter uma festa lá perto de Coutinho cada um leva e faz aquela festa (**vozes transladas**) e depois -----, vai fazer um trabalho de Sexta-feira Santa...Oh, natal aí faz aquela vaquinha, todo mundo dá fralda, aquele negócio... e tem o salão, vem o diretor, as paridas tudo se arrumam tudo, sentam no salão pra fazer. Esse ano não teve porque tá em reforma a Priscila Balbino, e depois eu dando uma entrevista desse trabalho todo que eu faço no Gac. O pessoal de lá mandou a carta para São Paulo aí me escolheram como voluntária feminina destaque nacional, foi uma glória. Mas aí eu percebi que os meninos já tavam tendo muita ajuda e outros não tinham ninguém. Comecei a trabalhar como voluntária também no manicômio judiciário e depois vim para cá também. Trabalho duro em todos os lugares, já recebi prêmios em muitos, mas aqui nenhum. Trabalhar em presídio não dá prêmio para ninguém, é só pela obra mesmo. **Fonte: Máxima Maria - Grupo focal 1 – missionárias.**

Eu vou dar a situação. Meu padrinho e meu irmão de criação ele foi preso, por se defender, ele era motorista então a pessoa veio agredi-lo ele acabou matando uma pessoa então ele foi preso. Quando ele tava aqui, eu não vinha, eu tinha vergonha, eu não queria entrar porque eu nunca pus os pés numa delegacia, nunca pus, como é que eu vou pra lá? Eu não vou não. Eu não vinha, mas quando o irmão disse ó tá havendo um trabalho lá no presídio e o senhor disse que você faz parte do grupo, aí eu disse: Eu? Aí eu me calei, né? Fiquei demorando pra dá um...pra dá os documentos, depois eu disse assim: Poxa, tem tanto detento ali como é que eu vou entrar? Aí em pensamento, conversando comigo mesma assim: Mas eu não vou porque eu não sei falar direito, eu tenho vergonha, só de levantar a cabeça eu já fico com vergonha, e não sei nem como eu vou chegar lá, eu não sei nem o que eu vou fazer lá, eu não vou, de jeito...não era nem questão de medo, não era nem questão de medo porque graças a Deus eu nunca tive isso, muito pelo contrário o medo me faz com que eu enfrente a questão, então eu disse não. Certa vez eu fui para um culto aí orando o irmão não deixou nem eu acabar de orar, disse: Levante, bateu assim: Deus quer falar com você, abra aí a bíblia em Isaías primeiro, eu vou ler para você... E me veio também, assim veio a palavra do Senhor dizendo: antes que eu te formasse no ventre te conhecia, e antes que saísse da madre te santifiquei as nações te dei o profeta. Então disse eu: Ah, senhor Jeová, eis que eu não sei falar porque eu sou uma criança. Eu tinha dito isso tudo, que eu não sabia falar, não sabia me comunicar, que eu era uma pessoa muito tímida, tímida assim vergonhosa, eu não era tímida porque quando eu chegava eu fazia as coisas, mas eu tinha um problema, onde tinha muita gente eu não gostava de ficar. Então eu não tinha ido até hoje onde o senhor me mandou. Eu não gosto de ir onde tem muita gente assim, me afasto, e eu disse isso que eu não ia, que eu não ia falar, então o Senhor disse que eu não descia isso né? Então disse eu ao Senhor, não, mas o senhor disse: *Não diga eu sou uma criança, porque onde quer que eu te envie irás, e tudo quanto te mandar dirás, não temas diante deles, porque eu sou contigo para te livrar*, e estendeu o senhor a sua mão e tocou na roupa, disse-me: *è o senhor que põe a palavra na tua boca*, então

depois que eu ouvi essa palavra me fortaleceu, e eu disse: Ai meu Deus do céu e o Senhor falou que é comigo. *Esteja preso com os presos, é lá que estão muitos presos, mas as minhas palavras vão estar livres, não algemadas.* Quando eu cheguei a primeira vez aqui, eu senti um baque, foi como tudo...eu diminuísse e tudo aumentasse diante ao meu redor e eu...a sensação foi de chorar, porque eu vi tanto homem escravizado pela mão de Satanás, eu me senti como se tivesse num caldeirão, entendeu? Aquelas pessoas...o que mais me impressionou foi...eu tinha acesso a subir, ir naquelas jaulas, onde eles estão, então quando eu chegava e via ali, ali meu coração, meu coração doeu. Quando eu subi na rampa estava escrito: O vale da Sombra da morte, e eu disse por que o vale da sombra da morte? Porque ali matavam, porque ali era que eles armavam para matar um ao outro. Então foi um trabalho muito...foi de amor, nessa hora eu tive que abrir mão do meu casamento, tive que abrir mão do meu casamento, tive que abrir mão de muitas coisas, do meu eu, que eu não vou, que eu não sei e hoje eu tô abrindo mão de novo de namorar, porque ele não quer... Então eu disse assim: Se for pra fazer a obra, se for ele tá botando entre eu, ele e Deus, certamente ele não tente fazer isso, ele não quer, eu tô vindo porque eu quero. **Fonte: Maria Vitória - Grupo focal 1 – missionárias.**

Eu trabalhar no presídio nunca pensava que isso podia acontecer porque eu não tinha muita...o coração não tava muito voltado para isso, né? Mas eu tava separada do meu marido, do pai dos meus filhos e nessa época eu me envolvi com muitas coisas, me envolvi com o mundo do álcool, cheguei a ponto de virar alcoólatra, porque eu não bebia mais, de manhã logo cedo eu ia procurar tomar cachaça mesmo e...a minha vida foi se estragando. Eu já conhecia o evangelho, tinha me desviado, entendeu? era como se eu tivesse passado uma grande decepção na minha vida, porque eu apanhei muito do pai dos meus filhos e eu fiquei uma mulher assim completamente sem moral e eu achava que também não tinha mais jeito, né? Ele me batia porque achava que eu era puta, mesmo convertida, ele não conseguia esquecer o meu passado. Meu pai e meu irmão me fizeram mal quando eu era criança. Eu nunca esqueci aquilo. Minha mãe era cristã, orava para ele melhorar, mas nunca se separou. Com 12 anos, cansada de viver naquele inferno eu saí de casa, com um namorado e fui fazer dinheiro na rua. Muito difícil aquela vida. Os homens me tratavam igual lixo, sabe o que é ser uma privada? Era isso que eu era. Dessa vida tive 3 filhos e 8 abortos. Nem sei por onde andam. Dei para gente rica do sul, que não podia ter. Com vinte e poucos anos me converti. Mas Deus me resgatou e me trouxe para cá. **Fonte: Maria Madalena – Grupo focal 1 - missionárias.**

O chamado de Deus aparecia, invariavelmente, como marco de ruptura com misérias individuais e baixa auto-estima. De alguma maneira, apesar da diferença nos motivos de estigmatização, todas essas mulheres ocupavam um papel social pouco valorado e possuíam estigmas de comportamento ou sociais que as colocavam num papel de excluídas (ZALUAR, 1994).

Como afirmei anteriormente, a conversão pode ter múltiplos significados para os sujeitos envolvidos. O que é inegável, é que do ponto de vista comportamental, o processo de conversão tem imprimido nos adeptos ao protestantismo um perfil que, me parece, agregar alguma vantagem social (SCHELIGA, 2004. In: Religião e Sociedade, 2004), tornando-os, potencialmente mais *acreditáveis* (GOFFMAN, 1988).

Há, ainda, o impacto da crença na condição de aceitação do *eu*. Como alerta Goffman (1998) a rejeição social pode ser menos agressiva do que a própria negação individual. A religião poderia ser, nessa perspectiva, um espelho pelo qual o *outro* é capaz de encarar-se acima do estigma e dos estereótipos e de vislumbrar perspectivas, uma espécie de renascimento com amparo divino.

O interessante, no entanto, é que, para essas mulheres, a conversão não significava apenas um ganho individual, mas também o ganho de uma responsabilidade inserida no próprio pressuposto proselitista evangélico. A escolha pelos presídios como área de atuação e exercício dessa missão de evangelizar agrega, contudo, uma série de problemas intra e extra comunidade religiosa. Essas mulheres, anteriormente estigmatizadas no contexto social mais amplo, ao optarem pelas missões em presídios passam a carregar um estigma dentro da própria comunidade evangélica. O evangelismo em presídios não concede status nem mesmo dentro dos ministérios, sendo considerado um trabalho menor. Trabalhar com presidiários, como diria ESPINHEIRA (2001) é lidar com um lixo do qual as pessoas não desejam ser lembradas da existência.

Ninguém reconhece o nosso trabalho. Mesmo no meio evangélico, são desconfiados, eu estou te dizendo isso porque eu ando por muitas igrejas, muitas igrejas, eles querem muitas das vezes até para dar testemunho, mas se for para ajudar, para morar, para ficar jamais. Tudo bem, nós somos seres humanos, às vezes eu conheço você por fora, não te conheço por dentro não sei o que você pode estar maquinando. Talvez uma pessoa que eu botaria para morar comigo me mataria, mas talvez...mas eu não botaria ele (o ex-presidiário) para morar comigo, você está me entendendo? **Fonte: Maria das Graças - Grupo focal 1 – missionárias.**

Tenho enfrentado muito problema por causa disso e eu disse ao meu marido é por causa da obra, inclusive essa semana, me deu uma baixa, eu fiquei assim olhando pra ele (**inaudível**), quem me conhece sabe disso... Aí eu fico desesperada, quando eu passo pra igreja, eu sei que a igreja, a sociedade eles não sentem o que eu sinto, porque eles não vêem o que eu vejo. Às vezes eu tento que passar, eu peço as coisas, muitas pessoas mesmo não dão; “Ah já matou, já roubou, já fez , já aconteceu agora eu vou dar?” É isso que as pessoas

falam. Você pede para os velhinhos eles até dão, você pede para um menor carente, um órfão, mas num presídio para um preso eles dão, mas é mais difícil, é mais difícil. Muitas das vezes nós da igreja dizemos que não fazemos acepção, a bíblia diz isso que não devemos fazer acepção, mas olha, eu estou a cinco anos trabalhando lá dentro e eu lhe digo que nós evangélicos fazemos acepção sim. Fazemos sim. Sabe por que? Porque eu falo, eu peço, eu choro e ninguém se move, ninguém me dá nada. Às vezes eu tenho que correr outras congregações, outros lugares para adquirir coisas para levar para o presídio, e isso dói muito no meu coração. **Fonte: Maria João - Grupo focal 1 – missionárias.**

Os irmãos mesmos chegam e dizem; Irmã, a palavra de Deus diz que é para orar, pra orar, é assim que a gente deve visitar, meu pastor mesmo ficou mesmo com medo assim assustado. **Fonte: Maria Vitória - Grupo focal 1 – missionárias.**

A partir das narrativas das missionárias, tornou-se perceptível os limites da alteridade construída dentro de uma comunidade aparentemente acolhedora de forma irrestrita. Os limites dessa alteridade revelam as *fronteiras* (MARTINS, 1997) criadas nessa pseudo comunidade fechada. Digo pseudo porque o compartilhamento de certos preconceitos já revela a impossibilidade de suplantar todos os princípios gerais que regem a sociedade mais ampla em nome de um código moral à parte. A comunicação entre os grupos sociais, sobretudo no que diz respeito aos princípios e preconceitos, revela o compartilhamento de uma visão de mundo e do “outro” para além do grupamento religioso. Casos extremos como a questão da criminalidade e a visualização do ex-criminoso como *estranho* (BAUMAN, 1998), e os limites para sua aceitação trazem à tona preconceitos que se encontram em oposição aos pressupostos cristãos. Paralelamente, no entanto, essa contradição revela a forma como grande parte da sociedade tem reagido ao que parece estar sendo interpretado como risco à existência da liberdade individual na modernidade – a questão da segurança.

Apenas a conversão, portanto, não pode ser interpretada como razão única para o estabelecimento de um processo de alteridade e de reconhecimento do *outro* na evangelização em presídios. As narrativas parecem nos conduzir para soma de outras motivações, como o processo de identificação e entendimento das condições que podem levar o *outro* ao crime. As situações limítrofes que essas mulheres vivenciaram antes da conversão e a vida dura que têm até hoje, a aproximação com miséria e as experiências de desrespeito criaram uma identificação e um potencial compreensivo em relação aos prisioneiros que, me parece, estar além das motivações

religiosas. Obviamente, a conversão potencializou essa compreensão e deu subsídios, sobretudo, para elaboração de ações junto a essas pessoas. Ao que me parece, essas mulheres já eram sensíveis ao *outro* antes da conversão, mas essa deu as *Marias* a crença de terem algo a oferecer a esses sujeitos. Algo além do físico, além das redes de solidariedade, algo além do afeto, a misericórdia e o amor de Deus.

4.1.4. Percepções sobre a instituição

As missionárias, apesar do tratamento respeitoso diferenciado que recebem na instituição, desaprovam as condições e as estratégias de contenção utilizadas na penitenciária. Comungam de uma descrença em relação ao sistema prisional e suas possibilidades de ressocialização do indivíduo. Destacam problemas comumente apontados em relatórios oficiais sobre o sistema penitenciário (DEPEN, 2005) e o alto índice de reincidência, que no Brasil, em 2005, já atingia 60% (sessenta por cento) da população prisional. O medo e o afastamento são apontados como os principais entraves no processo de ressocialização.

Olha, aqui todos respeitam a gente. Mas as condições, eu acho um horror, eu acho um horror, olha a parte da higiene, a parte é...de moradia de eletricidade, você tem que ver é tudo horrível, é tudo engatilhado, vamos supor assim se der um curto circuito pode tudo pegar fogo, as celas são horrendas. **Fonte: Maria das Graças - Grupo focal 2 – missionárias.**

Eles ficam que nem bicho, eu acho que a minha cachorra que eu tenho lá na minha casa é mais bem tratada do que um preso, e às vezes até em casa eu falo: “Ao invés da gente ter um cachorro, a gente poderia adotar uma criança, que ia ser bem mais...uma coisa muito mais bem feita do que ficar com um cachorro, porque se o cachorro passa mal a gente vai para o veterinário, se o cachorro está com fome nós damos de comer, compramos casa, fazemos isso, fazemos aquilo pelo cachorro, com o ser humano é a mesma coisa, tem gente...eu faço pelo meu cachorro, o que eu faço pelo ser humano, eu faço até mais pelo ser humano do que pelo meu cachorro com certeza, mas você vê aí pessoas que trata melhor os animais do que uma pessoa atrás das grades, e não é só estar atrás das grades, e não é só atrás das grades não, mesmo quando eles saem de trás das grades, se eles abrirem a boca, alguns e falar eu fui preso ou eu fiz isso acabou, todo mundo bota ele à parte, todo mundo bota ele a parte. Eu sou pobre, mas se eu tivesse uma situação financeira boa, equilibrada eu confesso a

Deus, eu compraria um terreno, faria uma casa ou tipo assim um monte de quitinetes e esses que iam vir, que verdadeiramente querem se levantar, não estão mais fazendo aquelas coisas, porque ali dentro muitos continuam fazendo aquelas coisas que não é licito, mas aqueles que você vê mesmo que mudou completamente, que aceitou Jesus, está convertido, liberto, tentando viver, sobrevivendo para vencer, quando saí da cadeia teria um lugar para morar, eu daria um lugar para ele morar, uma casa, uma quitinete para ele morar, vamos supor que ele moraria num morro, numa comunidade, tiraria para ela sair dali com a família dele daquela comunidade, com a família dele, ali, vamos supor que nós temos um monte de pessoas que é...como é que fala...empresários evangélicos, então ali vamos dizer que cada empresário evangélico tivesse duas vagas para um preso evangélico ou mesmo que não fosse evangélico mas que mudou a vida para sair com um emprego garantido, você está entendendo? Mas eles não pensam assim, eles têm medo, que diz assim:” se dar pode assaltar, se dar pode roubar. **Fonte: Maria das João - Grupo focal 2 – missionárias.**

Aqui é o inferno. Quem escolheu trabalhar aqui, só com a força de Deus. **Fonte: Maria Madalena - Grupo focal 2 – missionárias.**

Destacam, também, a privatização do espaço público e a ausência de critérios. Afinal quais são os mecanismos de punição? Quais são os critérios? O principal problema é que são todos relativos, subjugados ao olhar circunstancial, momentâneo de quem está responsável pelo grupo em um determinado momento e, por vezes, os critérios são construídos em cima do medo e da ameaça. É preciso lembrar que a cultura institucional não alcança apenas os detentos, mas também o quadro de funcionários da instituição.

Menina, ninguém aqui pode melhorar sem a ajuda de Deus. A prisão pode ser um inferno para o correto, mas também pode ser o paraíso para os que estão acompanhados pelo satanás. Quanto pior, melhor. Parece até que fazem de caso pensado. Pode ver, os piores tem as melhores celas, tem dinheiro, tem advogado, tem mulher, tem empregado na prisão, tem mais liberdade, tem benefício, que os guardas ficam com medo de não dá. Você falou em ressocializar, só se for por Deus, prisão não é lugar de educação, é lugar de sofrimento. Mas Deus disse vão aos aflitos e é o que estamos fazendo. **Fonte: Maria Vitória - Grupo focal 2 – missionárias.**

Para se entender o funcionamento de uma instituição correcional, é necessário que se busque refletir sobre o conflito de forças e grupos que estão além da designação dos papéis institucionais. Não se trata apenas de uma tensão entre instituição versus detentos, mas de choques que se estendem também aos pares (funcionários e detentos). A legislação e os pressupostos institucionais, nesse contexto, parecem se distanciar das relações cotidianas. Nessa perspectiva, as missionárias compreendem a evangelização não apenas como um complemento auxiliar no

processo de ressocialização, mas como única medida ressocializadora significativa. Essa percepção parte da idéia de que evangelizar vai além da ressocialização, trata-se de salvar o sujeito, de resgatá-lo em sua totalidade.

4.1.5. Visualização dos detentos e ex-detentos

O paralelo que estabelecem entre as suas experiências e a dos detentos, a crença unânime na reeducação parece convergir para a esperança que têm na superação de seus próprios problemas. Nesse ponto, aproximam-se da perspectiva defendida por Canen (1999), compreendendo a identidade como uma esfera mutante, composta e recomposta nas redes de relações e contextos com que os sujeitos travam contato. As histórias de exclusão que compartilham e a dificuldade de manter-se “fiel” a palavra fazem parte tanto das experiências vivenciadas pelas Marias quanto das vivências dos detentos que estão no processo de conversão. Essa identificação se traduz não apenas em solidariedade (GOFFMAN, 1988), como também potencializa as ações das missionárias, conferindo as Marias, na perspectiva dos detentos, maior credibilidade.

Casei, mas meu passado pesou. A gota d'água foi quando o meu marido ficou desempregado e disse que eu podia voltar a fazer a vida para ajudar. Isso eu não agüentei, aí fui me perdendo de novo. E a minha mãe era cristã, e ela jejuava direto pela minha vida e orava por mim e Deus sempre falava com ela que estava cuidando de mim. Só que eu não sabia, né? Porque ela não tinha nem como me dizer porque quando eu chegava, eu criei assim uma aversão tão grande que quando eu via minha mãe bater os lábios, eu dizia: Não ore por mim, eu criei aversão a Deus, eu dizia não ore por mim, pelo amor de Deus não ore por mim porque eu não quero nem ouvir né? Por causa da luta que eu passava e que fiquei assim desmoralizada por causa daquele homem, e aí um certo dia depois de vagar muito mesmo, conheci muitas pessoas do mundo das drogas. Eu não usava drogas, mas eu me sentia bem em estar ali era como se eu tivesse atacando alguém em estar naquele meio, estava atacando alguém não sabendo que eu estava atacando a mim mesma. E o próprio Deus chegou um dia que eu fui embora de casa, abandonei minha mãe, abandonei meus filhos com ela e fui embora, e nessa ida eu encontrei uma pessoa que me prometeu muitas coisas, me fazer feliz e ele não fez isso, se eu tinha alguma honra, ele tirou a última que eu tinha, se eu tinha ainda alguma coisa ele tirou e eu sai desesperada chorando, fui procurar um trabalho e as portas se fechavam para mim, e aí no meio da rua eu disse assim...eu senti no meu coração um desejo de voltar, de ir em casa, na casa da minha mãe, e quando eu cheguei a minha mãe estava se arrumando para ir para congregação. E era ciclo c de oração, aí ela disse: eu estou indo pra igreja, você quer ir? Aí eu disse: é não tem nada mesmo

para eu fazer, eu vou lá, vou lá mais a senhora, e quando eu cheguei, é que todo mundo ajoelhado, né? Eu sentada, eu fiquei com vergonha, eu vou me ajoelhar também e vou orar, ficar quieta aqui, todo mundo vai pensar que eu tou orando **(risos)** a meninice, né? Eu me ajoelhei ali e comecei, né? Poxa Deus, eu tou tão ruim, só dizia isso: eu tou tão ruim, calada só em espírito. Aí uma missionária que tinha chegado a poucos dias, não me conhecia, nem eu a conhecia, aí Deus usou essa missionária e disse assim: Você não veio porque você quis...mas você veio porque eu quero falar com você, e hoje eu estou colocando diante de você dois caminhos, de vida ou de morte, o que é que você quer? Oh Glória! Mas Deus foi taxativo, foi duro. E disse escolha agora o que você quer, vida ou morte? E só você quiser vida eu tenho vida para te dar, mas se você quiser morrer, a morte está diante de você, e eu fiquei calada ouvindo e comecei a chorar diante de Deus, isso é comigo? É com você, é com você, eu trouxe a minha serva de longe para falar com você e aí eu comecei a orar ali, comecei a pedir perdão, eu disse : Deus eu quero viver, eu quero viver senhor, e comecei a colocar diante do Senhor meu coração e quando acabou a reunião a irmã veio conversar comigo, me abraçou e disse: Olhe a partir de hoje você nunca mais vai desviar. **Fonte: Maria Madalena - Grupo focal 1 – missionárias.**

Eu não vou não, e aí eu voltei pra casa e glorifiquei o nome do senhor, quando eu vinha...eu tava assim...alguns dias depois, eu senti vontade de fumar, aí eu disse ao meu filho: Compre ali o cigarro porque eu vou fumar, e ele trouxe o cigarro, e quando eu peguei no cigarro, que eu fiz assim, na hora, Deus me deu visão, me mostrou uma casa tão bonita, e só tinha pessoas de bem, pessoas de alto nível, pessoas importantes, mas no momento essa casa começou a ficar suja e aí as pessoas boas que tinham nessa casa começaram a ir embora, e uma pessoa tão importante baixou a cabeça e ficou tão triste e chorava, **(vozes transladas)**e ele disse: Essa pessoa **(inaudível)** que se você sujar a minha casa eu vou chorar, esta é minha morada, este é o palácio que eu construí para a glória do meu nome, e você vai fazer isso? Eu disse não, e joguei o cigarro fora. **Fonte: Maria Madalena - Grupo focal 2 – missionárias.**

Para esse grupo o *eles* (os detentos) são componentes do *nós*. As linhas divisórias podem ser tão tênues que não é incomum o estabelecimento de um relacionamento mais íntimo entre detentos e missionárias, principalmente na transferência do papel materno, embora, em alguns casos menos frequentes a relação homem/mulher se concretize.

Chegando aqui conheci os irmãos, meu coração doeu muito porque o meu espírito gemia, chorava de dor por causa desses homens aí. O primeiro presídio que eu entrei foi aqui no Corpo 4 passou uma semana, duas semanas e eu conheci um irmão, com duas semanas. Depois de um Mês o irmão chegou pra mim e disse: Irmã, eu vou lhe apresentar um irmão porque eu já estou em desespero, e ele já tinha chamado esse irmão, já tinha dito a esse irmão que perdoasse ele, porque ele precisava apresentar uma irmã a ele e não conseguia apresentar, e quando foi nesse dia então depois de um mês eu vinha assim, ele vinha assim, quando nós nos encontramos o espírito de Deus tomou a ele e

tomou a mim, foi uma presença gloriosa. Foi uma presença gloriosa, foi uma comunhão de espírito tão grande, mas só que eu não imaginava...pensei comunhão por ele tá orando, por tá tendo vida com Deus, claro que a gente ia ter uma identificação. E aí eu fui embora e passei duas semanas sem aparecer aqui e aí ele mandou uma carta pra mim, por essa irmã pedindo que eu voltasse que ele queria falar comigo e aí eu voltei, e ele disse a mim e perguntou se eu queria casar com ele, aí eu dei risada, aí é uma piada e das grossas, viu? Não meu irmão, não quero me casar não, primeiro porque eu não vim aqui atrás de casamento não, eu não quero me casar não, tá bom, quando foi na outra semana ele tornou falar a mesma coisa, irmã case comigo, aí eu disse assim: Ficou o mês de março, abril, maio, junho, julho, aí em julho eu disse a ele: ò meu irmão...eu não saía daí sem um bilhete dele, eu não saía sem um bilhete, olha me colocaram para fazer evangelismo junto com ele, que não pode entrar, as mulheres não podem entrar sozinhas na cela, aí me colocaram para fazer evangelismo junto com ele, tudo com ele, e ficou aquela coisa que ninguém nos via como se ele fosse meu irmão, todo mundo só via eu e ele como se fosse um casal, como se fossem marido e mulher, até os irmão de fora só nós vinham assim, e quando chegou no mês de julho eu disse assim: ò meu irmão me dê um motivo para eu casar com você aí? (risos) Não me dê um motivo, uma razão e uma circunstância para eu me casar com você, aí ele me disse assim: Minha irmã, o motivo para eu querer me casar com você é porque você é filha de Deus, a razão é que eu gosto da irmã, eu digo: Mas não me ama, ele disse: eu gosto da irmã, eu disse mas não me ama. Vai diga a circunstância. Circunstância eu tou preso, preciso de alguém para me ajudar aqui e a irmã tem tudo pra isso, eu digo: Eu vou orar aí. Minha irmã (**estalar de dedos**) a tanto tempo que eu tou orando, eu digo: Não, aguarde mais um pouquinho. Aí naquele dia eu saí daqui e disse: Deus, se realmente o senhor pensa em Elito na minha vida o senhor vai colocar no meu coração o sentimento de mulher para homem mesmo. E aí quando foi no Sábado que eu cheguei tinha um irmão que estava, ele estava o (**inaudível**) tava na igreja e o irmão tava do lado de fora, o irmão veio me receber, o irmão disse: Irmã eu quero falar com você, eu disse pode falar irmão, eu fiquei assim na porta da cela, ele entrou, eu fiquei assim do lado de fora, e ele ficou assim conversando comigo, né? Só que não tinha me percebido o que é que o irmão tava falando da realidade, depois é que eu vim ver que o irmão estava me pedindo em casamento, só que eu não tinha me atrelado para isso. Não, outra pessoa, aí daqui a pouco chega Elito, aí ele disse: ò irmão, o que eu estou conversando com a irmã é particular, ele disse: Particular, ela não tem particular nenhum com você não meu irmão. Por quê? Porque ela é minha futura esposa, não tem particular nenhum não, à porque você tá na carne. Sim E você tá no espírito? Ela aí é minha futura esposa, embora minha irmã bem assim, eu disse: Meu Deus do céu! Embora aqui que eu quero falar com a irmã, aí eu olhei pra cara dele e disse: ò irmão, eu não vou nem orar pelo que o irmão está falando ainda, entendeu? Porque eu já sei muito bem o que Deus quer para minha vida, Deus te abençoe, e saí, aí quando eu cheguei lá na cela ele disse a mim assim: Decida hoje e agora, porque a partir de agora eu não falo mais, se você disser sim a gente casa, também se não disser sim, também está tudo...e naquela hora eu não tive condições de dizer não, e nós nos casamos no dia doze de novembro, aqui dentro. Nós estávamos aí fora orando, teve encontro de casais. Foi uma festa tremenda.Linda, encontro de casais no casamento.Foi uma festa tremenda que Deus fez aqui dentro, entendeu? Deus trouxe uma banda. Doze anos de casamento. Nós temos duas,

temos dois filhos e uma que ele registrou e aqui dentro, desse **corpo 4** Deus mudou a história da nossa vida. Aqui só tinha ingresso duas vezes no ano, por causa da gente Deus colocou ingresso todo mês, ingresso é a mulher vim dormir com o preso (**inaudível**) As mulheres dos presos aqui, antes tinha uma chefona que era Índia, que tudo ia procurar saber dela, depois passaram a mim procurar, saber de mim. Deus nos entregou a Igreja do corpo 4 em nossas mãos, essa igreja do corpo 4 é fruto do nosso trabalho. Pastor Humberto... já falei dele aqui...Pastor Humberto fez o nosso casamento e Deus entregou em nossas mãos e aqui nós trabalhávamos para a glória de Deus, os presos vinha se consultar, pedir conselhos, as mulheres deles vinham pedir conselhos. Eu fazia reunião com as mulheres ministrando a palavra, era estudo familiar que eu dava para elas, e aí Deus nos usou. Foi muita luta, muita, mas teve a vitória. **Fonte: Maria das Graças - Grupo focal 2 – missionárias.**

Os *condenados* são, em grande parte, antes de presidiários, condenados sociais e representantes de segmentos expostos a todo tipo de violência que fere seus direitos sociais legalmente estabelecidos. Há, desse modo, uma punição social anterior a condenação criminal. São sujeitos do quais, usualmente, a sociedade tende a ter medo. As Marias também têm noção dos riscos que correm atuando em presídios. Mas seus destinos não estão mais ligados ao acaso, acreditam que têm uma missão a cumprir e que estão amparadas por Jesus nesse trajeto. Essa certeza, essa fé incondicional, faz com que as lentes pelas quais enxergam os detentos também sejam singulares. Rompendo com a *política do medo cotidiano* (BAUMAN, 1998) essas mulheres visualizam esses sujeitos como potenciais agressores, mas também como irmãos em potencial. Esse duplo sentimento e essa visão do *outro* concedem, sem dúvida, grandes vantagens na formulação de estratégias de ressocialização.

4.1.6. Estratégias

As estratégias das missionárias estão perpassadas por um proselitismo explícito, que ficou claro, inclusive durante a realização dos grupos focais.

Entrevistador - Acho que poderíamos começar pelas motivações, o que levou vocês a serem missionárias em presídios? Como surgiu esse desejo?...

Maria João – Você me desculpe menina, mas acho que devemos começar com uma oração. Um pai nosso pelo menos. Eu sei que você ainda não aceitou Jesus, mas ele te acompanha. Eu vejo que ele tem uma grande obra na sua vida.

Quem sabe essas conversas não te ajudem a encontrar um caminho, não abram seu coração? Vamos orar. **Fonte: Grupo focal 2 – missionárias.**

Maria João – É engraçado, não é? Você saber tanto da gente e não ter dito nada sobre você, mas Jesus conhece seu coração. Por que você ainda não aceitou Jesus?

Entrevistadora – Acho que ainda não chegou a hora. Ainda não fui tocada.

Maria Vitória - Então vamos orar. Salmo dois, versículo oito. [...].**Fonte: Grupo focal 2 – missionárias.**

Parece não haver uma estratégia consciente em relação às formas de aproximação utilizadas pelas missionárias, ou pelo menos a não explicitação delas no discurso, que na narrativa aparecem como resultado da intervenção divina, inspiração do espírito santo.

Agora também eu tenho uma coisa para te dizer, é Deus que faz tudo isso, que só faz quando a gente quer, se você não der lugar Deus não faz, se você não permitir, se você não tiver vontade, Deus não permite, porque Deus não é invasor, o diabo é invasor, o diabo vai, invade a vida do homem, fazendo miséria, fazendo miséria, levando para o fundo do poço, agora Deus só trabalha quando nós permitimos...(aleluia) isso está lá em Apocalipse 3, não é? Satanás chega bonitinho sapatinho de pano, mostrando uma coisa bonitinha, a bebida é uma coisa, Ah! È social, e aí a amizade vem o cigarro, só bebo quando fumo, aí daqui a pouco começa, começa, começa e aí dá um estrago. **Fonte: Maria Vitória - Grupo focal 2 – missionárias.**

Há, no entanto, uma série de rituais realizados ao longo das visitas. A leitura da bíblia, o apoio... A própria visita pode ser interpretada como uma importante estratégia de conversão. Na instituição, as visitas, de maneira geral, podem ser visualizadas funcionalmente por dois aspectos: pelo acesso ao mundo externo através do ganho de objetos que servem como importante moeda de troca dentro da instituição (doces, cigarros, sabonetes...) e pela afirmação da confiabilidade.

Este último aspecto é bastante curioso: os detentos que não recebem visitas dos familiares são considerados dignos de pouca confiança. Cai sobre eles a suspeita de que tenham praticado algo contra seus familiares, o que é inadmissível, ou que sejam tão cruéis que até suas famílias os desprezam. Como a figura materna ou da esposa são as mais presentes é comum que na ausência delas os detentos façam transferências identitárias em relação às missionárias.

As visitas periódicas das missionárias agregam, portanto, mesmo para os não convertidos certo conforto moral.

As missionárias conversam, ouvem, se interam sobre as dificuldades vivenciadas pelos internos e são importante meio de comunicação entre o mundo externo e o detento e a instituição e o detento. Vale destacar que não fazem diferenciação entre detentos convertidos e não convertidos, a pouca ajuda material que conseguem (roupas, materiais de higiene e etc...) e o conforto moral estão voltados para todos os detentos. No diálogo com a dimensão afetiva dos detentos vale salientar, ainda, a importância dos hinos, que nesse contexto se transformam em um instrumento privilegiado.

Ao findar o labor desta vida,
Quando a morte a teu lado chegar,
Que destino há de ter a tua alma?
Qual será no futuro o teu lar?

____(estribilho)
Meu amigo, hoje tu tens a escolha:
Vida ou morte, qual vais aceitar?
Amanhã pode ser muito tarde,
Hoje, Cristo te quer libertar.

Tu procuras a paz neste mundo,
Em prazeres que passam em vão,
Mas na última hora da vida
Eles já não te satisfarão.

Por acaso tu riste, ó amigo,
Quando ouviste falar em Jesus?
Mas é só ele o único meio
De salvar pela morte na cruz.

Tens manchada tua alma e não podes,
Nunca, ver o semblante de Deus;
Só os crentes com coração limpos
Poderão ter o gozo nos céus.

Se decides deixar teus pecados,
E entregar tua vida a Jesus,
Trilharás, sim, na última hora
Um caminho brilhante de luz.

Fonte: Grupo focal 2 – missionárias.

Ouvir o eco dos cânticos com letras sempre persuasivas, percorrendo as celas e chegando até o lado de fora dos pavilhões causa uma sensação de acolhimento narrada por todos os convertidos.

Eu não levava mão nem de polícia nem de bandido, vagabundo nunca me incomodou, sempre tive muito amor por eles, Deus me botou amor por eles. Teve um bandido que hoje é prefeito de ---- que foi a primeira pessoa que eu trabalhei. Ele veio me roubar, ele veio me roubar, e eu fiquei com pena dele, que tinha uns quatorze pra quinze anos, eu naquela hora pensei no que levou um menino daquele fazer uma coisa daquelas. Comecei a chorar, dei comida a ele, comecei a chorar com pena dele, ele havia roubado a mãe, a tia do coronel ... , era um homem muito perverso na época, e ele veio me vender um quadro, quando eu cheguei com o quadro, um quadro valioso e ele me pediu um preço irrisório que não dava para comprar uma porcaria... era um quadro de tapeçaria, e o preço não dava pra comprar um bolo de aniversário. Eu achei que aquilo não era normal, ele muito bonitinho, **que ele é branquinho**, bonitinho aí eu disse : “meu filho que é que você tem? Qual o seu nome?” Ele fez “o meu nome é ----”. Mas eu me lembrei que o meu cunhado estava batendo muito na minha sobrinha porque estava namorando com esse garoto. Aí eu cheguei e disse: “ ----, você é filho do homem...do dono do (de um determinado município da Bahia) -----” aí ele disse: “Sou”. Aí eu parei assim, olhei para ele, olhei, olhei, falei: “- meu filho olhe, venha comigo, comer um pouquinho, tomar uma água” .“Moça eu só quero um dinheiro para visitar a minha mãe, eu não tenho o dinheiro do transporte, dois transportes, ele queria me vender o quadro por esse valor, eu disse: “eu não vou lhe comprar não, vou deixar o quadro aqui”. Quando ele acabou de sair passa ----- e Dona, dona... como é o nome dela? Dona... -----, Professora ----, foi da professora que ele tinha roubado, aí ela fez: “Você viu passar por aqui um cara carregando um quadro?” Aí eu disse: “se vocês me prometerem que não vão envolver polícia eu lhe digo onde está o quadro. Aí ela me disse: “É”, aí eu disse: “Tá aqui o quadro”. Elas aí levaram, e tal. Quando é um dia, eu sentada, era seis horas da tarde, umas seis horas da tarde, aí ele me disse assim: “vá na praça”, “como assim, como ele manda eu vim pra aqui, ele mandou eu vim pra praça, aí eu vim, aí quando eu cheguei na praça eu tô vendo uma velhinha assim chorando, aí eu dei uma mão, tudo que eu vejo (**inaudível**) eu quero saber, fui...isso é uma mania minha, aí eu cheguei e disse: “Moça o que que a senhora tem?”. Aí ela fez: “Toma, toma o meu neto.” Aí eu disse: “Aonde está o seu neto? Aí ela disse do outro lado da praça, quando eu atravessei estava um motorista e um ajudante de caminhão também um menino que tava todo sangrado. Mas até aí eu não sabia que esse neto era o mesmo menino que tinha me vendido o quadro, só sei que eu tirei assim...eu era muito brava mesmo, muito brava aí eu entrei assim e puxei o menino pra cima de mim, no que eu puxei, que eu olhei, vi que era ele, eu disse : “Meu filho!...” Deus não criou... Deus não criou o homem para viver assim, “Meu filho! Deixe Deus trabalhar na sua vida”, imagina irmã que eu não conhecia a Jesus, (**vozes transladas**) eu não conhecia Jesus. Deus naquela hora me usou, e daí eu...ele olhou assim para mim, olhou, olhou, olhou, aí quando eu disse: perguntei: “porque vocês estão batendo nele?” Aí o dono do caminhão, o dono disse assim: É porque ele roubou a lona do meu caminhão. Essa lona aí amarela? Aí ele disse: É. Aí eu disse: Mas não foi ele que roubou, foi o motorista e o ajudante que deu, você dois são dois descarados, eu disse aos dois: Vocês dois são dois descarados, vocês me deram a lona pra guardar agora

porque sabe que o menino é ladrão disseram que foi o menino porque aí ficava ói...o dito pelo não dito e...E eles saiam lucrando. E eles saiam com a lona. Eu disse a lona está comigo, quer ver, quer ver?Aí entrei, mas um deles tá aqui preso, um deles tá aqui, tá aqui, e outro tá aí solto pelo mundo, Deus é quem sabe se ainda tá vivo. Aí...aí quando eu disse isso, eu olhei pra, aí ele olhou assim pra mim, olhou, olhou e foi embora. Quando ele voltou, o menino, foi um ano depois me procurar. Aí ele disse eu vim agradecer a senhora e vim chamar a senhora pra gente montar uma casa de recuperação. Ele tava convertido. Eu não sou, não serei nunca crente, Deus me livre de ser crente, ó pra i. Aí ele disse: “não importa que a senhora não seja crente não, vamos montar uma casa”. Aí montamos. Eu tenho só dez anos de evangelho, tenho trinta e poucos que trabalho com recuperação, foi uma ocasião assim, doaram a ele um terreno numa invasão, aí nós botamos assim um quadrículo, seis palmos, um tablado, tudo assim de tábua, de papelão, de tudo, pegamos o fundo de um túnel, botamos no quintal, fizemos um fogo de lenha e começamos a trabalhar, a catar, dentro de plataforma aqueles meninos, eu não gosto de dizer ladrão, aquele menino assim tomado pela maldade, aí nos saímos catando assim, nós fomos levando pra lá. A maldade é uma doença, um vírus, assim como gripe, basta cuidar. **Fonte: Maria João - Grupo focal 2 – missionárias.**

Perceber a maldade como doença, é favorecer a transposição do criminoso de culpado para doente, o que permite a mudança de uma abordagem moral para patológica. Isso, em certa medida, reduz a culpa individual e potencializa os laços de solidariedade entre missionárias e prisioneiros.

Quanto à abordagem há dois aspectos que me pareceram bastante significativos. O primeiro aspecto diz respeito à sensibilização do outro. As missionárias estimulam os detentos a aceitarem Jesus, a se arrependem de seus pecados, mas não os instigam a narrar suas histórias. Não há julgamento, interesse pelo passado. A condição de igualdade é instituída a partir de um olhar que se centra no indivíduo num tempo potencial. O que é levado em consideração ao longo dos cultos e conversas não é o que o indivíduo é, foi, ou fez, mas o potencial que tem para se transformar em algo diferente. Essa perspectiva me parece ser uma característica que deveria estar além do proselitismo, se constituindo como princípio para qualquer prática pedagógica.

Nós acreditamos neles e eles sentem isso. A diferença é o amor. A diferença é que estamos fazendo isso por eles porque acreditamos que eles podem ser melhores, porque acreditamos que todos somos iguais perante Deus. **Fonte: Máxima Maria - Grupo focal 2 – missionárias.**

Como aponta Foucault (2001) a prisão favorece a organização de um meio de delinquentes, solidários entre si, hierarquizados, possibilitando que aprendam juntos formas de driblar as leis. As engrenagens sociais passam a ser vistas como inimigas. É no espaço do cárcere, e digo cárcere porque é do que se trata, que os detentos rompem com os frágeis vínculos que mantinham com a sociedade e suas regras, que cortam o último laço. E é exatamente essa ruptura que faz com que qualquer processo educativo proposto inicie-se não no ato de troca ou de aprendizado, mas na sensibilização. Trata-se, portanto, de romper com o silêncio e com a apatia ao contato, de fazer com que o *outro* fique sensível a intervenção educativa. O que é sempre um exercício, um esforço em compreender o compreender do *outro*, que implica em defrontar-se com nossas próprias impressões e interpretações acerca do *outro* e, por conseguinte, com nossos fantasmas. Acredito que, talvez, essa seja uma das principais diferenças entre o trabalho de educadores que atuam em escolas da rede regular de ensino e os que exercem um trabalho educativo em instituições de privação de liberdade: *a quebra de muros*, a superação das percepções e ideologias que tornam todos invisíveis, o esforço de primeiramente tornar-se visível ao *outro*.

O segundo aspecto me parece resgatar a carência de pertença para além dos segmentos criminosos vivenciada pelo detento. O prosélito é um ato coletivo e os processos de conversão também são realizados no grupo e em grupo. Isso instaura um pressuposto operacional de igualdade e potencializa os instrumentos de proselitismo. A conversão de um, pode inspirar a conversão de outro. O cantar junto, nesse contexto, se torna um meio de reafirmação da unidade grupal e de potencialização do prosélito.

É importante salientar, que apesar do desenvolvimento das práticas no âmbito coletivo, a mensagem é destinada ao indivíduo: “Deus tem um projeto na vida de cada um de vocês [...] Deus conhece o seu sofrimento e o seu coração [...] Jesus ama a cada um de vocês”. A mensagem individual dentro de um aparato coletivo parece equilibrar a equação entre a perda de parte da liberdade individual em nome de uma vida em grupo, proposta pela modernidade (BAUMAN, 1998), e a segurança promovida pelo pertencimento a algum grupo. Parece-me que a importância desse equilíbrio se centra na perspectiva de que a perda de certa liberdade individual, uma vez que o sujeito convertido terá uma série de restrições em termos de comportamento (não poderá mais fumar, ingerir bebida alcoólica, participar de festas profanas, ter vida sexual fora do

casamento e etc...), não se reverteria apenas em condição para aceitação em um novo grupo, mas em um ganho individual da graça divina, na concretização da graça em sua vida.

Desse modo, o testemunho individual das Marias diante dos detentos, o compartilhamento de suas histórias são um forte estímulo para conversão, pois transcendem a potencialização da identificação ao passo que acenam com a possibilidade de se construir um novo percurso, uma nova vida. O ápice do processo de conversão significaria, portanto, o renascimento em Cristo, a inauguração de uma nova existência. As Marias são, portanto, mensageiras da boa nova.

4.2. OS EX-DETENTOS E SUAS HISTÓRIAS: NARRATIVAS QUE SE INTERCRUZAM

[...] mire, veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isto; que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas, mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam. Verdade maior. É o que a vida me ensinou.

João Guimarães Rosa, Grande Sertão Veredas.

Como ressaltai anteriormente, o grupo de ex-detentos entrevistados é composto por egressos da Penitenciária Lemos de Brito, localizada em Salvador – BA, que foram sentenciados por diferentes tipos de crime, tiveram passagem na adolescência por instituições de privação de liberdade e encontraram como meio de ruptura com o círculo de violência no qual estavam inseridos a conversão evangélica. Olhar para o passado nem sempre é fácil. Reconstruí-lo sob um novo prisma, revivê-lo por meio da narrativa, defrontar-se com fantasmas, medos, armadilhas, para esses homens não é apenas resultado do desejo de contribuir com um projeto de pesquisa de dissertação, nem de ter como meta a construção de um olhar mais humano sobre o outro. Para esses homens, suas histórias têm status de testemunho, se configurando, portanto, em um importante instrumento proselitista característico do pentecostalismo.

Eu espero, eu espero, entendeu? Que com certeza absoluta que ganhe muitas almas, porque essa aí é a minha intenção ganhar muitas almas, almas, principalmente nos lugares por onde andei, na prostituição (Pausa) pelos presídios, principalmente por aí porque nós sabemos que principalmente os presídios precisa muito, muito mesmo De Jesus Cristo, Jesus precisa entrar nos presídios, eles precisam dar lugar a Jesus Cristo, não é verdade? E com o testemunho nosso já estamos algumas vezes lá dentro nós podemos falar, uns podem falar: “Ah! Eu estou falando porque escutei os outros falar” entendeu? “Ah! Eu estou falando porque escutei fulano e fulano falar” mas eu não, eu estou falando porque eu estive lá dentro e sei como é que é o negócio. **Fonte: Entrevista João.**

Todos os entrevistados pertencem a Assembléia de Deus. Essa denominação evangélica tem sido uma das principais responsáveis pela alteração do perfil religioso no Brasil, por meio da pregação de Jesus Cristo como o único e suficiente Salvador da Humanidade e a atualidade do batismo no Espírito Santo e dos dons espirituais. Em poucas décadas, as igrejas vinculadas a esse ministério alcançaram os grandes centros urbanos como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre. Com uma ortodoxia doutrinária centrada na Bíblia, trata-se de uma das mais rígidas igrejas em relação à conduta individual de seus adeptos, que entre as obrigações está a de proclamar o Evangelho de Cristo e promover espiritual, moral e socialmente o povo de Deus. A ênfase proselitista, explícita nas narrativas, reflete uma característica identitária grupal.

Assim como as Marias, os entrevistados desse grupo escolheram seus próprios nomes fictícios. Suas histórias, bem como, seus nomes refletem um pouco do que viveram, do que são e de como se percebem hoje. O tempo total que passaram em privação de liberdade (ver Quadro 3 no item metodologia) já revela a esclerose do sistema penal brasileiro, a falta de critérios claros de julgamento e de coerência mínima entre crime cometido e pena. Foram retirados das histórias nomes de bairros, pessoas ou qualquer outra informação que pudesse vir a identificar os narradores. Vale destacar, ainda, que as entrevistas, logo depois de transcritas, foram editadas pelos narradores. Essa edição não obedeceu apenas ao critério da não identificação dos sujeitos, os entrevistados retiraram trechos que não gostariam que fossem usados na análise ou informações que se arrependeram de compartilhar. A seguir apresento de forma sucinta os entrevistados.

“Quero ser chamado de João. Sou temporão. Minha mãe me teve tarde e eu fui o filho que deu mais trabalho” (Fonte: entrevista João). João na adolescência deu entrada por roubo, permaneceu lá por seis meses. Na idade adulta foi sentenciado por tráfico de drogas e crimes adicionais, ficando recluso, no total, por cinco anos.

“- Um nome? Pode me chamar de Caim Abel. – Por que dois nomes? – Porque já fui muitas coisas. Uma vez um pastor me disse que eu era Caim, mas poderia ser Abel(rs)”. (Fonte: entrevista Caim) Caim me contou sua história sentado no meio fio, próximo a uma cabine da polícia. Ele tinha medo de ser assassinado por grupos rivais em Salvador. Dormia ao lado da

cabine buscando proteção. A primeira vez que o vi estava encolhido, lendo a Bíblia. Caía uma chuva fina. Olhou-me em poucos instantes e ao longo de nossa conversa tentava, sem sucesso esconder as várias cicatrizes que tinha. Era como se elas fossem capaz de revelar aos outros uma identidade que ele não queria mais. Ainda na adolescência se prostituía e chegou a ser detido por assassinato, passou três anos internado e tão logo atingiu a maior idade foi preso por assalto à mão armada e tráfico.

Você quer saber a minha história? Você acha que tenho algo importante para contar? Quero falar das coisas que tive de encarar, mas não sei se depois de contar você vai achar que valeu a pena (silêncio). Você me chamou de menino. Eu tenho 30 anos. Quantos anos você tem? Em experiência já vivi mais, muito mais, do que você. **Fonte: Entrevista Caim.**

Tomé na adolescência deu várias entradas por agressão física, depois por estupro. Apesar de seus crimes, para Tomé o aspecto identitário vinculado à etnia era, no entanto, preponderante sobre todos os outros.

Passei a vida vendo minha mãe apanhando. No fundo não acreditava que mulher merecesse um tratamento melhor do que o da minha mãe. Se ela, que era minha mãe apanhava, por que não as outras. Olha, eu nasci preto, pobre, feio, acreditava que para conseguir mulher só na marra. Não fui estuprador só. Assaltei muito, mas não roubava preto só esses branquinho. Nunca estuprei mulher preta também. Elas já sofrem demais. Na época, acreditava que isso era certo para liberar minha raiva. Vivia com raiva. Achava que a culpa era deles. Gostava de sentir o medo delas, gostava de ver aquelas mulheres branquinhas fazendo o que eu queria. São coisas que o demônio usa, a raiva, o medo. O outro confunde. **Fonte: Entrevista Tomé.**

Pedro era batedor de carteira na adolescência e na idade adulta passou a praticar o estelionato, em suas diversas modalidades, como meio de ganhar dinheiro.

- como gostaria de ser chamado? Ô irmãzinha, pode ser de Pedro. – Por que? – (pausa) Acho que porque Pedro era um bom orador (rs). Eu sempre falei bem, mas nem sempre usei isso para a obra e graça de Jesus Cristo. Eu sempre tive esse dom, mas usava para o mal. Hoje, falo para os filhos de Deus e meu corpo é morada do espírito santo. **Fonte: Entrevista Pedro.**

Talvez, de todos os entrevistados, José seja o narrador que carrega um dos mais fortes estigmas. José foi preso por atentado violento ao pudor na adolescência e posteriormente por pedofilia. José tem dificuldade de falar sobre o seu passado e de relembrar os abusos que praticou durante parte da vida. Aos 39 anos sonha em ser pai, mas acha que ainda não está preparado.

Tudo o que eu mais queria era ser pai. Mas que mulher vai querer casar comigo? As irmãs me respeitam, mas o meu passado pesa. Eu noto que não deixam as crianças perto de mim. (pausa). Tem também outra coisa... acho que não estou pronto ainda. Deus tem me dado força para prosseguir no caminho do evangelho, mas tem sido difícil. Cada dia é difícil. **Fonte: Entrevista José.**

Vale ressaltar que embora os entrevistados pareçam ter uma trajetória muito linear em relação ao tipo de crime cometido, eles afirmam que cometeram muitos outros e que geralmente, no mundo do crime, o sujeito constrói uma espécie de “currículo”, que potencializa a probabilidade dele ser pego pelo mesmo tipo de crime. O crime cometido se torna uma espécie de estigma (GOFFMAN, 1988), marca que será associada invariavelmente à identidade do sujeito.

Nós construímos tipo um currículo. Se a polícia está procurando um estuprador e você já teve problema em delegacia com algumas mulheres, mesmo que você não tenha sido condenado ou processado, eles vão bater na sua porta. Você fica tipo marcado. **Fonte: Entrevista Tomé.**

Foi com esses cinco sujeitos que dialoguei durante algumas entrevistas, que ocorreram, na maioria das vezes, em suas casas ou em casas de missionárias. Interessante notar que tive com cada um deles 3 encontros. O primeiro de caráter mais exploratório, no qual conversamos de maneira informal sem a presença do gravador. Os outros tiveram um cunho mais formal, voltados para o levantamento de dados. Apesar da utilização de um roteiro com temas fundamentais a serem abordados, nem sempre foi possível segui-lo ou mesmo utilizá-lo integralmente. Algumas questões foram aprofundadas em detrimento de outras sobre as quais os entrevistados não desejavam falar.

4.2.1. Vida familiar: caracterização geral e tipo de vínculo

Comida

Bebida é água.
 Comida é pasto.
 Você tem sede de que?
 Você tem fome de que?
 A gente não quer só comida,
 A gente quer comida, diversão e arte.
 A gente não quer só comida,
 A gente quer saída para qualquer parte.
 A gente não quer só comida,
 A gente quer bebida, diversão, balé.
 A gente não quer só comida,
 A gente quer a vida como a vida quer.

Bebida é água.
 Comida é pasto.
 Você tem sede de que?
 Você tem fome de que?
 A gente não quer só comer,
 A gente quer comer e quer fazer amor.
 A gente não quer só comer,
 A gente quer prazer pra aliviar a dor.
 A gente não quer só dinheiro,
 A gente quer dinheiro e felicidade.
 A gente não quer só dinheiro,
 A gente quer inteiro e não pela metade.

Titãs

Composição: Arnaldo Antunes / Marcelo Fromer / Sérgio Britto

Já há algumas décadas temos ouvido um discurso recorrente, mais forte, sem dúvida entre os anos 50 e 80, sobre a equação lógica entre pobreza e criminalidade (FUNABEM ano 20, 1984) a exemplo de estudos da FUNABEM que associavam o aumento da criminalidade entre jovens sobretudo aos baixos níveis de renda; à habitação subumana; à subalimentação; ao analfabetismo e baixo nível de escolaridade; aos baixos níveis sanitários e de higiene; à falta de qualificação profissional e à insegurança social. Esses fatores, de acordo com esses discursos gerariam desagrupamento familiar, que concorreria para o abandono e entrada de crianças e adolescentes no crime. O radicalismo com que várias políticas trataram o assunto gerou uma série de ações

arbitrárias contra famílias de baixa renda e alimentaram o imaginário de que o poder econômico, preponderantemente, se traduziria em uma melhor estruturação do núcleo familiar.

Dos cinco ex-detentos entrevistados, três viveram uma infância marcada por privações econômicas e dois por um amplo acesso aos bens de consumo. O que já revela alguns problemas na afirmação totalizante da miséria, apenas, como geradora de violência e criminalidade. Crítica propagada por vários autores a exemplo de Zaluar (1994).

E nós fomos se criando sempre crianças revoltadas, sem o conhecimento de uma mãe, meu pai aparecia de vez em quando, e quando ele aparecia sempre conversava com minha avó alguma coisa, meu pai soldado da Polícia Militar, minha avó negociando com frutas, nós cada um de nós sempre ajudando ela, ela pagando sempre quarto de aluguel para poder a gente morar para não ir ter que ficar debaixo de uma ponte. **Fonte: Entrevista Caim.**

Nós éramos muito pobres, sem estrutura nenhuma. Tenho seis irmãos cada um de um pai. Só tem uma coisa parecida entre todos os homens que estiveram com a minha mãe, eles batiam nela. Passei a vida vendo minha mãe apanhando. No fundo não acreditava que mulher merecesse um tratamento melhor do que o da minha mãe. Se ela, que era minha mãe apanhava, por que não as outras? **Fonte: Entrevista Tomé.**

Separaram. Aquilo para mim foi uma coisa terrível, terrível, a pior coisa que aconteceu na minha vida eu acho que foi a separação dos meus pais, porque eu estava acostumado chegava dentro de casa, mamãe, papai, aquela coisa tão {vozes transladas} família e de repente eu olhava....porque minha mãe deixou a casa, ela deixou a casa, ela viveu 17 anos com meu pai, mas ele não tinha resultado, nenhum, meu pai era muito trabalhador,, entendeu? Ele achava que era muito honesto no que fazia, mas ele não conseguia ficar com uma mulher só. Ele não conseguia ficar com uma mulher só. E eu vi isso, eu vi isso porque depois que minha mãe foi embora eu vi, conheci várias madrastas. Meu pai era assim ele ficava com uma aqui (**inaudível**) e quando ele fez isso, quando minha mãe foi embora eu senti falta da minha mãe: “Ah meu Deus do céu! Eu quero a minha mãe, minha mãe veio embora, veio embora e agora?” Eu estava sozinho, um garoto acostumando dentro de casa, caseiro com família e daqui a pouco se vê fazendo o que queria porque meu pai não tava em casa, ele ia trabalhar, eu ia para a escola se quisesse. **Fonte: Entrevista João.**

Interessante observar, no entanto, que nenhum dos sujeitos oriundos de famílias desestruturadas economicamente aponta as privações financeiras como principal fator para o envolvimento com o crime. As relações interpessoais e as variadas formas de violência no núcleo familiar aparecem como preponderantes.

Há uma influência clara no nível econômico e na estrutura familiar no tipo de crime cometido. Os dois sujeitos entrevistados que cometeram crimes cuja imagem e o poder aquisitivo eram fundamentais para não serem pegos vieram de famílias estruturadas economicamente.

Tudo normal. Tinha pai, mãe, irmãos. Ninguém abusou de mim, me bateu nem nada. Tudo normal. Não, minha mãe não tinha muito tempo para cuidar dessas coisas. Ela era professora, vivia ocupada e ainda ajudava meu pai na venda. Desde pequeno eu aprendi a fazer as minhas coisas. Na minha casa as pessoas não tinham muito tempo. Sabe como é. Meus avós eu não conheci, faleceram antes de eu nascer. Meus irmãos já eram todos mais velhos. Eu cresci mais sozinho. **Fonte: Entrevista José.**

É interessante você falar sobre isso, porque todo mundo fala que teve problemas porque a mãe era isso, o pai aquilo. Porque faltava isso ou aquilo. Você não vai ouvir essa história de mim. Minha mãe era carinhosa, meu pai. Família classe média, eu tinha tudo. Bom colégio. Meu pai saía todo dia para trabalhar, minha mãe também. Nós tínhamos carro, casa própria, vídeo, o que na época era um luxo. Mas eu não estava satisfeito. Eu não queria envelhecer e viver como os meus pais. Por que eu teria que trabalhar? Naquela época a impressão que eu tinha era que qualquer pessoa inteligente poderia ganhar dinheiro sem esforço, e que trabalho não levaria ninguém a ter o que quisesse. Eu tinha roupas boas, mas via alguém com uma melhor. Para você ver como a influência do diabo. Eu não estava satisfeito com nada. Sempre fui inteligente, mas nunca gostei de me esforçar. **Fonte: Entrevista Pedro.**

Parece-me que as causas da violência, nesse grupo específico, transbordam a esfera econômica, alcançando níveis diferenciados da sociedade, embora os aspectos financeiros sejam igualmente importantes. Características marcantes da vida moderna como falta de tempo e pulsão pelo consumismo afetam a todos independente do segmento social a que pertencem. Como aponta Bauman (2000) a crise de valores se traduz em uma crise de sentido existencial. A família, como conhecíamos há algumas décadas atrás, tem se modificado muito rapidamente, assumindo outros desenhos, nos quais a figura materna (vó, mãe, tia) assume um papel de destaque. Em todas as narrativas a figura da mãe é valorizada e aparece como um porto seguro, mesmo quando representada por outras pessoas como avó, tia ou missionárias.

A paz do senhor. Eu não sou de falar muito. Não gosto. Concordei com a entrevista, em contar um pouco do meu passado porque a irmã XXXXXXXX me disse que você quer fazer uma coisa direita e que seria importante eu

participar. Em não nego nada para a irmã XXXXXXXX devo a ela tudo o que sou. É uma pessoa muito importante para mim. O que você quer saber? **Fonte: Entrevista José.**

Nós fomos criados por uma avó, mãe de meu pai, dentro da cidade de XXXX, apesar de muito sofrimento minha avó uma senhora já de idade, sempre vendendo as coisas que dava pra ela negociar, pra ela vender naquela cidade. Mas crianças um pouco também rebelde, crianças revoltadas minha avó sempre pagando banca em colégio para poder a gente aprender a ler, aprender a fazer alguma coisa porque não dava pra nos matricular, porque nenhum de nós era registrado, não tínhamos certidão. **Fonte: Entrevista Caim.**

Até os sete anos de idade eu fui um garoto normal, uma pessoa normal, mas logo após a separação dos meus pais, né?...Foi muito ruim para mim, né? Conheci a rua, conheci a miséria, a necessidade, o abandono e muito cedo caí na vida errada, no tóxico, no mundo. Lembro da minha mãe, eu agradeço tudo a ela de bom. Tive uma grande mãe, uma excelente mãe...[...] eu andei por aí servindo a estes deuses diferentes e mais tarde conheci também o candomblé, conhecia a linha negra, a quimbanda, mas mais tarde na vida criminosa conheci todo tipo de tóxico e cometendo assaltos pelo meio da rua, tendo várias prisões, várias delegacias. Uma vida, uma vida pecaminosa, terrível mesmo, não matei, graças a Deus porque uma determinação existia no meu coração: “Não matar”, mas pratiquei tudo quanto foi tipo de coisas erradas que não devia ser praticada e passou o tempo eu gostava muito de festa, festa de terreiro... Eu conhecia tudo que era boca de fumo, todos esses locais que eu não devia conhecer infelizmente eu conhecia, mas quando foi no ano de 95 mais ou menos cresceu em mim a vontade de mudar, digo: “Eu preciso mudar” a minha mãe nesta época já tinha aceitado Jesus na mesma igreja onde eu estou, mas ela não...pisou, igreja nenhuma ela pisou porque ela tinha problema de coluna, faleceu em cima da cama, né? E eu tinha falado com ela já depois de fazer a minha mãe chorar muitas lágrimas, dar muita decepção, muito desgosto a minha família eu falei para minha mãe: **“Mãe a senhora não se preocupe porque eu vou mudar de vida, um dia a senhora vai se orgulhar de mim, eu vou deixar isso tudo”. E minha mãe já orava e muitos crentes já oravam para que isso acontecesse. Minha mãe ouviu isso e não teve a felicidade de ver a mudança.** Minha mãe faleceu e não teve esse prazer, mas realmente cresceu em mim a vontade de mudar, eu disse: “Eu preciso mudar, eu preciso ter uma outra vida [...] **Fonte: Entrevista João.**

Olha, eu tive várias coisas, vários pontos de tristeza, várias coisas, mas uma coisa que...que me tocou assim mais profundo foi eu ver a minha mãe chorando e eu sendo levado algemado por policiais, entendeu? Eu indo embora e minha mãe chorando...muito, minha mãe chorando muito e ela fazia, falava assim: “ Meu filho, por que você fez isso, porque você faz isso”, entendeu? E eu pensei assim comigo assim: “Mãe”, né? Naquele dia eu não tive a oportunidade de dizer pra ela, mas depois eu tive a

oportunidade de dizer: “Mãe, nunca mais eu quero ver a senhora nesse estado.” Aquilo mexeu comigo profundamente, né? De ver o meu amor, porque minha mãe é o meu amor, porque eu podia bagunçar em tudo quanto era lugar, mas minha mãe era o meu amor e eu vi aquilo, lágrimas da minha mãe rolando e eu (**inaudível**) e aquilo começou a tomar conta de mim, eu digo: “não, não vou ficar dando esse desgosto não. Aqui mesmo eu nem podia vir muito, tinha época que eu vinha aqui de repente cheio de policia, eu tinha que sair pelos fundos, quantas vezes eu pulei isso aí, eu disse: “Vou me embora”, nem posso ver a minha mãe.” **Fonte: Entrevista João.**

A figura materna acaba representando a crença inabalável no outro e amor incondicional. É interessante observar que mesmo nos momentos de maior envolvimento com o crime, o respeito a figura materna foi preservada.

4.2.2. Escolarização

O professor pensa ensinar o que sabe, o que recolheu dos livros e da vida. Mas o aluno aprende do professor não necessariamente o que o outro quer ensinar, mas aquilo que quer aprender. Assim o aluno pode aprender o avesso ou o diferente do que o professor ensinou. Ou aquilo que o mestre nem sabe que ensinou, mas o aluno reteve. O professor por isto ensina o que não quer, algo de que não se dá conta e passa silenciosamente pelos seus gestos e paredes da sala.

Afonso Romana de Sant Anna

De acordo com o DEPEN aproximadamente 70% da população carcerária no Brasil não possui o ensino fundamental completo e que apenas 50% do total de presos é alfabetizada. O baixo índice de escolarização parece reforçar a idéia de que a população carcerária, de uma maneira geral, é composta, sobretudo, por segmentos que têm sido sistematicamente excluídos. Esse perfil do preso brasileiro se reflete no grupo estudado: apenas José tem curso superior incompleto, Pedro concluiu o ensino médio e já os outros três – Caim, Tomé e João não chegaram a concluir o ensino fundamental. Há no discurso dos entrevistados uma descrença na escolarização enquanto processo significativo.

A escola ela sempre tem participação, mas a participação da escola não é ativa, né? Ela tem uma participação muito...como é que eu posso...ela é muito...muito superficial na vida de cada um, porque às vezes encontramos professores que nos aconselha a coisas boas, as coisas dignas, não é verdade? Mas quando

chegamos na escola geralmente nós já chegamos com o nosso caráter certo já formado...não é verdade? Nós já temos ali uma base do que queremos, não é verdade? Não quando nós entramos na escola cedo, com quatro, três anos aí, na minha época era com 7 anos, com 7 anos de idade eu praticamente... já estava havendo uma transformação muito grave em minha vida porque estava chegando em um período que a minha mãe com meu pai eles não estavam mais se entendendo e já faltava muito pouco para a separação. Só no segundo ano, do primeiro para o segundo ano...eu fiquei por muitos anos...Quer passar de ano? Eu não ia para a escola, não queria saber disso, queria saber era de tá soltando pipa, jogando bola de gude no meio da rua, jogando bola. [...] **Fonte: Entrevista João.**

Embora houvesse um esforço por parte de alguns familiares no sentido de afirmar a importância da escola. O processo de escolarização contribuiu pouco com as possibilidades de construção de uma trajetória social diferente para esses sujeitos.

Eu não sei o porque o motivo, eu não entendia, minha mãe foi embora desapareceu não dava notícia nenhuma, nós fomos crescendo, quando eu cheguei a fazer a idade de oito a dez anos mais ou menos isso, minha tia começou a tomar conta de mim, uma tia por nome ----- . Tia ----- com quatro filhas, com -----, -----, -----, a ----- mas mesmo assim tomou conta de mim ali e eu indo para o colégio mas ainda não era registrado, porque minha avó através de muitas amizades que ela tinha com algumas diretoras de colégio, ela conseguia vagas no colégio para nós poder estudar. Ela sempre valorizou muito a escola. **Fonte: Entrevista Caim**

Em certa medida, a escola potencializou, também, a criminalidade. O acesso às drogas, o agendamento de programas sexuais, o contato com gangues e o aumento da baixa auto-estima, ocorriam, de acordo com os narradores, na escola, instituição pseudo receptiva que deveria promover o aumento de expectativas em relação à vida e uma formação para cidadania.

Grocornegam é uma caixa de (com cinco ampolas) uma vitamina, que nós marcávamos de pegar na porta de colégio pra comprar cinco ampolas de Grocornegam, para tomar nas veias, com a mesma seringa, com a mesma agulha, todos nós se aplicávamos, picos na veia. Acho que quando eu passei a ir para escola mais foi pior. Lá é que pegava a droga, conversava com os caras, arranjava programa. **Fonte: Entrevista Caim**

[...] meu pai e minha mãe todos dois empregados, estudava num colégio particular, com onze anos eu vi lá os caras usando maconha lá, que é uma droga...só que...só que eu já era aquele menino, pra você ver ó, eu sempre fui

um menino que era preso dentro de casa, preso, sempre tive tudo, graças a Deus, tudo que eu queria meu pai me dava, nunca deixou passar um natal, ou São João, aniversário, sempre, todas as minhas vontades ele fazia, estudava sempre em escola particular, e na escola particular eu via droga lá, só que como eu já era aquele menino curioso, onze anos de idade, com onze anos **(inaudível)** você ver um menino fumar, eu conheci a maconha, fumei, aí comecei a fumar maconha com onze anos [...]**Fonte: Entrevista Pedro.**

Mesmo quando alguma valorização à escola aparece, o valor está restrito ao aspecto conteudista, não alcançando elementos vinculados à formação de valores. A escola aparece no discurso também como um terreno fértil de expressão das desigualdades sociais e de diferenciação. É preciso lembrar que a construção identitária se dá em meio a teias de relação estabelecidas no âmbito coletivo e que a escola é o primeiro grupamento social, além família, de convivência mais intensa.

O que foi...você começa, você começou a usar, não é isso, você começou a usar, suas amizades já não...daí em diante já não presta mais, se ele não usa? Pra que que eu vou querer a amizade dele? Eu vou querer a amizade dele que usa, ele... já tem outra cabeça...eu sou um usuário, ele já tem uma cabeça, já tem uma boca, **(vozes transladas)** abrir uma boca, pra ganhar muito dinheiro, aí amizade....Mas, embora a escola tivesse servido para eu me misturar com o que não presta, invejar o que era dos outros, um tênis melhor do que o meu, um carro de um pai de aluno, ela me ajudou muito. Eu falo bem, sou inteligente. O problema é que eu usei isso para enganar os outros. **Fonte: Entrevista Pedro.**

Parece haver um descompasso entre as experiências vivenciadas pelos sujeitos durante a infância e a adolescência e o discurso escolar. A escola, de acordo com os entrevistados, estava alheia a problemas sociais e morais que perpassavam o mundo dos educandos. O papel da escola, nesse contexto, se restringia a passagem de conteúdos formais pouco significativos para os sujeitos, o que contribuiu para que evadissem do sistema escolar. Nesse aspecto como alerta Freire (1974) é preciso que o sistema escolar transcenda a educação bancária e ofereça uma educação humanista, significativa, comprometida politicamente com os grupamentos dos quais esses sujeitos participam.

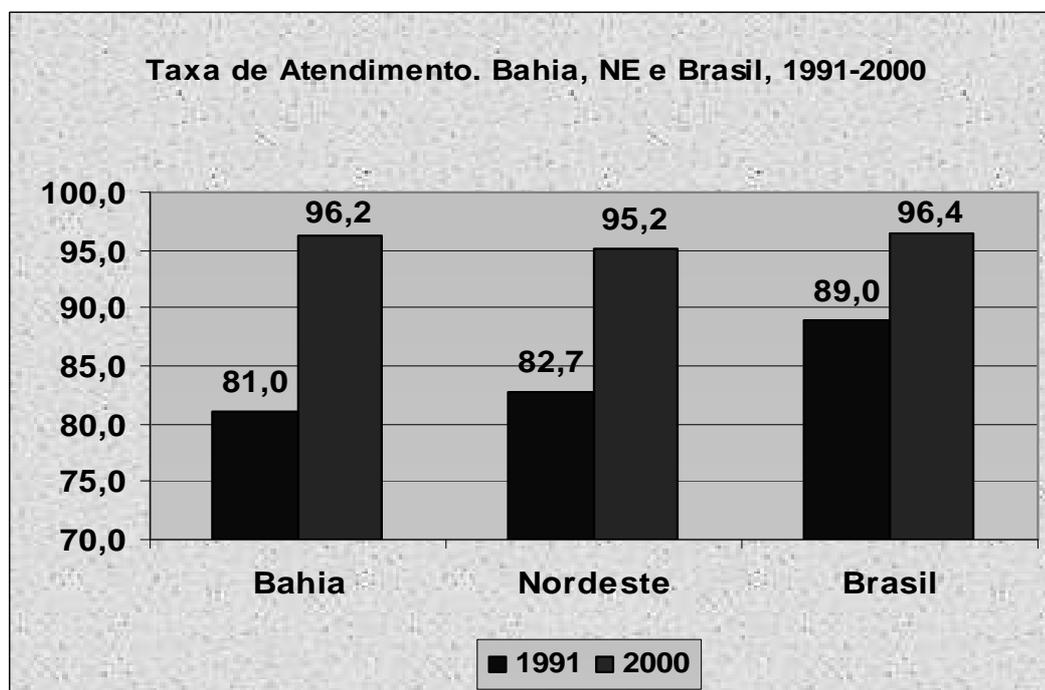
A escola realmente eu nunca ouvi a professora tocar nesse assunto, eu nunca ouvi de ninguém do colégio, nem das professoras, nem daquelas que estavam à frente passar algo concernente a vida do crime, ao que leva o homem a enveredar, a ser preso, nunca, sempre aqueles fatores

(inaudível) que na escola se ensina, mas nunca em relação ao caráter do homem na sociedade, na comunidade, de como o homem deveria proceder, de como o homem deveria ser, o procedimento do homem de uma boa índole, nunca ouvi isso no colégio, eu creio que por mim não ter ouvido...vivido isso, creio que contribuiu para que eu enveredasse, né? Nunca ouvi uma palestra na minha escola sobre drogas, muito pelo contrário, a faculdade que eu aprendi a usar droga, foi lá no bairro mesmo, nasci numa comunidade, me criei numa comunidade violenta, onde a criminalidade predominava, onde todo mundo...eu ia pro campo jogar bola, via as pessoas usando baseado, usando drogas, e pra mim era normal, porque eu via as pessoas fazer, nunca nenhuma professora, um professor chegou pra mim, pra falar algo concernente a droga, a criminalidade. **Fonte: Entrevista Tomé.**

Apesar da taxa de atendimento¹⁷ na Bahia ser maior do que a do Nordeste e próxima a média nacional e estar apresentando, ao longo dos últimos anos um crescimento sensível, é preciso pensar que além da quantidade temos de refletir muito ainda sobre a qualidade da escola a que essas pessoas têm acesso.

¹⁷ Expressa o percentual da população que se encontra matriculada na escola, em determinada idade ou faixa etária. **Fórmula de cálculo:** $TAE = (M / P) * 100$, onde: M = número de alunos matriculadas na escola em determinada idade ou faixa etária; P = população na idade ou faixa etária.

Figura 12 – Taxa de Atendimento. Bahia, NE e Brasil, 1991 - 2000



Fonte: INEP

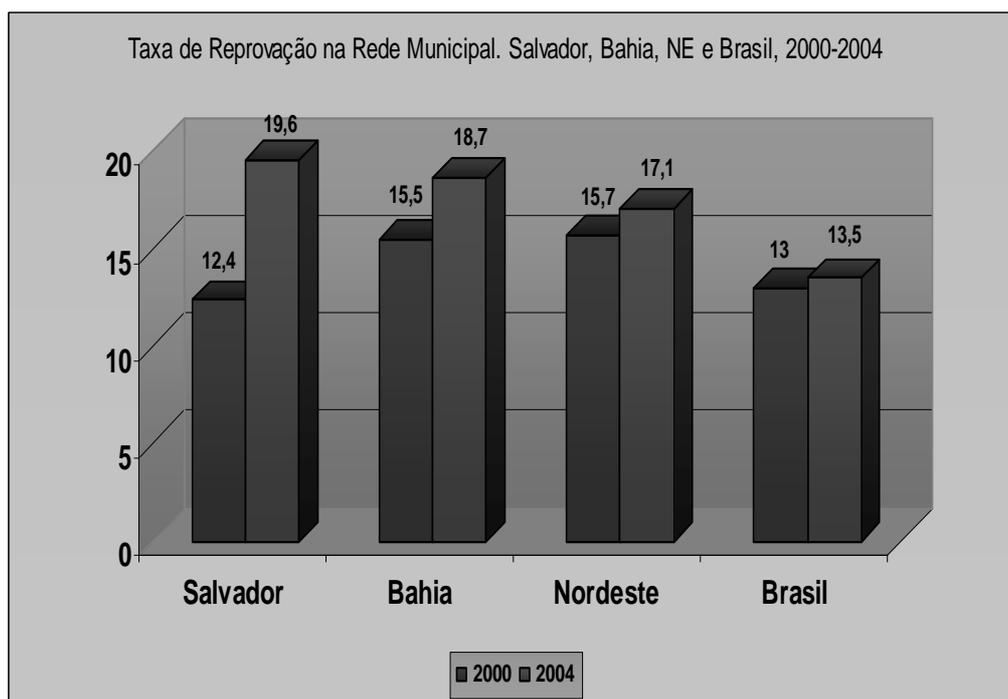
A reprovação e a atitude docente, além do envolvimento com drogas presente em todas as narrativas, também aparecem como fatores de rompimento com o processo de escolarização.

Eu gostava de ir a escola no começo, gostava. Depois foi ficando ruim, as professoras gritavam muito fui reprovado de ano, né? Mas depois que eu me envolvi com o mundo das drogas, eu cheguei a ser preso, perdi o interesse pelo estudo, perdi tudo, porque a droga preenchia todo o meu tempo, né? Todo o meu pensamento era droga, eu sempre estava no meio de pessoas que não estudavam, pessoas que não tinham... então aquilo me levou a abandonar os estudos completamente. Nem acabei o ginásio. Os meninos também me xingavam muito. Porque minha calça tava rasgada, porque meu sapato era ruim, porque minha mãe apanhava. Diziam que eu fedia. Meu apelido era macaco. Nenhum professor fazia nada, aí fui tomando raiva deles tudo. **Fonte: Entrevista Tomé.**

Vale destacar que a reprovação como uma das causas de evasão escolar não se restringe a história de Tomé, mas de muitos outros que tem adentrado o sistema escolar na rede de Salvador. A taxa

de reprovação¹⁸ na rede municipal de Salvador é maior do que a taxa de reprovação da Bahia, do Nordeste e do Brasil.

Figura 13 – Taxa de reprovação na Rede Municipal. Salvador, Bahia, NE e Brasil, 2000-2004



Fonte: INEP

A taxa de abandono¹⁹ no município chega a ser o dobro da taxa nacional.

¹⁸ Expressa a relação entre o total de alunos reprovados e o total de alunos matriculados.

• Fórmula de Cálculo:

$TReprov = (Reprov / M - AF + AD + REC - DES) * 100$, onde:

Reprov = Número de alunos reprovados na série;

M = Matrícula inicial na série;

AF = Afastados por abandono ou transferência na série;

AD = Admitidos por transferência na série;

REC = Reclassificados para a série;

DES = Alunos que saíram da série por reclassificação.

¹⁹ Expressa a relação entre o total de alunos afastados por abandono e o total de alunos matriculados.

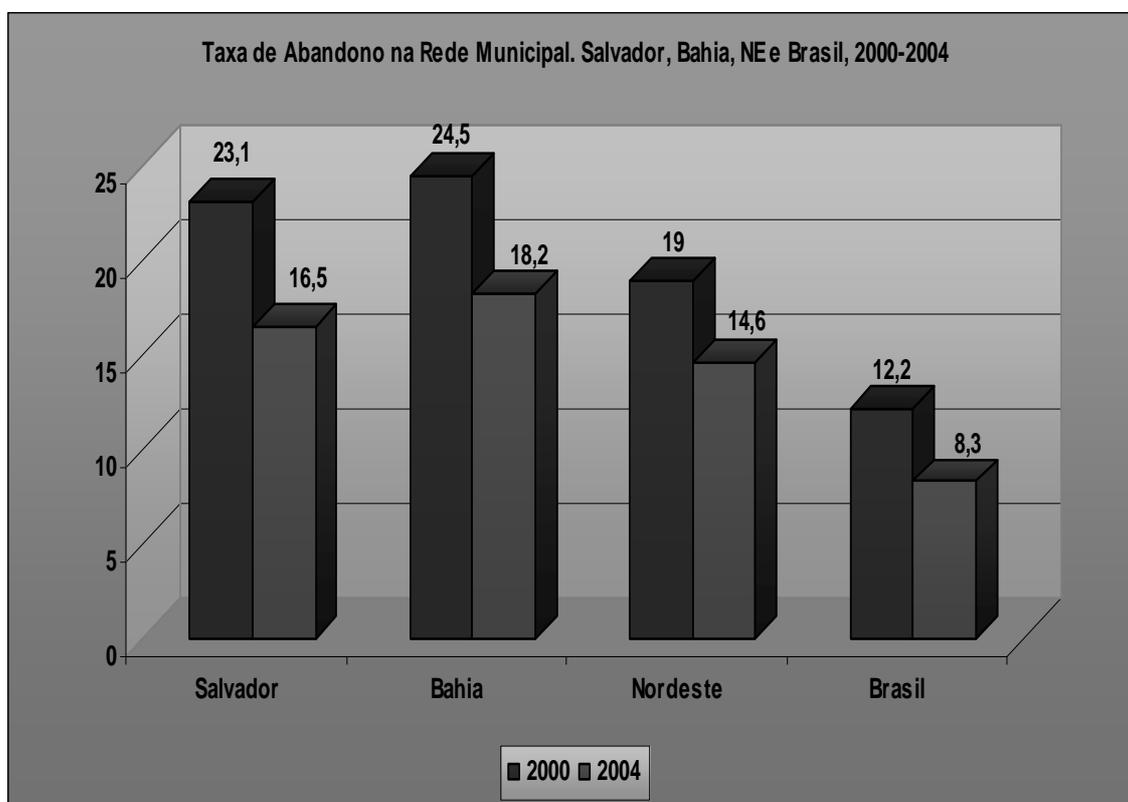
• Fórmula de Cálculo:

$TAfast = 100 - (TApov + TReprov)$, onde:

TApov = Taxa de Aprovação;

TReprov = Taxa de Reprovação.

Figura 14 – Taxa de abandono na Rede Municipal. Salvador, Bahia, NE e Brasil, 2000-2004



Fonte: INEP

Situação quase equivalente em relação à taxa de distorção idade série²⁰, que já reflete a dificuldade de acesso à escola no período previsto por lei.

²⁰ Expressa o percentual de alunos, em cada série, com idade superior à recomendada.

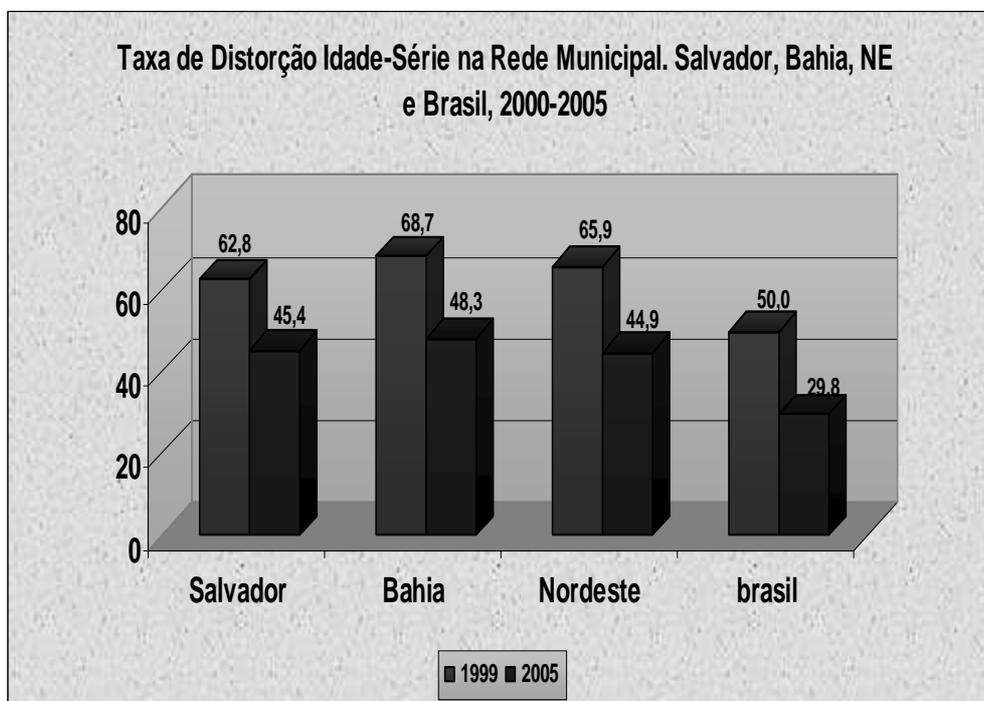
• **Fórmula de Cálculo:**

$TDIS = (Mi_sup / M) * 100$, onde:

Mi_sup = Número de matrículas na idade acima da recomendada para determinado nível de ensino ou série;

M = Número total de matrículas em determinado nível de ensino ou série.

Figura 15 – Taxa de Distorção Idade-Série na Rede Municipal. Salvador, Bahia, NE e Brasil, 2000-2005



Fonte: INEP

Em relação à atitude docente, ao falarmos dos aspectos que influenciaram a construção histórica do trabalho docente, devemos, antes de tudo, considerar que a educação não se constitui num território neutro, estando, portanto, imbuída dos contextos históricos e crenças que permearam o olhar da educação. A própria idéia de professor nasce atrelada à estrutura religiosa, especificamente católica, onde o professor, como nos diz Kreutz (1986), é definido como o “*que professa a fé e fidelidade aos princípios da instituição e se doa sacerdotalmente aos alunos*” (HYPOLITO,1997, p19). Essa crença, profundamente enraizada nas sociedades ocidentais, detêm, ainda, uma grande influência no imaginário de professor.

Dentro de uma perspectiva histórica, veremos que a idéia de sacerdócio se defronta com o processo de profissionalização do corpo docente, iniciado em 1830, com a luta em defesa da adoção de princípios liberais e busca de autonomia. Vale destacar, o paradoxo: à medida que os professores se distanciaram do controle comunitário, avançando na profissionalização, demarcada

pelas regulações do Estado e pelo estabelecimento de salários (comum à outros profissionais), acabaram, paradoxalmente, perdendo grande parte da autonomia e do prestígio social.

A institucionalização da escola e a profissionalização do professor acompanharam o aumento da demanda de educandos, a socialização quantitativa do ensino. Há uma luta constante dos profissionais da educação contra a naturalização do sacerdócio e a idéia de inatismo, ancorada em uma representação social objetivada como uma estrutura de campo social, onde a baixa remuneração e a desqualificação do seu trabalho se justificam. O sacerdócio, contraditoriamente, se apresenta também como um território de “fuga”, onde alguns professores refugiam-se, em busca da pseudo valorização do mestre.

O único sujeito que parece ter estabelecido uma outra relação com a escola, se configurando em um bom aluno, aceito pela comunidade escolar, utilizava o território da escola como prática para pedofilia.

Eu era um dos melhores alunos. Os professores me adoravam. Na nossa cidade eu era um dos melhores alunos, e ainda jogava bola. (pausa). **Fonte: Entrevista José.**

Parece-me que a falta de perspectiva social, balizada pela descrença nos mecanismos de ascensão social por meio do estado, a baixa expectativa dos grupos próximos em relação à trajetória dos sujeitos; as práticas de exclusão presentes em instituições pseudo-receptivas como a escola; concorreram para a entrada e permanência dos adolescentes na criminalidade.

A escola é um espaço de relações humanas, e isso não é mensurável. Ao longo da história a instituição escola transitou entre a identidade de um espaço de adaptação e de transformação, sendo algumas vezes ambos. Não se trata de uma relação linear, a escola é uma esfera de luta interna e externa, onde várias ideologias se defrontam por mais que os interesses dominantes busquem uma uniformidade.

Vale destacar que a formação docente de qualidade, a construção de uma identidade autônoma e o resgate da identidade profissional do professor não bastam para responder a todos os nossos

anseios e problemas, se configurando apenas em uma parte da resposta. A responsabilidade deve ser socializada, porque não é só nossa, mas da sociedade.

Freire (1974) problematiza o papel da educação apontando para um duplo viés: a prática educacional pode ser tanto libertadora, ao gerar um indivíduo crítico que se percebe como sujeito da realidade; como reprodutora e castradora. A experiência para esses sujeitos, infelizmente, esteve mais próximo de um modelo castrador.

4.2.3. Vivendo o crime

Prepare seu coração
 Para as coisas que eu vou contar
 Eu venho lá do sertão
 Eu venho lado sertão e posso não te agradar
 Aprendi a dizer não
 Ver a morte sem chorar
 A morte o destino tudo
 A morte o destino tudo
 Estava fora de lugar

Geraldo Vandré

Ao ver e ouvir suas histórias, invariavelmente, me perguntava como chegamos a esse extremo, como criamos uma sociedade capaz de gerar esse tipo de *estranho*. Como diz Bauman (1998): “Todas as sociedades produzem estranhos. Mas cada espécie de sociedade produz sua própria espécie de estranhos e os produz de sua própria maneira, inimitável” (p.27). Todos os entrevistados começaram a praticar pequenos delitos ou crimes ainda na infância, a potencialização dessas ações se deu, invariavelmente a partir de uma aproximação maior com as drogas. O envolvimento contínuo com as drogas está presente em quatro dos cinco relatos.

Comecei a furtar algumas coisas por pura vaidade, desde pequeno. Sempre fui muito bom em enganar os outros, em contar casos, eu me vestia bem, sempre fui bonitinho, olhos claros, você sabe. Todo mundo sempre gostou de mim. Aos dezessete anos coloquei a primeira tatuagem no meu corpo, uma primeira tatuagem no meu corpo, uma primeira tatuagem no meu corpo, eu já não morava mais com a minha família de vez em quando eu ia visitar a minha família e ali eu já namorava, já tinha envolvimento com jovens que a gente

levava sempre pra grupo, grupo de destruição. Noitadas, sexo, dança, roupas caras. **Fonte: Entrevista Pedro.**

E depois com a idade de treze, catorze anos eu conheci logo as drogas químicas, é o Optalidom, Florinal, o Reativan e a grocornegam, são drogas, comprimidos, antes e conhecer a maconha já também assim que conheci as drogas químicas comecei a me envolver também com a prostituição, já mantendo casos, casos com jovens, que eram de prostíbulos, já praticando a prostituição, hoje tem substitutos do Optalidom, do Florinal, do Florinal, do Reativan e da Grocornegam. **Fonte: Entrevista Caim.**

E com a idade de quinze anos me joguei logo para a sarjeta e comecei a fazer aquelas amizades dentro de Boates dentro da cidade . Comecei a marcar encontros para casos de sexo e para uso de drogas, fim de semana na boate da -- -- que hoje é fechada essa boate, onde nós tínhamos um vínculo de amizade de garotas de programa, casas de massagens para conseguir obter drogas quando nós saíamos à noite pela a vida noturna aos finais de semana na sexta feira a noite nós comprávamos sempre a caixa de Grocornegan para poder tomar as ampolas porque a droga da grocornegan, Cinco ampolas fazia com que nós não tivéssemos sono durante a noite, e se alcoolizasse bastante e a bebida não fazia o efeito, e se usasse de maconha e a maconha não derrubava não deixava com muito sono, porque a maconha traz uma lerdeza no corpo, traz um sono, traz até um apetite desordenado de sexo e também de alimentação, material e nós fomos usando todas essas drogas, eu e meu um primo meu que morreu com vinte e dois anos de idade e alguns colegas em porta de colégio alguns filhos de famílias mais de um nível mais alto outros de família de um nível pobre no caso eu. Envolvido com eles e ali a gente só enxergava isso prostituição, drogas e alcoolismo. **Fonte: Entrevista Caim.**

Pois é. Fui pego por furto. Sabe o que eu roubei? Um tênis, de um menino metidinho no colégio. Ele não gostava de mim, os pais dele acharam um absurdo ter um ladrãozinho na escola. Aí eles me denunciaram. Eu já tinha ficha por que tinha sido pego fumando maconha. Fiz medida sócio-educativa em liberdade. Mas daquela vez meu pai poderia escolher se eu ficaria em liberdade ou não. Foi uma bobagem. Ele pediu para eu ficar 1 mês, para aprender a ser honesto. Imagina, ele achava que alguém aprende algo de bom lá. Eu já tinha uns 17 anos, estava no último ano. Minha vida era enganar os outros. Nessa época, cheguei a vender um programa de computador para um professor, instalar no micro dele. O problema é que o programa não existia. Depois ainda convenci ele a comprar outro para que o primeiro funcionasse melhor (rs). Eu era terrível, vivia na mentira. Minha língua era a língua de Satanás. **Fonte: Entrevista Pedro.**

Outros fatores, no entanto, se articulavam às drogas como potencializadores da violência. O aspecto étnico apareceu com ênfase na narrativa de Tomé. Parece-me que a percepção de uma inferioridade social e tratamento diferenciado com base no fenótipo contribuíram para que Tomé

externalizasse sua raiva e frustração no grupo que considerava responsável por sua exclusão, o grupo com fenótipo branco. A alteridade problemática (MARTINS, 1997), expressa por meio de uma violência extrema, encontrava como justificativa consciente o sentimento de defesa e de vingança contra o preconceito que Tomé acreditava sofrer. A partir desse desenho, Tomé tornava a individualidade da vítima invisível, associando-a, apenas ao grupamento de origem. Interessante observar que ao fazer isso ele impunha também a sua visibilidade ao outro e substituía, a partir do ato de violência, o papel de dominado pelo de dominador.

Por que eu tinha raiva deles, inveja. Por que eu queria que as pessoas me olhassem como olham para eles. Eu achava que ser branco era ser ser o tal. Se eu não tinha o que eles tinham, então ia tirar deles, eles também não iam ter. Meu pai mesmo morreu cedo. Ele era um rasta, naquele tempo em que ser rasta na Bahia era ser bandido. Cansaram de pegar ele no ponto de ônibus, bater. Teve um dia que rasparam a cabeça dele. Minha mãe diz que nunca viu meu pai tão triste quanto naquele dia. Diz que ele chorou. Tem também o jeito que essas meninas branquinha olhavam a gente. Não importava se eram ricas ou pobres. Olhavam diferente, nojenta sabe? Eu pegava muito estudante. A maioria não dava queixa, acho que ficavam com vergonha. Eu batia, humilhava, fazia o que eu queria. Entrava principalmente em estacionamento. Meu prazer era ver elas perderem aquele olhar superior. Eu tinha mulher que nunca ia ter, só daquele jeito. Eu era um instrumento do diabo, minha vida não valia nada, mas nunca matei. Nunca tirei a vida de ninguém graças a Deus. Esse arrependimento eu não tenho. **Fonte: Entrevista Tomé.**

O aspecto étnico aparece ainda nas narrativas de outros sujeitos como na de Pedro, preso por estelionato: “Sempre fui muito bom em enganar os outros, em contar casos, eu me vestia bem, sempre fui bonitinho, olhos claros, você sabe” (Fonte: entrevista Pedro). Para ele, no entanto, o fenótipo se constituía em um valor agregado a sua identidade e a um fortalecimento de sua condição de acreditável (GOFFMAN, 1988). Vale salientar, que tanto para Pedro como para José, preso por pedofilia, o fenótipo branco também potencializava suas chances de cometer crimes com sucesso.

Eu tinha dinheiro. Minha mãe recebia pensão do meu pai e do meu avô. Eu tinha emprego num banco. Um cara normal. Tava fazendo faculdade de Educação Física na XXXXXX, era bom aluno. Eu passei a pagar. Lá em XXXXX tem uma mulher que sempre me arranjava alguma menina. Novinha sabe. Ou menino. Às vezes a própria mãe oferecia. Eu não era de machucar, bater. Só segurava...sempre fui carinhoso. Eu gosto de criança. **Como eu pareço turista era mais fácil.** Vinha sempre alguém me oferecendo. Aí eu dizia que gostava de mais nova, muito mais nova. Às vezes conseguia. Isso não

era direto. Era assim tipo uma vez por mês, às vezes, mais tempo. **Fonte: Entrevista José.**

Depois daquela entrada passei a dar vários golpes. Tinha 18 anos, mas já era encorpado, bonito. Botava um terno e fingia que era do governo, fazendo financiamento de casas. Consegui muito dinheiro assim. Depois passei a falsificar documentos, e depois entrei para uma quadrilha de falsificação de dinheiro. Nunca tolerei a violência, nunca usei arma, nunca matei ninguém, sempre fui contra essas coisas. Foi muito difícil eu aceitar Jesus, porque na minha cabeça primeiro eu não era mal e segundo eu achava que ser evangélico era coisa de pobre. Parece mentira mas eu me achava uma boa pessoa, não me achava um criminoso. **Fonte: Entrevista Pedro.**

O fenótipo branco os auxiliava, inclusive, a obter um tratamento diferenciado por parte de educadores e autoridades.

Assim que eu vi o lugar, sabia que ia ter problemas. Eu era branquinho, arrumado, junto com aqueles meninos tudo sujo, mal educado. Eu não achava que fazia parte daquilo. Para mim aquele não era o meu lugar. Eu tive uma outra educação, e acho que essa arrogância ofendia os meninos. Tive uma ou duas brigas enquanto estive lá. Nada grave. Para mim a internação não foi tão difícil. É que me tornei uma espécie de queridinho das assistentes sociais e educadores. No primeiro dia que cheguei. Eles todos vieram me ver, dizendo: “Olha só que menino lindo, olha os olhos dele”. Perguntavam para mim porque eu estava ali. Eu dizia que tinha furtado um tênis. Eles ficavam logo com pena. Engraçado que lá outros meninos tinham feito coisas menores, sabe roubar fruta e ninguém tinha pena deles. **Fonte: Entrevista Pedro.**

Há, ainda, em relação ao fenótipo e outras características pessoais, uma dimensão que atinge diretamente a auto-imagem desses sujeitos. Pedro não se percebia como um criminoso comum, nem José como extremamente violento – “ [...] Eu não era de machucar, bater. Só segurava...sempre fui carinhoso. Eu gosto de criança. [...]” (Fonte entrevista José) – eles se diferenciavam pela educação, “beleza” e conquistavam um status diferenciado em relação aos outros criminosos. Para José, no entanto, esse tratamento diferenciado só durava até a descoberta do tipo de crime. A pedofilia aparece na narrativa como um dos crimes menos tolerados pela sociedade.

Para você ter uma idéia de como o demônio é ardiloso, eu noivei, casei com uma menina, ela já tinha duas filhas, na época uma tinha 3 e a outra 4. Eu abusei das duas. Depois nos separamos. A essa altura até a minha mãe queria me ver um pouco afastado. Acabei pego lá no bairro de XXXXXXXX com uma

garota de 7 anos. Os policiais chegaram, me bateram muito. Apanhei à noite toda na delegacia. Levei muito chute no saco. Eu entendia a raiva deles. Eu mesmo tinha raiva de mim, logo depois eu já estava arrependido, mas era uma coisa que tomava conta de mim. Minha ex-esposa também me denunciou por abuso e aí foram puxando o fio dos outros. Eu sei que fiquei seis anos ao todo, contando o tempo no dos menores. **Fonte: Entrevista José.**

Ter um emprego também era algo bastante importante do ponto de vista da visualização social. A idéia de que o homem de bem é um homem que produz, a idéia de cidadania agregada ao potencial de consumo.

É, porque até um certo tempo muitas pessoas achavam que eu era muito calminho, muito quietinho porque eu trabalhava, saía de manhã cedo para trabalhar, eles não percebiam o grau de envolvimento que eu estava dentro do tóxico, não é verdade? Eu ía, trabalhava, mas eu saía, entendeu? A noite, na madrugada, não é verdade? E em pouco tempo eu estava realmente envolvido com tóxico, tava realmente envolvido com tóxico, e...aí não, não trabalhava, não queria saber de carteira assinada...eu vivia do...do que eu ganhasse do crime, vivi muito tempo sobre o sustento do crime, até que meu pensamento mudou. **Fonte: Entrevista João.**

Ao passo que para os outros, o fenótipo negro já aumentava a sua probabilidade de insucesso. Há, portanto, um jogo associativo entre fenótipo e criminalidade, com base não mais em critérios pseudo científicos (ROGDRIGUES, 1938) mas em uma herança cultural centrada no racismo e intolerância à diversidade.

O desprestígio social, no discurso dos sujeitos também apareceu vinculado à conduta e à classe social. A consciência da inferioridade valorativa com base nesses critérios foi conhecida desde cedo por essas pessoas, o que os levou a constatação de que nas dinâmicas sociais nem todos têm o mesmo valor. O fato de cometerem crimes e delitos torna essas personagens, aos olhos da lei, impossibilitadas de assumir, por alguma eventualidade, o papel de vítimas. A negação dessa possibilidade transforma esses sujeitos em um grupo de risco em relação à violência social, no qual prováveis agressores gozariam de uma anistia antecipada. A idéia que parece perpassar o imaginário de alguns cidadãos de que a violência contra um bandido não arranha sua imagem de homem de bem. Essa lógica afirma a denúncia de EsESPINHEIRA (2001) de que no grupo geral de pessoas existem linhas divisórias relativas ao valor humano de cada um, inclusive a negação absoluta da humanidade de alguns, a percepção de alguns seres humanos como lixo.

Foi horrível. Foi aí que eu vi o que era um inferno, eu cheguei no fundo do poço. Morria de medo de ser preso. Eu que já tinha feito de tudo, tremia de

medo de reformatório. Dei entrada com 15 anos por assassinato. Eu estava fazendo um programa e o homem começou a me bater. (choro). Até hoje lembro da dor, ele me cortou no rosto com canivete e enfiou na minha (pausa) bunda. Rasgou. Eu consegui me livrar por pouco. Depois fiquei procurando o cara. Quando encontrei dei várias facadas. Eu contei a história toda para o juiz, mas ele não quis saber. Acabei dando entrada por assalto seguido de morte. Mas foi vingança. É que o cara tinha dinheiro, família, era um homem de bem. Fazia as coisas ruins mas só com quem não valia nada, com pobre, então a polícia não quer saber. **Fonte: Entrevista Caim.**

Apesar das diversas motivações apresentadas para entrada no crime e das justificativas explicitadas ao longo das narrativas, nenhum dos sujeitos registrou momentos de alegria ao narrar a etapa de sua vida como criminosos. Os sentimentos apresentados foram sempre de prazer, por vezes de natureza patológica, de medo, de dor, de catarse, de vingança.

Os garotos me batendo porque eu era um bobo, sabe? Bobo de salão, um garoto que era criado dentro de casa e de repente se vê no meio da rua, com os moleques tudo esperto de rua. Não tinha malícia, não tinha malícia nenhuma. Eles faziam o que queriam comigo. E eu fui crescendo e aquilo foi me revoltando muito mais a ponto que mais tarde, entendeu? Eu me tornar uma pessoa agressiva, agressiva por qualquer coisa eu achava que... “Oh! Veio para me bater, veio para me fazer o que não deve comigo” e a auto defesa, aquilo que nós temos dentro, dentro de nós frutificava (**inaudível**) e por aí eu fui, tive várias brigas, várias vezes no meio da rua...tiroteio...porque por baixo eu não queria ficar. **Fonte: Entrevista João.**

Discussões, eles me metiam o revólver, eu metia o revólver também, eles me davam tiro e eu dava tiro neles também, entendeu? E isso aí só agravava a minha situação a polícia sempre me procurando, tava sempre no meu calço e iam na minha casa, minha mãe chorava, entendeu? E pedia a Deus muitas vezes até que me matasse, entendeu? Porque eu era o desgosto dela, o desgosto mesmo, né? E...o tempo se passava, mais de vinte anos nisso. **Fonte: Entrevista João.**

O sentimento de injustiça também estava presente, tendo como origem principalmente a corrupção policial. Por vezes, o tratamento preferencial, com privilégios, destinado aos criminosos mais perigosos e influentes ensina a esses sujeitos que precisam evoluir no mundo do crime, agregar mais poder para obter respeito nesse Estado paralelo.

A gota d'água foi um dia que estava triste, usei muita coisa e minha mulher me expulsou da casa dela no dia do aniversário da minha filha. Aí eu não agüentei.

Saí que nem doido. Perguntei aos caras se eles me arranjavam uma arma para eu fazer um serviço e eu dava metade do dinheiro a eles. Os cara riram, me deram uma arma troncha e eu entrei no primeiro ônibus que vi. Eu tava tão doido que nem conseguia segurar a arma direito, fiquei gritando, babando. Pra o meu azar tinha um policial dentro do ônibus. Ele tentou tomar a arma da minha mão, eu atirei nele, quase matei. Um rapaz tirou a arma da minha mão, que eu já tava doidão e começou a me dar porrada. Juntou um monte de gente que também começaram a me bater. A viatura chegou e ficou assistindo. Só depois que todo mundo me bateu eles me recolheram. Olha como o diabo é, eu que fiz tanta desgraceira acabei sentenciado por uma bobagem. Eu já não apanhava de polícia a muito tempo, já tinha até esquecido. Qualquer pessoa com advogado, ficava um ano. Eu fiquei quase cinco, esquecido, largado naquela podridão. Projeto social também, só tem para quem tem influência. Os piores tão tudo lá estudando, andando no pátio, saindo a hora que quer. Mas é aquilo, pode ser o amor ou a dor que levam a Jesus. No meu caso foi a dor.
Fonte: Entrevista Caim.

Por mais que os processos visem à exclusão, a desumanização, de certos indivíduos, essa “sujeira” é composta por sujeitos, pessoas, que têm histórias, motivações e expectativas em relação a si mesmos e ao mundo que os cerca.

O estranho despedaça a rocha sobre o qual repousa a segurança diária. Ele vem de longe; não partilha as suposições locais – e, desse modo, “torna-se essencialmente o homem que deve colocar em questão quase tudo o que parece ser inquestionável para os membros do grupo abordado”²¹. Ele “tem de” cometer esse ato perigoso e deplorável porque não tem nenhum status dentro do grupo abordado que fizesse o padrão desse grupo parecer-lhe “natural”, e porque, mesmo se tentasse dar o melhor de si, e fosse bem sucedido, para se comportar exteriormente da maneira exigida pelo padrão, o grupo não lhe concederia o crédito da retribuição do seu ponto de vista. (BAUMAN, 1998, p.17)

4.2.4. Lembranças da institucionalização

JOSÉ

E agora, José?
 A festa acabou,

²¹ Ver Alfred Schutz, “The stranger: an essay in social psychology” in *Studies in Social Theory*, v.2, p.95 seg (nota de Bauman)

a luz apagou,
o povo sumiu,
a noite esfriou,
e agora, José?
e agora, Você?
Você que é sem nome,
que zomba dos outros,
Você que faz versos,
que ama, protesta?
e agora, José?

Está sem mulher,
está sem discurso,
está sem carinho,
já não pode beber,
já não pode fumar,
cuspir já não pode,
a noite esfriou,
o dia não veio,
o bonde não veio,
o riso não veio,
não veio a utopia
e tudo acabou
e tudo fugiu
e tudo mofou,
e agora, José? [...]

Com a chave na mão
quer abrir a porta,
não existe porta;
quer morrer no mar,
mas o mar secou; [...]

Se você gritasse,
se você gemesse,
se você tocasse,
a valsa vienense,
se você dormisse,
se você cansasse,
se você morresse...
Mas você não morre,
você é duro, José!

Sozinho no escuro
qual bicho-do-mato,
sem teogonia,
sem parede nua
para se encostar,
sem cavalo preto
que fuja do galope,

você marcha, José!
José, para onde?

Carlos Drummond de Andrade

Como citei, anteriormente, a instituição total se caracteriza pela imposição de uma exclusividade social (restrição do convívio do indivíduo a um determinado grupo), a tentativa de burocratização das relações sociais, com horários fechados e planejamento vertical de atividades, o controle da comunicação, uma vez que a informação é entendida como poder, contribuem e alimentam a fronteira, onde "cada grupamento tende a conceber o outro através de esteriótipos limitados e hostis" (GOFFMAN, 2001, p.19), acirrando o processo de *alteridade problemático*. No discurso dos ex-detentos, no entanto, somado a essas características, estão o medo, a desesperança e a certeza de que nenhum comportamento, compatível ou não com a instituição se refletirá, necessariamente, em um tratamento mais humano. Há, obviamente, uma série de regras a incorporar para se viver em uma instituição total, mas no caso das penitenciárias e das instituições destinadas aos adolescentes autores de infração, elas não estão escritas em nenhum lugar, não são decorrentes da legislação, não expressam o projeto moderno que transforma penitenciárias em locais de moldar condutas. Parece-me que a fôrma não está nas mãos do Estado, que as regras, bem como o processo de formatação da subjetividade, estão, em grande parte, nas mãos da população carcerária, nos julgamentos individuais de policiais e internos. Há acordos internos de convivência, naturalmente, mas são firmados com base no poder, na influência de alguns atores e não na coletividade. A hierarquia nos presídios é presente e intensa.

Porque lá dentro rola muita brutalidade, só rola maldade não tem assim, alguma coisa (**vozes transladas**) que a gente venha a se espelhar pra gente ter uma... mudar de vida. Dentro das penitenciárias só rola o que? Morte, rola muita morte é... qualquer besteira já é motivo de a pessoa é... tá apanhando, essas coisas assim. É porque na verdade você tá num lugar que não é um lugar pra reformulação de vida na verdade, ali você tá ali porque você tem que cumprir sua sentença, você fez alguma coisa então você tem que tá naquele lugar ali pagando pelo o que você fez né? E nem todo mundo que tá ali tem um objetivo ainda que você entre ali, que você tenha feito um homicídio, um assalto e você... porque nem todo mundo que vive nessa vida muita das vezes o cara... é uma cilada, ele fuma mas ele não é ladrão, ele não é traficante, ele de repente ta num ponto de droga e a policia deu aquele baque, e você vai cumprir uma pena por uma coisa que você não tem nada a ver então você já vai entrar num lugar, muitas vezes você é um usuário mas não é um cara psicopata, não é um cara ladrão, não é um assassino, entendeu? E você vai se encontra no meio de

peessoas assim naquele estado ali então ali você entra com a cabeça assim: não, aqui eu vou mudar, isso sirva de lição para mim, mas se já tem aquele colega lá na sua cela, que diz assim: quando eu sair daqui... vou formar uma quadrilha.

Fonte: Entrevista Tomé.

Aquilo, minha filha, é um inferno. Mas foi também a minha libertação. Se não fosse a dor em não iria ter encontrado a salvação. Fui preso por tráfico. Me pegaram com uns bagulhos e acabei cumprindo cana sozinho. Não tinha advogado, não tinha visita, minha família toda desgarrada, minha mãe doente. Foi ali que fui sentir o peso. Não era arrependimento não. Era raiva. Eu me sentia injustiçado. Tinha raiva de todo mundo. Comer aquela comida, pegar coceira. Nas primeiras semanas a gente não dorme. Você tem medo de dormir e não acordar. Eu era peixe pequeno, tinha que obedecer os chefes. Ser saco de pancada, esparro. Os maiorais vivia igual rei na cadeia, eu queria ser como eles.

Fonte: Entrevista João.

Sobre muitos aspectos, esse contexto de violência atrelado à convivência próxima entre os internos, potencializa e aumenta o intercâmbio de informações sobre a prática de crimes e acordos sobre trabalhos futuros, como afirma Foucault (2000).

O nível de brutalidade das penitenciárias parecem, infelizmente, muito próximos ao dos internatos, semelhança já apontada por Silva (1997) como um dos principais fatores de permanência no mundo do crime.

A primeira vez que eu fui preso e logo cinqüenta e cinco dia. Antes tinha sido preso por violência. Espanquei uma namorada e o irmão dela. Ela ficou no hospital, eu tinha 15 anos, tava drogado. Ela me irritou, fui parar no lugar para menor. Mas lá ninguém se metia a besta comigo. Várias vezes fui para jaula, uma gaiola que fica no pátio. Eles deixam a gente lá debaixo de sol e chuva, na frente de todo mundo, para humilhar mesmo. **Fonte: Entrevista Tomé.**

Apanhei muito na minha primeira internação, demais. Eu sempre fui assim magrinho, mesmo tendo sido preso por assassinato eles sabiam que eu era garoto de programa. Para apanhar menos eu dava para os caras, e para mim aquilo não era nada. Meu corpo menina, já foi latrina. **Fonte: Entrevista Caim.**

Fui pego várias vezes mas não nunca mais foi da primeira vez, porque de repente a pessoa que tá ligado no mal parece que cria mais perna, cria mais perna, fica mais arisco, sei lá, não sei e dá aquela impressão de que realmente nós estamos tendo uma proteção realmente. A primeira entrada a gente não esquece. Os homem te batem, os moleques mais fortes. Tem também o batismo. É normal forçarem você para ter

relação, graças à Deus, não foi o meu caso, eu entrei velho, com dezesseis já era homem feito. **Fonte: Entrevista João.**

Somado as condições da instituição total, que podem ser fortes instrumentos na desvinculação familiar (GOFFMAN, 2001), está descoberta a explicitação do papel de criminoso ocupado pelo membro familiar. Essa descoberta, principalmente, nas famílias mais abastadas gera um distanciamento.

Aquilo lá é um mundo, sobrevivi porque era esperto. Quando me pegaram eu já era procurado por muita coisa, estelionato, falsificação de dinheiro. Eu sentia nojo de tudo, não conseguia ficar naquele lugar. Tudo fedia e olha que eu fiquei com os grandes, mas não estava acostumado com aquilo. Para piorar, minha mãe e meu pai romperam relações comigo. Não vinha me visitar, meu pai disse que não tinha mais filho. Eu sou filho único, aquilo me doeu muito. Quando você vai para spa (penitenciária) você precisa saber se relacionar. Eu sabia e tinha dinheiro. Então minha cela tinha de tudo. Eu conseguia algumas regalias que os outros não tinham. Mas eu ainda sofria muito. Eu sempre fui insatisfeito, imagina parar na prisão. Eu era orgulhoso também, detestava ter que obedecer a qualquer um, lá eu tinha que ser pianinho. Teve um dia que desacatei um guarda e ele me deu uns socos e urinou em cima de mim. Disse assim: É melhor você se cuidar branquinho, caso contrário, vai ter que beber o mijo do preto. Naquele dia eu comecei a despertar para minha situação. Preso, sem amigos, sem família sendo mijado na cara. Não foi isso que eu tinha pensado para mim. **Fonte: Entrevista Pedro.**

(pausa) Me pegaram em cima de um menino de 4 anos. (choro). Aí tudo terminou. Aí descobriram tudo. Eu já tocava em algumas crianças antes. Meus pais se separaram, minha mãe veio comigo para Salvador, me botou em psicólogo. Passei um tempo preso, mas me tratavam como maluco. Me bateram muito. Foi aí que minha mãe se converteu tentando se livrar daquela maldição. (choro). Aquele lugar é uma maldição, só Jesus, mas aquilo ainda era pouco para o que eu fazia. **Fonte: Entrevista José.**

Já nas famílias de classes populares, a experiência de detenção não chega a afastar os familiares, sobretudo, mães, irmãs e namoradas. É uma solidariedade denotadamente feminina.

A sensação muito ruim, no primeiro dia você acha que só vai ser um dia, depois você vai vendo as coisas se agravando e aí vem a tristeza, você começa achar que vai passar um período maior, eu tava achando naquele momento que eu ia ser morto. É mais difícil a pessoa sair porque já vai designado um tempo da sua estadia ali, Não é? Então muitos momentos de...de...realmente de tristeza, começava a falar, não tava bem quando minha mãe vinha me visitar, eu não...as vezes era ignorante, é cobrando dela aquilo que eu tinha cometido, eu sei que é uma sensação muito ruim, muito ruim mesmo. A sensação era de que eu ia sair

dali...pior ainda quando se tinha uma perspectiva, Quinta feira por exemplo, você vai sair, e quando chegava Quinta feira, que você estava esperando a semana toda por aquele dia, e quando chegava a notícia, que não dava, porque ficaria para outra semana e aí a desilusão era maior, e assim que eu me lembro, a um dos piores momentos quem tem era no dia da visita, quando as pessoas chegam pra conversar contigo, passam ali aquele determinado horário, vai saindo de uma por uma e você já tá trancafiado, né? E vai todo mundo embora dando tchau e você sabendo que vai permanecer ali, aquilo era um dos piores momentos que eu sentia, e quando ia dormir, me sentia sozinho, e eu até chorava, escondido dos demais, enrolava a cabeça com o lençol e chorava, né? Nos momentos de tristeza. **Fonte: Entrevista Tomé.**

A entrada na instituição total traz à tona sentimentos paradoxais de perda – familiar, moral, de autonomia – e ao mesmo tempo de ganho de status na carreira do crime.

Olha (**neném chorando**) o que a gente pensa é o mundo caiu, fomos descobertos ali todos vão saber, aqueles que nos conhece, aquele que também não nos conhece e é como se fosse assim uma...um segredo muito íntimo descoberto, dali para frente teremos que contornar aquilo, saber como fazer para contornar, né? Para aqueles que querem sair mas para aqueles que já estão lá dentro daquela opção às vezes não dão muita importância, não ligam muito e o inimigo eles nos leva a um ponto que nós achamos que aquilo é bom, que é bom fazer aquilo, que ali vamos criar, que nós vamos ser mais respeitados ainda, entendeu? Que nós vamos alcançar um outro degrau, entendeu? **Fonte: Entrevista João.**

E de repente é o que nós queremos, entendeu? E na verdade se fossemos...tivéssemos consciência do que estávamos fazendo, não é esse pensamento, nosso pensamento seria outro, diferente, mas o inimigo de nossas almas ele põe isso em nosso coração, em nosso pensar, entendeu? É como se tivéssemos ali concorrendo a um grande prêmio. Isso é muito marcante e os outros também vão crescendo, vão ouvindo, entendeu? Eles vão também se entusiasmando pelo que nós estamos fazendo com essa falsa ilusão. **Fonte: Entrevista João.**

A inserção nessa atmosfera de medo e de desconfiança se torna o divisor de águas, uma espécie de teste para qualificação no mundo do crime.

A primeira vez que não deu certo, eu tinha 16 anos, né? Já vinha fazendo já mil tempos atrás e ninguém descobria, né? Fui pego pela primeira vez aos 16 anos, já fazia desde os 13. Não preso...a primeira vez foi rápido, eu fiquei no hotel 6 meses por roubo, depois em liberdade só que eu não parei mais entendeu?

Parece que aquilo para mim foi, foi como se tivesse...”Agora todo mundo já sabe”. **Fonte: Entrevista João.**

Quando nós queremos sim, coisas boas, quando nós queremos o que é bom, mas quando não queremos não, aquilo para nós é como se nós fossemos muito esperto, viu... “Sou muito esperto, viu”, agora provei do bom e do ruim e voltei. **Fonte: Entrevista João.**

No entanto, graças a conversão esses sujeitos conseguem identificar um propósito nessa experiência, compreendida também como oportunidade para o encontro com Cristo.

Muitos presos costumam dizer o seguinte: “Nós dormimos com um olho fechado e outro aberto, né?” E as vezes dorme com os olhos abertos, porque na mesma hora que tá a paz na mesma hora vem a guerra é coisa de minuto, de segundo, é como um relâmpago, entendeu? De repente acontece, a gente não sabendo por qual motivo a briga; as vezes briga terrível, fatal. De tudo isso o Senhor me livrou, ele manteve comigo ali: “ A promessa que eu te fiz tá aí” e nós fomos passando os anos e vendo ali, né? Na rua, na liberdade os colegas que com Jesus Cristo, eles não queriam, não aceitavam e ... morreram, entendeu? Uns por bala, outros na faca. **Fonte: Entrevista João.**

Por meio da conversão eles encontram, ainda, uma justificativa para além da opção individual para a prática de crimes, a influência e a ação do Diabo, também chamado de outro ou Satanás.

[...]porque o Diabo ele coloca isso na mente do homem para poder tentar destruir a vida do homem e quando eu digo irmãos que era tudo mentira do diabo, é porque a palavra de Deus diz no livro de João 8 versículo 14: vós tendes por pai ao Diabo. Por isso mesmo que eu ouvia o que ele mandava eu fazer, porque eu tinha casta de Demônios e cada um demônio atuava na minha cabeça. **Fonte: Entrevista Caim.**

A descrença no potencial ressocializador do sistema penitenciário é unânime entre os entrevistados.

Eu creio que o sistema penitenciário não restaura ninguém, não recupera ninguém, em vez do governo ficar gastando com o sistema penitenciário, detenções, presídios, isso tudo aí, eles deveriam formar institutos nas

instituições para realmente reeducar o detento a ser restaurado na sociedade e principalmente não com psicólogo porque isso não liberta nem restaura a vida de ninguém ,mas com o evangelho, o evangelho é que tem restaurado a minha vida, não psicólogo...não sociólogo, mas Jesus. Jesus foi a minha salvação na prisão. **Fonte: Entrevista Pedro.**

O sistema prisional, devido as características do sistema e as narrativas dos indivíduos, parece-me um local que potencializa a possibilidade de conversão. O contexto prisional fragiliza a individualidade e impõe a todos uma convivência nos limites da alteridade problemática o que pode contribuir para o “encontro com Deus”.

4.2.5. Encontro com Deus: rupturas e significados

Eu não quero mais mentir
 Usar espinhos que só causam dor
 Eu não enxergo mais o inferno que me atraiu
 Dos cegos do castelo me despeço e vou
 A pé até encontrar
 Um caminho, o lugar
 Pro que eu sou
 Eu não quero mais dormir
 De olhos abertos me esquento o sol
 Eu não espero que um revólver venha explodir
 Na minha testa se anunciou
 A pé a fé devagar
 Foge o destino do azar
 Que restou
 E se você puder me olhar...
Composição: Nando Reis

De acordo com a doutrina da Assembléia de Deus a conversão passa pela adoção do modelo de personalidade e comportamento do próprio Cristo (STADTLER, 2002. In: Revista de Estudos da Religião, 2002). Nesse sentido, não se trata de um momento de ruptura total, mas de um processo que culmina com o Batismo no Espírito Santo.

Foi longa, demorou muito tempo. A gente não se converte de uma hora para outra. Demora. Teve um período da pena que eu andei muito deprimido, triste. Só queria dormir, não tinha ânimo nenhum. Foi nessa hora, eu derrotado, no

chão que aceitei Jesus, passei a ouvir as missionárias. **Fonte: Entrevista Tomé.**

Ao mapear a trajetória de conversão dos sujeitos identifiquei as seguintes etapas específicas do processo: 1 – o arrependimento e a esperança de mudança por meio da aceitação de Jesus; 2 – o processo de auto-disciplina para viver em Cristo; 3 – o estudo da palavra e a prática da oração; 4 – o batismo no Espírito Santo; 5 – a afirmação do compromisso com Cristo a partir da permanência de uma conduta individual fiel a palavra. Importante destacar que essas etapas não obedecem uma ordem específica e muitas vezes ocorrem de forma simultânea. Essa sistematização tem um objetivo didático, tratando-se, portanto, de uma tentativa de simplificação de um processo complexo.

A primeira etapa se caracteriza pelo arrependimento, que me parece ter dois disparadores fundamentais: a desconstrução dos preconceitos em relação à conversão e a experiência de uma situação limite do processo de alteridade problemático, de um sofrimento extremo, que coloque em cheque a sua própria força individual e auto-suficiência.

A percepção em geral dos detentos sobre a conversão se aproxima muito da compreensão marxista da religião como fraqueza individual como diz Bauman (1998, p.209), ao citar a frase de Leszek Kolakowski, - *Deus, ou a insuficiência da auto-suficiência*.

Nos presídios, nos presídios nós encontramos cultos grandiosos, dentro dos presídios existem irmão pregando a palavra...[...] Eu nunca quis, dentro do presídio eu nunca quis saber disso, até se falasse isso para mim eu me sentia ofendido porque...porque quando nós estamos é...é...como é...misturado, entendeu? Dentro do crime nós não queremos saber de Jesus, certo? Qualquer pessoa que vem e fala de Jesus, nós pensamos o seguinte: “Se nós aceitarmos, nós somos covardes, entendeu? Somos covardes. Essa aí é o que o inimigo põe na nossa cabeça, entendeu? Aceitar isso aí é covardia “vocês são homens, vocês são banidos da sociedade, entende? Isso aí é uma coisa que dizem, isso é coisa de Mariquinha.” **Fonte: Entrevista João.**

É preciso, portanto, que essa auto-suficiência seja testada em uma situação limite, no qual o outro esteja fragilizado o suficiente para confrontar-se com sua consciência e colocar em cheque suas verdades anteriores.

Muito tempo. Eu sofria muito. Fiquei em cela especial para proteção, depois com os estupradores. Mas eu não era igual a eles, eu não fazia por ruindade. Aquilo tudo foi me deprimindo. Tentei me matar. Acho que esse foi o divisor de águas. Foi aí que eu comecei a nascer de novo. **Fonte: Entrevista José.**

Eu aceitei Jesus em um dia que a privada da cela entupiu, um dos presos me forçou por traz e encostou a minha cabeça na merda. Foi ali, com o rosto coberto de merda, que não tinha água para lavar, ainda com dor, que no dia seguinte eu aceitei Jesus. No dia que eu me batizei eu senti que estava sendo lavado de todo mal e a partir daquele dia, eu sabia que nunca mais voltaria a ser o mesmo homem. Entreguei minha vida a Jesus. (choro) **Fonte: Entrevista Caim.**

Sobretudo, nesse momento, o trabalho das missionárias torna-se fundamental e encontra respaldo na experiência individual.

Minha conversão foi graças aos trabalhos das missionárias. Minha mãe também nunca desistiu, sempre presente, orando. As irmãs achavam que eu era bom, no fundo elas acreditam que todos podem entrar no caminho de Jesus e esse amor faz muita diferença. Você vê aquelas mulheres entrarem na cela, ficar cercada por um monte de homem forte, com pensamento ruim, e elas entram, olham no olho, não têm medo. Aí você fica pensando: Como elas têm tanta coragem? Por que nem eu assusto elas? Que Deus é esse que dá tanta paz, tanta certeza. Aí é que eu acho que a gente começa a querer, aí a gente começa a abrir o coração para Jesus. **Fonte: Entrevista Caim.**

Não foi isso que eu tinha pensado para mim. Mas isso ainda não era arrependimento. Aquelas mulheres (missionárias) vinham toda semana, conversavam com todos, cantavam. E eu achava aquilo uma palhaçada. Muita coisa teve de acontecer até eu me converter. Tive que chegar no fundo do poço. Fiquei doente na prisão, peguei uma gastrite, tive hemorragia, quase morri e nesse momento as únicas pessoas que estavam ao meu lado eram as irmãs. Elas foram abrindo o meu coração, vencendo o meu orgulho. Foi aí que eu comecei a me converter, a mudar. Para a pessoa se libertar é preciso que a pessoa venha buscar (**inaudível**), é preciso que a pessoa venha a ter o verdadeiro arrependimento, entendeu? porque tem a emoção e tem o arrependimento, o arrependimento é quando a pessoa resolve mesmo...decidir largar aquela vida, entendeu? No dia em que aceitei Jesus eu chorei à noite toda, pedindo perdão por tudo, naquele momento eu renasci. **Fonte: Entrevista Pedro.**

A percepção de um propósito divino a partir do arrependimento e da ação das missionárias faz com que justificativas para o sofrimento sejam criadas como a compreensão das agruras passadas como um caminho construído por Cristo para condução à salvação.

Quando na cidade de ---- minha mãe quis me levar para igreja mas eu não queria nada com Jesus, eu não queria nada com Deus, porque eu já tinha casta de Demônios, já tinha envolvimento com pessoas dentro de um terreiro de Candomblé onde foi feito pacto com o Diabo dentro do terreiro de Candomblé e eu já tinha aquela missão com o mundo, uma missão de destruição, a palavra do Senhor diz que missão do diabo é roubar matar e destruir,mas Deus esse veio para dar vida e vida em abundancia. O senhor castigou-me muito, mas não me entregou a morte. Louvado seja Deus. **Fonte: Entrevista Caim.**

Você aceita a Jesus Cristo ele te põe totalmente contrário aquilo que você fazia, você passa a ter nojo daquilo que você fazia, e você fica pensando assim: “Meu Deus do céu, porque que eu fiz esse troço? Eu não devia Ter feito isso” Jesus Cristo é isso, ele te dá nojo das coisas, entendeu? Eu tenho um nojo, entendeu? Eu olho e digo; “meu Deus do céu! Aquele homem tá ali, fazendo aquela movimentação ali, espalhando tóxico, quantas pessoas ele tá desgraçando a vida, entendeu? Tá acabando com a vida das pessoas, tá desorganizando famílias a pegar a raiz, porque a raiz são os nenês que vão sentir isso (**Inaudível**). Eu fui traficante...mas foi o que me levou a Cristo. **Fonte: Entrevista João.**

A aceitação de Jesus marca o início de um longo processo de conversão. Para os fiéis, um processo de renascimento, que traz implicações diretas a percepção identitária individual e grupal e ao tipo de conduta estabelecida a partir de então.

Melhor lembrança da minha vida? (**pausa**) Acho que a melhor lembrança foi a do dia em que eu aceitei Jesus. (**risos**) Melhor lembrança, melhor lembrança foi aquele Domingo que eu aceitei a Jesus, eu disse: “por aqui eu parei, não quero mais saber de nada, eu quero uma nova vida, eu quero família, eu quero filho” e Deus me deu, o filho que eu já tinha ele me deu dobrado, deu dobrado, me deu um emprego é...graças a Deus, pouquinho, pouquinho, ganho pouquinho, entendeu? Mas dá pra mim comer meu feijão com arroz, eu na minha mocidade eu perdi tudo, né? Eu queria muita coisa e acabei não tendo nada, hoje em dia o Senhor me dá com limite porque se o Senhor tivesse me dado muito dinheiro eu na época, naquela época não saberia o que fazer, não tinha cabeça, não tenho cabeça, dinheiro sinceramente não tenho... **Fonte: Entrevista João.**

Isso desencadeia a segunda etapa do processo que trata especificamente da auto-disciplina para viver em Cristo. Não basta dizer, é preciso vivenciar a palavra. A aceitação de Cristo incide diretamente no tratamento dado ao detento, inclusive no âmbito institucional, mas é preciso vigiar, pois um determinado tipo de conduta não é cobrado apenas do grupo evangélico mas de toda comunidade. Ser cristão é, acima de tudo, viver em Cristo.

Os que aceitam lá dentro? Os que aceitam do...do presídio ele são automaticamente separados. Há uma cela especial para os crentes, entendeu? Em todos os presídios e também isso aí é lei, não é? Eles ficam separados, certo? Eles não...não ficam no convívio, né? Eles têm a sua cela especial, porém todo aquela que vai pra aquela cela são chamados de frouxo, covardes como eu já falei, Mariquinhas, bibas e outras coisas mais, né? Essa é a concepção (**inaudível**) essa é a concepção que o inimigo põe na nossa cabeça, entendeu? Mas não é nada disso, não é nada disso, certo? **Fonte: Entrevista João.**

Nesse sentido, o estudo da palavra e a prática da oração se transformam em instrumento de fortalecimento da conduta individual compatível com os desígnios da Bíblia. É preciso, portanto, ler, orar e acreditar de fora incondicional.

Começou muito antes de eu entrar... enveredar no mundo da droga, quando eu falei que eu era uma pessoa normal, o meu padrasto bebia, chegava em casa às vezes bêbado, eu garoto lembro que a minha vó me mandava ler o Salmo cinquenta e um, vinte e três e o noventa e um, e eu garoto lia isso com toda convicção que Deus, quando ele chegasse, ia tomar conta, ele ia chegar calmo, não ia brigar, porque ele chegava bagunçando tudo. Só que não funcionava e aquilo me deixou com raiva de crente. Só fui ler a Bíblia outra vez na prisão. Eu tomei interesse, começava a ler a Bíblia espontaneamente por mim mesmo comecei, só que aquilo me levou a ter um interesse maior e até mesmo na prisão eu lia a Bíblia, o que me levou a acreditar no senhor Jesus, a crer e reconhecer que sem ele nada poderia fazer, e que minha vida toda, eu estava naquele momento ali, naquela situação pela minha própria, pelo meu próprio procedimento, por tudo aquilo que eu havia feito, ter me envolvido foi o que me levou a estar ali e sabia, através da palavra de Deus, da Bíblia que, a solução e a libertação, não só daquela prisão, mas da prisão da alma estaria aqui na Bíblia. **Fonte: Entrevista Pedro.**

O batismo no Espírito Santo é compreendido, segundo a doutrina, como uma obra distinta e à parte da regeneração, embora complementar. No mesmo dia em que Jesus ressuscitou, ele assoprou sobre seus discípulos e disse: “Recebei o Espírito Santo” (Jo 20.22), indicando a regeneração e uma nova vida como presente, estendendo, inclusive, parte de seu poder aos batizados.

Há, portanto, na experiência de Batismo a experimentação da plenitude do Espírito. Nesse momento, podem ocorrer inúmeras manifestações como o falar línguas estranhas, em uma espécie de transe, como o sinal inicial do batismo no Espírito Santo.

Juntamente com a glória do Espírito Santo, o convertido recebe a responsabilidade do prosélito, podendo utilizar-se de mensagens proféticas e louvores e conseqüentemente ser fortalecido em uma maior busca da retidão moral.

Entre os pré-requisitos para o batismo estão: aceitação de Jesus Cristo como Senhor e Salvador, o que implica em submeter a Deus a vontade individual; abandono de tudo o que ofende a Deus, ou seja, conduta individual compatível com os desígnios da Bíblia e desejo verdadeiro de ser batizado.

Importante salientar, que o batismo no Espírito Santo não garante a fidelidade à doutrina, somente a fé e a disciplina individual podem garantir a permanência do espírito na vida de cada membro. Vale lembrar que o batismo no Espírito Santo ocorre apenas uma vez, se configurando em um importante rito de passagem, chamado por alguns fiéis de libertação.

Eu sou o mais rico do mundo e não tenho condições de comprar um carrinho velho para mim (**risos**). Hoje em dia eu fico feliz. Hoje em dia eu deito a hora que eu quero, durmo a hora que quero, levanto vou no portão, vou aonde eu quero, vou para o meu trabalho, volto, vou para minha igreja é uma total liberdade, coisa que eu não conseguiria fazer, não conseguiria fazer, quantas vezes eu deitava no travesseiro, no travesseiro e acordava sobressaltado, entendeu? Pensando mil coisas; “Tão invadindo a casa...arma!” eu ficava, eu não tinha sossego, não tinha sossego. Jesus é tranqüilidade, é tranqüilidade, até aqueles que estão presos estão soltos (**inaudível**) por todas as prisões, todo o mundo quem está preso está solto...porque com Jesus é liberdade total, é liberdade, muitos não têm condições de ir e vir, mas o seu espírito está solto,

está voando como um passarinho com certeza, com certeza. **Fonte: Entrevista João.**

A palavra do Senhor nos diz o seguinte: “Conhecereis a verdade e a verdade vós libertará.” O espírito Santo de Deus é quem convence o homem, muitas das vezes nós pensamos assim: “Ah! Aquela pessoa mudou aquela pessoa”, entendeu? Ninguém muda ninguém, mas o espírito de Deus muda o homem, né? E quando o espírito de Deus começa a trabalhar nós começamos a ter certeza que **(inaudível)** estamos indo, nós vamos cair no lodo do pantanal, não é verdade? O espírito trabalha na cabeça e diz: “Não, não vai por aí, se você for por aí vai se dar mal.” É o espírito santo de Deus trabalhando. E convence o homem do pecado, você vai fumar, por que... que você vai fumar? Pra que você vai fumar? Você vai beber, **(inaudível)** Por que você vai fazer isso? Você vai roubar, pra que? **(inaudível)** Isso você está tendo um problema com Deus, porque Deus vai te cobrar isso, não faça...São os maiores policiais da face da terra, a policia de Deus, a policia mais honesta que nós podemos ter na face da terra é Deus, seu filho e o espírito Santo, a polícia que vem de cima, né? Por isso tem muitas pessoas que: “Ah! A polícia não presta, a polícia não vale nada, a polícia é isso, a polícia é aquilo, a policia é aquilo outro”, a polícia não é nada disso, a policia é uma organização do Senhor, entendeu? Ele é o policial do mundo todo, não é?...Se nós tivéssemos é um pouquinho de raciocínio na hora de fazermos qualquer tipo de crime a tendência seria não fazer, não fazer porque **(inaudível)** Hoje deu tudo certo(inaudível) amanhã dá tudo certo, mas depois pode não dar. **Fonte: Entrevista João.**

A afirmação cotidiana do compromisso com Cristo a partir da permanência de uma conduta individual fiel a palavra é, dessa forma, central. E essa disciplina, obviamente, fortalece os laços com a comunidade e concede ao cristão detento a concretização da graça também por meio das redes de solidariedade evangélicas.

Tudo Patrícia. Mudou tudo. Fui transferido para cela dos cristãos, passei a me sentir livre, mesmo ali dentro do presídio. Para você ter uma idéia comecei até a estudar com o pessoal dos missionários (rs). As irmãs conseguiram um advogado para revisar meu caso. Nem precisava ficar preso por tanto tempo. É que eu tava abandonado. Uma nova vida se abriu para mim. **Fonte: Entrevista Caim.**

Graças a Deus que...é um apelo que eu faço a todas as pessoas que deixem a vida que vivem, aceite a Jesus porque muitas das vezes nós achamos: “ Ah não !, Jesus Cristo está em todos os lugares e eu posso estar fazendo isto, fazendo aquilo, ou aquilo outro que Deus está comigo,” mas não está. Deus está sim em todos os lugares, mas olhando, mas nos defendendo ele não está, porque o Senhor ele é dono da palavra, da verdade e só mesmo estando dentro da palavra é que pode haver proteção. Na verdade agradeço a Jesus Cristo, né? E dou este

meu testemunho em todos os lugares que vou a respeito de Jesus Cristo, a nossa intenção é de ganhar almas, muitas almas para Jesus, por isso estou falando a verdade, esta é a verdade, né? E se...se houvesse tempo (**inaudível**) de repente eu iria até 24 horas, 48 horas contando quantas coisas Jesus já fez na minha vida, além de largar de fumar, de beber, além de largar tóxico. **Fonte: Entrevista João.**

A conversão agrega, ainda, a possibilidade do indivíduo lidar com seus pecados anteriores, partilhando a responsabilidade com a ação de demônios. A conversão se reverteria não só em um ganho funcional, mas agregaria ao indivíduo a possibilidade de convivência consigo mesmo. A religião poderia ser, nessa perspectiva, um espelho pelo qual o *outro* é capaz de encarar-se acima do estigma e dos estereótipos e de vislumbrar perspectivas.

Eu sempre soube que era diferente, desde pequeno. Eu me masturbava sempre. Adorava ficar espiando as minhas tias darem banho nos meus primos, bebês ainda. Gostava de sentir aquele cheirinho. Eu sempre trocava a frauda das minhas primas, minhas tias me achavam um garoto ótimo. Eu gostava de enfiar a pontinha do dedo mindinho na vagina e no ânus delas. Gostava de chupar quando dava. E eu só tinha 13 anos. Gostava de sentir aquela pele rosinha, aquele cheiro de talco. Eles são bem molhadinhos por dentro. Você já viu como os bebês sugam bem? Já viu eles sugando? O movimento da boquinha. (pausa). Oh senhor me ajude. **Fonte: Entrevista José.**

O amor incondicional de Deus torna-se, um importante sustento da fé. A certeza de que apesar de tudo o sujeito merece e será amado.

No livro de Isaias quarenta e nove versículo quinze, a Bíblia diz: Pode uma mulher esquecer-se tanto de seu filho que cria, que se não compadece dele, ao filho de seu ventre? Mas ainda que esta se esquecesse, eu todavia, me não esquecerei de ti. Aleluias! Louvado seja Deus! **Fonte: Entrevista Pedro.**

Uma aceitação não só de Deus, mas da nova comunidade, que retroalimenta a identidade individual.

En primer término, la atención se centra en la identidad individual o colectiva, que depende siempre de la otra, relacional. La literatura etnológica, en su diversidad, lo demuestra con creces: la identidad es producto de incesantes negociaciones. Eso, por otra parte, lo sabemos por experiencia directa: cambiamos, evolucionamos, a veces nos enriquecemos y, en cualquier caso, nos transformamos mediante el contacto con los demás. De ahí deriva la preocupación, común a todas las culturas del mundo, por encuadrar ritualmente, lo más posible, las ocasiones más explícitas de contacto entre unas y otras. La identidad fosilizada, estereotipada, no es más que la soledad y, por el contrario, cuanto menos solo estoy, más existo. (Marc Augé - fonte oral)²²

4.2.6. Reinserção: o difícil recomeço

Tarefa

Morder o fruto amargo e não cuspir
 mas avisar aos outros quanto é amargo,
 cumprir o trato injusto e não falhar
 mas avisar aos outros quanto é injusto,
 sofrer o esquema falso e não ceder,
 mas avisar aos outros quanto é falso;
 dizer também que são coisas mutáveis...
 E quando em muitos a noção pulsar
 — do amargo e injusto e falso por mudar — então confiar à gente exausta o
 plano
 de um mundo novo e muito mais humano.

Geir Campos²³

²² Este texto es un fragmento de la conferencia "Cultura y alienación" que Marc Augé pronunció recientemente en la Universidad de Perugia.

²³ **Geir Campos (1924- 1999)**. Nasceu em São José do Calçado (ES). Formou-se em Direção Teatral, mestre e doutor em Comunicação Social pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), da qual foi professor. Sempre engajado nas lutas de seu tempo, foi um dos fundadores do Sindicato dos Escritores do Rio de Janeiro e da Associação Brasileira de Tradutores, hoje Sindicato Nacional dos Tradutores, de que foi presidente. Jornalista, colaborou no "Diário Carioca", "Correio da Manhã", "Última Hora", "O Estado", "Diário de Notícias" e outros. Começou a escrever, em 1940, contos e poemas originais ou traduzidos, que foram publicados na imprensa. Em 1950, seu primeiro livro de poesias, "Rosa dos Rumos", foi publicado. Depois vieram "Da profissão do poeta", Canto claro & poemas anteriores", "Operário do canto", "Cantigas de acordar mulher", "Metanáutica" e "Canto de Peixe". Sua poesia, de forma cuidadosamente elaborada, manifesta grande esperança no surgimento de um mundo de amor, compreensão e solidariedade.

O processo de reinserção social é um momento de teste da fé e da disciplina do ex-detento. Na prisão, de alguma maneira, a própria separação de celas para evangélicos já caracteriza um ambiente controlado em relação às tentações cotidianas. A saída da penitenciária expõe o convertido não apenas a relações mais complexas como aos preconceitos intra e extra comunidade evangélica e às dificuldades de sobrevivência por meios honestos.

Olha foi uma benção, uma emoção muito grande. Meus pais estavam lá, graças as missionárias que foram procurar por eles em casa. Elas me reaproximaram da minha família. Graças a elas eles me receberam em casa. Hoje tenho uma vida simples, mas confortável. Sou casado, trabalho em missões em outros países. Cheguei a ficar 1 ano nos Estados Unidos, hoje ganho almas para o senhor. E Deus tem me abençoado muito. Meu maior desafio quando eu saí não foram as dificuldades, que eu tive muito apoio. Fui eu mesmo. Tive que me esforçar para me manter fiel. Porque lá dentro é uma coisa, aqui fora outra.

Fonte: Entrevista Pedro.

Para lá eu não voltei. Para lá nunca mais, graças a Deus eu nunca mais voltei, depois eu estive por algumas pequenas delegacias do -----, certo? Mas para lá eu nunca mais voltei; e até que aquilo se apagou da minha vida como... como uma palavra errada que se escreve e que de repente se passa... Uma borracha por cima, entendeu? O Senhor passou uma borracha por cima disso tudo e graças a Deus eu nunca mais voltei, nunca mais quis saber nada disso, entendeu? E o Senhor me deu um outro nome, me deu uma outra consideração, me deu um outro respeito, me deu novos amigos. Depois do que eu fiz, e do que me aconteceu só esquecendo ou fingindo que esqueceu. **Fonte: Entrevista João.**

Há, ainda, a tentação promovida pelo orgulho e pela respeitabilidade nos grupos anteriores de convivência. Ao sair do presídio na posição de convertido, o ex-detento não rompe, em todos os círculos sociais, com o estigma de ex-criminoso, que o coloca em uma situação de desacreditado (GOFFMAN, 1988). Por outro lado, no círculo social vinculado ao crime, ser ex-detento tem um caráter valorativo, o que implica em uma forte tentação de retorno à prática de crimes e a reincidência.

É, eu não sei diferente assim para uma regeneração, para uma modificação, mas sai diferente a ponto de achar que eu tinha passado cinquenta e cinco dias preso, então a minha moral naquele meio criminoso iria aumentar, porque uma pessoa quando é presa e vive no mundo do crime que ela é presa e é liberta em vez de ela procurar ir se regenerar, ela procura status... Ganhar currículo, fama,

isso mesmo. Então isso quando eu saí de lá saí tendo que me cuidar para não me sentir o super homem... A rapaziada me convidava para fazer assalto e eu escapando. Tentando continuar na linha. Não teve jeito, eu tive que sair de Salvador para continuar firme na palavra. **Fonte: Entrevista Tomé.**

Nesse momento, a força do grupamento evangélico, a importância da vinculação a um ministério torna-se central. Sentir-se parte da comunidade e aceito no grupo evangélico pode fazer toda a diferença no processo de reinserção social (BAUMAN, 2003).

Depois acabei cedendo e me convertendo no presídio. Mas depois que saí fiquei ainda perdido. Eu quero conhecer uma igreja a qual eu fique...me sinta de repente feliz, à vontade.” E ela: “Por que você não vai para minha igreja lá”, eu digo: “Não eu vou em todas as igrejas, mas eu quero chegar, eu quero dar uma olhada em nas igrejas”. E aí passei a conhecer várias denominações visitando, olhando e tal, mas naquela igreja Assembléia de Deus, ali na igreja que a minha mãe por nome já conhecia e ali, ela já tinha deixado ali toda a sua vestimenta de umbanda, tinha quebrado ali toda sua (**inaudível**)...suas devoções tinha mandado para aquela igreja para quebrar, eu digo: “É aqui que eu vou ficar, é ali que eu vou ficar, é nessa igreja que eu vou servir ao senhor.” Entrei, quando foi na hora do apelo...eu...eu queria mesmo aceitar e quando perguntaram que queria aceitar a Jesus, eu digo: “Eu mesmo”. Aí eu fui lá na frente, aceitei a Jesus, isso foi no ano de 1996, aceitei a Jesus e sirvo ao Senhor até hoje, já estamos entrando para 2004. E graças a Deus, graças a Deus eu tenho encontrado a felicidade, já pertencendo a um ministério (**inaudível**). Graças a Deus foi a oportunidade que o Senhor me deu para viver porque a vida que eu levei eu sinceramente não chegaria aos 20 anos, não chegaria aos 20 anos mesmo. Hoje eu estou com quase 42 anos, né? Muito tempo para um ex-bandido. **Fonte: Entrevista João.**

Foi assim que eu saí, quando cheguei neste lugar, que conheci a palavra de Deus, que vi realmente o propósito divino para minha vida, que Deus criou o homem para um projeto, para uma proposta eterna, foi assim que eu descobri que eu tinha valor e que aquela vida que eu vivia não era vida. **Fonte: Entrevista Tomé.**

Essa comunidade, no entanto, não é homoganeamente receptiva. As comunidades evangélicas, em parte, também comungam valores sociais mais amplos, que nesse caso, podem se traduzir em uma ameaça a confiança grupal no indivíduo ex-detento.

Olha, tem todo tipo de gente. Tem irmão mesmo que não confia em ex-detento. Eu andava muito os caras que faziam perversidades. Mas Deus é tão poderoso

que apesar das ameaças eu ainda estou vivo. Tive de sair de Salvador, hoje trabalho em uma das igrejas, dou testemunho para um mundarel de gente. Ainda não casei, mas Deus está preparando uma noiva para mim. Quando venho a Salvador tem que ser assim, ficar sempre perto de módulo policial. Posso morrer a qualquer momento, mas agora eu estou salvo. **Fonte: Entrevista Caim.**

Superar esse estigma e conviver com o preconceito permanecendo fiel à palavra de Deus é um desafio possível, somente, se a disciplina individual e a reafirmação da fé, por meio da oração e do estudo individual estiverem presentes no cotidiano social mais amplo. A própria expectativa do preconceito pode levar o indivíduo a ter dificuldade de expandir suas relações sociais, um característica típica, segundo Goffman (1988) de indivíduos portadores de um determinado estigma.

Você não tem medo? Tem irmão que tem medo, não fica comigo sozinho. Não se preocupe não, que hoje eu sou um homem mudado. Hoje vivo na igreja, sigo a bíblia, me arrependo muito de tudo o que eu fiz. Hoje eu só agradeço e peço perdão a Deus. Hoje eu entendo esse homem que me perseguiu. Hoje eu tenho uma filha. (emocionado)
Fonte: Entrevista Tomé.

É preciso, portanto, ter um propósito existencial que concretize a experiência da fé, desse modo, é bastante compreensível que esses indivíduos expressem um proselitismo mais agressivo ou se envolvam em trabalhos no campo das missões. Essas práticas não só servem como instrumentos disciplinadores da conduta como resgatam a auto-estima desses indivíduos, tornando-se, também um importante instrumento de compensação pelos crimes, anteriormente, cometidos.

Os meus ex-amigos, é a maior parte deles todos tiveram um fim trágico, a maior parte deles todos já faleceram lamentavelmente de mortes terríveis, ficaram alguns, muito poucos, muito poucos ele...alguns aceitaram a Jesus, né? Outros ainda caminham pelo lado do mal e eles mesmos eles falam, dão testemunho, né? Com a sua própria boca, eles dizem: “Puxa! É legal mesmo” eles dizem: “puxa! isso aqui foi bom, eu também queria ser assim, eu queria deixar isso, deixar aquilo, né? Eu não tenho força para deixar. Você vai lá para igreja? Ora lá por mim, reza lá por mim para que eu deixe disso, porque eu tenho certeza que é bom mesmo. Nós estamos aqui vendo tua vida como mudou, né? Outros nem acreditam, botam a mão na cabeça; “Rapaz como é que pode, você rapaz... Não é possível rapaz, como é que pode você deixar, você era bagunceiro rapaz, você puxa vida, e hoje em dia você é um camarada que não faz mais isso, não faz mais aquilo, não faz mais aquilo outro” eu sempre falo com eles, ainda Sábado agora, Sexta feira eu tive com um, né? Ele falou comigo: “puxa rapaz!

Eu também queria ser assim, eu estou fazendo menos, eu estou bebendo menos, a minha esposa é de uma outra igreja, né? Mas eu não consigo parar, mas eu fico feliz de saber que você já está a bastante tempo que você abraçou a palavra de Deus, eu fico feliz com isso, né?” Eu digo: “As portas estão abertas, continuam ainda abertas, a hora que vocês quiserem pode dar uma chegadinha lá mas tenham certeza que estaremos orando por vocês, né? Meu pensamento não fica longe de vocês, não, tão sempre acompanhando vocês pedindo a Deus para que vocês o reconheçam como todo poderoso, como o Salvador de almas, né? Que venha para Jesus, não deixamos de pregar a palavra não, estamos sempre pregando a palavra de dia, de noite, de manhã, de tarde, toda hora estamos pregando, toda hora. **Engraçado, a bandidagem acredita na minha conversão, acredita no poder de Deus, mesmo sem seguir, as pessoas de bem é que é mais difícil.** Fonte: Entrevista João.

Hoje eu tenho essa casa de recuperação, recebo ex-criminosos, converso com eles. Entendo porque passei por isso tudo, só o senhor mesmo. Hoje dou até entrevista. Querem saber da minha história. Hoje só há graça. **Fonte: Entrevista Tomé.**

Nem sempre a conduta disciplinada com o decorrer dos anos acontece de fora espontânea. Para alguns, no entanto, manter-se fiel pode ser um exercício contínuo de vigília e auto-controle.

Eu passei a participar dos cultos lá no presídio. A irmã xxxxxx me deu uma bíblia. Eu passei a ler sempre que me sentia triste ou pensava besteira. Patrícia, há cinco anos em saí do presídio. Não tinha amigos, que pedófilo não tem amigos, ninguém da minha família queria ter contato comigo. Só a minha mãe me via de vez em quando. Não tinha nenhuma possibilidade de arranjar emprego, fui viver em um abrigo da igreja. A irmã xxxxx sempre vinha me visitar. Orava por mim. Tive dificuldade até de encontrar uma igreja que me aceitasse. E ainda assim, eu não fiz nada de errado. Por que Deus está comigo. Eu sinto vontade, eu rezo, é uma luta diária. Agora mesmo estou pensando em me internar. Eu quero me internar. Eu estou salvo, quero permanecer salvo. Meu corpo não pecou mais. Às vezes gostaria de morrer logo, eu sei que está errado pensar assim, mas e se eu não agüentar? (choro) Jesus me dê força. Obrigada. **Fonte: Entrevista José.**

Hoje, Caim Abel, tímido mas convicto de sua fé, trabalha prestando serviços gerais de limpeza e de manutenção em uma igreja no interior do estado. Está pensando em voltar a estudar.

João, talvez um dos narradores mais prolixos, animado, hoje trabalha em uma fábrica, cujo dono é evangélico, e a cada semestre atua em missões em presídios de outros estados. É provável que, em breve, se torne pastor.

Pedro, que é bom em convencer pessoas e está sempre sorrindo, se tornou pastor e hoje evangeliza outros. Na sua igreja, sempre há espaço para doação para os presídios.

Tomé, com uma necessidade ímpar de concretizar idéias e muita energia, hoje trabalha em uma casa de recuperação de drogados no interior do estado. Olha sempre no olho e vem olhando por muitos.

José está sempre mexendo com mãos, inquieto, ansioso, com medo de algo que está além do outro, dentro de si mesmo. José resolveu se internar por livre e espontânea vontade em uma instituição psiquiátrica. Acredita que ainda não está pronto para viver em sociedade. Seu objetivo não é a reinserção, mas a permanência de uma conduta não criminosa. Para ele tem sido difícil, mas está tentando.

Eu só queria dizer uma coisa, eu sou um vitorioso. Eu saí da lama e hoje sou um ser novo. Jesus me libertou e só tenho agora que perseverar e estou perseverando. Até agora estou vencendo o inimigo. **Fonte: Entrevista José.**

Acredito que seja preciso não fechar os olhos para esses caminhos e para esses sujeitos.

Eu que agradeço a oportunidade, pena não conseguir dizer mais. Eu queria te agradecer por ter me ouvido e pela forma como você me olhou. Obrigada por me olhar como gente, que Deus lhe acompanhe. **Fonte: Entrevista José.**

CONCLUSÕES

Este estudo buscou identificar os desafios encontrados e as estratégias de superação dos mecanismos institucionais e da própria *fronteira* (MARTINS, 1996) através das percepções *identitárias* que emergiram ao longo das trajetórias de ex-internos de instituições de privação de liberdade que encontraram como caminho de reinserção social a conversão evangélica. Considerei neste trabalho também as falas dos missionários que atuam dentro das instituições, que me ajudaram a compreender melhor a rede evangélica e os trabalhos desenvolvidos no processo.

As interações estabelecidas com esses sujeitos neste trabalho buscaram responder às seguintes questões:

- Que percepções identitárias individuais emergem ao longo da trajetória desses sujeitos? Como se vêem?
- Quais os principais desafios encontrados ao longo de sua trajetória?
- Como percebem o processo de institucionalização e as estratégias reeducacionais utilizadas nas unidades penais?
- Que valores e circunstâncias são agregados a partir da adesão religiosa que funcionam como importantes instrumentos no processo de reinserção social e de reelaboração *identitária*?

- Que papel os missionários ocupam nesse processo?

Em relação à primeira questão é importante destacar que ao tratar das percepções identitárias de ex-internos de *instituições totais*, que encontraram como forma de reinserção a conversão evangélica, tentei detectar os estigmas agregados aos diferentes papéis sociais que emergem ao longo da trajetória desses sujeitos e que vão moldando suas percepções identitárias. Apareceram em destaque, desse modo, a visualização social do menor infrator, criminoso, criminoso convertido e ex-detento, facetas que acompanharam os sujeitos e se tornaram elementos axiais na construção de suas trajetórias objetivas e subjetivas.

Todas essas facetas estão perpassadas por estigmas, ou seja, por uma “degenerescência”, que pressupõe que o sujeito portador deve ser diferenciado, por conseqüência, por vezes, evitado. Trata-se de uma diferenciação pejorativa, que interfere no alinhamento grupal e na identidade individual. A consciência dessa tensão, presente, em grande parte, nos estigmatizados, gera um clima angustiante para identidade individual, se estabelecendo como um instrumento limitante no convívio social mais amplo.

Apesar da tentativa, alimentada pelo imaginário social, de inferir uma homogeneidade coletivizante à identidade de ex-detentos, esses sujeitos se diferenciam pelas experiências, percepções, anseios e perspectivas, apresentando, portanto, singularidades individuais em relação às suas percepções identitárias. A partir das percepções analisadas por meio das narrativas individuais, é possível afirmar que as percepções identitárias dos sujeitos estão balizadas: pelo nível sócio-econômico, pelo nível de escolarização, pelo fenótipo, pelo tipo de crime cometido, pelas justificativas individuais construídas para prática de crimes e pelo olhar dos que os cercam. Desse modo, o fato de compartilharem, em determinado momento de suas trajetórias, o mesmo estigma e papel social – o de menor infrator, de detento, de ex-detento, de convertido – não gera, necessariamente, o compartilhamento de uma mesma auto-imagem. Assim, o papel de criminoso ou de ex-detento como elemento componente da identidade não se sobrepõe, necessariamente, a outras diferenciações individuais.

As diferenças em relação à auto percepção identitária detectada nas narrativas reforça a crença de que as identidades, embora mutantes, se desenvolvem em meio às teias sociais estabelecidas entre o nós e os outros. A visão do outro em diálogo com a percepção individual do sujeito sobre esse olhar pode alimentar e potencializar a construção de uma determinada identidade.

A incorporação de estigmas como parte componente da identidade individual, nas trajetórias analisadas, não se inicia, necessariamente, com a publicização do ato criminoso. Para os sujeitos oriundos de segmentos sociais desfavorecidos a estigmatização antecede essa fronteira. A visualização dos sujeitos que compõe os segmentos socialmente excluídos como potenciais agressores reforçaria a estigmatização, a baixa perspectiva de mobilidade social e o território de *fronteira* entre grupos com origens culturais diferenciadas, tornando-os marginalizados, antes de marginais.

Como afirmei anteriormente, o respeito às normas legais passa também por um sentimento mínimo de pertencimento do indivíduo a sociedade que as formula. O tratamento diferenciado, discriminatório, de indivíduos culturalmente apontados como perigosos tende a alimentar o processo de alteridade problemático. O receio em relação aos mecanismos coercitivos está centrado na idéia de que a transgressão implica em alguma perda individual, o que só se concretiza como mecanismo inibidor em indivíduos que acreditem que têm algo a perder.

Por meio das narrativas, foi possível, ainda, reforçar a hipótese de que, mais do que a situação sócio-econômica, é o que deriva, não necessariamente apenas dessa condição – por vezes, estigmas, marginalização, discriminação, percepção identitária individual excludente, baixa expectativa dos grupos de pertencimento em relação à trajetória social desses indivíduos, ausência de acompanhamento familiar, baixa escolarização, descrença nos mecanismos estatais, exploração e violência - que pode assumir um papel preponderante no envolvimento do adolescente com o crime.

Há, ainda, em relação ao fenótipo, natureza do crime e outras características diferenciadoras, uma dimensão que atinge diretamente a auto-imagem desses sujeitos e o tratamento que recebem, promovendo hierarquias dentro de grupos estigmatizados, no caso o de detentos e o de ex-

detentos. Há, portanto, gradações em relação à imputação de estigmas. Esse esquema hierárquico possibilita exclusões e preconceitos mesmo no interior de grupamentos altamente estigmatizados, o que dificulta o estabelecimento de laços de solidariedade entre os detentos e o sentimento de pertencimento a um grupo social mais amplo.

Parece-me que a percepção de uma inferioridade social e um tratamento discriminatório, mesmo entre sujeitos que compartilham o papel social de criminoso, contribui, também, para um sentimento maior de rejeição que potencializa a raiva e a frustração, acirrando o processo de alteridade problemática (MARTINS, 1997). Esse sentimento de rejeição mais profunda é encontrado, sobretudo, nos indivíduos que ao longo da vida sofreram preconceitos oriundos não apenas de seus atos, mas de sua condição social ou fenotípica (cor de pele, aparência etc...). Esses sentimentos são expressos por meio de uma violência extrema, que encontra como justificativa consciente o sentimento de defesa e de vingança contra os grupos que consideram responsáveis. A individualidade da vítima torna-se, desse modo, invisível, fundida ao grupamento de origem. O ataque, nesse contexto, se transforma também em uma forma de impor a sua visibilidade ao outro, permitindo ao sujeito substituir, a partir do ato de violência, o papel de dominado pelo de dominador.

Em relação aos indivíduos oriundos de classes sociais favorecidas, portadores de características sociais, culturais e fenotípicas valorativas, a estigmatização ocorre no momento de publicização do crime, no qual a identidade visível aos grupamentos coletivos próximos é desconstruída. Há, portanto, uma ruptura com as informações identitárias até então expressadas no convívio coletivo, o que gera, nos grupos nos quais o indivíduo transita, uma maior dificuldade de formulação de sistemas explicativos. Uma espécie de luto, marcado por uma maior decepção, já que esses grupamentos guardavam expectativas positivas em relação às trajetórias sociais desses sujeitos. Na auto-visualização identitária, no entanto, foi possível perceber que embora esses indivíduos não expressassem publicamente ações inadequadas o sentimento de inadequação social estava presente desde a segunda infância, sendo processado, alimentado por valores deturpados, silenciosamente crescendo dentro do sujeito. Esses indivíduos, portanto, realizaram em parte da vida uma cisão entre a identidade visualizada e a identidade real, ou seja, simularam e alimentaram a construção de uma falsa identidade pública de forma consciente, o que, em certa

medida, colaborou para a manutenção da identidade real em segredo. O interessante é que ao se defrontarem com a identidade real agregam a ela os aspectos identitários valorativos presentes na identidade pública.

Parece-me que é no papel de convertido que essas desigualdades identitárias são atenuadas e por meio da afirmação de uma pseudo condição e igualdade, a condição de irmãos e de filhos de Deus. Por meio desse novo status o indivíduo tem a oportunidade de se visualizar não mais como algoz/vítima, mas como pessoa passível de ser amada, acolhida, parte de um movimento que está além dele, objeto do amor incondicional de Deus. A condição de filho de Deus concede a esses sujeitos a possibilidade de renascerem em uma nova identidade moldada nos desígnios da Bíblia. O perdão de Deus implica na visualização do passado como etapa necessária a construção dessa nova vida, o que permite que esses indivíduos consigam se perdoar pelo que viveram e fizeram.

Quanto à segunda questão - Quais os principais desafios encontrados ao longo de sua trajetória? – é preciso considerar que o ex-detento que deseja romper com sua trajetória de delinquência e resgatar o *eu* a partir de uma nova postura a ser agregada à identidade individual se depara com alguns desafios. No que diz respeito às interações sociais, destacarei quatro.

O primeiro diz respeito à desvinculação com a *instituição total*, seus mecanismos coletivizantes e a dinâmica construída na interação com os sujeitos que a compõe. O segundo se refere aos processos estigmatizadores, dispostos nas relações sociais mais amplas, e a todo conflito e sofrimento decorrente deles. O terceiro toca à ruptura com seu grupo criminoso de origem, que implica em abrir mão da dimensão valorativa do *estigma* na relação com esse segmento. O quarto implica na contradição existente entre os novos aspectos agregados à identidade e a visualização do *outro*, ou seja, da condição de *desacreditado* ou de *desacreditável*.

A superação de todos esses desafios parece encontrar amparo no seio da comunidade evangélica, não só do ponto de vista operacional, por meio das redes de solidariedade na reinserção social, mas, principalmente, do ponto de vista individual, emocional. O indivíduo sair da instituição total é imediatamente absorvido em um grupo fechado, que caracteriza as instituições evangélicas. A certeza da intervenção divina em suas vidas, para além dos ganhos concretos que a conversão

possa trazer, concede a esses indivíduos uma força para se manterem fiéis a uma conduta moral rígida, independente das tensões e privações que possam vir a passar, além de garantir uma imagem mais acreditável nas relações sociais mais amplas. Importante destacar, que no discurso dos ex-detentos, a experiência de privação de liberdade na adolescência ou na maioridade em nada contribuiu para superação desses desafios, se constituindo, inclusive, em mais um obstáculo no processo de ressocialização.

Os entrevistados, tanto missionários como ex-detentos, percebem o processo de institucionalização e as estratégias reeducacionais utilizadas nas unidades penais como elementos que colaboram para a manutenção do sujeito no mundo do crime. Essas instituições, pseudo ressocializadoras, instituições que ganham no discurso moderno a função de alterar condutas, superando a função meramente punitiva, na prática, se constituem em estufas de privação da humanidade, de potencialização do processo de alteridade problemático.

São lugares nos quais o medo, a desesperança e a certeza de que nenhum comportamento, compatível ou não com a instituição se refletirá, necessariamente, em um tratamento mais humano, trazem à tona o lado mais sombrio de cada um. Há uma série de regras a incorporar para se viver em uma instituição total que dizem respeito ao seu currículo oculto, que não estão dispostas em nenhuma lei, em nenhum regimento interno. Essas regras são orientadas não pelo Estado mas pela população carcerária, nos julgamentos individuais de policiais e internos, firmadas com base no poder, na influência de alguns atores e não na coletividade.

São instituições nas quais há uma inconcretude da autonomia institucional e privatização das regras, o que potencializa o arbitrário da administração, abuso de poder e a corrupção em todas as suas formas. As penitenciárias contemporâneas, pelos efeitos institucionais para o *eu* ou pela dificuldade de administração, têm se apresentado como um fértil terreno para a delinquência e os processos de alteridade problemáticos. A transformação do em criminoso ocorre, portanto, com a cumplicidade da instituição que se propõe a reeducá-lo. A experiência de cárcere rompe a última linha, crença no sistema social mais amplo, potencializando o sentimento de injustiça, de ausência de regras e de inadequação social. Na prisão o prisioneiro encontra justificativas sólidas

para sua raiva. No cárcere, o indivíduo tem clareza do seu desvalor e essa constatação o impede de reconhecer o valor do outro.

O sistema prisional, devido as características do sistema e as narrativas dos indivíduos, paradoxalmente, acaba potencializando a possibilidade de conversão. O contexto prisional fragiliza a individualidade e impõe a todos uma convivência nos limites da alteridade problemática o que pode contribuir, na maioria dos casos, para um processo de desumanização, mas que, por outro lado, pode possibilitar um “encontro com Deus”.

Como afirmei, é no espaço do cárcere, e digo cárcere porque é do que se trata, que os detentos rompem com os frágeis vínculos que mantinham com a sociedade e suas regras, que cortam o último laço. E é exatamente essa ruptura que faz com que qualquer processo educativo proposto inicie-se não no ato de troca ou de aprendizado, mas na sensibilização. Trata-se, portanto, como discuti ao longo do trabalho de fazer com que o *outro* fique sensível à intervenção educativa. O que é sempre um exercício, um esforço em compreender o compreender do *outro*, que implica em defrontar-se com nossas próprias impressões e interpretações acerca do *outro* e, por conseguinte, com nossos fantasmas. Acredito que, talvez, essa seja uma das principais diferenças entre o trabalho de educadores que atuam em escolas da rede regular de ensino e os que exercem um trabalho educativo em instituições de privação de liberdade: *a quebra de muros*, a superação das percepções e ideologias que tornam todos invisíveis, o esforço de primeiramente tornar-se visível ao *outro*. Esse é, possivelmente, um dos principais valores agregados a partir da ação religiosa que funciona como importante instrumento no processo de reinserção social e de reelaboração *identitária*.

O segundo aspecto resgata a carência de pertença para além dos segmentos criminosos vivenciada pelo detento. O prosélito é um ato coletivo e os processos de conversão também são realizados no grupo e em grupo, o que instaura um pressuposto operacional de igualdade e potencializa os instrumentos de proselitismo sem minar a individualidade já que a mensagem é destinada ao indivíduo: “Deus tem um projeto na vida de cada um de vocês [...] Deus conhece o seu sofrimento e o seu coração [...] Jesus ama a cada um de vocês”. Como destaquei anteriormente, a *mensagem individual dentro de um aparato coletivo parece equilibrar a*

equação entre a perda de parte da liberdade individual em nome de uma vida em grupo, proposta pela modernidade , e a segurança promovida pelo pertencimento a algum grupo. Parece-me que a importância desse equilíbrio se centra na perspectiva de que a perda de certa liberdade individual, uma vez que o sujeito convertido terá uma série de restrições em termos de comportamento (não poderá mais fumar, ingerir bebida alcoólica, participar de festas profanas, ter vida sexual fora do casamento e etc...), não se reverteria apenas em condição para aceitação em um novo grupo, mas em um ganho individual da graça divina, na concretização da graça em sua vida.

A comunidade religiosa evangélica resgata, ainda, uma dimensão de alteridade radical na qual a trajetória individual implica menos sobre a visualização e o julgamento do *outro* do que a sua disposição em modificá-la. A idéia de arrependimento e de redenção, mas, sobretudo, a possibilidade de igualdade, “somos todos filhos de Deus”, nesse percurso, parece funcionar como um resgate do auto-valor, a partir do valor de cada indivíduo perante Deus.

A partir da ótica protestante, sob a ação do Espírito Santo, o indivíduo transforma sua identidade e passa a compartilhar de um universo sagrado grupal, que tem repercussões no seu comportamento nos demais espaços sociais.

As implicações afetivas também não me parecem irrelevantes. Acredito que a substituição da identidade e do papel social de estigmatizado para a de membro da comunidade, *irmão*, também, traga implicações positivas para o processo de retomada do indivíduo. Na reeducação, bem como na educação, o respeito é um pilar central para a prática de qualquer processo significativo.

Também graças a conversão esses sujeitos conseguem identificar um propósito nas experiências de violência que vivenciaram, compreendo-as também como oportunidade para o encontro com Cristo.

Por meio da conversão eles encontram, ainda, uma justificativa para além da opção individual para a prática de crimes, a influência e a ação do Diabo, também chamado de *outro* ou Satanás, de modo que compartilhem as responsabilidades pelos seus atos. Dependendo do tipo de crime

cometido, a partilha dessa responsabilidade pode viabilizar que esses indivíduos possam conviver com seu passado e se perdoar pelo que fizeram.

A adesão religiosa agrega, além disso, do ponto de vista da doutrina: o arrependimento e a esperança de mudança por meio da aceitação de Jesus; um processo de auto-disciplina para viver em Cristo que leva os indivíduos a terem uma postura compatível com as regras sociais; o estudo da palavra e a prática da oração, que dá conforto e força; a crença na presença da ação do Espírito Santo em suas vidas, o que reforça a esperança e mina o sentimento de solidão; a manutenção de uma vida correta como afirmação do compromisso com Cristo a partir da permanência de uma conduta individual fiel a palavra.

O papel que as missionárias ocupam nesse processo, torna-se, portanto, fundamental. O trabalho das missionárias significa para esses sujeitos e para o processo de reinserção social não só um ponto de partida para o encontro com Deus, mas, também, para um encontro com uma nova faceta identitária. A visualização que as *Marias* têm do outro para esses sujeitos inaugura um novo olhar sobre si mesmos.

As missionárias educam pela palavra, pela escuta, pelo acolhimento, pela alta expectativa em relação aos sujeitos e, sobretudo, pelo exemplo. O que transforma o chamado de Deus num marco de ruptura com misérias individuais e baixa auto-estima. A grande diferença entre a ação de educadoras laicas e dos missionários, não me parece estar explicitada apenas na crença da interferência divina, por parte dos missionários. Parece-me, que a grande diferença se situa na dificuldade que educadoras laicas têm em estabelecer um processo de alteridade real com esses sujeitos. Desde quando educar pela palavra, pela escuta, pelo acolhimento, pela alta expectativa em relação aos sujeitos e pelo exemplo são características apenas religiosas? Esses são elementos que deveriam constituir qualquer prática pedagógica significativa. Para educar é preciso ter fé, fé no outro, no processo educativo, na possibilidade de fazer a diferença. Nossos educadores parecem estar perdendo a sua fé, a sua esperança. Não é possível educar quem quer que seja sem esperança. Acredito que a desumanização do prisioneiro é o primeiro desafio a ser vencido no processo de reeducação.

Não se trata de propor uma retomada do sacerdócio, na velha tensão missão versus profissionalização. Trata-se de resgatar a dimensão ética, o comprometimento como parte da esfera profissional do educador. Há muito a se descobrir nos caminhos de retomada dos sujeitos que passaram por instituições de privação de liberdade, a conversão me parece apenas um entre os muitos itinerários que tem imprimido aos indivíduos, em meio a um cenário de reincidência e descrença nos mecanismos ressocializadores institucionais, uma trajetória. Acredito que devemos nos aproximar dessas iniciativas, mapear seus elementos, tentar compreender o que tem feito a diferença.

É preciso, portanto, potencializar essa esperança, que no espaço da profissionalização se traduz em compromisso, ética; fazer nascê-la onde está morta e transformá-la em movimentos concretos, coletivos que pressionem as outras esferas responsáveis pelo problema da segurança pública e da criminalidade, mas que também apresente propostas de responsabilidade da esfera educacional. Acredito que essas ações não devam dizer respeito apenas aos detentos e ex-detentos, mas, sobretudo, que estejam voltadas para o mar de indivíduos que hoje não são criminosos, mas caminham para o limite do processo de alteridade problemático, quer como vítimas ou algozes. Enquanto as discussões sobre a violência e políticas públicas não superarem as amplas manchetes que discutem mecanismos punitivos e a pedagogia sustentar em seus currículos conteúdos distanciados dos desafios que o presente nos impõe; estaremos caminhando para uma sociedade de prisioneiros, quer nas penitenciárias ou nas casas por traz das grades, já que o espelho tem, sempre, mais de uma face.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Fernanda M. B. Gonçalves. **Educação para a marginalidade; a problemática do Sistema de Assistência ao Menor**. 1982. Dissertação (mestrado em Educação). Faculdade de educação da Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- ALVES, Rubem. **O que é religião?** São Paulo: Loyola, 2002.
- AMADO, Jorge. **Capitães da Areia**. 74^a. ed. Rio de Janeiro: Record, 1991.
- AQUILO É UM INFERNO, Folha de São Paulo, 06/10/1999, p. 22.
- ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- AS CIDADES SERÃO ENGOLIDAS PELAS PERIFERIAS - Folha de São Paulo - 16/11/1999 , p.21
- BAUMAN, Zygmunt. **O mal estar na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- _____. Zygmunt. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- _____. Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar: A aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BOTTOMORE, T. B. **Introdução à sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- _____. **Plano Nacional de Desenvolvimento -PND 1986**, Rio de Janeiro: Gráfica da Fundação IBGE.
- _____. *Lei 8.069, de 13 de julho de 1990*. Estatuto da criança e do Adolescente. Brasília, 1990.
- BRITTO, L. **Os crimes e os criminosos na literatura brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1946.
- BRZEZINSKI, Iria (Org.). **LDB Interpretada: diversos olhares se entrecruzam**. São Paulo: Cortez, 1997.

Cadernos do CEAS N. 178 - Novembro/Dezembro 1998 ENTREVISTA Dezesete anos da CJP na Bahia

CAMPOS, Paulo Fernando de Souza Campos. (Doutor em História. Pesquisador Associado do Núcleo Negro da UNESP para Pesquisa e Extensão – NUPE / PROEX / UNESP). **Crimes e criminosos na literatura brasileira: o olhar de Lemos Britto**. Texto originalmente apresentado como comunicação no II Encontro de Professores de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa “Balanços e Perspectivas” realizado pelo Centro de Estudos Portugueses da Universidade de São Paulo – CEP/USP em outubro de 2003.

DEPEN. **Manual de convênios e projetos de reintegração social**. Brasília: Ministério da Justiça, DEPEN, 2005.

_____. **Sistema Penitenciário no Brasil – Dados consolidados**. Brasília: DEPEN, 2006.

_____. **Sistema Penitenciário no Brasil – Diagnóstico e Propostas**. Brasília: DEPEN, 2004.

DUARTE, Ivo Carlos. **O Papel da Religião no Processo de Reintegração do Preso à Sociedade** - Contextualizando A Penitenciária Estadual de Londrina. Londrina – Paraná, 2002. Monografia (Pós-Graduação – especialização em Tratamento Penal e Gestão Prisional) Universidade Federal do Paraná, Londrina.

DUBAR, Claude. **Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos**. *Educ. Soc.*, Abr. 1998, vol.19, no.62, p.13-30.

DURKKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Martin Fontes, 1996.

ESPINHEIRA, Gey. **Sociabilidade e violência na vida cotidiana em Salvador**. BAHIA ANÁLISE & DADOS Salvador - BA SEI v.11 n.1 p.08-16 Junho 2001

FEBEM TEM MAIS 25 GAROTOS MARCADOS PARA MORRER - Folha de São Paulo - 28/10/1999, p. 23

FERREIRA, Carlos Alberto de Mattos. **Ninguém Tolera isso! Mas eles... não nascem infratores**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Autores & Agentes & Associados, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. 23.ed. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. História da Loucura (1961)

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na Civilização**. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1997.

FUNABEM. **FUNABEM ano 20**. Ed: Lidador LTDA, 1984.

GARCIA, Pedro Benjamin. Paradigmas em Crise e a Educação. In: BRANDÃO, Zaia (org). **A Crise dos Paradigmas e a educação**. São Paulo: Cortez, 1994. p. 58 – 66.

GOFFMAN, Erving. **Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

_____. Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. 7.ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

GOLDENBERG, Miriam. **A arte de Pesquisar**. 5.ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2001.

HUMAN RIGHTS WATCH. **O Brasil atrás das grades**. São Paulo: HRW, 1998.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. **Trabalho Docente, Classe Social e Relações de Gênero**. Papirus Editora; 1997.

IBGE. **Censo demográfico 2000: resultados do universo, população residente, por situação do domicílio e sexo, segundo as grandes regiões e as unidades da federação - Brasil - grandes regiões**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 30 jun. 2006.

IPEA/CONANDA. **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil** / Enid Rocha Andrade da Silva (Coord.). Brasília: IPEA/CONANDA, 2004. 416 p.: il.

ISER. **Religiões e Prisões**. Rio de Janeiro: ISER, 2006.

JUNIOR, Policarpo. **Para que serve a justiça**. Veja – Edit. Abril – Edição 1509 - 20/8/97. Juventude (Projeto do Programa ProJovem, 2004)

LA CONFERENCIA "CULTURA Y ALIENACIÓN" pronunció Marc Augé Universidad de Perugia.

LAHIRE, Bernard. **Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável**. São Paulo: Ática, 1997.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986. (Temas Básicos de Educação e Ensino).

MAFESOLI, Michel. **O conhecimento Comum**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MAKARENKO, Anton Semióno Vich. **Poema Pedagógico**. Brasília: Brasiliense, 1985.

MARQUES, Jucinato de Sequeira. **Os Desvalidos: O Caso do Instituto Profissional Masculino (1894 - 1910)** - Uma contribuição à história das Instituições Educacionais na Cidade do Rio de

Janeiro. 1996. ? f. Dissertação (mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Huciteg, 1997.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Bahia, séc. XIX uma província no Império*. Editora Nova Fronteira: RJ, 1992.

MEDINA, Enrique. **As Tumbas**. Trad. Glória Rodriguez. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1974.

MEIHY, J.C.S.B. (Org.) **(Re)introduzindo história oral no Brasil**. Série Eventos, Departamento de História, FFLCH, USP, 1996

MENEZES, Jaci Maria Ferraz de. **Educação e cor-de-pele na Bahia – o acesso a educação de negros e mestiços**. 2002.

MIGLIACCIO, Marcelo. **Prostituição infantil, inocência perdida**. Manchete – Bloch – no. 23118 – 7/9/1996.

MORAIS, Regis de. **O que é violência urbana**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MORE, Thomas. **A utopia**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação Infantil: Fundamentos e Métodos**. São Paulo: Cortez, 2002.

PASSETTI, Edson & CLAUDIA, Marie & IZIQUE, P. & ARRUDA, Rinaldo S. V. & BORN, Tomiko & QUEIROZ, José J. (orgs.). **O mundo do menor infrator**, SP: Ed. Cortez & Autores Associados, 1987.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **Secularização em Max Weber: Da contemporânea serventia de voltarmos a acessar aquele velho sentido**. Revista Brasileira de Ciências Sociais 37 (13): 43-73. 1998.

PRIORE, Mary Del (org.) **História da Criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

QUEIROZ, M. I. P. (1987). **Relatos orais: do "indizível" ao "dizível"**. Ciência e Cultura, 39 (3), 272-286.

RODRIGUES, Nina. **As raças humanas e a responsabilidade Penal no Brasil**. 3ª. edição (1ª. 1894) Porto Alegre: Companhia Editora Nacional – SP- RJ, Recife, Porto Alegre, 1938.

ROUANET, S. P. Iluminismo e contra – iluminismo: Sobre a modernidade e seu projeto **inacabado** (in): Cadernos de pesquisa e Cultura Contemporânea. Salvador: FACOM/UNEB, 1993

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens.**(In): COLEÇÃO Os Pensadores. São Paulo, SP: Nova Cultural,1999.

SILVA. Patrícia Rosa da. **As percepções do outro em instituições correccionais para menores infratores.** Rio de Janeiro – RJ, 2001. Monografia (Graduação em Pedagogia) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SILVA, Roberto. **Os filhos do governo.** São Paulo, SP: Ática, 1997.

SANTOS, Hamilton dos. Carcereiro mirim. Veja –Abril – Edição 1520 – ano 30 – no. 44 – 5/11/97.

SANTOS, Juana Elbein (org.) **O Emocional Lúcido.** Salvador: SECNEB, 2002.

SARAMAGO, José. **A caverna.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SCHILLING, Kurt. **História das idéias sociais.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

SHELIGA. *Eva Lenita.* **Pesquisando a conversão pentecostal em unidades penais** Religião e Sociedade 24/nº2 75 – 85p 2004

STILLE, Alexander. **Historiadores traçam uma aliança profana.** Super Interessante. Fevereiro, 2004 edição 197.

TEIXEIRA, Anísio. O estado democrático e a educação. In: TEIXEIRA, Anísio. **Educação é um direito.** São Paulo: Nacional, 1968. p. 27 - 101

UNICEF/IBGE. **Relatório da Situação da Infância e Adolescência Brasileiras – Diversidade e Equidade pela Garantia dos Direitos de cada Criança e Adolescente.** UNICEF/IBGE, 2003.

_____. **Relatório da Situação da Infância e Adolescência Brasileiras.** UNICEF/IBGE, 2000.

ZALUAR, Alba. **Condomínio do Diabo.** Rio de Janeiro: Revan. UFRJ, 1994.

Revista de Estudos da Religião Nº 2 / 2002 / pp. 112-135 ISSN 1677-1222

SECRETARIA NACIONAL DA JUVENTUDE. **Programa Nacional de Inclusão de Jovens da Secretaria Nacional da Juventude** (Projeto do Programa ProJovem, 2004) Brasil: 2004

STADTLER, Hulda. "**Conversão ao pentecostalismo e alterações cognitivas e de identidade**", em Rever - Revista Eletrônica de Estudos da Religião vol.18 no.52 São Paulo Dec. 2004

www.presidencia.gov.br/sedh acesso: 21/11/2006).

S586e Silva, Patrícia Rosa da

O espelho tem duas faces: Quem é o “outro”? : as percepções identitárias de ex-detentos que encontraram como caminho de reinserção social a conversão evangélica/Patrícia Rosa da Silva. – Salvador, 2007.

299 f. : il.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Jaci Maria Ferraz de Menezes

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia. Faculdade de Educação. Programa de Pós Graduação em Educação e Contemporaneidade

Inclui Bibliografia e anexos

1 Identidade 2 Institucionalização. 3. Presídios 4. Conversão
5. Reinserção social. 6. Reabilitação I. Título.

CDD 301.119